João Quartim de Moraes
Daniel Aarão Reis Filho
(orgs.)

HISTÓRIA DO MARXISMO NO BRASIL

Volume I
O impacto das revoluções

2ª edição revista

EDITORA UNICAMP



João Quartim de Moraes e Daniel Aarão Reis Filho
(orgs.)

HISTÓRIA DO MARXISMO NO BRASIL

VOLUME I
O IMPACTO DAS REVOLUÇÕES

2ª edição revista

EDITORA UNICAMP

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

H629 História do marxismo no Brasil — Volume I: o impacto das revoluções / João Quartim de Moraes e Daniel Aarão Reis Filho (organizadores) – 2ª ed. rev. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

1. Comunismo - Brasil - História. I. Moraes, João Quartim de, 1941 - II. Reis Filho, Daniel Aarão, 1946 - I. Título.

CDD – 320.5320981

ISBN 85-268-0631-9

Índices para catálogo sistemático:

1. Comunismo - Brasil - História 320.5320981



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À 2ª EDIÇÃO

O projeto da História do Marxismo no Brasil surgiu no âmbito do grupo de trabalho Partidos e Movimentos de Esquerda, então vinculado à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). A idéia inicial era elaborar uma história da esquerda brasileira, mas o grupo considerou mais fecundo, perante este vastíssimo tema, concentrar-se numa linha de pesquisa histórico-conceitual de contornos mais nítidos: a recepção e apropriação teórica do marxismo no Brasil, sua influência na análise e interpretação da sociedade brasileira e a trajetória das organizações que nele se inspiraram. Para desenvolver o projeto assim definido e programar sua execução, organizou-se em junho de 1988, sob os auspícios do CNPq, um seminário especial que delineou o plano geral da obra, estruturando-a em torno de três eixos: 1) o influxo das teorias, doutrinas e revoluções internacionais; 2) a formulação do marxismo no Brasil: autores e correntes; 3) a história das organizações marxistas no Brasil: experiências e momentos relevantes.

A coordenação do projeto foi assumida por Daniel Aarão Reis Filho e João Quartim de Moraes, que, em julho de 1991, chegaram a um acordo com a editora Paz e Terra, nos termos do qual ficou mantido o critério de vincular cada volume a um bloco temático, mas desdobrando-se o primeiro bloco em dois volumes, o primeiro centrado no impacto das grandes revoluções do século XX, e o outro, na recepção da teoria de Marx, Engels e seus principais continuadores. O terceiro volume desenvolveria o segundo eixo analítico (as interpretações marxistas elaboradas sobre o Brasil) e o quarto estudaria a influência do marxismo na luta das organizações e partidos revolucionários brasileiros.

Publicado ainda em 1991, o primeiro volume trazia estudos sobre a introdução do pensamento de Marx em nosso país (Evaristo de Moraes Filho) e sobre o impacto, na esquerda brasileira, da Revolução Russa (João Quartim de Moraes), da Internacional Comunista (Michel Zaidán), da Revolução Chinesa (Daniel Aarão Reis Filho), do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (Raimundo Santos) e da Revolução Cubana (Emir Sader).

A despeito de ter sido lançado no auge da ofensiva neoliberal, sofrendo nítido bloqueio mediático e não se beneficiando de publicidade alguma, o livro mereceu apreciação positiva. Suscitou debates e provocou polêmicas, que levaram ao rápido esgotamento da primeira edição.

Entrementes, por motivos nunca explicitados, mas provavelmente ligados ao então avassalador predomínio do "pensamento único", a Paz e Terra houve por bem não cumprir o restante do contrato. Também à mesma época, por motivos sem dúvida muito semelhantes e que tampouco foram esclarecidos, o grupo de trabalho Partidos e Movimentos de Esquerda foi excluído da ANPOCS. Seria entretanto, logo em

seguida, acolhido pela Associação Nacional de História (ANPUH).

Estes contratempos só foram ultrapassados em 1994, quando João Quartim de Moraes logrou viabilizar a retomada do projeto, organizando o volume seguinte e estabelecendo um novo acordo editorial, desta vez com a Editora da UNICAMP, que assumiu a publicação do conjunto da obra.

Publicado em 1995, o segundo volume contém sete capítulos, consagrados, conforme projetado, à recepção da obra de Marx, Engels e seus principais continuadores. O primeiro estudo analisou o esforço pioneiro de compreensão e de difusão do marxismo empreendido pelos socialistas brasileiros na virada do século XIX para o século XX (Cláudio Batalha). Os três seguintes, de caráter temático, investigaram respectivamente a recepção no Brasil das categorias políticas (João Quartim de Moraes), econômicas (Guido Mantega) e filosóficas (Paulo Arantes) do marxismo. Enfim, o volume completou-se com dois estudos sobre o impacto exercido entre nós por dois grandes teóricos do marxismo do século XX: G. Lukács (Celso Frederico) e L. Trótski (Dainis Karepovs, José Castilho Marques Neto e Michael Löwy).

Só em 1998 foi publicado o terceiro volume, também organizado por João Quartim de Moraes e editado pela UNICAMP. Integrava o complemento da reflexão sobre o influxo das revoluções e teorias internacionais com o estudo de Décio Saes sobre a teoria althusseriana e o de Carlos Nelson Coutinho sobre o pensamento de Gramsci e iniciava a exposição do segundo eixo temático: a elaboração, por autores brasileiros, de interpretações do Brasil inspiradas no marxismo. Cinco textos, sob diversas perspectivas temáticas, empreenderam esta reflexão: a questão democrática (João Quartim de Moraes); a questão do Brasil dual e das etapas da revolu-

ção (Carlos Alberto Dória); a tradição do ISEB (Caio Navarro de Toledo); e, encerrando o volume, dois ensaios consagrados à cultura marxista entre nós (Celso Frederico e Antônio Albino Canelas Rubim).

O intervalo entre a publicação do segundo e do terceiro volumes, condicionado pelas restrições orçamentárias impostas às universidades públicas e também pela contração do mercado editorial, trouxe pelo menos o benefício de deixar tempo para discutir sem pressa o prosseguimento do projeto. Se três volumes tinham sido necessários para concluir o primeiro eixo temático e iniciar o tratamento do segundo, ficava evidente que a obra completa não poderia caber em quatro volumes, conforme estipulado no projeto original. Uma remodelação impunha-se. Para tanto, ampliou-se a comissão editorial, rediscutiu-se o projeto em todos os aspectos e, em reunião ocorrida em dezembro de 1997, foi decidido que o quarto volume seria consagrado à complementação do segundo eixo temático (interpretações marxistas do Brasil) e dois outros mais ao terceiro e último eixo temático (a trajetória das organizações e partidos políticos inspirados no marxismo).

Em 2000, de acordo com a nova programação, publicou-se o quarto volume, organizado por João Quartim de Moraes e Marcos Del Roio. Reuniu sete estudos, que completam a exposição das interpretações marxistas do Brasil. O primeiro, de Lígia Osório Silva, retoma o debate sobre os nexos conceituais e históricos do feudalismo com o capital mercantil nas origens lusitanas da colonização. Em seguida, Marcos Del Roio expõe o esforço dos marxistas brasileiros para compor um universo categorial e pensar a particularidade da revolução democrático-burguesa na era imperialista. O terceiro, de Ângelo José da Silva, sintetiza a visão que

tinham do Brasil os fundadores do movimento comunista. João Quartim de Moraes, no texto seguinte, apresenta os fundamentos teóricos do programa nacional-democrático. Leonilde Servolo de Medeiros, no quinto capítulo, reconstitui e analisa, a partir de fontes primárias, a luta dos comunistas pela reforma agrária no período que precedeu o golpe de 1964. Na seqüência, Carlos Alberto Dória reconstitui a visão da esquerda, principalmente a marxista, sobre o Nordeste como "problema nacional". Encerrando o volume, Raimundo Santos comenta análises propostas por Caio Prado Júnior que expressam, em diferentes conjunturas políticas, aspectos importantes de sua interpretação da realidade brasileira.

O quinto volume, organizado por Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis Filho, foi publicado em 2002, sempre pela Editora da UNICAMP. Abre-se com dois estudos sobre a trajetória do Partido Comunista, da fundação, no começo dos anos 20, ao golpe de 1964, de autoria, respectivamente, de Marcos Del Roio ("Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940)") e Daniel Aarão Reis Filho ("Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964"); prossegue com três ensaios a respeito do itinerário de outras correntes marxistas — o dos trotskistas, estudados, entre 1930 e 1966, por Dainis Karepovs e José Castilho Marques Neto ("Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966)"); o dos socialistas, por Margarida Vieira ("O Partido Socialista Brasileiro e o marxismo (1947-1965)"); e o da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária, de autoria de Marcelo Badaró ("Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967)"). Encerra o volume o ensaio de Marcelo Ridenti sobre a Ação Popular ("Ação Popular: cristianismo e marxismo").

A obra se completará com a publicação, prevista para 2003, do sexto e último volume. Trará mais sete ensaios sobre

o percurso de organizações e partidos marxistas dos anos 60 aos dias atuais, sendo aí contemplados o Partido Comunista do Brasil (Luis Manoel Fernandes), a experiência da chamada esquerda armada (Marcelo Ridenti), o movimento trotskista depois do golpe de 1964 (Vito Letizia e Dainis Karepovs), o marxismo no exílio dos anos 70 (Denise Rollemberg), o Partido Comunista depois de 1964 (José Antonio Segatto e Raimundo Santos), o marxismo no PT (Márcia Bebel e Paulo Martinez), o marxismo e a teologia da libertação (Michael Löwy). O volume encerra-se com uma reflexão sobre a presença atual das referências socialistas na sociedade brasileira (Daniel Aarão Reis Filho).

Não esperamos a publicação do último volume da História do Marxismo no Brasil para oferecer esta 2ª edição do primeiro, revista e ampliada. Mesmo porque ela estava prevista desde nosso acordo de 1994 com a Editora da UNICAMP, quando a 1ª edição já se esgotara. Retomando os mesmos temas da edição original, ela se enriqueceu com dois capítulos novos, frutos de pesquisas recentes, de autoria de Marcos Del Roio (Internacional Comunista) e de Carlos Alberto Barão (Revolução Cubana), que se acrescentam aos textos de Daniel Aarão Reis Filho (Revolução Chinesa e maoísmo), Evaristo de Moraes Filho (proto-história do marxismo no Brasil), João Quartim de Moraes (Revolução Russa e bolchevismo) e Raimundo Santos (XX Congresso do PCUS).

Daniel Aarão Reis Filho
João Quartim de Moraes
Agosto de 2002

Capítulo 1

A PROTO-HISTÓRIA DO MARXISMO NO BRASIL

Evaristo de Moraes Filho

1) Nascido em Trier, Alemanha, no ano de 1818, Karl Marx veio a falecer em Londres no ano de 1883. Durante toda a sua vida — e desde quase três séculos antes — o Brasil viveu o regime econômico da escravidão de índios e negros, principalmente destes, tidos como coisas, regidos como tais e assim considerados patrimônios ou propriedades dos seus senhores, que deles podiam dispor à vontade. Somente em 1888, cinco anos depois da morte de Marx, é que a escravidão foi abolida no Brasil: último país latino-americano a fazê-lo.

Com uma economia escravocrata, baseada no braço negro, constituída de grandes latifúndios de culturas extensivas, destinados seus produtos à exportação, "país essencialmente agrícola", sem centros urbanos nem popula-

ção ativa industrial, com altíssima taxa de analfabetismo, seriam difíceis, se não de todo impossíveis, o conhecimento e a disseminação das idéias de Marx neste país abaixo do equador.

Entre os próprios países europeus, não foi fácil a difusão das idéias de Marx. Tendo a Inglaterra tomado a dianteira na Revolução Industrial, com o atraso da Alemanha de quase meio século, entre as duas colocava-se a França, já com o processo industrial instalando-se no começo do século XIX e, talvez, com o movimento operário mais aguerrido e alimentado por idéias e ideais de reformas sociais imediatas, ainda que utópicas. Mas a verdade é que se tomava conhecimento da grande diferenciação que se fazia entre os proprietários dos meios de produção, os capitalistas, e aqueles que dispunham unicamente de sua própria força de trabalho para sobreviver. Em todas as nações que se industrializavam, enquanto uma minoria se tornava cada vez mais rica e poderosa, a grande massa de trabalhadores vivia na mais negra miséria, com exploração do trabalho dos homens, das mulheres e das crianças, em jornadas que chegavam a mais de 16 horas em ambientes insalubres e perigosos, sob rígida disciplina do único legislador do trabalho, que era o próprio patrão.

Por associação de idéias, não vem fora de propósito um pequeno trecho de uma carta do jovem Augusto Comte, chegado havia pouco a Paris, a seu amigo Valat, datada de 12 de fevereiro de 1817. Contava Comte 19 anos de idade, e dá bem a idéia da sociedade do seu tempo:

> A miséria pública é enorme em Paris; o pão muito caro, e receia-se mesmo que venha a faltar. Não se pode dar um passo na rua sem ter o coração partido pelo aflitivo quadro de mendicidade; a cada instante encontram-se operários sem pão

> e sem trabalho, e, com tudo isso, quanto luxo! quanto luxo! Ah, como é revoltante, quando a tantos indivíduos falta o necessário absoluto! A despeito da aflição geral, o carnaval é ainda bastante alegre, pelo menos, há muitos bailes, públicos e particulares. Ouvi mesmo dizer por pessoas bem sensatas que se dançou neste inverno como nunca. Quanto a mim, não posso imaginar como uma gavota ou um minueto façam esquecer que mais de trinta mil seres humanos não tenham o que comer. Não posso imaginar que se seja tão indiferente, a ponto de se divertir loucamente em meio a todos esses desastres. Os governos não se incomodam de maneira alguma com esta frivolidade, porque, segundo a observação judiciosa que ontem ouvi de uma senhora muito bonita, muito amável e que, no entanto, pensa, "quem dança não conspira". Esta expressão, que é mais profunda do que parece, dá bem a chave das coisas.[1]

Até parece este nosso Brasil, o país do carnaval!

2) Terminados os estudos universitários em sua terra natal, expulso como agitador e perigoso à ordem constituída, encontrava-se Marx em Paris nos primeiros anos da década de 40. Impressionara-se pelo seu movimento social e sobretudo pelos seus ideólogos em prol da mudança social. Desde então, com sua passagem pela Bélgica, até instalar-se em Londres, Marx nunca deixou de participar do movimento revolucionário e de pregar suas idéias. Tornou-se, sem favor, o seu chefe, o mais ouvido e respeitado.

Com razão pôde registrar Maximilien Rubel:

> Não obstante a glória tumultuosa que cerca seu nome, Marx permanece por conseqüência um autor mal conhecido [escrito em 1954]. Desconhecido quando vivo, idolatrado depois de sua morte, não encontrou o intérprete crítico que houvesse feito justiça a seu gênio [...]. Por pouco que se examine em

detalhe a história literária de Marx, descobre-se o seu fundo trágico: ele passou quarenta anos a serviço do movimento operário; não pôde consagrar senão quinze anos a uma atividade científica criadora.[2]

Apesar de 40 anos de atividade prática a serviço do movimento operário, Marx foi pouco conhecido na própria Europa; como exigir o seu conhecimento, o seu estudo ou a sua compreensão neste país escravocrata, colônia até 1822, sem urbanização nem industrialização, além de leis que o proibiam de criar fábricas e imprimir livros?

3) Só em 1932, com a publicação dos manuscritos da mocidade de Marx, é que se pôde fazer um estudo mais profundo e autêntico da sua genialidade crítica, do seu humanismo filosófico. Contudo, com a publicação do *Manifesto comunista*, de sua autoria, é que seu nome se difunde mais entre a massa trabalhadora da Europa e, pouco depois, dos Estados Unidos. Com a criação da I Internacional, em 1864, com a sua onímoda atividade social em congressos operários, como o de Genebra, de 1866, foi que alcançou decididamente a liderança do movimento de libertação operária no mundo. Como lembra Lênin, a sua doutrina vinha de uma formação internacional: "Marx continuou e concluiu de modo genial as três principais correntes de idéias do século XIX, pertencentes às três nações mais avançadas da humanidade: a filosofia clássica alemã, a economia política clássica inglesa e o socialismo francês vinculado às doutrinas revolucionárias francesas em geral".[3] Veio do internacional para chegar ao internacional.

Apesar dos grandes movimentos revolucionários europeus no ano de 1848, que coincidem com a Revolução Praieira pernambucana, não foi o ideário de Marx que a inspirou doutrinariamente. A sua inspiração ainda era, quanto a

esta parte, toda ou quase toda originária do socialismo utópico de Fourier, Saint-Simon, Proudhon, Leroux. Não que seja de desprezar a totalidade do que disseram e pregaram aqueles socialistas. Marx e Engels não deixaram de lhes prestar a merecida homenagem e de reconhecer o quanto lhes deviam. Fourier já denunciava a sociedade de classes e apontava a sua luta. Engels vai repetir a frase cunhada por Saint-Simon, ao se referir à sociedade futura, na qual "o governo pessoal dará lugar à administração das coisas e à direção da produção".[4]

No âmbito deste estudo, não podemos abordar os pequenos ou grandes movimentos sociais do século XIX, ou mesmo anteriores, por mais significativos que sejam, nos quais não aparece a influência marxista propriamente dita. É o que acontece, por exemplo, com a Praieira, de 1848, movimento popular, de massa, de inequívoco espírito social. Com chefes ou sem eles, bem ou mal dirigida, a ação revolucionária não deixou de ser feita à espera de que a coordenasse ou ordenasse uma doutrina coerente. Da mesma forma, não nos poderemos deter na Praieira e suas fontes, nem nos demais movimentos de qualquer outra natureza que não marxista, como o da Colônia Cecília, anarquista, sob a chefia de Giovanni Rossi, na última década do século XIX, no estado do Paraná.[5]

Ao lado dos nomes dos grandes chefes políticos, dos homens de ação, convém somente ser rapidamente recordada a figura singular de Antônio Pedro de Figueiredo, o Cousin Fusco, o grande divulgador e pregador das idéias generosas dos socialistas franceses anteriores a 1848. Analisava, por vezes com realismo, os fatos da sociedade brasileira e pregava a mudança, mas não há como negar, por mais que se esforcem alguns dos seus ardentes admiradores, que

suas idéias sempre estiveram num plano utópico, romântico, de pronunciado sentido cristão. Não tinha ele uma doutrina orgânica, com princípio, meio e fim; aproveitava-se, indistintamente, de todos os ensinamentos, de todas as palavras — desde os primeiros santos da igreja e dos evangelhos — que o ajudassem a denunciar a injustiça social e a necessidade urgente de corrigi-la. Nas páginas de seu *O Progresso*, publicado de julho de 1846 a setembro de 1848, aparecem indiferentemente os nomes de são Clemente, santo Ambrósio, são Gregório, Lucas, Buchez, Leroux, Lamennais, Lamartine, Lacordaire, Pecqueur, Fourier, Saint-Simon e outros. Nem Chateaubriand falta. Diante do movimento europeu de 1848 enche-se de entusiasmo, reconhece que "era a luta entre o capital e o trabalho", mas não deixa de lamentar: "Infelizmente apareceu a luta, e deu lugar a uma terrível batalha, que por espaço de quarenta dias inundou de sangue as ruas de Paris, teatro de uma peleja onde batalharam mais de 400.000 homens". Reconhece que "o mundo não será para sempre o patrimônio de alguns privilegiados; ao passo que a imensa maioria se estorce sob as angústias da miséria. As máximas selvagens dos Malthus e J. B. Say já reinaram; é tempo de cederem o lugar a outras máximas mais justas e generosas".

E neste final do seu artigo de 28 de agosto de 1848, dá bem o fecho e a medida justa da sua doutrinação:

> Nem se deve deduzir do que fica exposto que os insurgentes de junho, e nós também, pretendamos revolver totalmente a sociedade para reorganizá-la; bem sabemos que estas revoluções radicais são obra do tempo e apenas meia dúzia de exaltados podem conceber a esperança de realizá-las imediatamente; mas o que pretendiam os revolucionários de junho, o que nós também pretendemos, é que o governo, como re-

> presentante da sociedade inteira, intervenha nos fenômenos da produção, distribuição e consumo, para regulá-los e substituir pouco a pouco uma ordem fraternal ao desgraçado estado de guerra que ora reina nestas importantes manifestações da atividade humana: os nossos votos hão de ser realizados.[6]

São inegáveis os méritos das idéias sociais de Antônio Pedro de Figueiredo, não superadas por nenhum outro brasileiro no século XIX, mas não chegou ao marxismo propriamente dito. Segundo a classificação de Marx, no *Manifesto*, enquadra-se ele na categoria dos "socialistas crítico-utópicos". Não deixa de lhes fazer justiça, mas os reputa insuficientes:

> Todavia, essas obras socialistas e comunistas também contêm um elemento crítico. Atacam todos os princípios da sociedade vigente. Portanto, fornecem valioso material para o esclarecimento da classe operária. As medidas práticas que propõem — tais como a supressão da distinção entre a cidade e o campo, a abolição da família, das indústrias nas mãos de particulares, do sistema de salários, a proclamação da harmonia social, a transformação do Estado em mero administrador da produção — anunciam o desaparecimento dos antagonismos de classe que mal começam e que são encarados por tais obras de maneira indefinida e imprecisa. Por conseguinte, essas medidas possuem um caráter simplesmente utópico.[7]

4) O discurso inaugural da primeira Associação Internacional dos Trabalhadores foi redigido por Marx, quando da inauguração em Londres a 28 de setembro de 1864. Benoit-Mâlon foi um dos seus três principais implantadores na França. Mas é com a Comuna de Paris, de 1871, que o nome de Marx se difunde por todo o mundo, não só pela

extensão do movimento como igualmente por sua violência, com grande número de execuções por parte do governo. A verdade é que somente a partir de 1871 o nome de Marx começa a circular no Brasil, tal a repercussão que aqui tivera o movimento da Comuna. Pouco antes, terminara a guerra com o Paraguai, e o *Manifesto republicano* vinha de ser publicado, a 3 de dezembro de 1870, anunciando novos tempos em termos veementes. Afinal, o Brasil tomava consciência de que fazia parte do mundo e dos seus problemas.

Curioso é que vai caber a João Alfredo referir-se, pela primeira vez no Brasil, à doutrina de Marx, sem lhe citar o nome. Isso na sessão da Câmara de 8 de julho de 1871. Mas, já anteriormente, o debate ia aceso em torno da derrota da Comuna, começando na sessão de 20 de junho pelo pedido de consignação em ata pela vitória da "causa da civilização na França" pelo deputado Pereira da Silva, que chamava também o comunismo de "cancro do mundo moderno". A 30 de junho, o Senado, em moção, associa-se à manifestação da Câmara. Havia mesmo por parte do governo o propósito de extraditar para a França os *communards* que, por acaso, viessem aqui aportar.[8]

Mas voltemos a João Alfredo, ministro do Império. Tudo decorreu de haver o então diretor do Instituto dos Meninos Cegos apresentado relatório, a 22 de março de 1871, sobre a sua administração e as necessidades do instituto, no qual não deixava de registrar suas convicções positivistas. Benevenuto Augusto de Magalhães Taques, deputado pela Bahia, recriminava o ministro por haver levado à Câmara o relatório, sem atentar para suas doutrinas dissolventes. Confunde positivismo com comunismo, fazendo-os ambos adversários do cristianismo e da crença em Deus. Bastam bem dois trechos significativos:

> Foram os socialistas, os comunistas e outros que perverteram em França as idéias do povo, ensinaram que todos os impulsos da natureza são bons, que o prazer é a nossa primeira lei. Nascidas do materialismo, essas doutrinas destruíram a base moral, elevaram as paixões vulgares, e de mãos dadas com o cosmopolitismo e espírito de independência que se têm desenvolvido, produziram o governo comunal de Paris, em que se viram todas as atrocidades, entregue como foi a um bando de homens que, perdidos em seu delírio, desconheceram a Deus, a pátria, a família e a propriedade. Dentre estas escolas há uma conhecida com o título de positiva, cujo oráculo e chefe foi um homem de talento superior, Augusto Comte, muito apreciado pelos cultores das ciências matemáticas, às quais é dedicado o diretor do Instituto dos Meninos Cegos [...]. Eu não desejo que semelhantes doutrinas corram entre nós, sejam favorecidas pelo governo. Os resultados das doutrinas subversivas da moral são infalíveis, elas produziram os delírios da Comuna, a qual tudo o que disse e decretou achou ensinado nos livros, até aquela declaração de que os macacos eram os nossos irrecusáveis antepassados.

Na sessão de 11 seguinte, responde-lhe João Alfredo, como ministro do Império, e, defendendo Benjamin Constant, distingue o positivismo do marxismo, sem se referir a esta expressão nem a seu criador, mas com inequívoca segurança e conhecimento de causa do que dizia, qualquer que tenha sido o seu julgamento político e social:

> Há, finalmente, no discurso do nobre deputado uma injustiça e é quando ele chama minha atenção para o diretor do Instituto dos Meninos Cegos, que, disse S. Exa., se achava imbuído das idéias perigosas da escola filosófica positiva, e que por isso podia perverter os meninos confiados ao seu cuidado. Sr. Presidente, se o nobre deputado lesse com mais atenção o relatório do digno diretor do Instituto dos Meninos

> Cegos, veria que esse funcionário, longe de ser aderente à nova filosofia do materialismo alemão, a essa escola perigosa, de que o nobre deputado supõe sectária da comuna de Paris, tratando de ciências positivas, aproveitou a ocasião para dar-lhes mais importância do que às outras. Se ele tivesse desenvolvido as idéias que o nobre deputado lhe atribuiu, certamente nenhuma dúvida eu teria de observar-lhe o erro de suas crenças. Mas incidentemente tratou da filosofia positiva, que não é propriamente a escola a que se referiu o nobre deputado, e assim creio que não aproveitou uma peça oficial para nela exibir idéias perigosas.[9]

5) Em verdade, no entanto, segundo Raimundo Magalhães Júnior, vai caber a Joaquim Serra — o iniciador do movimento abolicionista no Parlamento, em 1879 — a primazia de haver se referido nominalmente, em letra de forma, ao autor do *Manifesto comunista*. Assim é que, ainda em 1871, em nota publicada em *A Reforma*, órgão oficial do Partido Liberal, lê-se o seguinte:

> O Sr. Karl Marx, chefe da Internacional, cuja sede é em Londres, acaba de escrever ao *Times*, declarando que a asserção apresentada ao *Daily News* de que a Associação recomendou aos rústicos franceses que incendiassem os palácios é de todo o ponto falsa, afirmando, outrossim, que todas as proclamações contendo infames sugestões, publicadas em Paris em nome da Internacional, depois de 18 de março, são apócrifas.[10]

Sabe-se que Marx manifestara-se, na Internacional, contra a aventura da Comuna, insuflada, ao contrário, por Bakunin, anarquista, seu ferrenho adversário. Para Mikhail Bakunin, Marx era pouco revolucionário, pois para ele "Um revolucionário [...] não conhece mais do que uma só ciência: a destruição".[11]

Sem estarmos aqui a pretender inscrever recordes no *Guinness*, parece não existir qualquer dúvida razoável de que coube a *A Reforma* a primazia de imprimir em letra de forma o nome de Karl Marx no Brasil...

O *Echo Americano*, de 29 de fevereiro de 1872, segundo pesquisa de Astrojildo Pereira, sob a direção de Luís Bivar e Melo Morais Filho, publica no número 20, volume I, em Londres, uma bela litografia de Karl Marx, inspirada em foto tirada por Wunder em Hanôver e muito divulgada na época. A notícia preenche duas páginas da revista, sob o título "O Dr. Carlos Marx", expondo-lhe minuciosamente a biografia e a doutrina com grande simpatia, sem os costumeiros ataques alarmistas e falsos. Quase ao final, diz a nota:

> Tal é esse homem, que muita gente considera ser um ente intratável e um revolucionário empedernido; mas que não é senão um filósofo e um pensador, temível, é certo, pelas suas faculdades organizadoras e admiravelmente sintéticas, pela sua larga experiência das revoluções, sua vasta ciência, sua tenacidade característica, pela afabilidade de suas maneiras, pelo conhecimento de todos os idiomas europeus, e uma infatigável aptidão para os trabalhos mais áridos.[12]

No mesmo ano de 1872, como registra Paulo Cavalcanti, o jornal republicano do Recife, *Seis de Março*, durante vários dias transcreve de comentaristas espanhóis a exposição das idéias do autor alemão, sob o título "As doutrinas do Dr. Carlos Marx". Paulo Cavalcanti registra, em nota, ser esta a primeira vez em que o nome do autor de *O capital* aparece no Brasil em letra de forma.[13] Tal privilégio, como vimos, sem que se trate de nenhuma competição, pertence à *Reforma*, do Partido Liberal.

6) Tão impressionante foi a repercussão da Comuna no Brasil que, sem o menor significado político ou social, até os estudantes universitários brincavam com este vocábulo para assustar a burguesia nacional, num jogo de absoluta e total gratuidade. Enganam-se, a nosso ver, os que pretendem tirar qualquer conseqüência política do fato. Em livro de 1901, de Lúcio de Mendonça, 30 anos mais tarde, verifica-se que a *Comuna* nada mais era do que uma república de estudantes. Chamavam-se *comunistas* os manequins plantados na sacada do prédio estudantil. Brincavam os adeptos da Comuna com o furto de tabuletas e emblemas das casas comerciais. A polícia de São Paulo andava à cata de tais brincalhões, apesar de lhes dedicar "um terror supersticioso". Trata-se, pelo visto, de brincadeira estudantil, sem nenhuma conotação marxista.[14]

Em livro também de recordações, de 1905, transcreve ainda Lúcio de Mendonça um artigo seu de março de 1879, no qual aparece, meramente de passagem, entre vírgulas, o nome de Karl Marx no meio dos maiores políticos do tempo, ao lado de Gambetta, V. Hugo, Raspail, Castelar, Mazzini e Garibaldi. Tirante o espetacular que se possa apontar nos companheiros de Marx, nada mais encontramos que os possa aproximar. Castelar, orador barroco espanhol, esteve muito em voga entre nós, nada mais. Mas, à página 189, discorda Lúcio, com veemência, da frase de Bocaiúva quando, em 1872, no jornal *A República*, declarava: "A Comuna é a negação do trabalho". Exclama Lúcio: "Manes de Platão, de Proudhon, de Fourier! que dolorosa heresia! que pasmoso desconhecimento das idéias fundamentais do comunismo!" E prossegue:

> O comunismo enobrece, santifica o trabalho, suprimindo o intuito egoístico de acumulação da propriedade, que desaparece, como desnecessária, e suprimindo a ambição de dinheiro, de moeda, que, na economia da Comuna, deixa de existir, por inútil e sem significação, pois a moeda é um título de dívida, um representativo de trabalho acumulado e economizado, e nada disto se compadece com o regime comunista.

Nas três páginas anteriores defende os socialistas e os niilistas russos na luta contra a tirania. Marx, porém, não aparece referido, preferindo Lúcio três utopistas.

À página 74, porém, em escrito datado de setembro de 1879, ataca o socialismo, que é "a absorção do indivíduo pelo Estado". Isto só se pode dar em épocas recuadas no tempo histórico, atrasadas. Ele, como republicano, é individualista, declara. Conclui-se, desde logo, que Lúcio nunca leu Marx e escrevia sobre o assunto sem convicção, levado pelo entusiasmo da mocidade, mas sem nenhuma formação realmente doutrinária da matéria. Vale aqui o seu registro como simples curiosidade literária...[15]

7) Chegamos agora a um peso pesado do pensamento nacional, mas perdido nas mesmas perplexidades e contradições de Lúcio. Queremos nos referir a Tobias Barreto. A primeira vez que o nome de Marx aparece nos escritos de Tobias é no ano de 1874, a propósito do "socialismo em literatura", no qual inicia dizendo que lhe "causa horror a idéia de uma *liquidação social*". Pouco adiante: "O instituto da *Internacional* é para mim uma organização da loucura". Sempre intelectualista e *Homo theoreticus*, prega uma Internacional crítico-literária, com sede na Alemanha: "E na Alemanha, sem dúvida, não por causa de Karl Marx e Bebel, mas por amor dos Lindau ou dos Frenzel, dos Zarncke ou dos Schmidt. Assim constituída, o fim da sociedade seria passar em revista os títulos dos renomes literários, que se inventam nos países de cultura pouco adiantada".[16]

Cinco anos mais tarde, nas notas ao "Discurso em mangas de camisa", atacando a França: "[...] a França que sabe filosofar *de omnibus et quibusdam aliis*, e tanto que lhe devemos até uma *Filosofia da miséria*, que aliás somente serviu para pôr em relevo, como mostrou Karl Marx, a miséria da Filosofia..." Simples frase de efeito...[17]

Já professor do Recife, depois de 1882, na abertura de um curso de economia, escrevia:

> E ainda a esta hora não se sabe qual seja a verdadeira função do trabalho, qual a verdadeira função do capital [...]. Pelo menos é certo que todo suor caído da fronte pensante de Bastiat e quejandos economistas anões, na frase de Karl Marx, só tem chegado para descobrir que o trabalho é uma mercadoria e o capital um privilégio. Grande descoberta que seria ridícula, se não fosse muito funesta![18]

Pouco depois, em outra obra, cita longo trecho do prefácio à segunda edição alemã de *O capital*, de 1873, por Marx colocado antes do prefácio à terceira edição, de 1883, no qual se diz que cada período histórico tem suas próprias leis. Ora, é uma simples citação do posfácio, e, mais, as palavras não são de Marx, embora lhe procurem resumir o pensamento. Trata-se da apreciação crítica da primeira edição do livro, levada a efeito no *Mensageiro Europeu*, de maio de 1872, revista publicada em São Petersburgo. Na página anterior, do que não se deu conta Tobias, esclarecia Marx: "Não poderia eu responder melhor ao escritor russo do que por extratos de sua própria crítica, que podem aliás interessar ao leitor. Depois de uma citação tirada de meu prefácio à *Crítica da Economia Política* (Berlim, 1859, pp. iv-vii), no qual discuto a base materialista do meu método, o autor continua assim [...]".[19] E vinha a longa transcrição da crítica da revista russa, que Tobias tomou, às pressas, como texto do próprio Marx. Finalmente, em 1887, dando a medida do valor dos trabalhos de Pietro Verri, Tobias os declara como não tão passageiros assim, pois ainda "merecem atenção, até da parte de espíritos, como Karl Marx, o terrível crítico do *capital*, e o mais valente pensador do século XIX, no domínio da ciência econômica".[20]

Sem dúvida alguma coube a Tobias a citação entre nós, pela primeira vez, da obra fundamental de Marx na edição alemã. Nutria por Marx certa admiração, embora não lhe seguisse os passos no comunismo e no materialismo. Para ele, comunismo é sinônimo do "mais alto grau de servidão".[21]

8) Um outro autor da chamada Escola do Recife, mais ou menos nessa mesma época (1886), Clóvis Beviláqua, escreveu o mais extenso ensaio sobre "o problema da miséria". Sobre o tema de que vamos tratando, limita-se a registrar o seguinte trecho, cheio de confusões e impropriedades:

> A escola socialista germânica de Marx e Lassalle pretende que o governo deve estabelecer uma taxa progressiva sobre os proprietários em proveito dos operários. Ambos estes escritores se impõem à nossa simpatia, não tanto pela vida aventurosa que levaram quanto pelo seu fervor em prol do proletário e pelo cunho científico que (principalmente Karl Marx) procuraram imprimir a seus escritos. Marx queria um *socialismo científico*, tomando por base os trabalhos de Darwin, a anatomia, a antropologia, etc., e distanciando-se muito das teorias anteriores de Saint-Simon, Fourier, Cabet, Proudhon e Louis Blanc. Infelizmente suas doutrinas parece que têm mais um caráter revolucionário do que construtor.

É a única vez em que aparece, expressamente, o nome de Marx. Na página seguinte, repetindo Tobias, emite a sua opinião crítica: "O *protopseudo*, o pecado original do

socialismo é querer nivelar as classes sociais, quando é certo que é de sua desigualdade, da diversidade de suas funções que resulta a harmonia e o progresso humano".[22]

Em verdade, Marx nunca foi santo da devoção da Escola do Recife, e quem inegavelmente o possuiu foi o próprio Tobias. Sílvio Romero fez suas, e as adotou, as seguintes palavras de Gumersindo Bessa, também da Escola:

> A sociedade obedece em parte a leis de causalidade (físicas) e em parte a leis de finalidade (morais). Os males que o socialismo pretende eliminar são conseqüências das leis da primeira categoria e são por isso irredutíveis. A grande riqueza de poucos, a profunda miséria da maioria, é resultante de uma lei natural, inelutável como a da gravitação.[23]

Em *Doutrina contra doutrina*, de 1894-1895, critica os socialistas que andavam surgindo por aqui. Tudo ainda era muito precoce, e o pobre brasileiro gozava de uma condição igual à da classe burguesa européia!

Spencerista *à outrance* — e nisso se distingue de Tobias, que nutria grande ojeriza pelo filósofo de Derby —, Sílvio era totalmente contra a intervenção do Estado nos negócios econômicos. Um trecho significativo:

> Não compreendemos, nem podemos admitir esta espécie de neometafísica que confere ao estado faculdades e funções fabulosamente extraordinárias. O estado inculcado como anterior e superior à nação, como o seu criador, mantenedor e organizador, essa espécie de Jahaveh político, tirando tudo do nada, é uma criação mórbida do despotismo contemporâneo, quer ele fale pela boca socialista de Karl Marx ou Bebel, quer pela boca imperial do monarca da Alemanha, ou do czar da Rússia. O estado não pode existir no vácuo, não pode ser uma força e agir sem massa correspondente, e essa massa é o indivíduo, é a sociedade.[24]

Já nessa época filiara-se Sílvio à Escola da Ciência Social, de Le Play, Tourville, Demolins, Bureau, de cunho espiritualista e antimaterialista. Também contra Marx coloca-se o discípulo mais querido de Tobias, Artur Orlando. Defende um direito econômico ou economia jurídica, cujo chefe é Schmoller, "que tende a associar a idéia de justiça à de economia, evitando os escolhos dos catecismos manchesteriano e marxista". Duas páginas adiante repete a mesma coisa. Discorda também do determinismo econômico, no qual tudo se reduz ao *Homo economicus*.[25]

Em outro livro, declara Orlando que

> a questão social é antes de tudo uma questão moral, pela qual se interessam todas as classes sociais, principalmente as dirigentes: governos republicanos ou monárquicos, soberanos democratas ou autocratas, diplomatas do velho ou do novo mundo, sacerdotes católicos ou protestantes, todos são acordes em um vivo sentimento de simpatia pelos operários, o que aliás os marxistas dissimulam em suas asserções sobre a luta das classes.

Páginas avante, torna a negar o *Homo economicus*. E, ao final do livro, repete a mesmíssima frase de como evitar os escolhos manchesteriano e marxista, citando Schmoller.[26]

9) Mais ou menos por essa época — de fim do século e começo de outro, ainda na primeira década deste — dois grandes espíritos, que viriam a ser adversários no concurso de filosofia, em 1908, no Colégio Pedro II, cuidaram também do pensamento de Marx, sem que se possa dizer que qualquer deles tenha sido marxista realmente. Queremos nos referir a Farias Brito e Euclides da Cunha.

Em 1899, estudando as possíveis soluções para a crise moderna, aponta Farias Brito três mais importantes: a) ditadura científica de Augusto Comte; b) teoria naturalista

de Herbert Spencer; e c) socialismo coletivista de Marx. Na exposição deste percorre 12 páginas. Não o cita nunca diretamente, mas por Ferri e Benoit-Mâlon. Dos socialismos foi o "sistema que conseguiu maiores proporções e chegou a adquirir mais ampla autoridade". Relaciona-o com Darwin e Spencer, no que tenham de comum e de oposto. O espetáculo da sociedade burguesa é "dolorosamente cruel e sobretudo de uma dureza sem nome". Compara o coletivismo de Marx com o anarquismo de Bakunin, para concluir ser o primeiro "uma doutrina vasta e profunda". Por ser espiritualista, dele discorda na solução da questão social, que deve ser resolvida religiosamente, em nome de uma idéia. Discorda também da luta de classes, pura e simples: "Destruir, destruir — eis o programa. Mas como reconstruir? É o que os socialistas não nos explicam".[27]

Euclides da Cunha foi mais simpático ao pensamento de Marx, chegando mesmo a tomar parte no movimento social a favor dos trabalhadores. Publicou três artigos nas comemorações do Primeiro de Maio, sob o pseudônimo de Proudhon, o primeiro em *O Estado de S. Paulo*, de 1º de maio de 1892. Em 1900 funda-se em São José do Rio Pardo o Clube Internacional Filhos do Trabalho, entre cujos signatários encontravam-se Euclides, Francisco Escobar, Pascoal Artese e Honório de Silos. Em 1º de maio de 1901 vem a lume o manifesto do clube, atribuído a Euclides. Há realmente muito de comum entre o manifesto e a crônica de 1892, até com repetição, não só de idéias, mas também de palavras. Finalmente, "Um velho problema", publicado como artigo em *O Estado de S. Paulo* a 1º de maio de 1904. Dos três, inegavelmente é este último o mais bem elaborado, o menos sentimental e o de maior segurança doutrinária.[28]

No primeiro artigo, de 1892, o nome de Marx não aparece. A sua luta é a favor do povo, mas os nomes que lhe ocorrem são o de Spencer e o de Comte, que, praticamente, nunca deixaram de andar embaralhados com o marxismo nos primeiros anos de sua difusão no Brasil:

> Seja qual for este regime por vir, traduza-se ele pela proteção constante do indivíduo pela sociedade, como pensa Spencer, ou pelas inúmeras repúblicas, em que se diferenciará o mundo, segundo acredita Augusto Comte — ele será, antes de tudo, perfeitamente civilizador. Que se passe sem lutas este dia notável. O socialismo, que tem hoje uma tribuna em todos os parlamentos, não precisa de se despenhar nas revoltas desmoralizadas da anarquia.

O programa de *O Proletário*, de 1901, composto de 21 itens, constitui reivindicações de medidas protetoras do trabalhador, precursoras do que hoje se poderia chamar de uma avançada legislação social.

É em "Um velho problema" que o assunto vem sistematicamente mais bem colocado, com citação expressa de Marx e extensa exposição histórica desde o Antigo Regime europeu. Destaca o avanço da Revolução Francesa, com pregações e medidas sociais ainda hoje admiráveis. Não bastaram os socialistas utópicos do século XIX, tais como Saint-Simon, Proudhon, Fourier e Louis Blanc. "Assim ela [a questão social] chegou até meados do último século — até Karl Marx —, pois foi realmente com este inflexível adversário de Proudhon que o socialismo científico começou a usar uma linguagem firme, compreensível e positiva."

Faz então uma exposição da doutrina marxista, dizendo a certo passo:

> A fonte única da produção e do seu corolário imediato, o valor, é o trabalho. Nem a terra, nem as máquinas, nem o

> capital, ainda que coligados, a produzem sem o braço do operário. Daí uma conclusão irredutível: a riqueza produzida deve pertencer toda aos que trabalham. É um conceito dedutivo: o capital é uma espoliação. Não se pode negar a segurança do raciocínio.

Depois de mostrar que o capitalismo protege mais as máquinas do que o operário — a pessoa que as maneja —, sujeito a acidentes e doenças profissionais, conclui:

> Neste confronto se expõe a pecaminosa injustiça que o egoísmo capitalista agrava, não permitindo, mercê do salário insuficiente, que se conserve tão bem como os seus aparelhos metálicos, seus aparelhos de músculos e nervos; e está em grande parte a justificativa dos socialistas no chegarem todos ao duplo princípio fundamental: socialização dos meios de produção e circulação; posse individual somente dos objetos de uso.

Assim, por culpa das classes conservadoras, o único meio de mudança social será a revolução. "Basta erguer a consciência do proletário e aviventar a arregimentação política e econômica dos trabalhadores." Mas

> a revolução não é um meio, é um fim; embora, às vezes, lhe seja mister um meio, a revolta. Mas esta sem a forma dramática e ruidosa de outrora. As festas do Primeiro de Maio são, quanto a este último ponto, bem expressivas. Para abalar a terra inteira, basta que a grande legião em marcha pratique um ato simplíssimo: cruzar os braços... Porque o seu triunfo é inevitável.
> Garantem-no as leis positivas da sociedade que criarão reinado tranqüilo das ciências e das artes, fontes de um capital maior, indestrutível e crescente, formado pelas melhores conquistas do espírito e do coração...

Neste seu ensaio, Marx só é citado uma vez, de passagem, embora com boa exposição de sua doutrina. Mas outros socialistas menores e reformistas vêm citados até com mais destaque, tais como Ligg, Vaillant, Vandervelde e, principalmente, Ferri, que, com Benoit-Mâlon, parece ter sido o maior divulgador do marxismo entre nós. Já escrevemos a respeito da posição de Euclides:

> Muito se tem discutido sobre se Euclides da Cunha (1866/1909) foi realmente socialista. Enquanto uns o negam, outros chegam a dá-lo até como ativista e militante em certo período de sua vida, com luxos de pormenores. A vida e a obra de Euclides sempre se inclinaram por um profundo sentido de renovação, de espírito de justiça social, de denúncia contra a miséria e a exploração do homem pelo homem. Quanto a isso não há a menor dúvida, existindo unanimidade de pontos de vista dos seus críticos. A divergência começa quando se trata de indagar se chegou mesmo a abraçar o socialismo como concepção geral do mundo e da vida, como ideologia, e quanto militou nos movimentos do seu tempo favoráveis àquela doutrina. Positivista que foi, chegando a enxergar na *Síntese subjetiva* (1856), de Comte, o maior livro do século XIX, não acreditamos que Euclides da Cunha se tenha aprofundado no pensamento socialista, muito menos na obra de Marx.

Para Facó, permaneceu um eclético; para Walnice Nogueira Galvão, seu verdadeiro pensamento "alterna-se com recaídas nas idéias feitas". Leandro Konder, no entanto — de onde extraímos esta última referência —, conclui que "o enfoque de Marx por Euclides, no processo da assimilação das concepções de Marx no Brasil, representa com certeza um momento novo".[29]

10) Nos últimos anos do século XIX e na primeira década do XX muitos outros autores poderiam ser lembrados como propagandistas, maiores ou menores, das idéias

de Marx, tais como Vicente Avelar, Estevam Estrela e Evaristo de Moraes. Num folheto do fim do século XIX, desenganava-se o primeiro com a República, mostrava a miséria do trabalhador nacional e prestava homenagem, indiscriminadamente, a vários doutrinadores da reforma social, de Bellamy, Oliveira Martins, Kropotkin, Lassalle, terminando em Engels e Marx. Dá bem a idéia da confusão e do despreparo doutrinário que reinavam entre os nossos possíveis teóricos do socialismo. Na verdade, ninguém havia ainda lido profundamente, estudado ou se dedicado ao marxismo.[30]

Estevam Estrela, em mais de uma oportunidade, manifesta sua decepção com o operariado nacional, por não se arregimentar nem lutar pelos seus direitos. Chega ao ponto de reputá-lo inferior, sem energia, sem capacidade de compreender o seu lugar na sociedade e o seu papel histórico a desempenhar. Sua esperança residia nos imigrantes, que chegavam com outra visão da coisa social e outros pontos de vista. Não revela nenhum conhecimento direto ou profundo de Marx. Não concordava com ele quando admitia que o proletariado unicamente por suas próprias mãos conseguiria libertar-se. Para Estrela, sem o auxílio das classes superiores, isto é, de alguns de seus representantes que simpatizassem com a causa operária, os trabalhadores não obteriam a vitória na luta social.[31]

Evaristo de Moraes vai servir de ponto de transição entre os intelectuais e o movimento operário propriamente dito. Isto porque desde os 18 anos de idade já se havia alistado no movimento social, como orador no Partido Operário fundado por França e Silva em 1890. Nunca mais haveria de abandonar essa sua posição de luta. Não chegou a ser um marxista ortodoxo, considerava-se um socialista, contra a exploração do homem pelo homem e pela justa distribuição

dos bens da vida. Mais tarde fica com Gustavo Lacerda e toma parte em quase todas as greves da primeira década do século XX — dos carroceiros, dos sapateiros, da estiva. Nesta, era matriculado e possuía carteira como qualquer estivador. Basta transcrever o que dele dizia *O Amigo do Povo*, de 6 de setembro de 1902:

> Em defesa dos marceneiros, auxiliando-os e libertando-os das infames ciladas da burguesia, das autoridades e das leis, novamente na arena das querelas entre a vítima e o algoz, surgiu o grande coração, a grande alma de Evaristo de Moraes. Este homem, excelente advogado, espírito cultivadíssimo, um dos mais eruditos na sua classe, talvez, sobre a questão social, e que já tem, por um número infinito de vezes, prestado os seus valiosos e desinteressados serviços aos operários em greve, perseguidos e desatendidos, é um dos raríssimos vitoriosos sobre a torpe abjeção em que se fundam os mais ou menos intelectuais de nossa época.

Mantendo uma coluna no *Correio da Manhã* sobre a questão social desde 1903, reuniu algumas delas em *Apontamentos de direito operário*, de 1905. O nome de Marx aparece nele referido quatro vezes, e sempre com acerto. Na primeira delas diz:

> O grande organizador do socialismo científico, Karl Marx, já havia dito que, não obstante parecer que o trabalhador vende livremente seu trabalho, bem se percebe, afinal, que ele não é um agente livre; que o tempo pelo qual ele empenha seu esforço lhe é imposto pelas circunstâncias; e o capitalismo devorador não abandona a presa enquanto tem a sugar uns restos de sangue e de músculo!...

Logo a seguir, cita Herbert Spencer, mas aponta-o “bem separado de Karl Marx por sua orientação filosófica”.

Denuncia que não há igualdade de condições entre o trabalhador e o patrão e conclui: "A tal respeito, é sempre aproveitável a lição de Karl Marx e de Lassalle". Em outro passo, lamenta que, apesar do emprego das máquinas, pouco ou nada se contribuiu para a diminuição da jornada de trabalho. E cita, em apoio de sua opinião, Marx, Lassalle e Benoit-Mâlon. Torna a mostrar a total ausência da suposta liberdade econômica do trabalhador: "Essa crença passou, depois dos estudos, fartamente documentados, dos socialistas científicos, continuadores de Karl Marx, e do apoio que às mesmas observações tem trazido uma valorosa e moderna escola de economistas independentes".[32]

Nenhum livro de Marx vem citado diretamente, não deixando de comparecer os livros de Ferri e de Benoit-Mâlon. Evaristo de Moraes adotava o socialismo possibilista, de resultados, deste último, mas não deixou de trazer Marx em apoio das teses que abraçava, com segurança doutrinária.

11) Até então nenhum livro de Marx ou Engels havia sido traduzido para o português, daí a impossibilidade do alcance de sua leitura pelos líderes das classes trabalhadoras. A eles se referiam, em geral, os mais letrados, que, pelo menos, os pudessem ler em francês. Com a proclamação da República, em meio à agitação, surgem os primeiros partidos operários e socialistas no Brasil, mais de cunho reformista do que propriamente revolucionário, quer no Rio de Janeiro, quer em São Paulo e, à mesma época (1890), no Rio Grande do Sul. Destacamos o de Luiz França e Silva, na capital federal, que, já a 1º de maio de 1892, convoca em nome do que chamava Partido Operário Nacional uma reunião para comemorar a data e fazer reivindicações para a classe trabalhadora. Lauro Müller, que o apóia, faz-se seu eco na Câmara.[33]

Os partidos socialistas reformistas, social-democratas, defrontaram-se, no campo ideológico, com a luta que tiveram de enfrentar com os anarquistas e anarcossindicalistas, em geral italianos, espanhóis e portugueses, chegados ao país com o grande movimento imigratório da última década do século XIX. Já no I Congresso Operário, realizado em 1906 no Rio de Janeiro, saíram vitoriosas as teses anarquistas, contra o socialismo de resultados e o apoio do Estado, por eles negado, pois seu objetivo era suprimi-lo. Iniciava-se, bem ou mal, o movimento social brasileiro, ainda numa fase pré-capitalista, com um proletariado incipiente, mas já concentrado nos grandes centros urbanos. O que mais espantava era a sua capacidade de luta, de protesto, de reivindicações e obstinação ou certeza da tomada do poder numa vitória próxima ou imediata. Daí a agitação e as numerosas greves.

12) No ano de 1895, começa a circular em Santos *A Questão Social*, publicação quinzenal editada pelo Centro Socialista daquela cidade, que, desde 1889, vinha existindo sob a denominação de Círculo Socialista. Para muitos estudiosos desta matéria, entre os quais se destaca a respeitável figura de Astrojildo Pereira, com evidente exagero é aquele centro dado como marxista, como marxistas eram seus fundadores, Silvério Fontes (1858-1928), Sóter de Araújo e Carlos Escobar. Não deve ser esquecido também o nome de Vicente de Souza, professor do Colégio Pedro II, falecido em 1908, colaborador da revista e do manifesto que na ocasião começava a ser elaborado. Embora elaborado o programa do centro mais ou menos naqueles anos (1889-1895), somente em 1902 (28 de agosto, *O Estado de S. Paulo*) é publicado o *Manifesto*, lido no Segundo Congresso Socialista Brasileiro, reunido em São Paulo de 28 de maio a 1º de junho daquele ano.

Coube a Astrojildo Pereira a tarefa de revelar a existência do círculo e do *Manifesto* com um entusiasmo

inusitado, em ensaio publicado em 1962. No entanto, chega a ser prudente, em certo passo: "O mais antigo dos círculos declaradamente socialistas foi, ao que parece, o de Santos, constituído em 1889 por Silvério Fontes, Sóter de Araújo e Carlos Escobar. Este grupo elaborou um Manifesto Socialista ao Povo Brasileiro, datado de 12 de dezembro de 1889, e que no entanto só seria publicado na imprensa cerca de treze anos depois". Toda a informação é colhida, como no restante do artigo, no livro de Jaime Franco sobre Martins Fontes, filho de Silvério.[34]

É preciso não esquecer, contudo, que, ao que parece, o mais culto dos fundadores era Vicente Ferreira de Souza, professor de latim e, depois, de filosofia e lógica, no Colégio Pedro II. Segundo Astrojildo, teria tomado parte na redação do *Manifesto*. Sem dúvida, pois em 1879, numa conferência feita na sede da Associação dos Tipógrafos, já distinguia entre a "caridade" e "as doutrinas imperecíveis do socialismo". Ainda no ano de 1895 estampa um artigo em *A Questão Social* sob o título de "Doutrina socialista". Marx não vem citado, mas sua doutrina encontra-se subjacente em todo o ensaio. Um trecho: "Nos decursos seculares que se vão escoando, a observação dos fatos sociais é o critério de análise, que se impõe, irredutível: duas classes verdadeiramente compõem as nações modernas: a dos *exploradores* e a dos *explorados*".[35]

No primeiro número da revista, dizia-se na apresentação:

> Apresenta-se hoje na arena jornalística *A Questão Social* defendendo uma causa justa — a reivindicação dos direitos do proletariado. Na Europa, onde o socialismo chegou a seu período de maturação histórica, a propaganda vai fazendo grande proselitismo. Ali, como na América do Norte, não se

> confunde a doutrina que já entrou em sua fase positiva, nem com a república, como o ensinou Platão, nem com a utopia, como a idealizou Tomás Morus. Resultado de estudos acurados duma plêiade de pensadores, representando o *primus inter pares* Karl Marx, o socialismo encontrou principalmente na Alemanha sua base científica.

Linhas abaixo, no entanto, dando mostras da confusão que reinava entre nós sobre *revolução* e *evolução* (sempre a presença de Spencer), esclarece a apresentação:

> Entre nós, as condições atuais não permitem encarar o socialismo como medida que se imponha por uma agitação revolucionária. Desfraldando a bandeira do coletivismo reformista, propõe-se *A Questão Social*, sem paixões, que considera antagônicas à idéia do progresso, a lutar tenazmente para que sejam mais rápidos os efeitos do movimento evolucionista científico, que deve dar em resultado a nova organização da sociedade.[36]

Esta, de resto, a grande separação entre os anarquistas, pela ação direta, contra o Estado, e o socialismo reformista, a ideologia social-democrata.

Começa o *Manifesto* pela afirmativa de que a história das sociedades humanas é a história mesma da luta de classes. Há muito do pensamento marxista no *Manifesto*, criando-se o Partido Socialista Brasileiro, "em harmonia com o socialismo científico, cujos princípios básicos foram naquele congresso adotados". Linhas abaixo, no entanto, abandonando o tom inicial, faz este apelo paternalista de benevolência:

> Dando-lhes publicidade, apresentando-os ao critério das pessoas que no Brasil sejam capazes de um ligeiro esforço mental e de um impulso de generosidade — porque o tema socialista, em sua concepção genérica, é desses que se originam

> simultaneamente na razão e nos sentimentos afetivos, falando por igual ao espírito e ao coração — o Conselho Geral do Partido faz um apelo às duas diferentes classes, a dos possidentes e a dos despossuídos, em que a população deste país se acha dividida, como em toda parte, para que compenetrem da urgente e indeclinável necessidade de atender ao que se passa nos outros países civilizados, com referência à questão social, que a muitos deles convulsiona e a todos está interessando profundamente.

Depois de um apelo aos bons sentimentos da classe possidente e opressora, que não deve "cerrar os olhos à miséria que transparece por toda parte", faz um apelo também aos proletários e despossuídos para que obtenham a sua libertação econômica "sem os abalos subversivos que se fazem sentir em outras regiões políticas, onde o espírito de tolerância não se tem podido infundir entre a classe espoliadora e a espoliada". Mais ainda: "Do partido socialista devem, pois, fazer parte todas as pessoas que, por sentimentos humanitários, ou pela razão, estejam convencidas de que a felicidade do indivíduo está na proporção direta do bem-estar econômico de todos os membros da sociedade". Tudo isso deve ser dito principalmente entre nós, "ao brasileiro, cujo coração é reconhecidamente tão afetivo, tão altruísta, e cujo espírito é tão grande e tão rico de idéias liberais".[37]

Marx vem citado duas vezes no *Manifesto*, como em igual número vem referido Jaurès. Sem dúvida alguma, *quase* chegamos a concordar com o título do ensaio de Astrojildo Pereira — "Silvério Fontes, pioneiro do marxismo no Brasil" —, porque o *Manifesto* de 1902 não vai além de um simples pioneirismo, cheio de boa vontade de acertar e de adotar os princípios do que chamavam de socialismo científico. Os apelos à generosidade, aos bons sentimentos e

à benevolência da classe dominante fazem recuar talvez para épocas dos grandes utopistas. E nisso mesmo residia a crítica de Marx: era Fourier esperar todos os dias pelo benfeitor que lhe viesse aviar o doutrinamento do falanstério. Anos mais tarde, Antônio dos Santos Figueiredo aponta essa contradição no *Manifesto*:

> Os signatários do documento, inspirando-se no filantropismo, dirigem um apelo — que ingenuidade! — às duas diferentes classes, a dos possidentes e a dos despossuídos [...]. Depois, tentam chamar, para o seu seio, monárquicos e republicanos [...]. Contam episódios da dantesca porfia entre proletários e burgueses, mas procuram não molestar a estes.[38]

E com isso encerramos este parágrafo, achando que houve excesso de "generosidade" no entusiasmo do grande e saudoso Astrojildo Pereira...

13) Nos primeiros anos do século XX, o movimento operário brasileiro viveu como que num verdadeiro delírio, num autêntico "porre ideológico", no qual se misturavam e confundiam todas as doutrinas de reforma social, desde os mais exaltados, os anarquistas e os anarcossindicalistas, até os socialistas reformistas e os social-democratas, aos quais Boris Fausto chega a chamar — parece que um pouco depreciativamente — de "trabalhistas".[39] Observam os historiadores do socialismo (comunismo, marxismo) que o seu maior êxito doutrinário e prático se deu na Alemanha e na França e, sob a forma mais reformista, também na Inglaterra. Aos três países latinos industrialmente mais atrasados — Itália, Espanha e Portugal — coube a parcela maior do anarquismo. As doutrinas de Bakunin e Kropotkin encontraram larga difusão e aceitação entre estes povos do meio-dia europeu, criando êmulos, divulgadores e incansáveis ativistas. Adep-

tos da ação direta, pela greve, não raro pela violência, com o intuito de fazer desaparecer totalmente de cena o Estado e seus dirigentes.

Constituído em larga maioria por imigrantes daquelas três nacionalidades, com grande margem de italianos, o anarquismo levava de vencida os socialistas chamados democráticos ou reformistas, embora estes formassem o maior número de dirigentes do movimento organizado. Os anarquistas, no entanto, eram mais ativistas, agitados e agitadores, oferecendo aos trabalhadores a esperança de um mundo melhor, sem classes, sem governo, sem patrões e sem miséria.

Maram discorda da tese da origem dos imigrantes anarquistas e dá a seguinte explicação para o fato:

> O anarcossindicalismo via a si próprio como uma parte do movimento internacional. Tentava desenvolver entre os trabalhadores um sentimento de solidariedade internacional, especialmente para com os italianos, portugueses e espanhóis, irmãos nacionais da grande parte de nossos imigrantes. Os socialistas insistiam em que o imigrante adotasse a cidadania brasileira para poderem votar nas eleições. Já os anarquistas não exigiam tal atitude. O nacionalismo e, em especial, a participação no processo eleitoral eram considerados uma maldição pelos libertários.[40]

Os jornais, em geral de tendência anarquista e anarcossindicalista, se multiplicavam, sobretudo em São Paulo, em língua italiana. Marx em tal meio não era *persona grata*. Dali não sairiam estudos aprofundados e diretos do pensamento marxista, persistindo a divergência Marx–Bakunin, desde a I Internacional. Assim, apesar, às vezes, da superficialidade da exposição, é entre os socialistas que vamos encontrar a maioria das referências ao nome de Marx. Como aconteceu, por exemplo, com Antonio Piccarollo, imi-

grante italiano, professor, que publicou o livro sobre o *Socialismo no Brasil* em 1908, fundou o Centro Socialista Paulistano e muito colaborou no jornal socialista *Avanti*, lançado em 1900. Redigiu manifesto em prol da realização do socialismo no Brasil, embora ele próprio achasse que, naquele momento, ainda era difícil. Citava Marx e Engels, mas, em verdade, suas idéias permaneceram na esfera do socialismo reformista.[41]

Já em 1890, França e Silva havia acenado com a criação de uma Confederação Operária, mas somente em 1903 é que se fundará a Federação das Associações de Classe, no estado do Rio de Janeiro, que, transferida para a cidade do Rio de Janeiro, passou a denominar-se, em 1906, Federação Operária Regional Brasileira. Coube-lhe a iniciativa da convocação do I Congresso Operário Brasileiro, realizado na capital federal em 1906, no qual se defrontaram as duas orientações conflitantes do movimento operário: a reformista e a anarquista, pela ação direta. Afinal nenhuma das duas obteve vitória total, já que as conclusões, embora inclinando-se por esta última, foram ecléticas, sendo derrotada a proposta de criação de "um forte partido político" para defender os trabalhadores. Temia-se, segundo disseram seus adversários, que a agremiação sugerida fosse somente "servir aos interesses da burguesia".[42]

Em 1913, realizou-se o II Congresso Operário Brasileiro,[43] convocado pela Confederação Operária, em resposta ao falso congresso reunido, em 1912, no Palácio Monroe, convocado, patrocinado e pago pelo governo federal, por intermédio do deputado Mário Hermes da Fonseca, filho do presidente da República.

Já na primeira década do século, os trabalhadores haviam protestado contra o militarismo e a guerra, prestan-

do sentida homenagem ao professor espanhol, anarquista, Francisco Ferrer, quando fuzilado em 1909.

Com a guerra declarada, uniram-se os trabalhadores em comícios de protesto, contra a entrada do Brasil no conflito e contra a convocação militar. Afinal, o Brasil acabou por tornar-se beligerante, contra os Impérios Centrais, em 1917. Neste mesmo ano, com a Revolução Russa, tudo havia de mudar, pois, afinal, era um Estado marxista que se instalava concretamente. A repercussão entre nós foi enorme, como não poderia deixar de ser. A desinformação era total, com telegramas vindos da Europa, transmitidos por agências capitalistas. No primeiro momento, até Rui Barbosa a saudou com entusiasmo, julgando-a liberal, por haver derrubado a tirania czarista. Os anarquistas, a princípio, também a saudaram como se fosse uma vitória do seu credo. Ambos se enganaram e não demoraram a dar pelo engano, passando a atacá-la ferozmente.[44]

Entre os intelectuais, como já ficou demonstrado, o nome de Marx era conhecido, embora nem sempre lido ou compreendido. Casos havia de ativistas e possíveis teóricos do movimento ao mesmo tempo. Queremos nos referir, por exemplo, a Joaquim Pimenta, socialista reformista e grande agitador em Pernambuco. Mas, em tese de concurso, não se revela marxista, permanecendo numa espécie de continuação da Escola do Recife. Em trabalho de 1917, de grande erudição, percorre os livros de divulgação científica, sem tomar partido. Não cita Marx diretamente, em texto próprio. A sua história econômica é feita quase exclusivamente por meio de Schmoller, Rambaud e Ingram. Para ele, filia-se Marx à escola que, partindo de Locke, passa por Adam Smith e Stuart Mill, que combate a intervenção do Estado na fixação

dos preços e na taxa de juros e considera o trabalho a fonte primária do valor. Vê na luta de classes o correspondente à concorrência e à luta pela vida, de Darwin. É por meio de Ferri que resume Marx e Engels no conceito de luta de classes.

Nas concepções sociológicas do Estado, inclui o materialismo histórico, que vê no "fenômeno econômico o motor de toda evolução histórica, o subsolo ignorado e fecundo de onde germinam as manifestações da atividade social". "O *processus* de formação das relações sociais assenta em um substrato material; é determinado pelo modo de produção econômica." Essas duas exposições são feitas por meio de Loria e Seligman, nunca de Marx nem de Engels diretamente.

Pimenta, no entanto, discorda da doutrina marxista:

> O erro da teoria marxista está em reduzir ao fenomenismo econômico todas as manifestações da vida social. Mas, como no organismo, as funções puramente nutritivas não se confundem com as funções mentais, assim na sociedade há fatos que se não podem tomar como simples epifenômenos do fato econômico. Se este atua de modo profundo no evolver social, sofre, por seu turno, a influência da religião, dos costumes, do direito, da política.

Vê-se como ainda àquela altura do século a doutrina marxista era mal interpretada, admitida como reducionista a um único postulado, de crítica fácil, quando os seus próprios criadores reconheciam a interdependência dos fatores sociais e não viam na superestrutura um mero epifenômeno mecânico da estrutura das formas materiais de produção. Pimenta, líder das grandes greves que se desenrolaram em Pernambuco no segundo lustro da década de 10, não era propriamente marxista e, parece, nunca leu Marx e Engels diretamente, resumindo-os sempre por meio de expositores.[45]

14) Como acontecera em 1871, também agora, com a Revolução Russa, propagou-se o nome de Marx na imprensa brasileira, porém acompanhado de Lênin e Trótski, talvez mais do segundo que dos dois outros. Os anos de 1917 e 1919 foram de violentas manifestações grevistas. Em 1918, com ameaça de greve geral, com grande agitação no Rio de Janeiro, com explosões no Campo de São Cristóvão, mobilização das forças armadas, manchetes alarmistas nos jornais, cria-se a Comissão de Legislação Social na Câmara, sob a presidência do deputado paulista José Lobo. Do projeto de Código do Trabalho de Maurício de Lacerda, de 1917, aproveita-se um antigo projeto sobre acidentes do trabalho, e a lei é promulgada em janeiro de 1919. Várias Ligas Comunistas surgem neste mesmo ano, culminando na criação do Partido Comunista, mas de índole anarquista. Os primos Cristiano Cordeiro e Rodolfo Coutinho fundam no Recife Círculos de Estudos Marxistas, em 1919-1920.[46]

Neste mesmo ano de 1920, Augusto Olímpio Viveiros de Castro, ministro do Supremo Tribunal Federal, publica *A questão social*. Marx aparece citado várias vezes. Declara sua doutrina de origem e filiação alemãs, de difícil interpretação. Declara-se anticomunista, vendo no bolchevismo o maior pesadelo da humanidade contemporânea. E, em certo trecho: "Se não fosse a corrente imigratória, avolumada pelos alemães e italianos influenciados pelo socialismo germânico, a América estaria completamente indene do vírus comunista". Discorda sobretudo de Marx quando afirma que a religião é o ópio do povo. Em suma: Viveiros vê no marxismo uma doutrina deletéria, internacionalista, para a qual os trabalhadores não têm pátria. Como Rui, opta por uma democracia social, capitalista, mas com os operários protegidos por normas cogentes de legislação social.[47]

15) O movimento social acelerava-se cada vez mais, independentemente da opinião heterodoxa ou contraditória dos teóricos. Em congresso realizado de 25 a 27 de março de 1922, finalmente, é fundado o Partido Comunista Brasileiro, de sentido marxista e apoio à Revolução Russa. Dá-se o rompimento definitivo com os anarquistas, com adesão de muitos deles, não raro principais artífices do novo partido, como aconteceu com o principal deles, Astrojildo Pereira. Fundado pelos nove delegados, que representavam 73 membros que aderiram em todo o país, foi eleita a diretoria partidária, integrada por Abílio de Nequete, Astrojildo Pereira, Antônio Cruz Júnior, Antônio Canellas e Luiz Peres, sendo seus suplentes Antônio de Carvalho, Cristiano Cordeiro, Joaquim Barbosa, Manuel Cendon e Rodolfo Coutinho.[48]

Como vinham, na maioria, do anarcossindicalismo, não era grande o conhecimento da obra de Marx. Os socialistas continuavam com seu movimento, com a fundação de novos partidos durante toda a década de 20. Merece destaque a criação do movimento Clarté, de 1921, à frente do qual podem ser destacados Nicanor Nascimento, Everardo Dias, Evaristo de Moraes, Luiz Palmeira e Antônio Correia, que apoiava o movimento internacional lançado em Paris por Henri Barbusse e já existente na Argentina.[49]

Em outubro de 1922, Octávio Brandão adere ao PCB e já em 1923 traduz o *Manifesto comunista*, primeiro livro de Marx editado no Brasil, 75 anos depois de lançado na Europa. Em suas memórias, *Combates e batalhas*, declara Brandão que se dedicara aos estudos marxistas em 1921-1922. Em Portugal já se havia traduzido o livro de Gabriel Deville, resumo de *O capital* escrito em 1897. O resumo de Carlo Cafiero é anterior, escrito em 1878, quando Marx ainda vivia. Octávio Brandão enumera as várias obras marxis-

tas, em francês, a cuja leitura se dedicara na primeira metade dos anos 20.[50]

Ainda no ano de 1922, A. de Sampaio Doria publica um livro sobre a questão social, no qual expõe didaticamente as doutrinas de reforma social. Dedica duas longas seções especiais ao marxismo e ao bolchevismo. Fica com a doutrina social da Igreja e a democracia social de Rui Barbosa, exposta na conferência do Teatro Lírico em 20 de março de 1919. O nome de Marx vem citado inúmeras vezes, abundantemente. À página 47 afirma, categórico: "A doutrina de Carlos Marx merece um lugar de destaque, já pela sua estrutura lógica, profunda, ou nebulosa, já pela influência enorme, que exerceu e exerce hoje em dia". Declara que o resumo que fez da sua doutrina foi extraído de *O capital*, "usando, constantemente, as suas próprias palavras e dividindo-a em capítulos, para lhe pôr alguns tons de clareza". Cita a *Miséria da filosofia*, mas concorda com Liebknecht, ao declarar no Congresso de Breslau: "A obra de Karl Marx é como a Bíblia: podemos interpretá-la nos sentidos mais opostos". Propõe uma legislação protetora do trabalho e reconhece: "A razão econômica do trabalho é a criação da subsistência. Ora, a observação demonstra que, normalmente, o trabalho de cada homem produz mais do que o estritamente necessário ao seu sustento e dos seus. Eis, aqui está uma verdade que não pode ser sacrificada na repartição dos produtos".[51]

16) Já tendo escrito em 1924 *Rússia proletária*, aventurou-se Octávio Brandão a fazer uma análise marxista da formação histórica e da realidade brasileira, com *Agrarismo e industrialismo*, publicado em 1926, sob o pseudônimo de Fritz Mayer, ficticiamente editado em Buenos Aires. Leva como subtítulo: *Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes do Brasil*. Com letra miúda e sem entrelinhas, trata-se de um folheto de 85 páginas.

O folheto não alcança as aspirações do autor. É um livro sectário, apaixonado, quase primário, que procura aplicar a dialética marxista à sociedade brasileira, girando em torno da dicotomia centralização–descentralização. Enumera dez ciclos desde a descoberta do Brasil. O primeiro ciclo é centralizador, com a terra pertencente a uma só pessoa, dom Manuel, o Venturoso; a sua antítese é a descentralização, com as capitanias hereditárias, culminando na síntese — no décimo, depois de vários ciclos —, que deve ser promovida pela revolução proletária, socialista. O início do livro, que lhe dá o título, é a luta entre o agrarismo e o industrialismo, aquele retrógrado e este moderno, representativos da luta entre ingleses e americanos pelo domínio da economia brasileira. Aplicada a dialética ao movimento de 1924: a tese é representada por Bernardes, agrarismo feudal; a antítese por Isidoro Dias Lopes, capital industrial infiltrado na pequena burguesia revoltada; finalmente, com a revolução proletária comunista, chegar-se-ia à síntese.

O pequeno volume é muito palavroso, violento, verdadeiramente panfletário. Não alcança os objetivos a que se propôs de maneira alguma. Ainda estava por vir uma interpretação marxista da história econômico-social do Brasil, que só irá acontecer, bem mais tarde, com Caio Prado Júnior.[52]

No mesmo ano de 1926, vem a lume também o livro de Antônio dos Santos Figueiredo, *A evolução do Estado no Brasil*, publicado na cidade do Porto. É bem mais sério e meditado do que o de Brandão, embora excessivamente pessimista quanto às condições da vitória (social) do proletariado no Brasil. O conteúdo do livro não reflete nem preenche

o seu título. Não se trata de uma obra sistemática, mais parecendo reunião de artigos ou ensaios jornalísticos, sem conexão interna. Na leitura da obra, verifica-se que o autor conhece a doutrina de Marx e a distingue do leninismo tão em voga, confusão da qual nem Octávio Brandão escapou, citando uma frase de um como sendo de outro. Figueiredo discorda de Oliveira Viana, então a coqueluche da moda sociológica, e o critica acerbamente, quando exige solidariedade social em nosso povo, composto social e economicamente tão desigualmente. E diz, a certo passo: "O seu tipo perfeito, o seu tipo ideal, é de um governo como o de Diogo Antônio Feijó, ao tempo da Regência. O seu fanatismo por esse estadista é claro: em toda a obra citada recorda a sua ação, a sua inquebrantável energia. É, para ele, a tisana salvadora".[53]

E isso Oliveira Viana veria plenamente realizado, como confessou mais tarde, no regime do Estado Novo, do qual foi um dos ideólogos e executores no Ministério do Trabalho...

17) Nestes anos 20, de grande agitação social, já com algum arremedo de legislação social, não podem ser esquecidas as figuras de Edgardo de Castro Rebelo e Leônidas de Rezende, que colocou o seu jornal *A Nação* a serviço do PCB. Em 1927, embora por pouco tempo, em pleno governo de Washington Luís, o PCB gozou de certa legalidade. Tanto Leônidas quanto Castro eram conhecedores da obra de Marx, como o demonstraram em várias oportunidades. A publicação do jornal deu-se entre 3 de janeiro e 11 de agosto. Leônidas procurava conciliar Marx com o comtismo, como viria a fazê-lo, exaustivamente, pouco mais tarde, na sua tese para catedrático de economia política na Faculdade de Direito, *A formação do capital e seu desenvolvi-*

mento. O marxismo de Castro coadunava-se também com as correntes científicas do século XIX, sendo Ferri uma de suas leituras constantes. Proibida a homenagem pública em memória de Lênin a 23 de janeiro de 1927, Castro recorreu ao Supremo Tribunal e obteve ganho de causa, desde que a homenagem fosse realizada em recinto fechado.[54]

Fora do marxismo, mais como seu crítico, o nome do autor do *Manifesto* aparece em diversos escritos de Alceu Amoroso Lima, anteriores a 1931. Na sua tese para catedrático do Instituto de Educação, aconselhado a inscrever-se por Fernando de Azevedo, é, então, estudado mais longamente. Depois de Tobias, é a primeira vez em que Marx aparece referido no idioma original, num conjunto de obras: *Gemeinverstaendliche Ausgabe, besorgt von J. Borchardt* (Berlim, 1922). Antiliberal e antimarxista, não deixou Alceu em mais de uma oportunidade de concordar com Marx, não lhe regateando elogios, como na crítica ao burguesismo e ao que ele chamava de proletismo, como neste trecho:

> Dissemos que o proletismo é um fenômeno típico do capitalismo. Realmente, foi essa uma das observações mais verídicas da crítica genial de Marx ao Capital, em sua monstruosa absorção moderna de todas as atividades vitais [...]. Toda essa crítica de Marx ao capitalismo, filho do liberalismo econômico, tal como ele o conheceu em seu tempo, é de uma lógica impressionante.[55]

18) Conclusão — Na verdade, apesar de alguns exemplos isolados, mormente depois de 1922, com a fundação do Partido Comunista, somente depois de 1930 foi que a obra de Marx começou a ser realmente divulgada no Brasil, quer em línguas estrangeiras, quer em traduções, que se multiplicavam. E somente nestes últimos 30 anos, com estu-

dos de sua obra nas universidades, em seminários, conferências, debates sérios nos centros culturais, é que se pode dizer que Marx é realmente estudado entre nós. O seu aprofundamento doutrinário é recente, com publicações de mérito a respeito da sua obra filosófica, econômica, sociológica ou histórica. Contra ou a favor, hoje ele é ponto obrigatório de qualquer programa universitário que se faça no campo destas disciplinas.

NOTAS

1 *Lettres d'Auguste Comte à M. Valat*. Paris: Dunod, 1870, pp. 25-26. Quanto à Inglaterra, é clássica a obra de Engels, publicada em alemão no ano de 1845, *La situation de la classe laborieuse en Angleterre* (trad. e notas G. Badia e J. Frédéric). Paris: Éditions Sociales, 1960. Clássico também é na França o célebre relatório do dr. Villermé sobre as condições de trabalho nas fábricas, de 1840, que causou a maior perplexidade sobre as condições desumanas, principalmente do trabalho das mulheres e dos menores.

2 M. Rubel, *Karl Marx. Essai de biographie intellectuelle*. Paris: Librairie Marcel Rivière et Cie., 1957, p. 8.

3 No *Manifesto*, não se pode negar certa colaboração — pelo menos de idéias — de Engels. Escreve Max Beer, *Karl Marx, sua vida e sua obra* (trad. Menotti del Picchia). Nacional, 1934, p. 83: "O projeto de Engels foi publicado por Eduardo Bernstein (*Princípios do comunismo*, Vorwaerts, 1914). Quando se compara esse projeto com o *Manifesto comunista* tem-se logo a idéia da superioridade intelectual de Marx sobre Engels". E logo depois (p. 89): "Mal a tinta do *Manifesto comunista* havia secado quando estalou a Revolução de fevereiro. A trombeta do galo gaulês encontrou imediatamente um eco nos diferentes Estados alemães [...]". De V. I. Lênin, *Karl Marx et sa Doctrine*. Paris: Éditions Sociales, p. 7.

4 Em mais de uma oportunidade, confessam Marx e Engels a sua dívida para com os chamados socialistas utópicos: quanto à crítica da sociedade do seu tempo, a descoberta da luta de classes, o papel e a necessidade da industrialização, e assim por diante. O assunto é por demais conhecido, dispensando citações inúteis e repetitivas. Para o assunto, nada melhor do que o livro de Roger Garaudy, *Les sources*

françaises du socialisme scientifique. Paris: Editeurs Réunis, 1949, nova edição.

5 É indispensável a indicação da *Colônia Cecília*, de Afonso Schmidt, *Obras de Afonso Schmidt*. Brasiliense, s.d., vol. VI, que recorreu aos escritos de Giovanni Rossi, às pesquisas de Alexandre Cerchiai e às informações de pessoas que antes dele se interessaram pelo assunto, como esclarece no prefácio.

6 *O Progresso. Revista Social, Literária e Científica*, reedição do governo do estado de Pernambuco, prefácio de Amaro Quintas. Recife: Imprensa Oficial, 1950, pp. 888-90. Era governador do estado Barbosa Lima Sobrinho, que deu apoio à tarefa encetada por Amaro Quintas e muito a facilitou.

7 Harold J. Laski, *O manifesto comunista de 1848* (trad. Regina Lúcia F. de Moraes). Rio de Janeiro: Zahar, 1967, pp. 121-22. Tanto já se escreveu sobre a Revolução Praieira que quase chega a constituir uma temeridade indicar bibliografia a respeito. Contudo, não há como negar que Amaro Quintas é o campeão destas pesquisas e seu maior divulgador. Além do prefácio a *O Progresso*, de 1950, de autoria de Quintas, ainda, dele próprio: "O espírito 'quarante-huitard' e a Revolução Praieira", separata de nº 40 da *Revista de História*. São Paulo, 1960; *O sentido social da Revolução Praieira*. Civilização Brasileira, 1967; Barbosa Lima Sobrinho, *A Revolução Praieira*. Rio de Janeiro, 1949; Fernando Segismundo, *História popular da Revolução Praieira*. Rio de Janeiro, 1949; além, como é óbvio, de Joaquim Nabuco, *Um estadista do Império: Nabuco de Araújo*. Rio de Janeiro, 1897, vol. 1, pp. 75 e segs. Demora-se muito nela Vamireh Chacon, *História das idéias socialistas no Brasil*, 2ª ed. Fortaleza, Rio de Janeiro, 1981, pp. 21 e segs. Importante ainda: Gilberto Freyre, *Um engenheiro francês no Brasil*, 2 vols. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960; Louis Léger Vauthier, *Diário íntimo*, e a influência pessoal e intelectual deste sobre o movimento de 48 e especialmente sobre Antônio Pedro de Figueiredo.

8 Para o debate, José Nilo Tavares, *Marx, o socialismo e o Brasil*. Civilização Brasileira, 1983, pp. 100-5; e L. Konder, G. Cerqueira Filho e Eurico de Lima Figueiredo (orgs.), *Por que Marx?* Rio de Janeiro: Graal, 1983, pp. 197-99.

9 Teixeira Mendes, *Esboço biográfico de Benjamin Constant*, vol. II, pp. 166-70 e 170-71.

10 R. Magalhães Júnior, *Jornal do Brasil*, 1º jun., 1958, apud Leandro Konder, *Derrota da dialética*. Rio de Janeiro: Campus, 1988, p. 69.

11 Duclos, Engels e Moissonnier, *Anarquistas de ayer y de hoy* (trad. A. S. Mascuñan). México, 1973, p. 14 (a citação é de Duclos).

12 Apud J. N. Tavares, *Por que Marx?*, op. cit., pp. 205-8.

13 P. Cavalcanti, *Eça de Queiroz, agitador no Brasil*. Nacional, 1966, p. 39.

14 Lúcio de Mendonça, *Horas do bom tempo (Memórias e fantasias)*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1901, pp. 6 e segs.

15 Idem, *A caminho (Propaganda republicana)*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1905, pp. 3-4, 189-90 e 74.

16 T. Barreto, *Obras completas. III: Filosofia e crítica*. Edição do estado de Sergipe, 1926, pp. 251-52. Todas as citações são da mesma edição.

17 Idem, *Discursos*, vol. IV, p. 123.

18 Idem, op. cit., p. 184.

19 Idem, *Questões vigentes*, vol. IX, p. 217.

20 Idem, *Estudos alemães*, vol. VIII, p. 179. Sobre Tobias e, praticamente, para todo o assunto tratado no nosso pequeno ensaio, Vamireh Chacon, op. cit., pp. 168 e segs. Para Antônio Pedro de Figueiredo, pp. 74 e segs.

21 Nosso *Medo à utopia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, INL, 1985, pp. 188 e segs.

22 Clóvis Beviláqua, *Estudos de direito e economia política*. Recife: Oficina Tipográfica, 1886, pp. 42-45. Na 2ª ed., Rio de Janeiro: H. Garnier, 1902, pp. 22-24.

23 Sílvio Romero, *Ensaio de filosofia do direito*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1908, p. 222 (para a citação, com apoio, da opinião de Bessa). E mais: *Doutrina contra doutrina. O evolucionismo e o positivismo no Brasil*. Rio de Janeiro, São Paulo, 1895, pp. xxvii e segs. Como dissemos no texto, de modo surpreendente, chega Sílvio a admitir: "uma singular anomalia: a classe mais pobre que existe no País é justamente a que corresponde à burguesia da Europa". Para maiores detalhes na exposição de Sílvio e sua crítica, o nosso *Medo à utopia*, op. cit., pp. 233 e segs. e 245 e segs.

24 S. Romero, *Ensaio de filosofia do direito*, op. cit., pp. 214-15.

25 Artur Orlando, *Panamericanismo*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1906, pp. 98, 100 e 147.

26 Idem, *Propedêutica político-jurídica*. Recife: Edelbrock, 1904, pp. 137, 157-58 e 199.

27 Farias Brito, *Finalidade do mundo. Segunda parte: A filosofia moderna*. Ceará, 1899, pp. 27 e segs. É imensa a bibliografia sobre Farias Brito. No que nos interessa bastam: Jackson de Figueiredo, *A questão social na filosofia de Farias Brito*. Rio de Janeiro: Revista dos Tribu-

nais, 1919; e Francisco Elias Tejada, *As doutrinas políticas de Farias Brito* (trad. Arlindo V. dos Santos). São Paulo: Leia, 1952.

28 Ver nosso *O socialismo brasileiro*. Brasília: Câmara dos Deputados, UnB, 1981, no qual se encontram transcritos todos os escritos de Euclides referidos no texto.

29 Op. cit., p. 44; "A evolução do pensamento de Euclides da Cunha", *Estudos Sociais*, nº 6, maio-set., 1959, pp. 149-65; L. Konder, op. cit., p. 95. Logo na sua primeira crônica para *O Estado de S. Paulo*, "Dia a dia", de 29 de março de 1892, escreve Euclides: "Falamos desapaixonadamente, embora em nosso tirocínio acadêmico nos subordinássemos ao método filosófico do eminente instituidor da *Síntese científica*, o mais admirável livro do século XIX, e o veneremos como o maior dos mestres". E. da Cunha, *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1966, p. 583.

30 O opúsculo de Vicente Avelar intitula-se *A corrupção social e os efeitos prodigiosos do socialismo*, publicado em 1899.

31 Estevam Estrela, *A Reforma*, 2 nov., 1902. Mas, em artigo no mesmo órgão e na *Gazeta Operária*, demonstrava Estrela o seu conhecimento das idéias de Marx, diretamente ou não, e esforçava-se por propagá-las entre os chefes do movimento operário nacional.

32 Evaristo de Moraes, *Apontamentos de direito operário*. Rio de Janeiro, 1905, pp. 10, 14, 86 e 100.

33 Para o episódio e o discurso de Lauro Müller, nosso *O socialismo brasileiro*, op. cit., p. 18.

34 Astrojildo Pereira, "Silvério Fontes, pioneiro do marxismo no Brasil", *Estudos Sociais*, nº 12, abr., 1962, pp. 411-19; e nosso *O socialismo*, op. cit., pp. 247-50.

35 A conferência e o ensaio de Vicente de Souza, e nosso *O socialismo*, op. cit., pp. 73-77. A primeira é uma plaqueta sob o título de *O Império e a escravidão*. Rio de Janeiro, 1879.

36 Apud Astrojildo Pereira, op. cit., p. 407.

37 Cf. idem, op. cit.

38 Antônio dos Santos Figueiredo, *A evolução do Estado no Brasil*. Porto, 1926, pp. 159-61.

39 Boris Fausto, *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo, 1976, p. 35.

40 Sheldon L. Maram, *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890/1920)* (trad. José E. R. Moretzsohn). Rio de Janeiro, 1979, p. 84. Também, sobre o tema, L. Konder, op. cit., pp. 96 e segs.

41 Para dois textos do livro, nosso *O socialismo*, op. cit., pp. 118-21.

42 Sobre o congresso, com detalhes e conclusões, Paulo Sérgio Pinheiro e Michael M. Hall, *Política e trabalho no Brasil. O Estado autoritário e os movimentos populares, a classe operária no Brasil, 1889-1930*. São Paulo: Brásiliense, 1982, pp. 41-56; *Estudos Sociais*, nº 16, mar., 1963, pp. 387-98.

43 *Estudos Sociais*, nº 18, nov., 1963, pp. 194-206.

44 Para esse período, Moniz Bandeira, Clovis Melo e A. T. Andrade, *O ano vermelho. A Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro, 1967; L. Konder, op. cit., pp. 117 e segs.; Graça Aranha, "Deve o Brasil reconhecer o governo dos Soviets?"; e o nosso *O socialismo*, op. cit., pp. 183-86.

45 J. Pimenta, *O progresso econômico. Suas condições e leis fundamentais — O Estado. Sua função administrativa*. Pernambuco: Imprensa Oficial do Estado, 1917, pp. 81-82; e também as memórias de Pimenta, *Retalhos do passado*. Rio de Janeiro, 1949.

46 É pena que desses círculos nada se tenha publicado, encontra-se só a notícia de sua criação: John W. F. Dulles, *Anarchists and communists in Brazil. 1900-1935*. Austin, Londres: University of Texas Press, 1973, p. 178; Ronald H. Chilcote, *Partido Comunista Brasileiro. Conflito e integração* (trad. Celso M. Paciornik). Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 48.

47 A. O. Viveiros de Castro, *A questão social*. Rio de Janeiro: Conselheiro Candido de Oliveira, 1920, pp. 10-15, 21, 45, 112 e 263.

48 Sobre o tema são numerosas as fontes de informação, aqui sumariamente enumeradas: Astrojildo Pereira, *Formação do PCB (1922/1928)*. Rio de Janeiro: Vitoria, 1962; A. Pereira, *Construindo o PCB* (org. e apres. Michel Zaidán). São Paulo: Ciências Humanas, 1980; Ronald Chilcote, op. cit.; John Foster Dulles, op. cit.; Michel Zaidán Filho, *PCB (1922/1929)*. São Paulo: Global Universitária, s.d.; L. Konder, op. cit., pp. 117 e segs.

49 O movimento Clarté aparece referido e estudado em todos os livros que cuidam da história do movimento social no Brasil, muitos dos quais citados em notas anteriores. Assim mesmo, merecem destaque: Everardo Dias, *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Edaglit, 1962, pp. 105 e segs.; Paulo Sérgio Pinheiro e M. M. Hall, op. cit., pp. 247-49. Paulo Sérgio, mais tarde, publicou uma monografia especial sobre o assunto. Poucos sabem que Alceu Amoroso Lima apoiou também o movimento de Henri Barbusse, de modo geral, sem se referir ao Brasil: "Um

socialista revolucionário", in *Estudos literários*. Aguilar, 1966, pp. 68-70.

50 O. Brandão, *Combates e batalhas. Memórias*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978, vol. I, passim.

51 A. de Sampaio Doria, *A questão social*. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia., 1922, pp. 47, 50, 77-81, 87, 90, 98, 100, 101, 103, 108-11, 155, 189, 246, 309, 322 e 324.

52 O. Brandão, *Agrarismo e industrialismo*. Buenos Aires, 1926, passim. Ver também a análise de L. Konder, op. cit., pp. 144-48.

53 Antônio dos Santos Figueiredo, op. cit., p. 125. Marx vem citado várias vezes ao longo do livro.

54 O livro de Leônidas de Rezende, de 1932, é, até aquela época, o mais completo quanto à exposição da doutrina marxista, levando-se em conta que ele ainda não conhecia os *Manuscritos*, publicados exatamente no mesmo ano da sua tese. De Castro Rebelo, com prefácio de Francisco de Assis Barbosa, *Mauá e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Livr. São José, 1975. Marx vem citado às páginas 271, 301, 310, 313, 314, 315 e 318, em ensaios sobre Enrico Ferri e José Ingenieros.

55 Alceu Amoroso Lima, *Esboço de uma introdução à economia moderna*. Rio de Janeiro: Editora do Centro D. Vital, 1930, p. 295. Marx vem referido numerosas vezes, quase sempre sujeito a crítica.

Capítulo 2

O impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil

Marcos Del Roio

Introdução

O primeiro influxo teórico da obra de Marx no Brasil ocorreu de forma bastante superficial. Embora laivos de movimento operário socialista sejam detectáveis desde muito cedo, com ecos da revolução européia de 1848 e da Comuna de Paris de 1871, o fato indiscutível é que o nome de Marx e o ideário socialista chegaram ao Brasil embutidos num aglomerado eclético que veio a compor a vertente progressiva do positivismo nacional.

A fundação da Internacional Socialista, no centenário da Revolução Francesa, em 1889, antecedendo em poucos meses a queda da monarquia escravista brasileira, por ação de um arco de forças sociopolíticas que incluía o nascente operariado do Rio de Janeiro e os jacobinos positivistas —

ligados às camadas médias urbanas e ao exército —, certamente incidiu sobre os esforços de fundação dos natimortos partidos operários e socialistas dos inícios dos anos 90 do século XIX. O fracasso desta experiência política diante do predomínio inconteste da aliança oligárquica que veio a compor o Estado liberal brasileiro possibilitou que as vertentes anarquistas assumissem a vanguarda da luta operária no Brasil e aparecessem como a forma possível de antagonismo diante do capital e do poder político. E foram exatamente os anarquistas aqueles que mais se envolveram na denúncia e na luta contra a guerra imperialista no Brasil.

Mas se, já antes da eclosão da guerra, os simpatizantes do socialismo haviam mostrado sua incapacidade de se organizar num partido político estável e com alguma penetração na classe operária em formação no Brasil, o anarcossindicalismo, por sua vez, teve no período da guerra e no imediatamente subseqüente seu momento de esplendor e de crise. Certo é que, tanto no Brasil como na Europa, a guerra imperialista veio apontar os limites da luta operária articulada por ambas as vertentes presentes no movimento operário internacional.

A irrupção da revolução socialista internacional, a partir do cambaleante império czarista grão-russo, fez com que o processo de refundação do comunismo crítico, em gestação desde a resistência ao "revisionismo" proposto por Bernstein, nos últimos anos do século XIX, entrasse em ebulição e se tornasse uma força material de grande significado histórico universal. Os horrores da guerra e a revolução na Rússia, com as expectativas de difusão pela Europa centro-oriental e alhures, estimularam ampla mobilização das massas operárias de todos os quadrantes e a revolta dos povos caídos sob domínio imperialista.

A fundação da Internacional Comunista, agregando grupos e partidos que se batiam pela defesa e difusão da revolução socialista e pela emancipação dos povos, serviu de elemento catalisador de novas lutas e mobilizações em toda parte, provocando um impacto político-cultural que marcou indelevelmente a história do século XX, incidindo sobre a multifacetada política e cultura do mundo do trabalho de grande número de países de todos os continentes. A América Latina não ficou infensa a este acontecimento, que implicou uma reviravolta na história do movimento operário e do marxismo nestas paragens, com incidência mesmo na forma e na ideologia que determinou a via da revolução burguesa nesta região, incluindo o Brasil.

Nos desdobramentos da Revolução Russa, as histórias da URSS e da Internacional Comunista se entrecruzaram de diversas formas com o movimento operário e suas organizações políticas, servindo como influxo teórico importante para a compreensão das formas de difusão do marxismo.

Guerra e revolução: a questão do antagonismo

A capitulação da grande maioria das lideranças dos partidos que compunham a Internacional Socialista diante da guerra imperialista, assim como a adesão a essa guerra de setores anarquistas expressivos (que confluíram depois, até mesmo, ao movimento fascista e ao corporativismo), mostrou a cabal necessidade do surgimento de uma concepção revolucionária que apontasse o nexo existente entre a radical oposição à guerra e a realização da revolução socialista internacional, denunciando, ao mesmo tempo, o vínculo entre o reformismo social-democrata e a conflagração militar. O

fato é que a eclosão da guerra demonstrou que o antagonismo operário fora subalternizado pela hegemonia liberal burguesa, manifestada sob a forma de nacionalismo, tendo levado à crise profunda as concepções teóricas e organizativas prevalecentes no movimento operário.

A vertente do movimento operário que reivindicava o nome de Marx e Engels, os fundadores do comunismo crítico, logo depois de decidir pela exclusão dos anarquistas (1896), aprofundou a tendência, presente mesmo antes da morte de Marx, de claudicar na radicalidade da crítica à ordem existente e no confronto com a alta cultura burguesa. Subsumida a esta, por meio da intrusão positivista e neokantista, a Internacional Socialista, cujo referencial maior era o SPD (partido social-democrata alemão), empenhou-se no reforço dos sindicatos, como braço econômico do movimento operário destinado a lutar por melhores condições de vida e trabalho sob o domínio do capital, e do partido, como braço político voltado para a educação dos trabalhadores, para angariar votos destinados à progressiva ampliação da representação parlamentar.

De tal forma, sob o invólucro de uma filosofia da história que garantia o progresso da civilização e utilizando terminologia herdada das obras de Marx e Engels, teve origem o *reformismo*, ideologia que prevaleceu no movimento operário no decorrer de todo o século XX, cuja fundamental característica foi a de reproduzir a *cisão* entre o econômico e o político, própria da ordem do capital.[1] Com uma estratégia restrita à ampliação do estatuto da cidadania dentro do Estado nacional, particularmente adequada às camadas superiores da classe operária, numa diferenciação social gerada pelo próprio processo de acumulação do capital, tal qual se deu nos albores da era imperialista, a capitulação

diante da guerra deveria ser encarada como um desenlace previsível.[2]

Anarquistas e sindicalistas revolucionários, por sua vez, persistiram na luta antimilitarista, anticlerical e anticapitalista sem, contudo, alcançar êxitos significativos. Recuando na sua influência diante da mudança no perfil da força de trabalho induzida pela "segunda revolução industrial" e pela crescente institucionalização promovida pelo social-reformismo, preservaram sua presença naqueles países como Rússia, Itália, Espanha e Portugal, na medida em que o anarquismo "clássico" se imiscuiu no nascente sindicalismo de países onde o capitalismo era mais atrasado, ou mesmo na França, onde o marxismo não fincara raízes profundas. Quando a guerra se anunciou, sua oposição se fez ouvir, ainda que muitos tenham encontrado razões para apoiar a carnificina (como Piotr Kropotkin, Jean Gravè e Enrico Malatesta), mas, quando o tempo das lutas de massa chegou, não tiveram como conduzi-las na direção da revolução social, tendo então que se defrontar com a crise e seus próprios limites teóricos e organizativos, não conseguindo tornar efetivo o antagonismo ao poder político do capital.

Lênin, que até então pensara numa revolução democrática burguesa radicalizada a ponto de levar a classe operária ao poder na Rússia,[3] retirando a ameaça czarista que pairava sobre o movimento socialista — objetivo que seria facilitado por eventual chegada ao poder do SPD —, percebeu com clareza que o desencadeamento da guerra generalizada e a capitulação da Internacional Socialista alteravam substancialmente as condições da luta revolucionária. Para o dirigente bolchevique, a origem da guerra encontrava-se no agravamento das contradições imperialistas e no fato mesmo de o imperia-

lismo moderno ter-se conectado indelevelmente ao processo de acumulação do capital.

A fase imperialista se caracteriza pela concentração e centralização do capital em grandes unidades técnico-produtivas, estimulando a formação de monopólios que estrangulam a pequena empresa e ampliam a proletarização. A concentração da riqueza social é, no entanto, maior que o incremento da produção, pois que o monopólio é decorrência da fusão e subordinação do capital mercantil e do capital industrial ao capital bancário, possibilitado por uma especulação sem freios, que concentrou os bancos e fez emergir uma oligarquia financeira parasitária.

A monopolização da produção capitalista gera uma massa excedente de capital que precisa ser exportada, utilizando-se técnicas de produção e meios de financiamento para países sob domínio direto ou sob influência condicionante dos Estados imperialistas. A divisão do mundo e do mercado mundial entre os Estados imperialistas havia sido concluída no início do século XX, de forma profundamente desigual, tanto que era previsível um acirramento das contradições interimperialistas que resultariam em guerras pela redivisão da riqueza acumulada e dos espaços coloniais, fornecedores de matéria-prima. Com isso o imperialismo acabaria provocando a revolta dos povos coloniais, cuja massa de trabalhadores era constituída por camponeses.

Se, por um lado, a diferenciação social gerada no processo de acumulação criava uma oligarquia financeira a partir do complexo burguês, por outro gerava uma "aristocracia operária", que, em busca de maior participação na riqueza social e maior inserção no Estado nacional burguês, por meio da ampliação do estatuto da cidadania, acabou se aliando às burguesias na aventura militar. Os sindicatos e o

partido operário, neste contexto, transformaram-se em organizações sociopolíticas inseridas no Estado burguês, instrumentos da aliança entre a burguesia, a pequena burguesia e os extratos superiores do proletariado, em detrimento da grande massa proletária. Ainda que preservasse o discurso marxista, o fato é que a grande maioria das direções do movimento operário encontrou no *reformismo* a ideologia justificadora de seu apoio à guerra.[4]

Desta situação, Lênin deduziu que a luta contra a guerra e a realização da revolução socialista internacional estavam imbricadas. A implicação imediata era a *cisão* sociopolítica e ideológica com a social-democracia, que deveria se efetivar na formação de novos partidos que representassem a grande massa proletária de cada país envolvido e a levasse à guerra civil revolucionária contra o reinante bloco de poder. Massa proletária essa que deveria entabular uma aliança com o campesinato e com os povos oprimidos pela dominação colonial do imperialismo. Dessa *cisão*, como corolário, deveria resultar uma nova Internacional.[5]

Com a eclosão da revolução socialista internacional, cujo primeiro e fundamental passo foi dado na Rússia (1917), e com a formação da Internacional Comunista (1919), Lênin chegava ao ápice de um processo teórico-prático de *refundação* do comunismo crítico e de resgate do marxismo. Os elementos essenciais da *refundação comunista* do século XX podem ser encontrados no resgate da dialética e do antagonismo contra o capital, em oposição às concepções positivistas e neokantistas, na análise do imperialismo como modo de reprodução ampliada do capital e origem da guerra, que punha a revolução socialista na ordem do dia; em uma palavra, na *cisão* com o reformismo. Concretamente a *refundação* teria que ocorrer com novos partidos e numa nova Interna-

cional, portadores da subjetividade antagônica à ordem do capital.[6]

No desenho estratégico concebido por Lênin, a revolução socialista internacional, devido a circunstâncias excepcionais,[7] teria início no seio do império czarista, mas deveria espraiar-se para o núcleo do Ocidente, tendo em vista particularmente a classe operária alemã, a qual poderia fornecer auxílio na transmissão da ciência e da técnica presentes no capitalismo germânico, fortemente marcado pela presença do Estado. Com efeito, a tomada do poder pelos bolcheviques, em novembro de 1917, ajudou na antecipação do final da guerra e estimulou a revolta operária nos chamados impérios centrais.

Assim, em fins de 1918, pareceu ter chegado a vez de a Alemanha ver o proletariado no poder, mas as circunstâncias não eram as mesmas e teriam exigido uma variação estratégica para que o objetivo revolucionário fosse alcançado.[8] Apesar da repressão, a revolução continuou em 1919, com momentânea vitória na Hungria e na Baviera, além de avanços na Áustria e na Itália.

Na verdade, os territórios dos impérios russo, alemão e austro-húngaro compunham não só o espaço da revolução socialista, mas também o espaço da refundação teórico-prática do comunismo. Depois do apogeu, em junho de 1919, o processo revolucionário internacional começou a declinar, deslocando-se em ondas relativamente fracas para o Ocidente, incluindo os EUA, e refluindo para o epicentro original na Rússia, até que se esgotou, ficando circunscrito ao território do antigo império czarista, amputado das zonas mais ocidentais. A Internacional Comunista foi fundada em março de 1919, no decorrer da fase de ascensão, tendo contado com a adesão de organizações provenientes, na grande maioria, do aludido espaço da revolução socialista e da refundação comunista.

Se, por um lado, a revolução socialista tendeu a ficar restrita à própria Rússia, dentro do seu espaço original, por outra parte tendeu a espraiar-se por vastas áreas do planeta, ainda que não sob a forma de revolução socialista, ainda que a rebelião operária tenha estado presente quase em toda parte. Da Turquia ao mundo árabe, ao Irã, à Índia, à China, à maior parte da América Latina, a comoção revolucionária se espalhou, desfraldando a bandeira da revolução e do antiimperialismo, além de levar a crítica marxista, na perspectiva da *refundação* leniniana, que valorizava a atuação do campesinato.[9]

Foi o II Congresso da Internacional Comunista, realizado em julho de 1920, que forneceu os contornos mais definidos da forma e do programa das organizações que tomariam parte deste instrumento revolucionário, exigindo reformulações daquelas já constituídas e estimulando fortemente a formação de partidos comunistas onde parecesse possível. Realizado num momento em que a onda revolucionária perdia ímpeto, visava à reorganização das forças existentes e à ampliação da área de atuação, a fim de defender o núcleo que representava a Rússia e, ao mesmo tempo, dar conta do objetivo de tornar-se efetivamente o partido mundial da revolução. As teses apresentadas nesse congresso afirmavam a necessidade de uma aliança antiimperialista formada pela união do proletariado e das massas camponesas de cada país, a fim de abater a dominação latifundiária e da burguesia, assim como do imperialismo, para superar a opressão nacional.

Movimento operário e antagonismo social no Brasil

A maciça migração de trabalhadores pobres da Europa central e mediterrânea em direção ao Novo Mundo, cujo

destino foram regiões de clima mais temperado (os EUA e partes do Cone Sul), levou consigo as culturas das classes subalternas e as ideologias do movimento operário europeu, notadamente o socialismo e as variadas vertentes anarquistas. Adaptando-se às novas condições, estas se difundiram por outras partes do continente. A força de trabalho migrante reverberou o impacto da experiência da Comuna de Paris e as disputas ideológicas existentes na época da Associação Internacional dos Trabalhadores (também conhecida como I Internacional) e nunca perdeu de vista aquilo que se passava na Europa.

No início do século XX, consolidou-se a influência do anarcossindicalismo (produto da atração de correntes anarquistas pelo hegemônico sindicalismo revolucionário) em vários países, tendo então sido organizadas, num momento de ascensão do movimento operário, federações sindicais importantes no México, Argentina (1901), Uruguai (1904), Brasil (1906) e Chile (1909), de caráter francamente antagônico à ordem do capital em gestação. O anarcossindicalismo foi um imponente adversário e contraponto do socialismo nos seus albores. Este, por seu turno, embora presente de maneira esporádica na cena continental, começou a ter peso organizativo e ideológico no nascente movimento operário, na medida em que o caudal migratório se fortalecia e o impacto da fundação de partidos operários e da Internacional Socialista se fazia sentir.[10]

A perspectiva do reformismo logo se consolidou no neonato socialismo, dado o fato de que a obra de Marx foi colocada no mesmo pedestal da elaboração de um Comte, Spencer, Darwin ou Haeckel, vindo a predominar uma visão naturalista e economicista do processo histórico. No horizonte de tal movimento socialista estaria a incorporação da

classe operária à vida estatal, o que fazia dela um mero caudatário das forças sociais e das tendências socioculturais que indicavam o caminho do desenvolvimento capitalista e da revolução burguesa.

Este reformismo nem ao menos supunha que a grande massa agrária pudesse constituir-se em sujeito político essencial na configuração de um mercado integrado sob um Estado claramente antioligárquico, tendo incorporado a visão predominante na Internacional Socialista, que duvidava da capacidade dos camponeses (em sua maioria de não-brancos) de atingir a "civilização" por própria iniciativa. O impacto da revolução mexicana e, em seguida, da Revolução Russa mostrou as possibilidades revolucionárias dos camponeses, lá onde a tradição comunal ou a busca pela terra eram particularmente intensas, assim como os limites colocados para a expansão do reformismo da Internacional Socialista em direção aos países fora do núcleo original do Ocidente.[11]

Quando arrebentou a guerra imperialista, com maior ou menor decisão, socialistas e anarcossindicalistas de todo o continente manifestaram sua oposição. Não houve condições, porém, para que se vislumbrasse a oportunidade de estabelecer um Estado nacional livre das amarras da dominação imperialista, tendo-se limitado as posições à neutralidade pacifista ou à proposta de boicote. Ainda que tenham sido os anarcossindicalistas aqueles que mais empenho mostraram na luta contra a guerra, não houve no Brasil e no continente um impacto que sugerisse uma cisão no seio de socialistas e de anarcossindicalistas, em função da atividade bélica, a não ser por poucas exceções.[12]

A guerra surpreendeu o movimento operário do Brasil num momento de depressão que se arrastava desde

1909, com um curto interregno de ascensão em 1912-1913, agravando ainda mais a situação de penúria e desocupação que decorreu da crise cafeeira de meados desse último ano, colocando em crise a Confederação Operária Brasileira (COB).[13] Mesmo assim, a mobilização contra a guerra se fez ouvir. Por iniciativa da COB, a partir de março de 1915 foram criadas comissões para organizar a luta contra a guerra, culminando em outubro num Congresso de Paz, com delegações de diversos estados da federação, e um Congresso Anarquista Sul-Americano, com comícios e manifestações públicas.[14]

O assunto da guerra ganhou novo fôlego em 1917, quando se agravara a situação de penúria dos povos beligerantes e teve início a revolução na Rússia, em março. A entrada do poderoso EUA e do pequeno vizinho Uruguai na guerra, em abril, ao lado da aliança anglo-francesa, aumentou as preocupações sobre a atitude que tomaria o governo brasileiro diante dos afundamentos de navios nacionais e da mobilização guerreira, favorável a um e outro lado do conflito.

Por fim, em outubro, o Brasil quebrou a neutralidade que mantinha, alinhando-se do lado contrário aos impérios centrais, definindo assim a contenda que se travava no interior das forças armadas sobre qual modelo seguir na sua indispensável reorganização e reaparelhamento.[15] O cedimento do Brasil às pressões para que entrasse na guerra angariou apoio de alguns declarados socialistas, como Carlos Escobar, Rangel Pestana e Carlos Marçal, enquanto Monteiro Lobato persistiu na sua posição favorável à Alemanha.[16]

Se a guerra não causou grandes desgastes no seio das correntes do movimento operário, tendo sido poucas as defecções de apoio à contenda bélica, tampouco se mostrou possível a palavra de ordem alardeada pelos anarcossindicalistas, de transformar a guerra em motivo de greve geral

revolucionária. As querelas se acirraram gradualmente, à medida que se fazia sentir o impacto da Revolução Russa e seus desdobramentos. A Rússia desaparecera das preocupações das lideranças operárias do Brasil desde que a revolução de 1905 fora contida. Agora, em março de 1917, voltava com força inimaginável, com a notícia da queda do czar de todas as Rússias, angariando uma generalizada simpatia na imprensa liberal e conservadora, reforçada ainda pelo anúncio de que a nova República continuaria seu empenho militar ao lado dos Estados liberal-imperialistas do Ocidente.

Ainda que longe de qualquer alternativa que implicasse uma ruptura, ou mesmo uma renegociação da situação do Brasil perante o sistema imperialista, o conflito criou empecilhos ao comércio exterior e desviou excedente para a indústria, fortalecendo assim o poder de contratação da força de trabalho. Assim, a partir de 1917, há uma retomada do movimento operário no Brasil, que estica ao limite o grau de conflituosidade social possível naquele momento.

De março de 1917 até março de 1920 (basicamente o período de duração da revolução socialista internacional e da insurgência operária), a classe operária brasileira combateu contra o capital, pelo reconhecimento como força de trabalho organizada dentro de um mercado determinado, exigindo sua afirmação como força social autônoma e antagônica à ordem e, ao mesmo tempo, uma legislação restritiva da exploração desenfreada. Longe do discurso libertário e revolucionário, a vanguarda anarcossindicalista do jovem proletariado multiétnico ousava dar lições de "civilização" a uma classe dominante acostumada ao secular poder escravista e senhorial.

Um movimento paredista que reivindicava melhoria salarial teve origem em algumas importantes fábricas têxteis da zona leste da capital paulista, tendo-se logo difundi-

do por outras categorias profissionais e para outras cidades do estado. A solidariedade espalhou-se para o Rio de Janeiro e depois para Minas Gerais, Paraná, Pará e Pernambuco, tendo atingido cerca de 30% força de trabalho fabril e ferramenteira. A amplitude da greve e a recusa de soldados do exército de servir de instrumento de repressão obrigaram os governos oligárquicos a negociar e fazer concessões ao Comitê de Defesa Proletária, constituído em julho de 1917, promulgando lei que restringia o trabalho de crianças e mulheres.

Esta situação, além das pressões do imperialismo, certamente pesou nas ponderações para que o Brasil se declarasse em estado de guerra, o que veio a facilitar a repressão desencadeada contra o proletariado. Por outro lado, as primeiras notícias sobre a tomada do poder pelos bolcheviques ofereceram um renovado alento ao movimento operário para seguir na luta e para, no segundo semestre de 1918, retomar a ofensiva.

A Revolução Russa em particular, mas todo o desenvolvimento da revolução socialista internacional, exerceu um forte efeito catalisador nas lutas da classe operária brasileira, assim como na de outros países, ao mesmo tempo em que ensejou divergências, à medida que evolvia o processo revolucionário e que as notícias e informações ficavam mais próximas da realidade. Diante da confusão que predominava na imprensa simpática à guerra travada pelos Estados liberal-imperialistas, a percepção que desde logo Astrojildo Pereira teve do processo é de fato de chamar atenção, justificando uma longa citação. Ainda em meados de julho, recém-empossado o governo Kerenski, dizia assim o então jovem jornalista libertário:

> Bem difícil, sem dúvida, é precisar o curso dos atuais acontecimentos na Rússia. Aliás, seria rematada tolice pretender

> firmar tais ou quais traços definitivos do grande movimento que deu por terra, abruptamente, com a casta dos Romanov, e com ela, de cambulhada, todas as demais castas aristocráticas e monopolizadoras das riquezas e do poder.
>
> Movimento de tal magnitude e complexidade, revolvido por mil correntes diversas, há de por força manifestar-se confuso e contraditório, com altos e baixos, com claros e escuros violentos. Impossível, pois, determinar em linhas inflexíveis os traços essenciais dos fatos revolucionários e suas conseqüências. O que não quer dizer que, em meio do cipoal dos telegramas e correspondências e de outros documentos mais raros, não se possa fazer uma idéia mais ou menos aproximada do grande drama político — grande por si mesmo e ainda maior por suas conseqüências —, da orientação que o tem guiado e das tendências que o caracterizam.
>
> Os dois núcleos orientadores do movimento, a Duma e o Comitê de Operários e Soldados, este surgido da própria revolução, logo tomaram posições antagônicas, terminado o golpe demolidor. A Duma, vinda do antigo regime, pode-se dizer representa, em maioria, a burguesia moderada e democrática, ao passo que o Comitê de Operários e Soldados, composto de operários, representa o proletariado avançado, democrata, socialista e anarquista. A Duma deu o governo provisório e o primeiro ministério; o Comitê de Operários e Soldados derrubou o primeiro ministério, influiu poderosamente na formação do segundo e tem anulado quase por completo, se não de todo, a ação da Duma.
>
> Insignificante, sem nenhum peso, pelo menos até agora, o elemento reacionário e aristocrático, a situação russa tem que obedecer, na sua luta pela estabilização pública, às duas forças principais enfeixadas pelo proletariado socialista e anarquista e pela burguesia democrática e republicana. A qual das duas forças está destinada a preponderância na reorganização da vida russa? O que se pode afirmar com certeza é que essa preponderância tem cabido, até agora, ao proletariado. E como o proletariado, cuja capacidade política já anulou o papel da Duma burguesa, está com as armas na

> mão, não encontrando, pois, resistência séria a seus desígnios, não muito longe da certeza andará quem prever a sua contínua preponderância, até completa absorção de todos os ramos da vida nacional, extinguindo-se, de tal modo, num prazo mais ou menos largo, a divisão do povo russo em castas diversas e inimigas. E inútil é insistir na influência que tais acontecimentos exercerão no resto do mundo, na obra de reconstrução dos povos, cujos alicerces estão sendo abalados pelo fragor inaudito dos grandes canhões destruidores...[17]

Fosse por sua excepcional intuição ou porque lhe havia providencialmente caído em mãos algum informativo mais adequado ao que ocorria, a verdade é que Astrojildo Pereira captou, neste texto, a existência de um poder dual na Rússia revolucionária, cuja tendência era o predomínio do proletariado, o que levaria a uma sociedade sem classes, acontecimentos que teriam um grande impacto no mundo todo. Nada mais próximo da perspectiva leniniana!

Por outro lado, Lênin e os bolcheviques eram rotulados pelas agências noticiosas controladas pelo imperialismo ocidental como agentes alemães que apenas pregavam a retirada da Rússia da guerra. No mais das vezes eram identificados com o nome de *maximalistas*, isto é, os defensores de um programa político máximo, e qualificados como anarquistas. Esse nome foi incorporado nos debates e informativos do movimento operário, talvez porque guardasse similaridade lingüística com a vertente *massimalista* do socialismo italiano, conhecida de grande número de migrantes vindos daquele país peninsular, ou por algum problema na tradução inglesa, ou ainda porque a vertente social-revolucionária russa era também assim chamada. Mas como o objetivo maior era o de gerar confusão e desinformação, essas mesmas fontes noticiosas também identificavam a Rússia como tomada pelo caos e pela anarquia. Um sem-número de vezes foi anunciada

a queda dos bolcheviques, a prisão ou a morte de Lênin, o retorno de Kerenski ao poder. Além de Lênin, o nome de Trótski ficou conhecido em todo o mundo, particularmente depois de barrar o avanço alemão rumo a Petrogrado.

Como, para a vanguarda do movimento operário brasileiro daquele momento, *anarquia* tinha o significado de estado positivo e desejável, indicando uma ordem de livres e iguais, as notícias que chegavam eram motivo de júbilo e estímulo para atingir o mesmo objetivo e "fazer como na Rússia". Como a maior parte da imprensa operária havia sucumbido à repressão desencadeada pelo Estado liberal em estado de guerra, o operariado teve que se virar com aquilo que era noticiado na grande imprensa ou com o que pudesse inserir em seção de cartas ou artigos esparsos. Tanto que, em março de 1918, Astrojildo Pereira publicou (com o codinome Alex Pavel) um pequeno folheto com escritos que comentavam a postura da imprensa sobre os acontecimentos revolucionários, com o título de *A Revolução Russa e a imprensa*.

Na primeira destas cartas, Astrojildo Pereira aponta a diferença de comportamento e de opinião emitida pela imprensa em relação à queda do czar, em março, e à derrubada do governo provisório, em novembro. Sugere corretamente que "os nossos jornais desejariam que se constituísse, na Rússia, sobre as ruínas do Império, uma flamante democracia de bacharéis e de negociantes, como a que tem por presidente o Sr. Wilson, ou como esta nossa presidida pela sabedoria inconfundível do Sr. Wenceslau". Ao sarcasmo contra as instituições liberais dos EUA e do Brasil, Astrojildo Pereira contrapõe:

> como a Revolução Russa, ao contrário disso, tem tomado um caráter profundo, de verdadeira *revolução*, isto é, de trans-

> formação violenta e radical de sistemas, de métodos e de organismos sociais, levada para diante aos empurrões, pelo povo, pela massa popular, eis que nossos jornais desabam sobre ela, de rijo, toda a fúria da sua indignação democrática e republicana.[18]

Nos textos seguintes, Astrojildo Pereira aponta o absurdo que significava ver em Lênin um "agente alemão", dizendo ser um conhecido socialista de tendência bolchevique. Acompanha as negociações que permitiram a saída da Rússia revolucionária da guerra e defende a autonomia dos povos do decaído império, sempre saudando a maneira como "A revolução [...] integrou-se finalmente nas mãos da plebe, tomando uma orientação verdadeiramente popular e libertária, — antiguerrista, antiburguesa e antiautoritária".[19]

Por fim, denuncia a posição do jornal *A Razão*, de pendores socialistas, que antes havia expressado opiniões favoráveis à guerra e agora se opunha violentamente à revolução em marcha na Rússia. Aliás, a posição dos socialistas no Brasil tendeu a se afinar, na grande maioria, com as correntes da Internacional Socialista que se opunham à revolução ou a entendiam como um fenômeno especificamente russo-oriental. Um exemplo de denodo no combate à obra dos bolcheviques pode ser encontrado no socialista italiano radicado em São Paulo Antonio Piccarollo.

A Revolução Russa fez sentir seu impacto também naqueles que tinham uma visão crítica da iníqua ordem social e dos costumes da vida brasileira, como o escritor Lima Barreto, que, ao escrever um artigo atacando os altos impostos e a dívida interna, a propriedade privada, o latifúndio, a riqueza das ordens religiosas, o casamento monogâmico permanente e outras mazelas, assevera: "[...] confesso que foi a revolução russa que me inspirou tudo isso".[20] Esse artigo foi logo rotu-

lado de "manifesto maximalista" pelos adversários na imprensa do Rio de Janeiro.

Em meados de 1918, Astrojildo Pereira, na apresentação de um semanário feito de próprio punho, de título *Crônica Subversiva*, declarava ser um "militante apaixonado da Anarquia".[21] Algumas semanas depois, observava a iminência da expansão da revolução diante da situação militar inconclusiva. Para ele, "Outra solução, que não a militar, tem, pois, de ser dada ao conflito. Ora, a não ser pelas armas, com o esmagamento dum dos outros grupos beligerantes pelo outro, a única solução possível será a resultante da ação revolucionária dos povos, sobrepondo-se ao Estado e às burguesias e dinastias dirigentes".[22] Como se vê, Astrojildo Pereira não era, nem poderia ser, um marxista revolucionário, mas encontrava-se no caminho da mutação ideológica que afetaria todo o movimento operário brasileiro.

No segundo semestre, desta vez no Rio de Janeiro, o movimento operário ganha novo impulso com a greve dos transportes. Conduzida por Astrojildo Pereira, João da Costa Pimenta e outros, a greve ganha adesões importantes, até mesmo de soldados do exército, mas acaba coibida por violenta repressão policial, que serviu para alimentar o ressentimento popular contra as instituições estatais. Os principais líderes do movimento operário da capital do país, anarquistas e socialistas, resolvem então tentar um assalto ao poder.

Depois de um curto período de conspiração, Astrojildo Pereira, José Oiticica, Agripino Nazareh e mais algumas dezenas decidiram passar à ação, mas, antes que o fizessem, um delator infiltrado provocou a prisão do grupo. Mesmo assim ocorreram paralisações e movimentação insurrecional dos operários das fábricas têxteis, metalúrgicas e da construção civil, com enfrentamentos com a polícia, que prendeu cente-

nas de pessoas. Sem dúvida inspirado pela Revolução Russa, mas também solidamente fincado numa tradição brasileira, esse movimento, pela estratégia e pela base social, antecipa a insurreição de 1935.

Esse movimento coincidiu ainda com o fim da guerra e com o início da esperada expansão da revolução socialista para além das terras do ex-império dos czares. A fugaz esperança de que os conselhos de operários e soldados tomassem o poder na Alemanha, repetindo o feito na Rússia, logo se desfez, culminando em janeiro com o assassinato de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, líderes da Liga de Spartacus e do recém-fundado Partido Comunista da Alemanha (KPD). Grande foi o impacto desta tragédia, minorada a dor pela tomada do poder, em março, pelos conselhos húngaros.

O primeiro semestre de 1919 é o apogeu da revolução socialista internacional e da insubordinação operária, com greves e manifestações que perpassam por todas as partes. No Brasil, além de um sem-número de greves, o ano ficou marcado por uma gigantesca manifestação de Primeiro de Maio, aberta, no Rio, por uma faixa que anunciava a presença do Partido Comunista. A força do internacionalismo e a injeção de ânimo vinda da Rússia, da Alemanha e da Hungria eram evidentes, assim como da Argentina, do Uruguai e do Chile.

Um primeiro agrupamento autodenominado comunista forma-se no Rio de Janeiro, em janeiro de 1919, possivelmente inspirado pelos acontecimentos alemães. Em 1º de maio é lançado em São Paulo o programa da Aliança Comunista, escrito por Edgard Leuenroth e Antonio Duarte Candeias, de claro perfil sindicalista revolucionário, mas incluindo diversas expressões e propondo algumas instituições similares às que se forjavam na Rússia. Em junho, por fim, realiza-se uma conferência que anuncia o Partido Comunista

do Brasil, com a presença de delegados de vários estados. Eram os primeiros passos de uma longa e tortuosa cisão e transmutação ideológica no seio da intelectualidade vinculada ao movimento operário no Brasil.[23]

Em agosto teve início, no Rio, a publicação do semanário *Spartacus*, porta-voz deste pioneiro agrupamento comunista, logo transformado em diário e cujo nome era uma homenagem a Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht. Astrojildo Pereira figura como chefe de redação deste periódico, que chegou a publicar alguns documentos da IC, entre os quais *A democracia burguesa e a democracia proletária*, redigido por Lênin. Deixou de circular em janeiro de 1920, devido ao acirramento das divergências geradas pelas dificuldades no andamento do movimento operário e principalmente pelo desenrolar da Revolução Russa, na qual os bolcheviques haviam iniciado o confronto com os anarquistas, particularmente na Ucrânia, diante da necessidade de reforçar a ditadura e centralizar as forças militares de resistência aos exércitos contra-revolucionários.

O movimento perpassa também por todo o Brasil, com greves e manifestações na Bahia, Alagoas e Pernambuco, lideradas por anarcossindicalistas e maçons. Em Pernambuco, em meio ao andamento da greve geral de julho-agosto de 1919, considera-se a realização de uma conferência anarcocomunista,[24] quando a vertente anarcossindicalista tomou a direção do movimento, deixando os socialistas para trás, até mesmo o prestigioso nome de Joaquim Pimenta. A cisão no seio do movimento dos trabalhadores pernambucanos acentua-se com o retorno da Europa de Antônio Bernardo Canellas, que fora participar de um Congresso Sindical em Amsterdã, de caráter reformista, e para o qual chegou atrasado.

Canellas voltou, no entanto, após sete meses de estadia num continente convulsionado pela revolução socialista, convencido de que o sindicalismo revolucionário indicava o caminho a ser trilhado e de que o bolchevismo poderia ser adaptado às condições concretas de cada país, declarando ainda ser favorável à ditadura proletária, como necessária fase de transição. A divisão no movimento sindical, entre anarcossindicalistas e reformistas, não foi digerida pelo grupo de Cristiano Cordeiro e Rodolfo Coutinho, organizado no Centro de Estudos Sociais e que declarava pretender manter unido o sindicalismo no estado e formar um grupo comunista.[25] Esse grupo se vinculava aos anarcossindicalistas no problema da revolução, mas se aproximava dos socialistas na questão da necessidade de um partido político. Todas estas tendências se expressavam no jornal *Hora Social*, até a consolidação da cisão.

A rebelião da classe operária contra os Estados oligárquicos e a nascente ordem liberal ocorreu em quase todos os rincões da América Latina, conduzida por anarcossindicalistas e por socialistas, em diferentes proporções, de acordo com o país. Forma de luta fundamental foi a greve de massa, que se difundiu como um rastilho de pólvora pelo continente. Muitos foram os confrontos com forças de repressão em função de um sem-número de greves, insurreições localizadas e combates de barricada, com milhares de vítimas. Em janeiro de 1919, por exemplo, durante a semana "sangrenta", marcharam por Buenos Aires cerca de 200 mil manifestantes no sepultamento de alguns operários assassinados pela repressão estatal, enquanto no Chile os insurretos chegaram a tomar o poder em Puerto Natales. Mas houve greves e motins também no Uruguai, no Peru, na Colômbia, em Cuba e no México.

Entre 1917 e 1920, portanto, praticamente toda a classe operária do Brasil e da América Latina se viu envolvida na ampla mobilização social, estimulada por suas precárias condições de vida, pela difusão da exploração capitalista e pelo impacto da Revolução Russa, que ofereceu uma tensão ideal sem precedentes. A unificação do movimento, muitas vezes, girava em torno da solidariedade com a Rússia soviética atacada por forças imperialistas oriundas de diversas partes. Por causa das dificuldades concretas enfrentadas pelo movimento operário como a falta de centralização, o isolamento social, a carência de meios organizativos para efetivar o enfrentamento com as forças da ordem — e das lições sacadas da experiência russa e bolchevique —, aos poucos encaminhou-se uma fração variável de socialistas e anarcossindicalistas para a cisão com a consolidada cultura política do movimento operário.

Na Argentina, onde a divisão no Partido Socialista era latente desde o início da década, ela foi acentuada com o desencadeamento da guerra imperialista. A vertente que se opôs à guerra e apoiou a Revolução Russa formou, em janeiro de 1918, o Partido Socialista Internacional, tendo aderido à Internacional Comunista tão logo tomou conhecimento da fundação da nova organização revolucionária. Em dezembro de 1920, em decorrência das decisões do II Congresso da IC, mudou o nome para Partido Comunista da Argentina. Em 1921, a intelectualidade crítico-radical do grupo Claridad decidiu pelo ingresso no partido. No Uruguai, no bojo da mobilização social e no calor da solidariedade com a Revolução Russa, em estreita conexão com os argentinos, a cisão incorporou a grande maioria do Partido Socialista, levando também um setor dos anarcossindicalistas, de modo que, em setembro de 1920, tomou-se a decisão de pedir ingresso na

IC e, em abril do ano seguinte, o nome foi mudado para Partido Comunista do Uruguai.

No caso chileno, a cisão antecedeu à própria guerra, tendo o Partido Socialista Operário sido fundado em 1912 (por acaso, no mesmo ano da cisão bolchevique no POSDR), originado de setores do Partido Social-Democrata e da Federação Operária. A relação estreita com o movimento operário argentino é comprovável pela participação do chileno Luiz Emílio Recabarren na primeira direção do PSI. O PSO decidiu pela adesão à IC em dezembro de 1920, e em janeiro de 1922 teve lugar o congresso que oficializou a mudança de nome do partido para Partido Comunista do Chile. No México, próximo de concluir-se a revolução e no bojo da mobilização operária, os diversos e dispersos círculos socialistas decidiram fundar um partido socialista, que em 1921 passou a chamar-se Partido Comunista do México. Esse partido, além da movimentação revolucionária do próprio país, manteve relações estreitas com revolucionários cubanos exilados, como Julio Mela, com o movimento operário americano e com militantes internacionalistas de confiança da IC, como o indiano M. N. Roy, o japonês Katayama e o russo Mikhail Borodin.

A debilidade e a instabilidade orgânica do socialismo no Brasil e, pelo reverso, a forte presença do anarcossindicalismo determinaram um relativo retardamento na organização do Partido Comunista no país e um relativamente longo período de transmutação ideológica, embora tivessem sido mantidas estreitas relações com os congêneres do Cone Sul.[26] No afã de preservar a unidade do movimento revolucionário, ou pelo menos garantir a atração da maior parte de sua liderança para a arena do bolchevismo, Astrojildo Pereira empenhou-se a fundo no debate sobre a questão russa e na

organização do III Congresso Operário do Brasil — previsto para fins de abril de 1920 —, utilizando as páginas do jornal *A Voz do Povo*, órgão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro. São crescentes, entretanto, os rumores sobre a intenção de se fundar um partido comunista, procurando-se identificar quem seriam ou não os aderentes da nova idéia.

O embate entre aqueles que, mesmo com alguma reserva, insistiam na obra de defesa e solidariedade com a Revolução Russa e os que passaram a atacá-la, em decorrência da repressão ao anarquismo, polarizou o encontro. Foi aprovada uma resolução de apoio e solidariedade à IC, mas a idéia da adesão ficou inviável, por não existir um partido ou mesmo um consenso maior sobre sua desejabilidade ou necessidade. Astrojildo Pereira, nessa situação de impasse, defendeu a idéia de a COB se organizar de forma mais centralizada, nos moldes da americana Industrial Workers of the World (IWW), idealizada pelo marxista Daniel De Leon, ou como a Confederação Sindical Soviética.[27]

Este projeto de transição ruiu por terra, dada a indefinição da questão russa e do partido operário, enquanto o fracasso das greves dos têxteis de São Paulo e dos ferroviários de Leopoldina (RJ), deflagradas em março, anunciava o canto do cisne da ofensiva operária, em meio à grave crise ideológica e organizativa. Com isso, a organização de estilo anarcossindicalista encolheu e a imprensa definhou diante das dificuldades.

Os resultados do II Congresso da IC, realizado em fins de julho de 1920, que deram forte ênfase à questão do partido revolucionário e da ditadura proletária, acentuaram o processo de cisão e decantação no seio do movimento operário. Agora, além da ala "centrista" da social-democracia, também o "esquerdismo", fortemente radicado na Ale-

manha e em outros partidos do Ocidente, passou a receber críticas.[28] Um dos objetivos do congresso era precisamente demarcar uma diferenciação à esquerda entre o comunismo, o "dogmatismo de esquerda" e o anarcossindicalismo, justificando a repressão da qual os anarquistas haviam sido vítimas no período que sucedeu o congresso de fundação da IC. A partir da divulgação das chamadas 21 condições de ingresso na IC, houve clara separação entre anarquistas e sindicalistas revolucionários, assim como um ampliado estímulo para a formação de partidos comunistas em todas as partes.

O debate no seio do movimento operário brasileiro girava em torno das correlatas questões da situação russa e da necessidade de fundar um partido político para guiar a luta de classes. Percebendo o impasse da vanguarda anarcossindicalista, tendências reformistas tanto do Recife como do Rio de Janeiro buscaram fundar um partido socialista ancorado na classe operária.[29] No entanto, ainda que de forma muito rudimentar, o impacto da Revolução Russa estava dotando uma parte da vanguarda operária de um novo instrumental teórico, que apontava a necessidade de um partido revolucionário e a construção de um novo Estado político, sob a forma de ditadura democrática do proletariado.

Iniciada em tons cordiais, a polêmica foi assumindo tons sempre mais ríspidos, até que em novembro, nas horas finais do jornal *Voz do Povo*, já conhecidos os documentos do II Congresso da IC, a situação se precipitou, com a divisão aberta entre aqueles que continuavam apoiando a Revolução Russa e a IC, tendendo, portanto, a encaminhar-se para uma nova fundação do partido comunista, e aqueles que optaram por refluir no ideário anarcossindicalista, passando a criticar a situação russa.

Os mais importantes partidos da IC estavam formados no início de 1921, em coincidência com o esgotamento da onda revolucionária que teve seu epicentro na Rússia, mas atravessou quase todo o planeta. A tática da nova Internacional era fazer uso do impacto e do prestígio da Revolução Russa entre parcelas significativas do operariado europeu, pressionando pela exclusão das tendências mais à direita dos partidos socialistas e atraindo as bases "centristas" para convergir na formação dos partidos comunistas. Deste modo, surgiram partidos comunistas com sustentação popular na Alemanha (com a cisão do USPD — partido social-democrata independente), na Checoslováquia, na Bulgária, na Iugoslávia, na Suécia. Na França, o partido surgiu da iniciativa das tendências "centristas" do socialismo, antecipando problemas no desenvolvimento desta seção da IC.

Na Itália, último dos maiores países europeus a conceber um partido comunista, os "centristas" permaneceram unidos aos reformistas por mais algum tempo, fazendo com que o PCI nascesse relativamente isolado e dotado de orientação de extrema esquerda. A IC teve pequena penetração em alguns países pequenos, mas com alto grau de desenvolvimento, como a Holanda, a Bélgica e a Dinamarca. Desde o Congresso dos Povos do Oriente, realizado em Baku em setembro de 1920, fortaleceu-se a tendência para a organização de partidos comunistas nos principais países asiáticos, mas o fracasso mais rotundo da IC foi não conseguir penetrar com força no mundo anglo-americano.

Enquanto partidos comunistas, na Argentina, Uruguai, Chile e México, estavam em fase avançada de organização e de incorporação na IC, no Brasil o processo encontra-

va-se numa fase inicial de aglutinação de pequenos grupos de discussão e propaganda. Astrojildo Pereira, utilizando as páginas do jornal anarcossindicalista *A Vanguarda*, persistia na defesa da unidade do movimento sindical e de sua reorganização de maneira mais centralizada, nos moldes da IWW e da Confederação Sindical Soviética, levando em conta que a derrota do movimento operário brasileiro fora, em parte, motivada pela excessiva descentralização.

Derrotada a revolução socialista internacional, a Rússia soviética viu-se isolada e gravemente afetada pela guerra imperialista e pelo cerco que lhe foi imposto, com uma verdadeira ruptura no tecido social, com a redução demográfica e o decréscimo dramático da produção de bens essenciais. Uma última esperança de auxílio imediato veio da intentada "ação de março" dos comunistas alemães.[30] O fracasso desta fez ver à IC e à direção bolchevique que a revolução deveria aguardar uma nova oportunidade, que se esperava para breve, mas, enfim, não imediatamente. Enquanto isso, na Rússia, reprimido o levante do Kronstadt, o X Congresso do Partido Comunista da Rússia (bolchevique) decidiu pela proibição de outros partidos e pela proibição provisória de tendências internas.

Lênin percebera então que, derrotada a revolução socialista internacional e isolada a Rússia, a questão voltava a ser o resgate da miséria material e cultural das grandes massas do povo russo e que isso só poderia ser feito por meio do desenvolvimento de um capitalismo monopolista de Estado sob poder soviético, forma tomada pela ditadura democrática do proletariado e do campesinato, primeiro passo da transição socialista. Tratava-se principalmente de possibilitar a circulação de mercadorias por ação de uma imensa massa camponesa possuidora de terra, orientação esta que ficou conhecida como NEP.[31]

O III Congresso da IC foi antecipado para junho de 1921, a fim de consolidar uma guinada estratégica de grandes proporções. Tratava-se de reconhecer que a revolução socialista internacional fora paralisada pelo contra-ataque do capital e que a tarefa fundamental passava a ser a consolidação de partidos comunistas de massa nos principais países imperialistas, associada à consecução da unidade operária sobre novas bases. Era o anúncio de que a fase da *cisão* estava concluída e a antecipação da fórmula política que viria a ser conhecida como "frente única", que tinha sua contraparte na NEP, a ser implementada na Rússia soviética.

O obstáculo maior para a imposição dessa política no conjunto da IC vinha de alguns importantes partidos da Europa, como o KPD e o PCI, com significativos setores que defendiam a chamada "teoria da ofensiva". Este comunismo de esquerda foi derrotado no congresso a partir do momento em que a delegação russa, após intensos debates, apresentou-se com uma posição fechada, tendo sido Bukharin e Zinoviev persuadidos por Lênin.[32] A nova política foi reafirmada no I Pleno da Comissão Executiva da IC (CEIC), em março de 1922.

Se dificuldades se fizeram sentir em partidos relativamente sólidos, recém-emersos da *cisão* com a social-democracia, o problema apresentou-se ainda maior para partidos em fase de gestação e que certamente viriam à luz com muita debilidade, como o caso brasileiro, que teve que enfrentar de maneira sincrônica os problemas da *cisão* e da *frente única*. No momento da conclusão do III Congresso da IC, existiam no Brasil vários grupos e círculos de simpatizantes da Revolução Russa e da idéia da necessidade de construção de um partido do movimento operário, que foram se aglutinando a partir de três pólos principais.[33]

No Recife, desde 1919 havia o Centro de Estudos Sociais, de Cristiano Cordeiro e Rodolfo Coutinho, que confluiu com a vertente anarcossindicalista de Antônio Bernardo Canellas na formação do Grupo Comunista de Pernambuco, em 1º de janeiro de 1922. No Sul, em Porto Alegre havia, desde 1918, a União Maximalista, de Abílio de Nequete, que em fins de 1921 passou a chamar-se de Grupo Comunista de Porto Alegre, ao qual se juntaram ainda grupos semelhantes existentes em Livramento e Passo Fundo. Mantinha contatos próximos com o Uruguai e a Argentina, tanto que, no congresso de fundação do PCB, Abílio de Nequete representou também a Agência de Propaganda da IC para a América do Sul e o PC do Uruguai.

O pólo fundamental, no entanto, de atração e irradiação foi o Centro-Sul, particularmente o Rio de Janeiro, onde já havia a experiência da insurreição de 1918 e da fundação de um primeiro partido comunista que apenas anunciava a *cisão* que daria origem a uma nova organização e a uma nova cultura operária, inspirada no marxismo de extração leniniana. Desde o Grupo Comunista Zumbi de São Paulo, fundado em 1919 e de confusa trajetória, até os grupos que se formaram no segundo semestre de 1921, em Niterói, Juiz de Fora e Cruzeiro, compostos por intelectuais e operários, a partir de formas organizativas diversificadas, todos foram estimulados pela formação do Grupo Comunista do Rio de Janeiro, em 7 de novembro de 1921, quarto aniversário da vitória revolucionária na Rússia.

De maneira cautelosa e discreta, desde setembro de 1921 Astrojildo Pereira aglutinara um pequeno grupo que discutia a questão russa e o projeto de partido, levado pelo movimento de solidariedade com os flagelados do Volga. A formalização desse grupo comunista foi provavelmente de-

finida após haver Astrojildo Pereira tomado conhecimento dos documentos do III Congresso e mantido contatos com o emissário da Agência de Propaganda para a América do Sul da IC, provavelmente Arthur Ransome.[34]

Em janeiro de 1922, começou a circular a revista mensal *Movimento Comunista*, que se apresentava como "órgão dos Grupos Comunistas do Brasil", cujo objetivo seria o de "defender e propagar, entre nós, o programa da Internacional Comunista". Em relação ao sindicalismo, afirmava ser "pela frente única de combate do proletariado de todo o mundo, sob a bandeira revolucionária da Internacional Sindical Vermelha".[35] Essa revista cumpriu um importante papel na construção do PCB, na difusão do programa da IC e no debate sobre a Revolução Russa, tendo sido um divisor de águas no processo de separação do anarcossindicalismo, num período de acirrados debates.

Acompanhando a política internacional, a revista *Movimento Comunista* empenhava seu apoio à Rússia soviética e clamava pela solidariedade internacional, particularmente em efemérides de grande valor simbólico para a luta operária, como o Primeiro de Maio e a reivindicação do 7 de novembro como data comemorativa do início de uma nova era para a humanidade, enfatizando sempre o caráter internacional da revolução social: "A revolução vitoriosa na Rússia não quer dizer vitória de uma revolução 'nacional', mas sim, vitória, no setor russo, da revolução proletária internacional".[36] Destaque-se ainda a pronta solidariedade internacional com o proletariado italiano, às voltas com a violência da ditadura fascista, que acabara de se instaurar. A revista durou até meados de 1923.

Ainda sem o necessário amadurecimento ideológico e organizativo, representantes dos grupos comunistas es-

palhados pelo Brasil se reuniram em Niterói entre 23 e 25 de março de 1922, dando por fundado o Partido Comunista do Brasil. Os estatutos do partido foram inspirados no equivalente argentino e o encontro recebeu uma mensagem de saudação da Agência de Propaganda para a América do Sul da IC, sediada em Buenos Aires, indicando ainda uma vez a proximidade e a conexão existentes nas origens do movimento comunista no continente. A pressa deveu-se à sentida necessidade do estabelecimento de um vínculo orgânico com a IC, tal qual já havia sido feito pelos partidos dos países do Cone Sul. O vínculo internacional era a condição mesma para a legitimação do novo partido diante da massa operária do país e para seu enraizamento nacional. Daí a ansiedade na participação do recém-formado partido no IV Congresso Mundial da IC, a ser realizado em Moscou em novembro-dezembro daquele mesmo ano.

O IV Congresso da IC, além de ter reafirmado a linha política da frente única, diante do empossamento de diversos governos que representavam setores burgueses fortemente conservadores, abordou o tema correlato da possibilidade do "governo operário". Despendeu bastante tempo analisando a situação específica de vários partidos importantes, como o francês e o italiano, mas também avaliou o pedido de filiação do PCB.

Como se encontrava novamente na Europa, foi escolhido o membro da Comissão Executiva Antônio Bernardo Canellas para a importante missão. Canellas foi influenciado pelo componente sindicalista revolucionário e maçom do PCF, que lembrava a situação ideológica de Pernambuco. Seu empenho na defesa das peculiaridades do partido recém-fundado fez com que o PCB fosse aceito apenas como simpatizante da IC, causando forte aflição nos dirigentes

partidários. Persistindo em suas posições e recusando-se a assumir a responsabilidade pelo acontecido, Canellas foi expulso do PCB em fins de 1923.[37]

Recusado por ora o reconhecimento da IC, o PCB teve que enfrentar o acirramento do debate com os anarcossindicalistas, aprofundando a cisão, e, ao mesmo tempo, tentar pôr em prática a diretriz da frente única proletária. A forma de enfrentar essa sobreposição foi encontrada na aproximação com a vertente reformista do sindicalismo. Ao mesmo tempo, teve um novo ímpeto o esforço de incorporação do marxismo, com a importação de textos de Marx, de Lênin e de documentos da IC. São desta época a tradução completa do *Manifesto comunista* e a coletânea de textos de Octávio Brandão, denominada *Rússia proletária*, exemplo notável de ecletismo ideológico, próprio de um momento de mutação, mas que tinha na Revolução Russa um norte capaz de garantir a travessia para alguma forma de marxismo.

Em janeiro de 1924, em nome da Agência de Propaganda para a América do Sul, que vinha monitorando o PCB, o argentino Rodolfo Ghioldi apresentou relatório fazendo a defesa da plena aceitação do partido em questão no seio da IC. A morte de Lênin e o adiamento do V Congresso da IC, finalmente realizado em junho-julho de 1924, precipitaram o retorno de Astrojildo Pereira ao Brasil, tendo permanecido Rodolfo Coutinho para assistir ao encontro mundial. Na conclusão do congresso, em 8 de julho, foi definida a criação do Secretariado Sul-Americano da IC (SSA/IC), com sede em Buenos Aires, em substituição à Agência de Propaganda e desdobrado do Secretariado Latino, quando eram apenas quatro os partidos comunistas existentes na América do Sul.

O V Congresso da IC promoveu uma mudança organizativa de monta com a chamada "bolchevização". Ocorreu uma centralização ainda maior na associação internacio-

nal comunista, pois a partir de então os congressos nacionais seriam realizados depois do congresso mundial e não antes, como até o momento. Investiu-se também numa melhor formação política dos militantes internacionalistas. A situação gerada na Europa com a derrota da insurreição comunista de outubro de 1923, na Alemanha, e o golpe militar na Bulgária provocaram acirrados debates. A expressão "governo operário-camponês", que havia sido forjada no II Pleno, de junho de 1923, foi motivo de divergência entre aqueles que entendiam a noção como sinônimo de "ditadura proletária" e outros que a percebiam como momento de aproximação da revolução socialista.

O SSA/IC estruturou-se em Buenos Aires com o objetivo de monitorar os partidos existentes e, se possível, auxiliar na formação de outros. A partir de abril de 1926, publicou a revista *La Correspondencia Sudamericana*, suspensa em 1927, em função da grave crise que afetou o PCA, seguida de uma cisão encabeçada por seu principal fundador, José Penelón. Neste mesmo ano, surgiu no Peru um partido socialista marxista, fundado por José Carlos Mariátegui, sem a ajuda ou interferência do SSA/IC. Neste momento tinha fim a saga dos jovens militares do exército brasileiro em ação de guerrilha pelo território nacional por mais de dois anos. O PCB, recobrada a legalidade, decidiu levar mais a fundo a idéia de frente única, buscando ampliá-la por meio de alianças eleitorais, de aproximação com intelectuais positivistas e liberais, em defesa de pontos específicos do programa de proteção dos interesses imediatos das massas populares. Por um certo período o exemplo de política de alianças foi sacado da experiência chinesa.[38]

Em seguida, o PCB empenhou-se na construção de um Bloco Operário-Camponês (BOC), nome retirado da original proposta de Dimitrov, formulada ainda em 1923, ao

decaído partido da União Camponesa, a fim de lutar contra a ditadura militar na Bulgária. Como a orientação da IC era pela formação do "governo operário-camponês", a fórmula organizativa e programática do PCB estava de acordo com a orientação geral. Mas a verdade é que o empenho dos comunistas da América meridional em fazer valer seus interesses junto da IC era bem maior do que a energia despendida pela CEIC para entender ou estimular o movimento nestas paragens. Assim, podemos afirmar que a longa transmutação ideológica iniciada quando a insubordinação da classe operária recebeu o primeiro impacto da Revolução Russa se concluía pelo esforço próprio do grupo dirigente articulado em torno de Astrojildo Pereira e Octávio Brandão.

Como a tendência era as sessões plenárias substituírem os congressos — sempre mais espaçados —, nota-se como decai a participação dos sul-americanos. Por outro lado, o interesse da IC pela América Latina desdobra-se do peso crescente dos EUA no sistema imperialista. O VI Pleno da CEIC (fevereiro-março de 1926) contou com um delegado mexicano para falar pelo continente, que discutiu a crescente presença dos EUA no conjunto deste. Em novembro-dezembro deste mesmo ano, o ítalo-argentino Vitório Codovilla, no VII Pleno, falou em nome do SSA/IC sobre a importância de movimentos políticos pequeno-burgueses no México e no Brasil. Nas teses políticas deste encontro não constava qualquer referência aos países da América do Sul, limitando-se a roçar as questões do México e dos EUA.[39]

Quando o VI Congresso da IC se reuniu, em julho-agosto de 1928, o grupo dirigente do PCR (bolchevique) havia passado por grave cisão. A "oposição de esquerda" de Trótski, que se apresentara em 1924 (com a possível simpatia do representante brasileiro Rodolfo Coutinho), depois transformada em "oposição unificada", estava já completa-

mente desarticulada, com seu principal mentor expulso do partido e padecendo o exílio no Casaquistão. No entanto, encontrava-se já em estado latente uma nova e grave divergência sobre a questão dos preços agrícolas e sobre qual a atitude a ser tomada diante da renovada oposição da burguesia agrária ao poder estatal. A suspensão das "medidas extraordinárias" e a subida dos preços agrícolas representaram uma trégua social e também uma trégua entre a linha de Bukharin e a de Stálin.

O congresso debateu o desenvolvimento recente do capitalismo, as contradições interimperialistas — realçando a disputa entre EUA e Grã-Bretanha —, o problema do fascismo e também sistematizou a perspectiva da revolução nos países sob domínio imperialista. A atenção maior foi dedicada à China (que realizou seu VI Congresso no decorrer do Congresso Mundial da IC), mas também foi encarada a situação da Índia, Indonésia, África do Norte e América Latina. Esta imensa extensão territorial e diversidade sociocultural foram tomadas quase que em bloco nas teses, mas com perceptível inspiração na situação mexicana. O subcontinente era visto como terreno de disputa entre EUA e Grã-Bretanha, no qual a resistência antiimperialista tendia a ser dirigida pela pequena burguesia, considerando-se a debilidade das burguesias nacionais. Os comunistas deveriam agitar a palavra de ordem do "governo operário-camponês", participando de governos conduzidos pela pequena burguesia, a fim de bater o latifúndio e o imperialismo.

Ainda em junho, no decorrer dos trabalhos preparatórios do VI Congresso da IC, realizou-se um encontro de representantes da América Latina, com a presença de Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, Paraguai, Equador, Colômbia, Venezuela e México, sob a coordenação do suíço Jules

Humbert-Droz. Na oportunidade, o delegado brasileiro, Paulo de Lacerda, falando por todos, reclamou da pouca atenção dispensada ao continente pela IC. Notando-se a ampliação do número de partidos no continente que se juntavam à IC e a reorganização do SSA/IC, desativado desde a crise na direção do PCA, tomou-se então a decisão de compô-lo com dois argentinos, um uruguaio, um chileno e um brasileiro. A sede continuaria, porém, sendo a cidade de Buenos Aires.

As decisões do VI Congresso da IC serviram de orientação geral para todos os partidos comunistas, com cada um deles procurando adaptar as diretrizes estabelecidas às condições concretas em que atuava. O retorno da delegação brasileira ofereceu a possibilidade de o PCB promover algumas correções conceituais importantes nas teses políticas que vinham sendo preparadas para o seu III Congresso Nacional, como a noção de "revolução democrática pequeno-burguesa", exposta por Octávio Brandão, e a relativa desconsideração em relação aos trabalhadores do campo.

Entendeu-se que a natureza da revolução era democrático-burguesa e que esta deveria ser conduzida por uma aliança forjada em torno do proletariado, agregando o campesinato e a pequena burguesia. O problema maior, em troca, foi o deslocamento do inimigo principal imediato, que do regime político liberal-oligárquico passou a ser o imperialismo, visto de maneira abstrata. Com isso, houve um estreitamento da política de frente única, que passou a desprezar as contradições no bloco de poder.[40]

O congresso dos comunistas brasileiros procurou solidificar o BOC, avançando na construção da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), e iniciar uma política voltada aos camponeses. A formação da CGTB foi anunciada na manifestação pública de 1º de maio de 1929,

estando preparada para participar do congresso de fundação da Confederação Sindical Latino-Americana, a ser realizado em Montevidéu, entre 18 e 26 do mesmo mês. Logo em seguida, em Buenos Aires, coordenada por Jules Humbert-Droz, reuniu-se a I Conferência Comunista da América Latina, com a participação de 14 países. A delegação brasileira foi composta por Paulo de Lacerda, Leôncio Basbaum, Mário Grazzini e Danton Jobim. Aí foi reafirmada a necessidade da presença da IC para que os comunistas do continente pudessem avançar na luta revolucionária, dadas a debilidade teórica reinante e a escassez de recursos. Em linhas gerais, as teses preparadas no VI Congresso da IC foram aprovadas, fortalecendo o grupo dirigente que se formava no PCB e também sua atuação internacional.

O impacto do stalinismo na IC e no Brasil

Apenas concluído o VI Congresso Mundial da IC, o conflito no interior do grupo dirigente do Partido Comunista Russo (bolchevique) (PCR(b)) foi retomado de modo exasperado, com repercussões das mais sérias para todo o movimento comunista. Do ponto de vista teórico a contenda girava em torno da natureza e conteúdo do "terceiro período".[41] De acordo com Bukharin, o "terceiro período" se caracterizaria pelo aprofundamento de um "capitalismo organizado", com maior intervenção estatal e incorporação dos estratos operários representados pela social-democracia no Estado burguês.

Com isso, a exploração das zonas coloniais seria intensificada, provocando uma movimentação revolucionária antiimperialista que, dentro de certo prazo, romperia o "consenso social" no interior dos países imperialistas. O fascismo,

nesta visão, seria uma solução que atenderia aos interesses de classes dominantes de países débeis na cadeia imperialista. Enquanto isso, a URSS deveria garantir a aliança operário-camponesa como base social do poder estatal, desenvolvendo um capitalismo monopolista de Estado como passo inicial da transição socialista.

Por outro lado, o grupo de Stálin no PCR(b), aliado à tendência extremista que dirigia o KPD, entendia ser o "terceiro período" o momento de agravamento da crise capitalista em todos os quadrantes. Isso faria com que a burguesia apelasse para formas políticas repressivas, como o fascismo, a fim de garantir a exploração capitalista e tendesse para a eclosão de uma nova guerra imperialista, provavelmente voltada para a destruição da URSS. Os comunistas deveriam preparar-se para guiar as massas proletárias na nova "crise revolucionária" que se antecipava, para o que era necessário acentuar a ruptura com a social-democracia, vista como defensora de "ilusões democráticas" e partícipe do processo de incorporação da "aristocracia operária" no Estado burguês em processo de fascistização, por isso mesmo identificada como "social-fascismo".

Assim, o fascismo é visto como uma tendência geral da crise capitalista, havendo uma sobreposição de antifascismo e anticapitalismo. Na URSS, o "terceiro período" teria que se caracterizar por uma nova "ofensiva socialista", capaz de eliminar a burguesia agrária, estatizar inteiramente os meios de produção, industrializar o país e prepará-lo para defender-se do ataque imperialista.

Prevalecendo no PCR(b) e na KPD, esta última leitura do "terceiro período", ao cabo de cerca de um ano e meio, acabou se impondo pelo conjunto do movimento comunista. Quando o X Pleno da CEIC se reuniu, em julho de 1929, Bukharin já não fazia parte deste organismo, e a ala "extre-

mista" da KPD tinha o completo controle do partido, tendo a ala "direita" de Brandler e Talheimer sido expulsa e o "centro" afastado da direção. Para evitar o risco de uma aliança com Bukharin, Trótski havia sido expulso da Urss. Estas modificações decisivas na correlação de forças dos partidos comunistas da Urss e da Alemanha possibilitaram as amplas campanhas contra os "desvios de direita", que se generalizaram por toda a IC a partir do encontro de julho, provocando o afastamento daqueles dirigentes acertados com a orientação de Bukharin.

Teve então início um processo de dolorosa reciclagem na direção política da IC e de cada uma de suas seções nacionais. A tendência foi excluir aqueles que percebiam na social-democracia de esquerda um aliado forte na luta contra a reação capitalista e na própria revolução socialista, que, pelo contrário, passaram a ser encarados como o inimigo que dificultava a radicalização da classe operária em direção à tomada do poder. A nova linha da "classe contra classe" era uma recuperação da antiga "teoria da ofensiva", do início da década, e o esvaziamento de todo o conteúdo da fórmula política da "frente única", reduzida a mero eufemismo. Aqueles dirigentes que não se conformaram à nova orientação política foram substituídos por outros mais afinados.

Em diversos partidos a nova direção foi articulada em torno de militantes formados diretamente na Escola Lênin de Quadros, que muito contribuiu para a difusão de uma nova "vulgata" marxista gestada a partir da morte de Lênin. Quadros mais antigos, decaídos em suas posições no interior da IC, foram enviados como assessores de partidos de pouca experiência. Esta intervenção nos partidos da IC coincidiu também com a diferenciação de uma nova vertente no movimento comunista, agrupada em torno do nome de Leon Trótski.

Ainda que no XI Pleno da IC, realizado em março-abril de 1931, se reconhecesse que o processo revolucionário avançava a passadas mais largas em países periféricos do capitalismo imperialista, como a China, a Índia e a Espanha, desde que a crise capitalista eclodira com força no segundo semestre de 1929, as atenções maiores da IC voltaram-se para os países imperialistas da Europa ocidental. Com a expectativa de movimentos revolucionários também nos países coloniais e semicoloniais, o problema principal diagnosticado para os partidos comunistas era o da garantia de uma ação autônoma. Os perigos de "direita" nestes casos estavam na diluição do organismo proletário em formações de caráter pequeno-burguês e até mesmo na composição social pequeno-burguesa do partido e principalmente de sua direção. A opção foi claramente pela defesa da identidade comunista e pelo isolamento, em detrimento de uma política de alianças voltada contra as oligarquias locais.

Em setembro de 1929, o SSA/IC ficou encarregado da difusão de uma "Carta aberta aos partidos comunistas da América Latina sobre os perigos da direita".[42] Numa transposição da política definida no X Pleno da Ceic, entendia-se que, para garantir sua identidade e autonomia política, capacitando-se para dirigir as massas operárias e camponesas em processo de radicalização — segundo a leitura então predominante do conteúdo do "terceiro período" —, a condição inicial era romper com os partidos socialistas reformistas e com os movimentos políticos pequeno-burgueses, já que estes seriam os congêneres sul-americanos do "social-fascismo". Por outro lado, dever-se-ia dar mais atenção ao conteúdo agrário do movimento, além de garantir que a direção do partido fosse formada por quadros egressos da luta social e de origem proletária.

A decorrência imediata foi o fortalecimento das tendências "extremistas" presentes em alguns desses partidos do continente e o retorno de visões isolacionistas, próprias do anarcossindicalismo. Aquilo que se pensava ser uma mera correção de rota à esquerda da linha política logo veio à tona com toda a contundência. O PCA mergulhou novamente na luta interna; no Uruguai fez-se a adequação; no México as tendências de "esquerda" voltaram a se fortalecer; no Peru, o partido socialista de Mariátegui, após sua morte, vinculou-se ao SSA/IC, assumindo o nome de PCP. No Brasil, os comunistas analisaram com muita cautela o conteúdo do documento, esforçando-se para preservar a linha política do III Congresso e ampliar a inserção do partido na classe operária e no sistema de alianças antioligárquico, ainda que apresentasse candidatura própria no pleito presidencial que se avizinhava e afirmasse que as forças motrizes da revolução brasileira seriam o proletariado, os assalariados agrícolas e os camponeses pobres.

Em fins de novembro, os brasileiros presentes em Moscou foram convocados para debater a situação do país e as perspectivas revolucionárias derivadas da grave crise econômica. Astrojildo Pereira, Heitor Ferreira Lima, Russildo Magalhães e Carlos Augusto da Silva se reuniram com o coordenador-geral da IC, Dimitri Manuilski, Ruggiero Grieco, do Secretariado Latino, e August Guralski, do SSA/IC (que substituíra Jules Humbert-Droz), subordinado àquele. A orientação política do PCB, amadurecida no III Congresso Nacional, de 1928-29, foi duramente criticada e o resultado foi uma "resolução da IC sobre a questão brasileira".[43]

Essa resolução imaginava que da crise da agricultura cafeeira pudesse emergir um movimento revolucionário das massas operárias e camponesas e que para isso bastaria que o PCB se adequasse a esta nova situação. Indispensável, porém, seria a depuração do partido dos elementos portadores de "desvios de direita". Enfrentando dura repressão estatal e sofrendo direta intervenção externa, contrariando todos os princípios que respaldaram a fundação da IC, o PCB mergulhou em profunda crise.

Para maio de 1930 foi convocado um pleno ampliado do SSA/IC, sob a coordenação do lituano August Guralski, com a finalidade de fazer um balanço da luta contra os "desvios de direita" e criar as condições para o avanço revolucionário, sempre de acordo com a leitura equívoca que a CEIC fazia da crise capitalista. Os brasileiros neste encontro foram Astrojildo Pereira, Octávio Brandão, Plínio Mello e Aristides Lobo, delegação que se apresentou acuada e dividida a propósito da situação brasileira e de como conduzir a superação da crise partidária, tendo os dois últimos sido logo expulsos do partido por "desvios de direita".[44] Astrojildo Pereira e Octávio Brandão capitularam diante da saraivada de críticas recebidas, tentando ganhar tempo para evitar o naufrágio completo do partido. Nesse encontro ficou estabelecido que não deveria permanecer qualquer resquício de aliança com o movimento político da pequena burguesia, tendo em vista ser este o equivalente do "social-fascismo" no Brasil, muito particularmente o "prestismo", sua "ala esquerda".

No retorno da delegação, um pleno ampliado da direção nacional promoveu modificações de fundo: Octávio Brandão foi afastado do Comitê Central; Paulo de Lacerda, Fernando de Lacerda e Leôncio Basbaum também perderam o cargo. Muitos militantes foram excluídos ou se afastaram do partido quando da ação do SSA/IC de depuração da "direita", assim como foi formalmente extinto o BOC.

Um conselho político provisório foi montado para organizar uma conferência nacional para o mês de novembro, mas em 9 e 10 de agosto teve lugar um outro pleno ampliado do CC, a fim de receber a visita de Mikhail Borodin como enviado especial da IC, o qual fez a preleção de abertura. Reafirmou toda a impostação anteriormente expressa sobre as condições revolucionárias em processo de amadurecimento e as insuficiências da organização partidária, assim como a necessidade de se compartimentar com clareza a política classista do PCB da atuação dos líderes da pequena burguesia, com Prestes à frente.

Por outra via, porém, o comandante militar rebelde Luís Carlos Prestes, asilado na Bolívia e depois na Argentina, aproximou-se da IC e da URSS. Os contatos políticos visando à derrubada do regime liberal oligárquico no Brasil e a orientação política que o PCB colocara em prática desde 1927 puseram Prestes em contato paulatino com o comunismo, desde o encontro com Astrojildo Pereira, ainda na Bolívia. Conversas inconclusivas com representantes da IC, visando apoio financeiro para a revolução brasileira, e com representantes do PCB, além de importantes encontros internacionais do movimento comunista, contribuíram para provocar uma *cisão* no comando da coluna rebelde.

No segundo semestre de 1929, Prestes, juntamente com alguns poucos companheiros, militares e civis, que gravitavam em torno do PCB, aproximou-se do comunismo, da IC e da URSS. A idéia de revolução que Prestes carregava desde o início dos anos 20 se aprofundou e mudou de qualidade com o conhecimento do conteúdo sócio-histórico da Revolução Russa e da trajetória da URSS. Assim, em maio de 1930, Prestes anunciou publicamente que sua leitura da realidade brasileira estava muito próxima daquela amadurecida

pelo PCB no seu III Congresso, adequada às conclusões do VI Congresso Mundial da IC e ao "projeto de teses sobre o movimento revolucionário na América Latina".[45]

O que Prestes não podia saber era das complexas peripécias políticas que, naqueles meses cruciais para a redefinição de sua visão de mundo, afetavam a URSS, a IC e também o PCB. Prestes acabou enredado num turbilhão que implicava a queda de quadros revolucionários nos partidos, nos sindicatos e nas diversas instâncias da IC e a imposição de uma outra linha que estivesse de acordo com a interpretação do "terceiro período" vitoriosa no X Pleno da CEIC. Daí o amparo que Prestes recebia do SSA/IC enquanto tinha sua aproximação recusada pelo PCB, por sua vez sob cerrada crítica daquele. Pior ainda para as expectativas de aproximação de Prestes com o PCB foi que a intervenção do SSA/IC fez emergir uma direção imbuída de traços culturais próprios do anarcossindicalismo que dera origem ao partido, como o isolacionismo social do proletariado e o antimilitarismo.

O golpe de Estado que pôs abaixo o governo do partido radical na Argentina obrigou a transferência de Prestes e do SSA/IC para Montevidéu, no Uruguai. Reorganizado com o nome de Bureau Sul-Americano da IC (BSA/IC), lança uma nova publicação, a *Revista Comunista*, e passa a controlar os partidos filiados mais de perto, com visitas de orientação mais assíduas. Há um número maior de militantes mais próximos ao vértice da IC, encaminhados à América do Sul para se retratarem de erros políticos cometidos em alguma ocasião, e também de argentinos e uruguaios que prestam assistência a outros partidos. As infrutíferas tentativas de Prestes de aproximar-se do PCB não lhe diminuíram o ânimo de estabelecer um vínculo com a IC e o "país dos

sovietes". Em outubro de 1931, junto com a família e acompanhado pelo revolucionário alemão Arthur Ernst Ewert, Luís Carlos Prestes embarcou para a URSS, onde permaneceria por pouco mais de três anos.

Acompanhado de perto pelo SSA/IC, o PCB enfrentou um período de forte instabilidade na composição da direção central, sempre seguindo uma orientação isolacionista, com a qual pretendia ganhar a supremacia política, enfrentando um quadro de repressão estatal ao conjunto do movimento operário autônomo. Insistindo sobre as contradições interimperialistas entre EUA e Grã-Bretanha como principal vetor da luta de classes no Brasil e do conflito no seio das classes dominantes, a política do PCB ficou centrada na luta contra a guerra imperialista e pela denúncia da crise social.

Stalinismo e antifascismo

A crise capitalista, iniciada em 1929, em vez de levar à radicalização das massas e à criação dos pressupostos para a retomada da revolução socialista internacional, como auspiciava a IC com sua nova "teoria da ofensiva", batizada agora de "classe contra classe", levou a um aumento das contradições no seio das massas populares, jogando água no moinho da solução fascista para a crise do capital. Ocorreu séria fratura entre o setor operário ocupado na produção, com alguns direitos sociais e a massa de desocupados.

No entanto, a orientação da "classe contra classe", já predominante na IC, ganhou argumentos adicionais, dizendo haver previsto com maior precisão o desenrolar da crise capitalista que se avizinhava. Pareceu verdade também que uma parte da classe operária se radicalizava, mas isso,

ao final das contas, significou mais uma fratura insanável que um passo inicial rumo à revolução. A "estatização" capitalista foi entendida pela IC como um processo único de fascistização do Estado burguês em geral, que englobava inclusive a social-democracia, deixando assim de discernir fascismo de democracia burguesa.

A fratura social e cultural no seio da classe operária, o sufocamento do debate de idéias no interior da IC e a própria implementação da linha política da "classe contra classe" na URSS contribuíram para que esta orientação durasse até o desastre que foi a ascensão do nazismo na Alemanha e a subseqüente formação de uma aliança de Estados fascistas. A destruição de todas as organizações autônomas da classe operária e o brutal ataque contra a cultura democrática e socialista dolorosamente criaram as condições para um amplo movimento internacional de resistência antifascista dos mundos do trabalho e da cultura. Apesar dos resultados desastrosos da política da IC e do alto preço da "revolução pelo alto", entabulada na URSS, o prestígio deste país e de seu dirigente, Stálin, cresceu na proporção em que se confrontavam os resultados da crise capitalista com os ganhos do planejamento econômico ali imposto.

A aproximação no vértice da IC e da Internacional Operária Socialista ocorreu de forma muito lenta, enquanto os quadros partidários se dividiam quanto às medidas a serem tomadas na luta contra o fascismo. Um primeiro e fundamental exemplo da aglutinação de forças antifascistas ocorreu no seio do movimento intelectual Amsterdã-Pleyel, que agrupava comitês de luta contra a guerra e o fascismo.[46] Aos poucos foram sendo vencidos os obstáculos presentes em ambos os braços do movimento operário socialista, com tímidas mudanças de avaliação sobre o fascismo.

A resistência da classe operária francesa ao fortalecimento dos agrupamentos clericais e fascistas e o levante da classe operária austríaca procurando barrar a instauração da ditadura fascista serviram de exemplos e estímulo para a rota da unidade de ação contra o inimigo comum. Após muitas peripécias, a unidade de ação entre comunistas e socialistas estava selada na França, Itália, Áustria e Espanha. A insurreição nas Astúrias estimulou um contato direto entre as duas Internacionais, enquanto na França a unidade de ação se aprofundava e se alargava aos radicais, dando origem à Frente Popular, já em maio de 1935.

Esta guinada na política da IC foi feita sem comprometer a autoridade de Stálin e da CEIC, mas no fundo significou uma mudança drástica e a recuperação da fórmula da frente única. A dificuldade na superação da precedente linha "ofensivista" derivou da falta de debate nos anos de implantação da ditadura terrorista na URSS, com seus efeitos perniciosos na IC, tendo sido obrigada a postergação da data do VII Congresso Mundial da IC.

No entanto, muitos eram os delegados que se haviam transportado para Moscou para participar de conferências preparatórias, que não poderiam mais ser retardadas. De grande monta foram os acontecimentos que perpassaram pela América Latina desde o início da década, nos desdobramentos da grande crise mundial do capitalismo. As economias agroexportadoras tiveram que encarar seus limites, a crise social se alastrou por todo o continente, uma série de revoluções institucionais ocorreu, a movimentação operária e popular foi significativa no Chile e em Cuba, em El Salvador ocorreu uma grande insurreição camponesa e na Nicarágua se lutou contra a presença imperialista. A presença do movimento comunista se fez mais forte com a criação de

partidos com este nome em toda a zona andina, partidos esses forjados na linha política da "classe contra classe", enquanto outros, mais antigos, estavam também enquadrados nessa linha pela assistência do BSA/IC.

Em princípios de 1934 o BSA/IC realizou uma reunião sobre os problemas do movimento comunista na América meridional, centrada na análise da questão agrária. O documento produzido nesta discussão sublinhava o caráter antifeudal e antiimperialista da revolução democrático-burguesa no Brasil, insistia ser o proletariado agrícola o principal aliado da classe operária, mas afirmava que pequenos e médios proprietários deveriam também participar no bloco de forças sociais que lutariam contra o "feudalismo" e o "imperialismo". A debilidade da presença política do PCB no campo era debitada mais uma vez à direção de Astrojildo Pereira e Octávio Brandão.[47]

Em outubro de 1934 realizou-se a chamada III Conferência Comunista da América Latina, com a presença de 19 delegações.[48] O PCB esteve representado por uma delegação formada por Antonio Maciel Bonfim (Miranda), Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu), José Caetano Machado (Alencar), Elias Reinaldo da Silva (André) e Valdevino de Oliveira (Márquez), indicada pela chamada I Conferência Nacional, de julho de 1934. A totalidade dos delegados dos partidos comunistas da América Latina foi escolhida segundo o princípio de fidelidade à linha política da "classe contra classe", que tinha no voluntarismo um de seus aspectos mais evidentes. A dificuldade em assimilar a nova orientação, resgatando num outro patamar a política de frente única, que nem ao menos estava amadurecida ou explicitada, foi enorme, provocando sérias resistências. Sintoma da mudança de orientação política foi o afastamento, nesse encontro, de August Guralski da coordenação do BSA/IC.

Diante disso, predominou a tendência a aceitar aquilo que as delegações relatavam da situação de seus países e a insistir na importância de se estabelecer a mais ampla frente única de luta contra o imperialismo e contra o fascismo, fazendo notar que setores burgueses poderiam ser envolvidos nessa luta. A delegação brasileira, liderada pelo secretário-geral Antonio Maciel Bonfim, reproduziu a análise feita na conferência nacional, de que no Brasil amadureciam rapidamente as condições para um movimento insurrecional generalizado das massas operárias e camponesas, numa flagrante distorção do processo histórico real. O relato dos brasileiros pareceu tão convincente e a disposição mostrada por Prestes de colocar-se à frente de um movimento insurrecional pareceu tão animadora que se tomou a decisão de transferir a sede do BSA/IC para o Rio de Janeiro.[49]

No Brasil havia referências esparsas ao fascismo nos meios operários de origem italiana, que começam a crescer e a se difundir a partir das vésperas da revolução de 1930 e da guinada política que afetou o PCB. Mas o antifascismo começa a ganhar corpo a partir da fundação da Ação Integralista Brasileira (7 de outubro de 1932) e da ascensão do nazismo ao poder na Alemanha (30 de janeiro de 1933). Em fevereiro de 1933, sob os auspícios do BSA/IC, realiza-se em Montevidéu uma conferência contra a guerra imperialista, a reação e o fascismo, inspirada no movimento iniciado em Amsterdã no ano anterior. Foi o sinal para que se criassem comitês análogos em nível nacional, o que foi feito no Brasil logo a seguir. Ao mesmo tempo em que o movimento operário e popular travava a batalha contra o fascismo, uma intensa disputa ocorria para decidir qual força política tomaria a dianteira nessa luta.

A Liga Comunista (oposição de esquerda, de inspiração trotskista) defendia uma frente única de organizações

operárias contra o fascismo. Se o Brasil era parte da cadeia mundial do capitalismo imperialista, um regime fascista seria plenamente factível para evitar a revolução socialista. Para os pecebistas — de acordo com os documentos emanados da Ceic — o fascismo era um fenômeno próprio da dominação do capital financeiro em crise, não sendo possível sua efetivação em países de caráter "semicolonial", como o Brasil. Numa formação social como esta, haveria apenas métodos de reação fascista, postos em prática pelo bloco das classes dominantes, vinculadas ao capital financeiro internacional e ao imperialismo, o inimigo principal, em última instância.

De tal maneira, a luta deveria ser travada contra o conjunto das classes dominantes, que fazem uso de métodos fascistas para estabelecer seus objetivos reacionários. A reação fascista no Brasil, segundo esta leitura, se desenvolveria por duas vias que poderiam se aliar contra o movimento operário autônomo, mas disputariam a condução do Estado e o controle coercitivo das massas. Essas duas vias estariam expressas no integralismo e no governo provisório de Vargas. Este último era identificado com a reação fascista, na medida em que usava da violência contra o movimento operário autônomo e forçava a corporativização estatal da classe operária.

A crise política que afetou o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e a Liga Comunista Internacionalista (LCI), sua limitada difusão territorial, o crescimento do prestígio da Urss como principal força internacional antifascista, uma maior difusão do marxismo de extração staliniana, para além do movimento operário, atingindo a intelectualidade civil e militar, foram elementos importantes para explicar a supremacia do PCB no conjunto do antifascismo brasileiro, a partir do segundo semestre de 1934. A crescente radicalização política e os seguidos conflitos de rua que opunham fascistas e antifascistas ofereceram condições para uma ampla agluti-

nação de forças nacional-populares, que iria desembocar na formação da Aliança Nacional Libertadora, ainda antes de o ano terminar, desdobrada de uma Comissão Jurídica Popular de Inquérito, composta por intelectuais e artistas de renome, inclusive Astrojildo Pereira, o principal fundador do PCB. Assim, o próprio processo social brasileiro engendrava uma pioneira experiência de frente popular, antes mesmo que esta se realizasse na França e se transformasse em explícita orientação da IC.

Antes que a política de frente popular fosse chancelada pelo VII Congresso Mundial da IC, em julho-agosto de 1935, as conferências que tratavam do tema dos países coloniais e semicoloniais haviam já antecipado a linha da ampla frente nacional-popular antiimperialista. Surpreendidos numa fase de transição da linha política vigente na IC, os comunistas brasileiros acataram a determinação e aproveitaram a oportunidade que se lhes apresentava de forjar e participar de uma ampla frente política cujo esteio programático era o antiimperialismo. Não tiveram, porém, o devido tempo de maturação para se desvencilhar da inviável idéia de uma insurreição popular em curto prazo.

A ANL recebeu muitas simpatias e cresceu rapidamente em torno da luta contra o projeto de Lei de Segurança Nacional (que acabou sendo promulgada em maio de 1935). Seu programa, que articulava antifascismo e antiimperialismo em nome das liberdades populares e do progresso nacional, mostrou-se capaz de atrair uma nova geração de jovens militares ameaçados pela crise renitente nas forças armadas, cuja implicação seria a redução de efetivos e do soldo, além de uma propalada reforma que deveria "despolitizar" a corporação.

Junto com o antifascismo e o antiimperialismo, o exemplo da URSS como país que alcançara o progresso material e cultural contando com as próprias forças e ainda resistindo ao cerco imperialista não poderia deixar de afetar os jovens militares, imbuídos de uma versão cientificista e socialmente progressiva de positivismo. A ANL foi capaz de ampliar a influência do PCB no movimento operário e também de romper a barreira do mundo do trabalho, extravasando-se para o mundo da cultura e para as camadas médias.

Quando do retorno da reticente delegação brasileira, a montagem da frente popular ia já avançada, coincidindo com a chegada dos integrantes do BSA/IC e de outros assessores, por caminhos e datas diversos. Arthur Ernst Ewert e sua companheira, Elisabeth Sabrowsky — alemães —, já haviam trabalhado junto do BSA/IC em 1930-1931, tendo sido os responsáveis pelo traslado de Prestes para a URSS. Foram depois trabalhar na China, até que em 1934 voltaram aos EUA (onde já tinham estado em 1927), sendo transferidos para o BSA/IC em outubro daquele ano, vindo então para o Brasil. Rodolfo Ghioldi, que mantinha relações próximas com o PCB desde sua fundação e fora secretário-geral do PCA, veio ao Brasil acompanhado de sua companheira, Carmem Alfaya de Ghioldi, ocupando o cargo de secretário do BSA/IC. Outros militantes internacionalistas que chegaram ao Rio de Janeiro foram Leon-Jules Vallée e a companheira Alphonsine (belgas), Johann Graaf e sua companheira Érika (alemães), Victor Allen Barron (americano) e Marcos Yugman (polonês).[50]

Prestes viajou de Moscou em companhia da alemã Olga Benário, tendo chegado ao Brasil em 15 de abril de 1935. Ainda no transcorrer da viagem, recebeu correspondência da CEIC sugerindo que o programa de governo dos sovietes de operários e camponeses fosse substituído pelo governo popular nacional revolucionário, mais adequado à nova orientação política que a IC vinha amadurecendo. As

resistências no CC do PCB só foram formalmente superadas na reunião plenária de maio, por insistência de Prestes e do BSA/IC. Mas logo em seguida a *Revista Proletária* reproduz o debate travado na preparação do VII Congresso, no qual incide o paradigma chinês da instauração do poder soviético em zonas liberadas.[51]

Mesmo quando da realização do VII Congresso Mundial da IC (25 de julho a 21 de agosto de 1935), é possível notar a referência à experiência chinesa e a diferença de tom entre os delegados brasileiros. Valdevino de Oliveira (Márquez) enfatiza que "no Brasil surgiu uma crise revolucionária, o país se prepara aceleradamente, em passo de carga, à batalha decisiva pela derrubada do governo de traição nacional, pela instauração do governo nacional revolucionário".[52] Fernando de Lacerda faz analogia entre o Guomindang chinês da década precedente e a ANL, com a diferença de que esta teria surgido de iniciativa do movimento operário e de que "no Brasil, hoje, a poderosa frente popular antiimperialista que se formou ocupa um lugar central".[53] No entanto, em vantagem do exemplo chinês, no Brasil faltava ainda "a entrada das mais largas massas camponesas nessas lutas".[54]

Outras referências ao Brasil partiram de importantes dirigentes da IC, como Dimitrov e Wan-Ming, ambos insistindo na questão da amplitude da frente nacional antiimperialista e na imprescindível incorporação das massas camponesas ao processo. Aproximavam-se de um consenso em torno da necessidade de formação da mais ampla frente nacional-popular antifascista e antiimperialista, mas afirmavam que esta deveria contar com a presença ativa do campesinato, até mesmo na composição de um Exército Popular de Libertação, quesitos que levariam um bom tempo para se realizar.

Contudo, a ANL já havia sido posta na ilegalidade por decreto do presidente Getúlio Vargas, que acusava a organização de ser instrumento do "comunismo internacional", quando o VII Congresso da IC se reuniu, elegendo Prestes para integrar a CEIC (que se compunha de 31 membros). Esta situação causou uma fratura na frente popular, afastando liberais e socialistas e dando novo fôlego à estratégia insurrecional, com o PCB voltando a investir suas fichas nas greves urbanas, na guerrilha rural e nas lutas populares urbanas. O problema é que a primeira perna do tripé estava em refluxo, a segunda não existia (a não ser confundida com o banditismo social rural) e a terceira também era débil. Por sua vez, o processo de reordenação das forças militares, que estava sendo implementado pelo governo Vargas, contribuiu para aumentar o afluxo de jovens militares à ANL e ao PCB.

Um elemento decisivo para o fortalecimento da estratégia insurrecional foi a adesão do BSA/IC a esta tese, comprovando a resistência da concepção do "terceiro período" e quão pouco arraigada estava a nova estratégia de frente popular na teoria e prática dos comunistas. Por outra parte, devem-se considerar o conhecimento incerto e superficial da realidade brasileira por parte dos integrantes do BSA/IC e a tendência a acreditar nas informações do grupo dirigente do PCB. Prestes serviu de anteparo e mediador entre estas duas instâncias, mas sua situação de isolamento forçoso e de recém-chegado impediu-o de cumprir com eficácia esta missão. Embora sempre enfatizando a recusa aos golpes de força e a necessidade de a luta insurrecional ter um caráter de massas, o BSA/IC manifestou à CEIC seu apoio às posições do CC do PCB.

A avaliação inteiramente equivocada do processo político em ato e o açodado ingresso de uma leva de militares levaram o PCB e a ANL à tentativa golpista que diziam recusar. A insurreição teve início em Natal (RN), no dia 23 de novembro, sem qualquer participação do CC ou do BSA/IC,

desdobrando-se em seguida para o Recife, no dia 25 seguinte. Reunidos às pressas, o CC do PCB e o BSA/IC entenderam que um levante no Rio de Janeiro poderia desafogar o movimento aliancista no Nordeste e estimular novos focos de rebelião, eventualmente consolidando o poder em uma ou outra região e dando impulso à luta armada guerrilheira.

Como tudo não passou de uma sublime ilusão, o preço a pagar foi bastante caro. Com a particular colaboração da Gestapo, fazendo uso da tortura, o serviço policial desmantelou em pouco tempo tanto o CC do PCB quanto o BSA/IC, efetuando importantes e decisivas detenções, incluindo Antonio Maciel Bonfim, Luís Carlos Prestes, Arthur Ewert, Rodolfo Ghioldi, Victor Allen Barron. A pioneira experiência de frente popular acabara numa catástrofe para o PCB e para a IC.

A política de frente popular, no entanto, daria seus frutos em outras paragens. No Chile, a aproximação entre comunistas e socialistas possibilitou a composição de uma frente popular sob direção do partido radical, o qual governou entre 1938 e 1943, tendo sido evitada uma saída filofascista para a crise do país e, pelo contrário, garantidas décadas de sobrevivência de um sistema institucional liberal-democrático. Na China formou-se uma frente nacional-popular antiimperialista para resistir à invasão japonesa, sendo sustado o conflito entre comunistas e o Guomindang, até que a expulsão dos japoneses possibilitou a um fortalecido Exército Popular de Libertação a vitória e a instauração da República Popular e da Nova Democracia.

A chegada da frente popular ao governo da República espanhola, pela via eleitoral, desencadeou uma insurreição reacionária que, ao cabo de três anos, pôs abaixo a experiência da República democrática, substituindo-a por uma ditadura militar terrorista apoiada pela Alemanha nazista e pela

Itália fascista (nos anos 50 passou a receber apoio aberto dos Estados Unidos). Na França, a Frente Popular, com apoio somente externo dos comunistas, governou o país de modo a bloquear a unificação das forças clerical-fascistas, mas não foi capaz de promover uma ação ofensiva contra o capital — abandonou à própria sorte a Espanha republicana —, única forma de defender a soberania nacional contra a capitulação da burguesia diante da ofensiva nazista.

Quando a guerra se generalizou novamente, a IC só existia na ficção. Vários partidos comunistas encontravam-se desmantelados pelo terror fascista ou pelo terror stalinista, desencadeado contra a massa do PCR(b) e que afetara diversas seções, como os partidos da Polônia, da Itália, da Espanha. A luta *partizan* antifascista fez com que os partidos comunistas ressurgissem com força, respaldados pelo prestígio da grande vitória militar da URSS contra a besta nazifascista. No Brasil, o PCB ressurgiria ancorado no prestígio de Prestes, "martirizado" por dez anos de cárcere, e na aura da vitória da URSS. Mas aí as circunstâncias históricas e políticas eram já bem outras.

Notas

1 Cf. Istvan Mészáros, "A atualidade da ofensiva socialista", *Revista Práxis*. Belo Horizonte: Projeto, ano V, jul.-out., 1998, pp. 57-100.

2 Cf. Georges Haupt, "Guerra o rivoluzione? L'Internazionale e l'Union Sacrée nell'agosto del 1914", in *L'Internazionale Socialista della Comuna a Lenin*. Turim: Einaudi, 1978, pp. 261-300.

3 Cf. Vladimir Lênin, "Dos tácticas de la socialdemocrazia en la revolución democrática", in *Obras escogidas*. Moscu: Progreso, 1976, tomo III, pp. 1-124.

4 Cf. idem, "El imperialismo, fase superior del capitalismo", in *Obras escogidas*, op. cit., tomo V, pp. 372-500.

5 Cf. idem, "La bancarrota de la II Internacional", in *Obras escogidas*, op. cit., tomo V, pp. 219-75. Ver também idem, "El imperialismo y la escisión del socialismo", in *Obras escogidas*, op. cit., tomo VI, pp. 126-42.

6 Ainda que reste pouca dúvida que tenha sido Lênin o mais importante personagem deste processo de refundação do marxismo e do processo da revolução socialista internacional dos anos 1917-1921, deve-se salientar que, além de contar com a preciosa interlocução de outros militantes socialistas russos, também o nome de Rosa Luxemburgo deve ser destacado pelo papel desempenhado na luta contra o revisionismo e o reformismo. Outra idéia que deve ser enfatizada é de que há um claro nexo entre o espaço da revolução socialista (Rússia, Alemanha, Áustria-Hungria e Itália) e a refundação comunista, como movimento teórico-prático vinculado à classe operária.

7 As circunstâncias que permitiram a eclosão revolucionária partindo do "elo mais fraco da cadeia imperialista" foram a desintegração do

exército czarista no decorrer de uma guerra externa, que impediu que houvesse concentração de forças para reprimir a insurreição operária, a conjunção com uma insurreição camponesa guiada por forte tradição comunal e a presença de uma burguesia débil, dependente do Estado e, por isso mesmo, anti-revolucionária.

8 Rosa Luxemburgo, minoritária no recém-fundado Partido Comunista, percebeu que o processo revolucionário na Alemanha deveria obedecer a outro ritmo, já que os comunistas não contavam com a direção da maioria do movimento operário, o campesinato era conservador e apegado à noção de propriedade privada e o exército, ainda que derrotado, não se havia decomposto, exigindo que a construção e a duração do poder dual e pelo prevalecimento da revolução socialista fossem mais difíceis e lentas.

9 A Internacional Socialista, com a prevalência da perspectiva reformista, fundada num evolucionismo social que garantia ser o núcleo do Ocidente a forma superior de civilização, para a qual outros povos deveriam se alçar, teve muitas dificuldades em se opor ao colonialismo europeu. A decorrência mais grave disso foi a impossibilidade de pensar o campesinato e os povos colonizados como sujeitos da transformação social, implicando também a restrição da difusão global do marxismo.

10 Embora grupos socialistas sejam localizáveis desde os anos 1880, o mais antigo partido socialista estável a se formar no continente foi na Argentina, sob a direção de Juan B. Justo, em 1896. Nos desdobramentos da guerra revolucionária de independência em Cuba e na resistência antiimperialista, em 1904, surgiu o partido socialista de Carlos Baliño. No Uruguai, o PS surgiu em 1910, e no Chile em 1912, desdobrado de um preexistente partido social-democrata. No Brasil, os círculos socialistas foram caracterizadamente muito instáveis, tendo havido muitos agrupamentos declarados socialistas.

11 Recorde-se que a Internacional Socialista não deu a menor importância à revolução mexicana.

12 As divisões no seio do Partido Socialista Argentino precediam à guerra, tendo apenas se agravado em função desta. No Brasil houve o caso do líder anarcossindicalista Rossoni, que apoiou a guerra e depois voltou à Itália de origem para oferecer seu apoio a Mussolini e tornar-se ministro da Agricultura.

13 A COB foi formada nos desdobramentos do I Congresso Operário Brasileiro, ocorrido em 1906, em meio à primeira grande ofensiva do movimento operário brasileiro.

14 Cf. Astrojildo Pereira, "A formação do PCB", in *Ensaios históricos e políticos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979, pp. 52-56.

15 No exército brasileiro havia partidários da reorganização seguindo o modelo prussiano e outros favoráveis à França, como houvera feito a Força Pública de São Paulo. Após a guerra, uma "missão francesa" se encarregou da modernização das forças militares brasileiras.

16 Cf. Moniz Bandeira, Clóvis Melo e A. T. Andrade, *O ano vermelho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, pp. 41-42.

17 Cf. Astrojildo Pereira, *O Debate*, nº 1, ano I, 12 jul., 1917.

18 Cf. Astrojildo Pereira (Alex Pavel), *A Revolução Russa e a imprensa*. Rio de Janeiro, mar., 1918. Recentemente in *Crítica Marxista*, nº 5. São Paulo: Xamã, 1997, pp. 99-110.

19 Cf. ibidem.

20 Cf. Lima Barreto, "No ajuste de contas...", 11 maio, 1918. Evaristo de Moraes Filho (org.), *O socialismo brasileiro*. Brasília: UnB, 1981, pp. 121-23.

21 Cf. Astrojildo Pereira, *Crônica Subversiva*, nº 1. Rio de Janeiro, ano I, 1º jun., 1918.

22 Cf. idem, *Crônica Subversiva*, nº 5. Rio de Janeiro, ano I, 29 jun., 1918.

23 Há uma forte tendência na bibliografia a levar em demasiada consideração aquilo que disseram *post festum* os atores, identificando este passo inicial com as aspas do desprezo. Astrojildo Pereira e Edgard Leuenroth, por motivos análogos, tendem a recusar esta experiência fundamental para o sucesso da segunda fundação do PCB, em 1922, e a literatura existente encampou acriticamente esta opinião, vendo os fatos como se não tivessem passado de uma comédia de erros, sem qualquer ligação com a seqüência da crise ideológica e do surgimento do marxismo no Brasil, quando, na verdade, enquanto um avançava na *cisão*, o outro recuava para firmar posição.

24 Cf. *Jornal Pequeno*, jul., 1919.

25 Cf. *Hora Social*, 5 jun., 1920.

26 O Brasil recebeu o impacto direto da Revolução Russa, mas também por mediações as mais diversas. É essencial considerar a relevância da fundação de partidos comunistas no Cone Sul, mas não se pode deixar de perceber a importante semelhança no processo de formação do partido comunista no Brasil e em Portugal. Também neste país o socialismo era débil, prevalecia o anarcossindicalismo, o processo de crise e mutação ideológica foi longo e tortuoso e a cisão ocorreu com relação ao anarcossindicalismo. A bibliografia

relativa ao período ora insiste na origem exótica do marxismo e do movimento comunista no Brasil, ora realça com tintas carregadas a originalidade e o vínculo com as tradições nacionais, perdendo de vista as mediações.

27 Durante o período revolucionário, o ponto de unidade entre marxistas e sindicalistas revolucionários era a auto-atividade das massas, que freqüentemente se manifestavam sob formas organizativas similares à experiência dos sovietes, enquanto o ponto de divergência aparecia na questão da necessidade ou não do partido político. A linha mestra da mutação ideológica no Brasil passa pela resolução deste conflito, que se resolve pela *cisão*, no momento em que a derrota é já um fato.

28 Cf. Vladimir Lênin, "La enfermedad infantil del 'izquierdismo' en el comunismo", in *Obras escogidas*, op. cit., tomo XI, pp. 1-100. Neste texto, entre outras coisas, Lênin critica a recusa em atuar nos parlamentos e nos sindicatos reformistas, a desconsideração do papel fundamental do partido, em suma, a falta de mediações na análise das relações de força, característica de uma camada pequeno-burguesa semiproletarizada.

29 No Rio de Janeiro surgiu a Coligação Social, articulada por Nicanor Nascimento e Agripino Nazareh, e no Recife, Joaquim Pimenta tentou organizar um partido socialista. Essa nova tentativa de formação de um partido social-reformista no Brasil fracassou com a implantação do "estado de sítio", em julho de 1922.

30 Em março de 1921, uma greve geral insurrecional, convocada pelo KPD, foi derrotada após vários dias de confronto com a polícia, implicando o isolamento político e a diminuição dos efetivos do partido.

31 O debate sobre o significado e os caminhos da NEP foi decisivo para todo o desenvolvimento ulterior da URSS, motivando a fratura insanável no grupo dirigente bolchevique, com sérias repercussões sobre a IC.

32 Bukharin era um dos expoentes do comunismo de esquerda no seio do PCR(b) e um dos defensores da "teoria da ofensiva". Sua mudança de posição começou a operar-se às vésperas desse congresso, até tornar-se o maior teórico da NEP e da frente única dentro do partido bolchevique.

33 Neste aspecto, a fundação do Partido Comunista no Brasil tem analogias com a do Partido Comunista do México, também formado pela condensação de círculos de simpatizantes da Revolução Russa.

34 A literatura existente sobre a história dos primeiros anos do PCB oscila entre a negação de qualquer contato internacional dos fundadores do comunismo brasileiro e a transformação desse muito provável contato com a Agência de Propaganda para a América do Sul numa aventura próxima de um conto ficcional. Num caso e outro, mitifica-se uma circunstância com o fito de realçar o aspecto nacional da nova vertente operária ou o "exotismo" da origem.

35 Cf. *Movimento Comunista*, I, 1, jan., 1922, pp. 1-2.

36 Cf. *Movimento Comunista*, I, 12, nov., 1922, pp. 15-16.

37 Nos anos seguintes, Antônio Bernardo Canellas aproximou-se do movimento dos jovens militares, tendo apoiado a revolução de 30.

38 O Guomindang conformou-se como partido em 1919, tendo participado das organizações revolucionárias do Oriente, fazendo parte do arco de alianças da Rússia soviética, assim como o PC da China, fundado em 1921. Em 1924, com a assessoria de Borodin, realizou-se um congresso com a participação dos dois partidos num só organismo, expressando a frente única antiimperialista. A situação chinesa foi usada de maneira fortemente instrumental no seio da IC e, principalmente, nas contendas no interior do grupo dirigente soviético, em via de cindir-se. Em fins de 1927, o exército nacional do Guomindang perpetrou um traiçoeiro massacre de comunistas, pondo fim a esta experiência.

39 Cf. Marcos Del Roio, "O encontro entre a Internacional Comunista, a América Latina e o Brasil", in *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB (1928-1935)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

40 Octávio Brandão havia preparado um documento para debate na direção do partido que indicava ser de natureza democrática pequeno-burguesa a etapa em ato da revolução brasileira. Confundia, nesta formulação, a aliança social entre a pequena burguesia e o proletariado, conduzida pela primeira, como forças motrizes do processo, com a natureza democrático-burguesa da revolução, dada pela necessidade de se desobstruir os obstáculos para o desenvolvimento das forças produtivas burguesas.

41 O VI Congresso havia definido o período entre 1917 e 1923 como o da "crise revolucionária" e o período entre 1924 e 1928 como de "estabilização relativa" do capitalismo. O "terceiro período" seria o que se abria a partir daquele momento.

42 Cf. "Carta abierta a los partidos comunistas de la América Latina sobre los peligros de la derecha", *La Correspondencia Sudamericana*, nº 18. Buenos Aires, 20 set., 1929.

43 Cf. *A Classe Operária*, 17 abr., 1930.

44 Aristides Lobo e Plínio Mello são exemplos de militantes que, tendo sido expulsos do PCB acusados de "desvios de direita", por defender uma aproximação com Prestes, foram na seqüência compor a "oposição de esquerda", de inspiração trotskista. Tanto a "oposição de esquerda" trotskista quanto o grupo que se apossa da direção do PCB em 1930 têm origem na oposição de 1928, derrotada no processo do III Congresso Nacional partidário.

45 Cf. *La Correspondencia Sudamericana*, nºs 12-13-14, maio, 1929.

46 Esse movimento teve início num encontro em Amsterdã, realizado em agosto de 1932. O coordenador mais importante foi Henri Barbusse.

47 Cf. "A situação dos camponeses no Brasil", *Revista Proletária*, nºs 2-3, ago.-set., 1934.

48 O pleno ampliado do SSA/IC, de junho de 1930, ficou sendo considerado a II Conferência Comunista da América Latina.

49 Estas linhas são apenas compilação e interpretação de informações dispersas, particularmente de Prestes, em diversas entrevistas concedidas. A documentação referente a essa conferência encontra-se aguardando tradução no Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro, anexo ao Instituto Astrojildo Pereira e alocado no Centro de Documentação e Memória da Unesp.

50 Na verdade, tanto a composição do BSA/IC quanto a lista de nomes de estrangeiros que estiveram no Brasil em 1935 são incertas, sendo possível que outros nomes não localizados pela polícia tenham também estado presentes.

51 Cf. *Revista Proletária*, nº 4, 15 jun., 1935.

52 Cf. *La Correspondence Internationale*, nº 94, 13 out., 1935.

53 Cf. *La Correspondence Internationale*, nº 115, 4 dez., 1935.

54 Cf. ibidem.

Capítulo 3

A INFLUÊNCIA DO LENINISMO DE STÁLIN NO COMUNISMO BRASILEIRO

João Quartim de Moraes

O marxismo de Stálin e o stalinismo

Para a grande maioria de nossos contemporâneos, o nome de Stálin está indissoluvelmente associado, mais ainda do que ao exercício ditatorial do poder político soviético, ao uso crescente de métodos policiais de controle e aniquilamento dos oponentes. O regime stalinista, com efeito, cristalizou-se, ao longo dos anos 1930, numa ditadura em que se combinavam a osmose do Partido Comunista com a máquina do Estado e a extrema concentração da cúpula deste poder burocratizado na pessoa do dirigente supremo, erigido em "Guia Genial dos Povos". Embora o caráter politicamente perverso deste regime tenha sido denunciado acerbamente desde o início, por Trótski, principalmente, mas também por

outros dirigentes comunistas da época, como o iugoslavo Anton Ciliga, um complexo de fatores característicos da situação política internacional de então, notadamente a situação dramática da União Soviética, cercada por potências imperialistas hostis e empenhada num colossal esforço de industrialização, indispensável para que pudesse sobreviver às ameaças dos que queriam varrê-la da superfície do planeta, suscitava, na opinião democrática e socialista internacional, um reflexo de solidariedade para com a República dos Sovietes, pouco propício a considerações críticas.

A consolidação do fascismo na Itália, a chegada ao poder, na Alemanha, de Adolf Hitler com o claro objetivo de destruir o Partido Comunista, então o maior do mundo depois do soviético, a escalada bélica de Mussolini, da Etiópia à intervenção na Espanha para apoiar a sedição reacionária de Franco e consortes, a capitulação hipócrita da Inglaterra e da França diante do expansionismo hitleriano em Munique foram configurando mais e mais, ao longo dos anos 30, o espectro de uma guerra planetária pior ainda que a de 1914-1918.

Exacerbava-se, em tal contexto, a polarização internacional que opunha os amigos e os inimigos da União Soviética. O ocultamento da face perversa do poder staliniano foi assim fortemente estimulado pela evolução belicista da política internacional e pela recusa reiterada das potências capitalistas liberais, notadamente a Inglaterra e a França, em socorrer a República espanhola apunhalada pelo nazifascismo e em concluir uma aliança militar com o Estado soviético, única maneira, até 1938, de colocar Hitler e Mussolini na defensiva. Para o movimento operário internacional, e para o conjunto das forças antifascistas, a hora era de cerrar fileiras em defesa da República espanhola e da União Soviética. Abrir claros na credibilidade desta última seria favorecer o

inimigo. Os escribas do aparelho ideológico do capital continuam até hoje, com inigualável hipocrisia, a derramar lágrimas de crocodilo a propósito do pacto nazi-soviético, ocultando os fatos de que na França os chefes políticos da reação proclamavam descaradamente que Hitler era preferível à Frente Popular e, na Inglaterra, o governo conservador de Chamberlain tudo fazia para atiçar contra a União Soviética os ânimos guerreiros das hordas nazistas. Poucas vezes na história universal colocou-se, para cada um, e para a opinião pública no todo, tão dramaticamente a necessidade de *tomar partido*, ainda que, no partido adotado, muita coisa, dos processos de Moscou ao pacto assinado por Molotov e Von Ribbentropp, decididamente cheirasse mal.

Foi somente em 1956, após a morte de Stálin e a derrota, numa surda e violenta luta nos bastidores do poder de Estado soviético, do grupo que pretendia continuar o stalinismo sem Stálin que, por iniciativa de Nikita Kruchov, o PC da URSS procedeu ao inventário circunstanciado da sistemática liquidação, ao longo de um quarto de século, dos opositores reais ou presumidos do ditador agora morto e enterrado.

Compreende-se assim a dificuldade de separar o marxismo de Stálin do fantasma de Stálin, isto é, o autor e dirigente comunista dos métodos e do regime de que foi, de longe, o principal inspirador. Os fantasmas detestam a claridade. Muita luz tem sido projetada sobre os bastidores do poder soviético, até mesmo de dentro para fora, a partir da publicação e difusão do célebre relatório apresentado por Kruchov ao XX Congresso do PC soviético, em 1956. Mas a análise objetiva da doutrina e da prática de Stálin coloca não só problemas de documentação (já em boa parte superados: poucos episódios decisivos, entre os quais o assassinato de Kirov em 1935, ainda suscitam dúvidas) como tam-

bém, e talvez principalmente, de elucidação da intrincada trama em que se entrecruzam e confundem o militante bolchevista, o teórico marxista, o ditador onipotente, o chefe de Estado maquiavélico e o Guia Genial dos Povos.

Esta é, evidentemente, uma tarefa que cumpre reservar a seus biógrafos, que são muitos, embora poucos deles tenham conseguido dar a Stálin o que é de Stálin e exorcizar seus fantasma à luz do processo histórico. Nosso objetivo é muito mais modesto: discernir a contribuição singular do comunista georgiano Iossif Vissarionovitch Djugachvili à teoria marxista e à doutrina comunista. Modéstia que não é assim tão grande, já que a questão é intrincadíssima. Agarrar-nos-emos, entretanto, a um fio condutor claro e distinto: relativamente à obra de Lênin, trataremos de determinar três modalidades principais da intervenção intelectual de Stálin no *corpus* teórico do movimento comunista internacional, fazendo abstração, tanto quanto possível, das implicações práticas dessa intervenção. Começaremos pela que concerne à própria consolidação doutrinária da obra de Marx, Engels e Lênin.

A consolidação do corpus *doutrinário do comunismo*

Stálin erigiu em doutrina a elaboração teórica de Lênin, como este erigira, sem dúvida com mais rigor e muito menos esquematismo, a teoria de Marx em doutrina marxista. Acresce — e aqui o stalinismo interfere pesadamente na elaboração teórica staliniana — que, contrariamente a Lênin, áspero polemista, firme defensor das próprias idéias, mas sempre defendendo-as por métodos intelectuais e políticos, Stálin confundiu constantemente o poder coercitivo de que dispunha com a força intelectual de que gostaria de dispor. A analogia entre a concepção leniniana da teoria

marxista e a concepção staliniana da teoria leninista é, portanto, muito imperfeita, tanto no que se refere às condições de sua elaboração quanto a respeito de seu conteúdo.

Tanto Lênin quanto Stálin consideravam o trabalho teórico uma *luta*. É sobejamente conhecida a tripartição leniniana entre luta teórica, luta política e luta econômica. Sem dúvida, ambos consideravam a *luta teórica* política e economicamente motivada e, nesta medida, ambos são profundamente irritantes para os intelectuais "puros", isto é, aqueles que pretendem pensar e elaborar teorias em total independência em face das condições sociais (econômicas, profissionais, políticas, culturais) que caracterizam sua existência como intelectuais. Ambos, como também Gramsci, partem da hipótese de que, segundo a fórmula deste, os intelectuais não são uma classe, mas toda classe tem seus intelectuais. Lênin, entretanto, não se contenta (como tampouco Gramsci) com a refutação da tese de um adversário pela mera identificação dos condicionamentos de classe que a teriam inspirado. Combate um argumento filosófico com uma crítica filosófica, um argumento econômico com uma crítica econômica, uma teoria com uma crítica teórica. Em Stálin, ao contrário, é nítida a tendência a tratar a teoria em sua dimensão meramente instrumental e os teóricos como meros agentes desta instrumentalização.

Na terceira das conferências que proferiu na Universidade de Sverdlovsk, no início de abril de 1924, poucos meses depois da morte de Lênin (ocorrida em janeiro daquele ano), depois publicadas sob o título *Sobre os princípios do leninismo*, empenhado em preservar o legado teórico de Lênin, Stálin procura refutar aqueles que apenas viam no leninismo "o primado da prática sobre a teoria", sustentando que "a teoria é a experiência do movimento operário de

todos os países, tomada em sua forma geral".[1] A generalização da experiência de uma classe social constitui antes sua *história* do que sua *teoria*. Salvo a entender por *teoria* a condensação da prática histórica. Mas, assim entendida, ela reduziria não somente o leninismo, como também o próprio marxismo, a um empirismo historicista analiticamente míope. Por isso, embora tenha razão de contestar, por insuficiente, a caracterização de Lênin como o vitorioso executor da teoria elaborada por Marx e por Engels, Stálin não determina devidamente a natureza e a novidade de sua obra teórica. A teoria do imperialismo, notadamente, não *generaliza* a experiência do movimento operário internacional. Elucida as condições objetivas (concentração monopolista do capital, luta desenfreada pela conquista do mercado mundial, participação da "aristocracia operária" dos países dominantes na pilhagem do planeta etc.) que explicam a traição social-democrata e a conseqüente participação das massas operárias na carnificina bélica desencadeada em 1914. Exatamente porque, sem teoria, a experiência é cega, aquela não pode ser um condensado desta.

Na seqüência da argumentação, entretanto, a referência à experiência generalizada é abandonada, em proveito do apelo à teoria revolucionária, indispensável para que o partido "possa cumprir seu papel de combatente de vanguarda".[2] A circularidade desta concepção é manifesta: é revolucionário o partido que se guia pela teoria revolucionária e é revolucionária a teoria que guia o partido revolucionário. Na prática, a elaboração da teoria revolucionária e a direção do partido revolucionário se fundem e se confundem numa única e mesma instância. As conseqüências desta condensação foram reveladas por Kruchov no XX Congresso do PC da URSS.

O conteúdo da teoria, tal como a concebe Stálin, fica estreitamente delimitado por sua instrumentalização. Os processos propriamente teóricos da busca do conhecimento (investigação, pesquisa, crítica de hipóteses, reformulação de conceitos etc.) se tornam acessórios, úteis apenas para ilustrar, ou, no melhor dos casos, completar o saber já codificado e cristalizado do "marxismo-leninismo". À pergunta "o que é leninismo?", Stálin responde: "o marxismo da época do imperialismo e da revolução proletária". Lênin apresentava o marxismo de maneira menos sumária, buscando-lhe as fontes, explicitando os problemas não resolvidos, sintetizando a elaboração teórica tanto de Marx quanto de Engels e, sobretudo, evitando as sistematizações simplificadoras que mutilam a obra própria da teoria. O efeito negativo da "consolidação" staliniana do *corpus* teórico do comunismo não está tanto, neste sentido, nos erros que propiciou ou encobriu (a biologia de Lyssenko é o mais notório) quanto na redução da teoria a mera doutrina (isto é, a uma teoria que não critica seus pressupostos). Uma vez reduzida a doutrina e instrumentalizada pelo partido de vanguarda, a teoria, contrariamente ao que sustentam os que exorcizam Stálin como se esconjurassem o diabo, não perde *eficácia*. Perde sua *cientificidade*, ou melhor, tende a perdê-la na medida em que se cristaliza como repertório de preceitos tático-estratégicos. Este ponto nos parece decisivo para avaliar com objetividade histórica o significado da obra staliniana, para evitar, portanto, que tratemos Stálin como ele tratou seus adversários.

Nossa tese é a seguinte: no essencial Stálin reduziu a *teoria* a uma técnica de análise de situações e de conjunturas. É sintomática, neste sentido, sua explicitação da definição já citada do leninismo como o marxismo da época do imperialismo e da revolução proletária. Comenta esta fór-

mula com outra, introduzida por um "mais exatamente": "o leninismo é a teoria e a *tática* da revolução proletária em geral, a teoria e a *tática* da ditadura do proletariado em particular".[3] A justaposição da teoria e da tática ou rebaixa demais a primeira ou eleva demais a segunda e, sobretudo, o que é mais grave, vincula excessivamente aquela (cujo objeto próprio é o conhecimento) a esta (cujo objeto é a disposição e utilização dos *meios* adequados para atingir um objetivo parcial, militar no sentido próprio, político no sentido metafórico). A teoria, assim instrumentalizada, *serve para* identificar o complexo de contradições características de uma dada situação e determinar seus pontos de ruptura. O descompromisso com a verdade, com o conhecimento objetivo, fica encoberto pelo "ponto de vista de classe", *na verdade* o ponto de vista da direção do partido. Nem por isso o marxismo-leninismo, como técnica de "análise concreta de situações concretas", perdeu sua *operacionalidade*: ao contrário, Stálin utilizou o *corpus* comunista, formado pela osmose do marxismo e do leninismo, com extrema eficácia, não somente nos anos da luta pelo poder na cúpula do partido bolchevista (1924-1929), mas também ao longo dos anos 30 e durante a Segunda Grande Guerra.

No que se refere aos anos 20, nem Trótski, nem Kamenev, nem Zinoviev, nem Bukharin careciam de qualidades intelectuais e políticas para assumir a direção da República dos Sovietes. Se Stálin conseguiu sobrepujá-los, aliando-se a Kamenev e Zinoviev contra Trótski, a Bukharin contra Trótski, Zinoviev e Kamenev, até enfrentar, juntos, Bukharin, Zinoviev e Kamenev e, vencendo-os, erigir-se em ditador da URSS, não há de ter sido apenas por um manobrismo rasteiramente maquiaveliano. Em *todos* estes embates, ele foi taticamente mais consistente e politicamente mais conseqüente do

que seus adversários: compreendeu antes e melhor do que eles por onde passavam as linhas de força de cada situação concreta e (mais maquiavélico que marxista) apressou-se, em cada uma delas, a fazer de uma só vez todo o mal necessário para assegurar seu próprio triunfo.

Esta superioridade tático-estratégica ficou evidenciada em terreno aberto (e não apenas nos bastidores do poder), na condução da contra-ofensiva do Exército Vermelho e do povo soviético contra as hordas hitlerianas. Que se consulte um biógrafo pouco suspeito de complacência como Isaac Deutscher: no capítulo de seu *Stalin* consagrado à Segunda Guerra Mundial (cap. 12, "The Generalissimo"), por mais severamente que examine a conduta do Guia Genial dos Povos e Generalíssimo, não encontra nenhum erro militar sério (salvo, provavelmente, o de haver subestimado a iminência da agressão hitleriana, mas o erro aqui, se realmente houve, como o crê Deutscher, terá sido político-diplomático e não militar) e, em compensação, não pode deixar de reconhecer que, de outubro a dezembro de 1941, poucos meses depois do início do que Hitler pensara ser um desfile da Wermacht e dos SS pela planície russa, a máquina de guerra do nazifascismo sofreu sua primeira derrota em campo aberto, diante de Moscou. Nem, menos ainda, a extraordinária manobra estratégica que, entre julho de 1942 e março de 1943, diante de Stalingrado e até o Cáucaso, aniquilou o mais poderoso grupo de exércitos reunido pelo III Reich e virou irreversivelmente o curso da guerra. Nestes dois momentos críticos não somente para a URSS, mas para toda a humanidade (se Hitler tivesse, como esperava, tomado Moscou no final de 1941, a Segunda Guerra Mundial teria, muito provavelmente, terminado com a vitória planetária do eixo Berlim–Roma–Tóquio), Stálin desempenhou

papel decisivo não apenas como símbolo abstrato do poder soviético, mas também como estrategista.

Reconhece-o Isaac Deutscher em fórmula na qual transparece o esforço do historiador para vencer a aversão política pelo homem que Kamenev classificara, em 1928, como um novo Gêngis Khan: "A regeneração do exército, de sua moral e de seu escalão de comando foi uma das mais notáveis realizações da Rússia, para a qual algum crédito era devido a Stálin".[4] Toda avaliação comporta inevitável influxo subjetivo. Se Stálin era o ditador temido e terrível da União Soviética, se concentrava em suas mãos as decisões de alcance estratégico, seu crédito na direção da guerra de 1941 a 1945 não há de ter sido apenas "algum". Não se lhe pode negar aquilo que se reconhece a Gêngis Khan: ter conduzido seu povo para uma vitória militar decisiva.

À eficácia da teoria, rigidamente concebida como guia para a ação e nada mais, corresponde a alta operacionalidade dos conceitos stalinianos, a cujo exame procederemos a seguir.

Conceitos fundamentais do comunismo staliniano

Examinaremos três dos conceitos introduzidos por Stálin na doutrina comunista: os de *estratégia*, de *etapa* e de *nação*. Antes de os analisarmos um a um, não há de ser inútil ressaltar que, embora não se pretenda incontestável, a escolha destes três temas teóricos não tem nada de arbitrário. Resulta de consulta ampla (embora longe de ser exaustiva) de estudos bibliográficos da obra staliniana, da qual não existe uma edição completa. A mais ampla edição é a *Sochineniia* (*Obras*), em 13 volumes, editada entre 1946 e 1951 pelo

Instituto Marx-Engels-Lênin, de Moscou. Ela abrange, entretanto, somente os escritos que vão até janeiro de 1934. Foi a Hoover Institution of War, de Stanford, que se encarregou de acrescentar mais três volumes (de 14 a 16) a essas *Obras*, abrangendo o período 1934-1953. Embora muito útil, esta edição (em russo) é necessariamente incompleta, já que os editores, por razões óbvias, não puderam pesquisar *in loco* os inéditos do falecido ditador.

1) A noção de *estratégia*. Nenhuma das inovações teóricas de Stálin terá tido tão ampla, durável e transideológica repercussão quanto a conceptualização histórico-materialista da categoria de estratégia. Não estamos sequer pensando na banalização que hoje sofre essa noção, empregada a torto e a direito (quase sempre a torto e raramente a direito) por jornalistas, universitários, políticos etc., que aderem sem nenhum sentido crítico ao jargão na moda, utilizando, na maioria das vezes, o termo "estratégia" num contexto em que qualquer pessoa minimamente cultivada nestes temas empregaria o termo "tática". Que a aludida conceitualização seja obra de Stálin, não pode haver dúvida. O termo só aparece em 1921 (e sem nenhuma relevância teórica) na obra de Lênin, que se serve, para denotar a articulação meios–fins da esfera da práxis política, das noções de *tática* e de programa.[5] Tanto a utilização por Lênin do termo "tática" quanto a utilização por Gramsci de metáforas como "guerra de posições" e "guerra de movimento" indicam forte tendência, entre os teóricos do bolchevismo, a conceber a guerra não somente como continuação da política por outros meios, mas como campo metafórico privilegiado da práxis revolucionária.

Para Lênin, a articulação entre tática e programa é dialética, isto é, obedece à determinação recíproca da lógica dos meios e da lógica dos fins. A esfera da tática é a esfera

dos meios, sejam eles armados ou pacíficos, conspiratórios ou multitudinários. A esfera do programa é a dos fins, duplamente articulada com a dos meios. No sentido aristotélico da sistemática transitividade da relação meio–fim (o fim da arte da fabricação de remos é a navegação, o fim da navegação é a guerra, o comércio etc.) e no sentido hegeliano da lógica imanente do conteúdo, ou, na fórmula preferida de Lênin nos *Cadernos sobre a dialética*, da unidade dos contrários, no caso a unidade da tática e do programa na síntese prática que é a linha política do partido. O programa, nesta perspectiva leniniana, incorpora tanto o princípio hegeliano da unidade dos contrários quanto o princípio aristotélico segundo o qual a transitividade dos fins que se tornam meios para fins ulteriores não pode ser ilimitada (se o fosse, "o desejo seria fútil e vão"), havendo, portanto, no final, um "fim supremo", em vista do qual ordenamos ou deveríamos ordenar nossa práxis.[6]

A esfera dos fins é, portanto, essencialmente política, com a diferença, entre Aristóteles e Hegel de um lado, Marx e Lênin de outro, de que, para estes, a política não é exatamente o fim supremo da humanidade como tal, mas o de uma humanidade cindida em classe antagônicas: a supressão do Estado e, portanto, da política constitui, como se sabe, o horizonte metaistórico do comunismo. Imediatamente aquém desse horizonte que fecha a história da humanidade dividida em classes, o sistema de fins se exprime no *programa* comunista, cujo suporte social, segundo o materialismo histórico, é a classe operária, portadora eminente dos fins coletivos. A distinção, habitual no léxico comunista, entre programa máximo e programa mínimo corresponde à distinção aristotélica entre o fim supremo e o fim que é meio para um fim ulterior. O programa mínimo é *tático* relativamente ao

programa máximo, mas "estratégico" relativamente ao conjunto de procedimentos (formas de organização e de luta, alianças, palavras de ordem etc.) que permitem realizá-lo.

Em princípio, portanto, a utilização do termo "estratégia" para denotar *fins políticos* em oposição complementar ao termo "tática", que denota os *meios políticos*, não somente não afetou a teoria da práxis revolucionária, tal como elaborada por Lênin, como também correspondeu a uma tendência, presente no próprio Lênin e também em Gramsci, como já notamos, de transpor as categorias da arte militar para a arte política. Se, por conseguinte, Stálin tivesse apenas introduzido o termo "estratégia" no léxico comunista como correlato dialético do termo "tática", o acréscimo semântico não apresentaria conseqüências teóricas notáveis, salvo a de articular com maior precisão a relação entre meios e fins num contexto histórico determinado. Mas sua propensão à codificação do saber, sua constante preocupação em operacionalizar a teoria, seu gosto pelo claro ordenamento das idéias, das definições, das teses, enfim, sua vontade política de legitimar cientificamente a ditadura do proletariado tal como a entendia levaram-no a criar a "ciência da direção da luta de classes do proletariado", composta exatamente da estratégia e da tática do leninismo, como vem explicitado no primeiro item do capítulo VII de *Sobre os princípios do leninismo*.

É no segundo item do mesmo capítulo, "As etapas da revolução e a estratégia", que vem formulada a definição célebre — e tão utilizada mundo afora, até mesmo no Brasil: "A estratégia tem por objeto fixar a direção do golpe principal do proletariado, baseando-se numa etapa determinada da revolução [...]". O terceiro item, "Os fluxos e os refluxos do movimento e a tática", define como objetivo desta "a li-

nha de conduta do proletariado durante o período relativamente curto do fluxo e do refluxo do movimento [...]". A contraposição entre tática e estratégia é explicitamente concebida em termos quantitativos: "Se a estratégia tem por fim ganhar, por exemplo, a guerra contra o czarismo ou a burguesia [...] a tática se incumbe de objetivos menos essenciais; ela se esforça por ganhar não a guerra, mas tal ou tal batalha [...]". A estratégia se ocupa de objetivos mais essenciais e a tática de objetivos menos essenciais. Deixemos de lado esta quantificação do essencial, no mínimo problemática. A imprecisão nos parece terminológica, já que, como mostra claramente o exemplo escolhido por Stálin, a relação entre tática e estratégia corresponde não exatamente ao "menos" e ao "mais", mas à parte e ao todo — uma batalha, evidentemente, é parte de uma guerra —, ou, mais exatamente ainda, já que não se trata de uma relação estática e sim de um *processo*, à articulação meio–fim. É sintomático que Stálin prefira a linguagem (imprecisa) do menos e do mais essencial à linguagem dos meios e dos fins: revela sua tendência à *reificação da práxis*, à objetivação da luta política, que a torna exatamente um objeto para a *ciência* da luta de classes do proletariado.

Essa reificação/objetivação se apóia nos correlatos reais/objetivos respectivos da tática e da estratégia, a saber, o "fluxo e o refluxo" e a "etapa". Examinaremos a seguir esta noção, mas convém notar desde logo o caráter puramente mecânico da metáfora marítima do fluxo e do refluxo.

2) A noção de *etapa*. Stálin a apresenta como uma noção primitiva, isto é, dada como imediatamente evidente. O sentido em que a emprega fica esclarecido no contexto em que a introduz, no qual toma como exemplo a Revolução Russa, que, segundo ele, já havia atravessado duas etapas

(1903-fevereiro de 1917; março de 1917-outubro de 1917) e se encontrava em sua terceira etapa. Em termos de periodização do processo histórico, é incontestável que a revolução de fevereiro de 1917, que derrubou o czarismo, e a de outubro de 1917, que instaurou a República dos Sovietes, mudaram qualitativamente a situação política russa. Mas é igualmente evidente que estas mudanças decisivas no nível do poder de Estado e das instituições políticas não foram nem podiam ser contemporâneas de mudanças equivalentes na base econômica da sociedade. Menos evidente talvez, mas tão importante, é a conseqüência da discrepância entre os ritmos históricos da evolução política e da evolução econômica. Com efeito, como a *etapa*, para Stálin, define univocamente a *estratégia* que lhe corresponde e como o que define a etapa é a mudança do poder político, a base econômica da sociedade não é determinante nem para a definição da etapa nem para a correspondente dedução da estratégia. As alianças de classe, notadamente, inferem-se do objetivo da etapa: "abater o czarismo, liquidar completamente as sobrevivências medievais"; "abater o imperialismo na Rússia e sair da guerra imperialista"; "consolidar a ditadura do proletariado num só país, nela se apoiando para derrubar o imperialismo em todos os países", respectivamente. Assim, durante a primeira etapa, preconiza-se a aliança da classe operária com o campesinato *pobre*; na terceira, a única referência ao campesinato concerne aos "pequenos camponeses dos países desenvolvidos", considerados, ao lado das "massas de semiproletários", "principais reservas estratégicas" do proletariado. A posição do campesinato na produção e na sociedade passara por uma mudança decisiva: a conquista da terra, com a expropriação dos senhores feudais e dos grandes agrários em geral. Por que só os camponeses pobres es-

tariam interessados, durante a segunda etapa do exemplo staliniano, em derrubar o imperialismo e acabar com a guerra? Por que, na terceira etapa, as reservas estratégicas do proletariado no campo são os "pequenos" camponeses e não os camponeses "pobres", como na segunda? Estas e outras dúvidas apontam uma dificuldade maior, que está na raiz mesma da "ciência da direção da luta de classes do proletariado" e de seus conceitos fundamentais: o postulado de que os objetivos da práxis revolucionária são univocamente dedutíveis da periodização do processo *político-institucional*.

3) A noção de *nação*. Se, como pensamos, o cientificismo de Stálin não é um economicismo, mas, ao contrário, uma tentativa de tratar a política como ciência hipotético-dedutiva, suas teses sobre a questão nacional constituem significativa confirmação de sua inclinação intelectual pelas idéias claras e distintas e, ao mesmo tempo, de que seu objetivismo não era desprovido de um sentido de objetividade. A obra mais importante sobre o tema é *O marxismo e o problema nacional* (1913), mais tarde reunida a outras conexas no livro *O marxismo e o problema nacional e colonial*.[7] Stálin define por justaposição de notas essenciais complementares, que no caso da *nação* seriam quatro: as comunidades de idioma, de território, de economia e de cultura (ou psicologia). Não queremos ferir a suscetibilidade antistalinista de quem quer que seja, mas se trata de uma síntese razoável, que conduz a uma sólida definição: "Nação é uma comunidade estável, historicamente formada, de idioma, território, de vida econômica e de psicologia, manifestando-se esta na comunidade da cultura".[8] Uma boa definição histórico-materialista não é aquela que coincide com seu objeto porque o construiu à maneira dos geômetras. No caso, ao contrário, podemos acrescentar características definitórias

ou condensar as apresentadas, ao sabor da casuística histórico-institucional do fenômeno nacional, sem que a estrutura formal da definição perca validade. Assim, por exemplo, cabe examinar se a característica psicológica, explicitamente assimilada por Stálin à cultural (o que é discutível), não recobre, ao menos parcialmente, a característica lingüística: afinal a língua é expressão básica da cultura nacional. Poderíamos, portanto, propor uma definição com três notas essenciais: geopolítica (= território), lingüístico-cultural (abrangendo usos, costumes e psicologia social) e econômica (= espaço econômico nacional); e mesmo com duas, se considerarmos que a noção de território abrange a de "espaço econômico unificado". Diríamos, nesta última hipótese, que nação é uma comunidade estável historicamente constituída pela conjunção de uma unidade geopolítica e de uma identidade lingüístico-cultural. Estaríamos, quem sabe, melhorando a definição de Stálin, pelo menos no plano formal, mas, ao fazê-lo, reconheceríamos, *ipso facto*, que o método definitório era adequado.

Sabe-se, entretanto, que o fantasma de Stálin interferiu pesadamente na obra do Stálin teórico. Como diria Bukharin, o espírito de Gêngis Khan afugentou o de Marx e o de Lênin. Politicamente, foi um mérito da versão bolchevista do marxismo insistir, contra o cosmopolitismo e o eurocentrismo da social-democracia, na importância das questões nacional e colonial. Mas, uma vez consolidada a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, arrefeceu a simpatia de Stálin pelos particularismos nacionais: sua passagem pelo Comissariado das Nacionalidades foi marcada por atos truculentos. No plano dos princípios, porém, o caráter confederado da URSS e o direito dos povos à autodeterminação nunca foram negados. Tanto que deles se prevaleceram os

Estados bálticos para exigir o direito de secessão, e até, como no caso da Lituânia, para proclamá-la unilateralmente. De qualquer modo, o debate político não se confunde com o debate teórico: uma mesma concepção de nação não leva necessariamente a uma mesma posição a respeito do estatuto jurídico-político desta ou daquela nação, sobretudo no caso das "minorias nacionais". Entre a independência total e irrestrita (cada vez mais rara num planeta que caminha para as grandes unidades estatais de porte continental, como a União Européia) e a opressão nacional, há toda uma gama de soluções políticas confederais ou federativas cuja viabilidade depende de condições histórico-concretas. Cada caso é um caso: o caso basco não se confunde com o caso catalão, que não se confunde com o caso armênio, que por sua vez não se confunde com o caso curdo etc.

No plano teórico, não se pode deixar de mencionar, enfim, a concepção de Stálin sobre a linguagem e o estatuto da lingüística no marxismo.[9] A língua é coextensiva à nação: o russo soviético fala a mesma que Púchkin. Esta permanência mostra que ela não é engendrada pela infra-estrutura econômica. Não constitui, portanto, elemento da superestrutura, mas integra a base da sociedade. Curiosa ironia: desmentindo, neste ponto ao menos, sua imagem dogmática, Stálin desferiu um golpe frontal no determinismo econômico vulgar ao situar um fenômeno cultural como a língua na infra-estrutura da sociedade.[10]

A revisão staliniana das teses de Marx, Engels e Lênin sobre o Estado

Stálin é acusado de haver adulterado o programa histórico do marxismo e do comunismo em pelo menos duas

questões decisivas: a do caráter internacional da revolução e a da tendência à autodissolução do Estado no socialismo. A primeira acusação nos parece discutível, ao menos tal como formulada em sua versão mais conhecida, que é a trotskista. A segunda nos parece justa. Começaremos por esta, apoiando-nos na conhecida carta de Engels a Bebel (de 18-28 de março de 1875) em que ele resume a posição de Marx.

Marx afirma que, "com a instauração da organização societária socialista, o Estado se dissolve por si próprio e desaparece".[11] Nenhuma das revisões teórico-doutrinárias que Stálin operou no *corpus* comunista é mais significativa do que sua "adaptação" da idéia da *autodissolução do Estado* a partir da instauração do socialismo às características policial-terroristas assumidas a partir dos anos 1930 pelo Estado soviético. Outras revisões importantes, como aquela expressa na doutrina do "socialismo num só país" ou na do acirramento da luta de classes durante a construção do socialismo, estão vinculadas a esta revisão fundamental do ideário histórico do comunismo.

O argumento político principal de Stálin para justificar por que, em vez de ir gradualmente se dissolvendo na sociedade soviética, o Estado reforçava continuamente seus meios especiais de coerção, a saber, o cerco capitalista, não pode ser subestimado, por mais que se tenha tornado um pretexto para o terrorismo de Estado. A guerra moderna comporta altíssimo grau de especialização técnica e supõe forte grau de industrialização. Não é possível travá-la sem um sólido destacamento profissional de homens armados. Só afirmam o contrário os diletantes e os revolucionários de salão. Sem dúvida alguma, a necessidade de manter e de ampliar esse "destacamento de especialistas da guerra" constitui um sério fator de *bloqueio* da democracia proletária, um de cujos

princípios, solenemente formulado por Marx em sua análise da Comuna de Paris, é a "supressão dos exércitos permanentes e sua substituição pelo povo armado". Em face desta contradição entre um imperativo da situação objetiva e um princípio político, duas posturas eram possíveis. A primeira teria consistido em admitir a contradição e, portanto, sua conseqüência, a saber, que não havia, na União Soviética cercada, condições para a vigência da democracia proletária. A segunda, adotada por Stálin, consistiu em desqualificar, como "genérico" e "abstrato", o princípio formulado por Engels da autodissolução do Estado, contrapondo-lhe a situação concreta da União Soviética.[12]

Neste procedimento staliniano encontramos a origem do que mais tarde se chamaria o "socialismo real", isto é, a doutrina que rebaixaria constantemente o ideário socialista de maneira a fazê-lo coincidir com as realidades pouco exaltantes do "campo socialista internacional". Encontramos, sobretudo, o perverso deslocamento da práxis (= da "direção da luta de classes do proletariado") relativamente ao programa máximo, que é relegado ao estatuto duvidoso de "abstração genérica", enquanto os objetivos efetivos, reais, da "direção da luta de classes do proletariado" não vão além do horizonte histórico da "etapa". Na peculiar síntese de jacobinismo e de jesuitismo que caracteriza o estilo teórico-político staliniano, a era comunista, sem classes *nem Estado*, embora permaneça objeto de litúrgica reverência, já não orienta como objetivo último o combate do estado-maior marxista-leninista. A perfídia jesuítica predomina, no sincretismo staliniano, sobre o vanguardismo jacobino. Para preservar o prestígio do partido de vanguarda, a doutrina canônica permanece intocada, mas sua relação com a práxis comunista se torna tão tênue como aquela da hierocracia católica com o mistério da Santíssima Trindade.

A questão do "socialismo num só país", embora evidentemente vinculada à da natureza do Estado durante a ditadura do proletariado, não se coloca no mesmo plano que a da tendência à autodissolução do Estado. Pela razão, também evidente, de que foi suscitada por uma situação historicamente conjuntural, envolvendo não o programa máximo do comunismo, mas o programa mínimo do poder dos sovietes, a saber, sua própria sobrevivência após o fracasso da revolução proletária européia durante os anos que seguiram imediatamente a Primeira Guerra Mundial. Na situação instaurada pelo refluxo do movimento operário revolucionário no continente europeu e pela rearticulação das potências imperialistas, a alternativa para a República dos Sovietes e para o movimento comunista internacional consistia em conferir caráter prioritário à preparação de nova ofensiva revolucionária internacional ou à consolidação do primeiro Estado operário do planeta. Evidentemente, não há contradição alguma no plano dos princípios programáticos ou estratégicos ente os dois objetivos. Vitórias do movimento comunista em qualquer ponto do planeta favoreciam o comunismo soviético e reciprocamente. Mas o Estado soviético era uma realidade e a revolução mundial, mera possibilidade. Subordinar à revolução possível a revolução já vitoriosa significaria subordinar ao Komintern, como estado-maior da revolução planetária, o Estado soviético. Qualquer que seja a opinião que se tenha no plano dos princípios a respeito da natureza dos vínculos entre a direção internacional do movimento comunista e a direção comunista da sociedade soviética, a questão resolver-se-ia, na prática, pela dinâmica objetiva das lutas políticas: enquanto perdurou, durante os anos que se seguiram ao fim da Primeira Grande Guerra, a vaga revolucionária na Europa, o peso decisório do Komintern relativamente à direção da República dos Sovietes

e, no seio do Komintern, o peso relativo das seções não russas foram consideráveis. Com o recuo da maré revolucionária e o cerco imperialista, as seções não russas perderam voz no capítulo e a questão da construção do socialismo da União Soviética passou a preponderar nos cálculos estratégicos do Komintern. Não é mera coincidência o fato de que esta virada da conjuntura internacional tenha sido acompanhada pela ascensão de Stálin à posição de dirigente máximo do comunismo.

A primeira formulação do que viria a ser a doutrina do socialismo num só país remonta, com efeito, a dezembro de 1924. Até então, como nota Michael Löwy em seu estudo *Sobre a revolução permanente*, a concepção geral dos bolchevistas era de que o sucesso do socialismo como forma superior de organização social exigia a participação dos operários dos países avançados. No folheto *A Revolução de Outubro e a tática dos comunistas russos*, Stálin, entretanto, esboçou uma concepção nova, sustentando que a URSS dispunha de condições favoráveis "para avançar no rumo da organização de uma economia socialista".[13] Dois anos depois, ele vinculou a tese de que era não só possível, mas também necessária a vitória da construção socialista sobre os elementos capitalistas da economia soviética ao papel da URSS como "base da revolução mundial".[14]

Tal como se configurou então, a doutrina do "socialismo num só país" consistia na categórica afirmação de que cumpria avançar resolutamente no rumo da construção do socialismo na URSS, independentemente dos sucessos ou insucessos (mais exatamente, dos insucessos ocorridos e dos sucessos esperados) da revolução mundial. Mais do que de uma doutrina, tratava-se de uma tomada de posição polêmica contra a tese sustentada notadamente por Trótski de que, "sem o reforço rápido de uma revolução vitoriosa na

Europa, a classe operária não poderia de modo algum pensar em manter o poder na Rússia".[15] Se em 1906, quando Trótski a formulou pela primeira vez, esta hipótese, meramente prospectiva, apresentava poucas e insignificantes conseqüências práticas, ao longo dos anos 20 e, sobretudo, dos anos 30 ela exerceria efeito evidentemente derrotista, desencorajando o povo soviético envolvido em colossal esforço de sobrevivência. Como pedir a dezenas de milhões de trabalhadores que lutassem para consolidar as bases socialistas da União Soviética e ao mesmo tempo afirmar que não seria possível construir o socialismo se a classe operária não tomasse o poder nos países capitalistas avançados? Se, entre 1924 e 1928, a maioria do Partido Comunista da URSS ficou com Stálin contra Trótski, não foi somente nem principalmente por força do controle burocrático que os seguidores daquele exerciam sobre o aparelho partidário e estatal, mas, sobretudo, porque a perspectiva exaltante de construir o socialismo era muito mais mobilizadora do que a espera ansiosa de que se verificasse a "revolução permanente" anunciada por Trótski.

Na verdade, o principal teórico do "socialismo num só país" não foi Stálin, mas Bukharin. Seus escritos sobre a economia e a política da transição para o socialismo e da edificação socialista constituem um precioso referencial teórico cujo exame infelizmente escapa ao nosso tema (mesmo porque foi escassa ou quase nula sua influência sobre o comunismo brasileiro). Evocaremos apenas a crítica que dirige, no estudo *Problemas da edificação socialista*, publicado em 1926, às concepções de Trótski sobre a impossibilidade "de a classe operária russa se manter no poder e transformar sua dominação provisória em ditadura socialista durável sem o *apoio governamental* direto do proletariado europeu". "*Ne-*

nhuma dúvida é possível nesta questão" (grifado por Bukharin). Trótski publicou este texto em 1922, quando a República dos Sovietes lutava desesperadamente para sobreviver. Bukharin classifica-o como "a tradução russa da variante social-democrata de Bauer" e acrescenta que ele explica que Trótski "esteja lado a lado com o renegado Korch [...] e seus amigos".[16]

Bukharin e Stálin tiveram historicamente razão contra Trótski em pelo menos duas questões decisivas: o poder político oriundo da Revolução de Outubro se manteve não somente *sem o apoio governamental* de Estados proletários que nunca saíram do papel, mas até contra o assalto frontal das hordas nazifascistas, no que, de resto, o Estado operário soviético mostrou-se militar e patrioticamente muito mais valoroso do que os Estados democrático-burgueses que desabaram diante da agressão hitleriana.

Ao serem desmentidas pelos fatos, as previsões derrotistas de Trótski exerceram o efeito oposto ao visado por ele: reforçaram o prestígio e a autoridade de Stálin dentro e fora da Urss. Embora sua ardorosa simpatia por Trótski iniba seu senso crítico a respeito deste aspecto da questão do socialismo num só país, Michael Löwy nos parece bem mais próximo da verdade a respeito do outro aspecto fundamental da questão, a saber, o das "possibilidades da construção de uma 'sociedade socialista realizada' nos limites de um só país, mais particularmente, da Urss". Trótski, neste ponto, viu muito bem o fundo do problema: "A sociedade socialista deveria representar, do ponto de vista da produção e da técnica, um estágio mais elevado do que o capitalismo; a pretensão de construir a sociedade socialista no interior dos limites nacionais implica que, a despeito de sucessos temporários, freiam-se as forças produtivas, mesmo relativa-

mente ao capitalismo".[17] Entre suas numerosas profecias, esta foi sem dúvida das mais certeiras.

Por concernir à essência mesma da concepção socialista, esta polêmica merece ainda um comentário. O horizonte histórico do comunismo só tem significado em escala planetária. Trótski teve o mérito de se apegar a esta exigência, mas não foi capaz de transformá-la em linha revolucionária. Quanto a Stálin, o colapso do "socialismo real" comprovou que, a médio prazo, o "socialismo num só país" tende a conduzir ao restabelecimento do capitalismo.

O Komintern, a "bolchevização" e a "stalinização"

A primeira dificuldade com que nos defrontamos para discernir a influência propriamente staliniana sobre o comunismo brasileiro está em distingui-la do processo dito de "bolchevização" do movimento comunista internacional. Lênin exprimiu a convicção geral dos participantes do congresso de fundação da III Internacional, realizado em Moscou de 2 a 6 de março de 1919, ao proclamar solenemente em seu discurso de encerramento que "a vitória da revolução proletária no mundo inteiro está assegurada. A hora da fundação da república mundial dos sovietes está próxima". Ele próprio viveu o suficiente para se dar conta de que havia sido demasiado otimista. Caberiam ao recém-criado Komintern tarefas menos exaltantes que a de dirigir a revolução socialista planetária. Por um período relativamente longo, os objetivos da nova Internacional concentrar-se-iam na defesa da União Soviética e no fortalecimento de suas seções nacionais, muitas delas (na Itália, na Alemanha, na Hungria) envolvidas em combates frontais no âmbito da guerra social internacional que se estendeu no Velho Mundo, do Atlân-

tico aos Urais, durante os anos seguintes, até a estabilização do poder soviético e o refluxo da vaga revolucionária no continente europeu.

Era perfeitamente compreensível que essas seções nacionais do Komintern, formadas a partir dos núcleos revolucionários marxistas em ruptura com o social-patriotismo e o capitulacionismo da II Internacional, cúmplice dos meios dirigentes burgueses no furor bélico que desencadeou e prolongou por quatro anos a guerra atroz de 1914-1918, mais tarde dita Primeira Guerra Mundial, considerassem o partido russo como paradigma da organização revolucionária conseqüente, ou, como diria mais tarde o dirigente bolchevista italiano Antônio Gramsci, como paradigma do Moderno Príncipe. Cumpria, pois, adaptar-se a este exemplo decisivo, que havia assegurado a vitória da primeira revolução proletária da história. Tal adaptação, controlada com rigor pela direção do Komintern, que aprovou, em seu II Congresso (19 de julho a 7 de agosto de 1920), as 20 condições a que deveriam obedecer todos os partidos membros, constituiu o processo dito de "bolchevização" do movimento comunista internacional.

Embora Stálin estivesse em plena ascensão no grupo dirigente do Partido Comunista soviético, não lhe coube exercer nenhuma influência decisiva na fundação do Komintern, nem na definição das 20 condições de acesso à nova Internacional (foi Lênin quem as redigiu). Terá exercido influência, mais adiante, no processo de "bolchevização", mas não se deve exagerá-la. Pelo menos até 1925, a adaptação ao paradigma russo foi empreendida com entusiasmo, muitas vezes sectário, pelas próprias direções nacionais. Na esquerda italiana, a influência decisiva foi de Gramsci, preocupado não somente em "bolchevizar" seu próprio partido como em

polemizar com outras tendências oriundas da II Internacional que também pretendiam filiar-se ao Komintern. Quando Stálin se tornou o principal dirigente do PC soviético, nos últimos anos da década de 20, o Komintern estava já "bolchevizado", tanto ideológica quanto organicamente. Estava, portanto, em boa medida, "stalinizado", já que Stálin passara a ser, incontestavelmente, o chefe mundial do bolchevismo. Entretanto, quando falamos em "stalinização" do comunismo internacional, não é ao processo de bolchevização (que, na fase final, efetuou-se sob o mando de Stálin), mas aos métodos policialescos de intervenção nos diferentes partidos nacionais que estamos nos referindo. Vale dizer: a bolchevização ocorreu nos anos 20; a stalinização, nos anos 30.

Os agentes de Stálin tinham a mão comprida e, não podendo, no exterior, liquidar opositores por meio de farsas judiciárias seguidas de execuções sumárias, recorriam ao "assassinato seletivo" puro e simples. O caso de Trótski é apenas o mais célebre de uma longa lista. Mas, evidentemente, não se controla um movimento internacional com base em assassinatos seletivos. No que concerne aos partidos comunistas europeus, o controle tornou-se imediato na medida em que, com a ascensão do nazifascismo, seus dirigentes tiveram de se refugiar na União Soviética. O comunismo latino-americano, inclusive brasileiro, escapou a esse controle não apenas devido à distância geográfica que o separava do centro moscovita, mas também por sua posição periférica relativamente ao próprio movimento revolucionário dos povos oprimidos pelo imperialismo, cujo epicentro se situava na Ásia, notadamente na China. O controle que sofreu foi político e ideológico e, por isso mesmo, a diferença entre "bolchevização" e "stalinização", perfeitamente clara nos partidos comunistas dos centros metropolitanos do capitalismo, é pouco perceptível entre nós.

Cabe acrescentar, contra longa, tenaz e aguerrida interpretação conspirativa que reduz o combate dos comunistas nos quatro cantos do planeta ao mero cumprimento "burocrático" de ordens emanadas de Moscou, que mesmo relativamente à Revolução Chinesa, sobre a qual se concentraram, em meados dos anos 20, suas preocupações, o Komintern, Stálin incluído, pesou pouco ou praticamente nada em decisões cruciais do Partido Comunista chinês, como a de empreender a "Longa Marcha", transformando-se em vanguarda de um exército guerrilheiro maciçamente composto de camponeses. Mao Zedong, embora prestasse constante homenagem a Marx, Engels, Lênin e Stálin, sempre seguiu, no que dizia respeito às diretrizes e ao curso da Revolução Chinesa, a própria cabeça e o próprio caminho. Não por acaso, um de seus lemas mais célebres era o de "contar principalmente com as próprias forças".

Mesmo em relação aos partidos comunistas mais suscetíveis de ser objeto de um rígido controle por parte do centro moscovita, não será demais insistir em que a bolchevização, como adoção do paradigma do partido russo, constituíra não somente, como já sabemos, um processo entusiasticamente desencadeado pelas seções nacionais da nova Internacional, mas também um imperativo de clarificação orgânico-política no seio dos antigos partidos da desmoralizada (por sua conivência com a carnificina de 1914-1918) II Internacional. Um tal imperativo só se colocava, evidentemente, nos países onde a social-democracia constituíra e constituía ainda uma força determinante do movimento social, notadamente operário. Era certamente o caso da Alemanha, da França, da Itália, principalmente. Em países de forte presença anarquista, como a Espanha, as diferenças programáticas e orgânicas entre os discípulos de Bakunin e os de Marx estavam há muito tempo arraigadas

na cultura operária; neles a necessidade, para os comunistas, de se distinguir dos "social-traidores", "social-patriotas" etc. colocava-se com bem menor intensidade. Quanto ao fundo, não será inútil lembrar que, em *O esquerdismo, doença infantil do comunismo* (1920), um dos mais importantes escritos da fase final de sua vida, Lênin contrapôs a experiência tática e programática do bolchevismo ao sectarismo e ao antiparlamentarismo de princípio dos "comunistas de esquerda" alemães e ingleses. Para ele, a "bolchevização" nada tinha a ver com o aventureirismo e o golpismo pseudo-revolucionários. Sua preocupação neste texto clássico foi conter o ardor hiperbolchevista de certos admiradores, politicamente ainda demasiado jovens, da grande Revolução de Outubro.

O impacto da Revolução de Outubro sobre a esquerda brasileira: da defesa e ilustração da República dos Sovietes à formação do PCB

Do fato, assinalado por todos os historiadores, a começar pelo próprio Astrojildo Pereira, seu principal protagonista, de que o Partido Comunista do Brasil foi fundado por um punhado de intelectuais e operários oriundos do e rompendo com o anarquismo, duas importantes conseqüências não nos parecem haver sido suficientemente salientadas:

1) como corrente política, o comunismo precedeu o marxismo em nosso país, ou, mais exatamente, já que ambos, embora estejam longe de se confundir, são inseparáveis, o marxismo penetrou na luta política por meio do comunismo;[18]
2) a inexistência no Brasil de uma corrente marxista pré-comunista (vinculada à II Internacional social-democrata)

poupou ao movimento operário e em geral à esquerda brasileira a sempre traumática ruptura entre "verdadeiros" e "falsos" marxistas, com sua inevitável seqüela de ressentimentos, de intolerância recíproca: a "luta ideológica" que acompanhou o surgimento do Partido Comunista do Brasil (doravante designado como PCB) foi muito mais objetiva e civilizada do que seriam, em décadas posteriores, as que suscitaram os numerosos "rachas" que dividiram, num fatal processo de fragmentação, o movimento comunista brasileiro.

Que o comunismo do século XX (herdeiro, mas profundamente distinto, daquele articulado em torno do *Manifesto comunista* de Marx e Engels) tenha surgido da revolução socialista de outubro, é uma evidência incontestável. Mas em poucos países ela exerceu, à distância, efeito tão direto quanto no Brasil. A 25 de novembro de 1917, vale dizer, logo que tomou conhecimento dos "dez dias" que haviam abalado o mundo, Astrojildo Pereira empreendeu a redação de um folheto, publicado dois meses depois sob o título *A Revolução Russa e a imprensa.* Trata-se de uma defesa e ilustração da "obra dos maximalistas russos" em face das calúnias dos "miseráveis escribas" dos jornais bem pensantes e até dos pretensamente criados "para as classes operárias", como *A Razão.* A leitura desse curto folheto[19] nos mostra Astrojildo sustentando com ironia e paixão, mas com argumentos previsivelmente anarquistas, a causa de Lênin e de seus companheiros. A evolução de sua atitude antecipou a trajetória do núcleo dirigente do PCB em formação: do apoio entusiasta à grande Revolução de Outubro à conseqüente ruptura com o anarquismo, após um período em que, como refere o próprio Astrojildo, "os periódicos anarco-sindicalistas favoráveis à revolução bolchevique —

e todos o foram até pelo menos 1920 — publicavam em suas colunas artigos e documentos autênticos sobre a revolução, colhidos na imprensa operária da Europa e da América".[20]

Escapa a nosso propósito examinar em que medida a ruptura com o anarquismo foi impulsionada pela crescente hostilidade dos anarquistas contra a ditadura revolucionária dos "maximalistas" russos e/ou pela crescente identificação de Astrojildo e seus companheiros mais próximos com a Revolução de Outubro. De nosso ponto de vista, importa sobretudo assinalar o predomínio da política sobre a ideologia no espírito dos intelectuais e operários que trocaram a doutrina anarcolibertária pelo combate político sob a bandeira do bolchevismo. É sintomática, neste sentido, a enumeração dos textos bolchevistas publicados no Brasil durante o processo de fundação do PCB, vale dizer, durante o período em que os anarquistas identificados com a Revolução Russa prepararam, tomaram e aplicaram a decisão de criar um partido que constituísse, no Brasil, a expressão orgânica do movimento comunista internacional. Astrojildo menciona os principais: dentre eles, um só trata de questões teóricas, a saber, "A democracia burguesa e a democracia proletária", de Lênin, adotado, sob forma de teses, pelo congresso de fundação da Internacional Comunista, em março de 1919. Outros textos mencionados são manifestos e discursos de Lênin, de Máximo Gorki, de Clara Zetkin, publicados no período de 1919-1921 em jornais e semanários progressistas (*Spartacus*, do Rio de Janeiro, *A Hora Social*, de Pernambuco, *Alba Rossa* e *Vanguarda*, de São Paulo).[21]

Também a cuidadosa compilação bibliográfica efetuada por Edgar Carone em *O marxismo no Brasil* confirma a precariedade dos materiais teóricos oferecidos aos brasi-

leiros desejosos de conhecer melhor o bolchevismo e a Revolução Russa. Na lista de obras classificadas por ano de edição, encontramos, relativamente a 1918, apenas a já referida *A Revolução Russa e a imprensa*, de Astrojildo. De 1919, mencionam-se três livros, dos quais um só, *O que é maximalismo*, de Edgard Leuenroth e Hélio Negro, trata de questões políticas de fundo e ainda assim de um ponto de vista hostil ao marxismo: a despeito do título, o livro, com efeito, na expressão de Carone, "não passa de um programa anarquista".[22] Em 1920, a enumeração de Carone abrange seis livros, número que só seria igualado em 1930, entre os quais o primeiro de Lênin, *Conquista do pão*, provavelmente uma compilação de textos, já que esse título não figura no índice exaustivo de suas obras.[23] Em 1921, segundo Carone, apenas dois títulos foram publicados sobre nosso tema, um dos quais de José Alves, *Quem é Lênine*. Os periódicos progressistas e operários ofereceram mais abundantes subsídios, "reproduzindo artigos de Lenin, Trotski, Lunatcharski e outros".[24] Ainda assim, permaneceram debilíssimos os recursos bibliográficos sobre o comunismo de que dispuseram, durante aqueles anos, os leitores brasileiros que não tinham acesso a línguas estrangeiras.

Esta situação não mudou sensivelmente com a fundação do PCB, em março de 1922. O núcleo fundador foi levado a concentrar parte considerável de sua intensa atividade política e jornalística na polêmica contra os detratores da Revolução de Outubro, vale dizer, a justificar a decisão de romper com o anarquismo e a refutar as calúnias reacionárias a respeito do Estado soviético. Se, como notamos anteriormente, a ausência de uma corrente marxista pré-comunista no movimento operário brasileiro tirava importância política imediata ao áspero confronto ideológico que naquele

momento se travava nos países europeus entre os partidários da II e os da III Internacional, cabe observar, de outro lado, que os operários e intelectuais socialistas brasileiros haviam sido privados da ampla difusão da obra teórica e programática de Marx, Engels e epígonos, promovida nos países europeus, notadamente na Alemanha, França e Itália, onde a social-democracia se tornara, desde as últimas décadas do século XIX, um forte movimento de massas. A conseqüência mais evidente desta lacuna já foi apontada: no Brasil inverteu-se o processo histórico-intelectual que na Europa tinha levado ao comunismo a partir do marxismo. Ora, a partir de 1924, Stálin, amigos e epígonos vão gradualmente assumindo o monopólio da hermenêutica marxista-leninista e, em geral, o controle da produção literária comunista. Isto não significa que no plano bibliográfico o leitor brasileiro tenha sido reduzido aos textos de Stálin. Entre 1924 e 1930 inclusive, como revela a já referida classificação da bibliografia marxista publicada no Brasil por ano de edição, editaram-se apenas dois livros de Lênin, o *Manifesto comunista* de Marx e Engels e um livro de Bukharin. Nada de Stálin nem de Trótski. Mas os dirigentes do PCB, particularmente seus dois mais brilhantes intelectuais, Astrojildo Pereira e Octávio Brandão, que tinham acesso à literatura socialista publicada em línguas estrangeiras, foram fortemente influenciados, em seu esforço de assimilação dos fundamentos do marxismo e do bolchevismo, pela concepção staliniana do marxismo-leninismo, tal como formulada em *Sobre os princípios do leninismo*, notadamente. A evolução político-intelectual de Octávio Brandão, mais talvez do que a de Astrojildo, retrata a caminhada político-doutrinária do PCB em seus primeiros anos de existência, do bolchevismo ao marxismo, ambos apreendidos à luz da crescentemente preponderante herme-

nêutica staliniana. Por sua exemplar importância, a trajetória de Brandão será considerada adiante mais detidamente.

Embora tratasse das grandes questões nacionais e internacionais, a intensa atividade jornalística desenvolvida por Astrojildo em *Movimento Comunista* (órgão mensal e depois quinzenal do PCB, com 24 números publicados, de janeiro de 1922 a julho de 1923)[25] não enfrentou temas de ordem teórico-doutrinária. De resto, àquela altura, as divergências na cúpula do bolchevismo estavam apenas se configurando. Ainda não se exprimiam internacionalmente como luta de facções, nem muito menos de tendências com programas contrapostos. John Dulles, em seu conhecido estudo sobre as relações entre anarquistas e comunistas brasileiros, lembra que, em 1922, Astrojildo forneceu a Octávio Brandão, que após alguma hesitação se aproximava do comunismo, alguns livros, "todos em francês, que responderiam às questões colocadas por Brandão a respeito do marxismo um ano antes". Entre eles, "o *Manifesto Comunista*, obras de Lênin, *Terrorismo e comunismo* de Trotski e *Junto a Lênin e Trotski* de A. Morizet".[26] Foi sem dúvida sob a influência destas leituras que, alguns meses mais tarde, em 15 de outubro de 1922, ele formalizou seu ingresso no PCB.

O marxismo-leninismo e a dialética staliniana em Agrarismo e industrialismo

Quase dois anos depois, em 28 de julho de 1924, escondido da polícia de Artur Bernardes, Brandão lançou-se na redação do *Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil*, subtítulo de *Agrarismo e industrialismo*.[27] Analisado fora de contexto,

vale dizer, sem levar em conta a precariedade dos instrumentos teóricos manejados por Brandão (assimilação sumária e filosoficamente ingênua da dialética marxista, desenvoltura na aplicação dessa dialética à periodização da história do proletariado no Brasil...), o livro é facilmente criticável. O próprio Brandão, décadas depois, em 1957, apontar-lhe-ia os erros, atribuindo-lhe até a principal responsabilidade pelos desvios direitistas que teriam caracterizado a linha do PCB entre 1924 e 1928.[28] Não é aqui o lugar para avaliar a pertinência desta autocrítica. Pretendemos apenas examinar em que medida o marxismo de Brandão, apreendido à luz do bolchevismo, reflete, ou mesmo anuncia, a crescente influência política e doutrinária de Stálin e seus amigos na URSS e no Komintern.

Antes de mais nada, impõe-se um esclarecimento sobre a cronologia da produção teórica de Stálin e da bibliografia staliniana. Até agora acompanhamos a elaboração do conceito de estratégia e dos conceitos correlatos, nomeadamente o de etapa, no texto em que eles estão expostos de maneira mais completa e sistemática, a saber, em *Sobre os problemas do leninismo*. Não efetuamos um levantamento lexicográfico e bibliográfico exaustivo sobre o aparecimento do termo "estratégia" e do termo "etapa" no bolchevismo, mas é provável que Stálin tenha sido o primeiro a sistematizá-los. Em julho de 1921, redigiu o "esboço de um plano para um folheto" intitulado "Estratégia e tática políticas dos comunistas russos", no qual estão muito bem esboçados os conceitos que exporá em *Sobre os princípios do leninismo*.[29] A observação é relevante para o nosso argumento, já que parece altamente improvável que Brandão, em julho de 1924, tivesse lido e assimilado o texto de conferências feitas por Stálin apenas três meses antes, em abril de 1924. É menos

improvável que tenha lido a versão mais elaborada do citado "esboço" de julho de 1921, publicada com o título "A questão da estratégia e da tática dos comunistas russos" na edição do *Pravda* de 14 de março de 1923.[30]

Tenha lido ou apenas ouvido referências a esses escritos de Stálin ou então (hipótese que, como veremos mais adiante, é a sugerida pela documentação historiográfica disponível) tenha espontaneamente conferido à "dialética marxista" e particularmente à noção de *etapa* o mesmo estatuto teórico e metodológico que encontramos nos três trabalhos de Stálin acima mencionados, não pode haver qualquer dúvida a respeito da substancial convergência do marxismo de Brandão com o marxismo de Stálin.

Especialmente notável neste sentido é o subtítulo que caracteriza a doutrina inspiradora de *Agrarismo e industrialismo*: *Ensaio marxista-leninista*. Nos seus escritos de 1923, Stálin não emprega o termo "leninismo" (que só em abril de 1924, logo após a morte de Lênin, definirá como "o marxismo da época do imperialismo e da revolução proletária"),[31] mas simplesmente o tratamento partidário de "camarada Lênin". A fórmula "marxismo-leninismo", entretanto, só seria lançada na URSS no final da década. Mesmo então, seu sucesso não foi imediato: só após o término da Segunda Guerra Mundial passou a designar internacionalmente os partidários de Stálin, sobretudo a partir da ruptura sino-soviética, quando a direção do PC da China, assumindo a defesa teórica e política do legado staliniano contra o "revisionismo kruchoviano", erigiu-se em guardiã do "marxismo-leninismo". Mas, em 1924, nem Stálin nem qualquer outro dirigente do comunismo internacional designava o *corpus* teórico-doutrinário de seu movimento pela expressão "marxismo-leninismo". Não é de excluir, até

prova em contrário, que Brandão, ao definir seu ensaio como "marxista-leninista", tenha antecipado com agudíssima intuição intelectual uma evolução doutrinária que, mesmo na própria União Soviética, só se configuraria vários anos depois.

Podemos sintetizar da seguinte forma as implicações doutrinárias das datas de redação e de publicação de *Agrarismo e industrialismo*:

1) Muito provavelmente Brandão, se não forjou, ao menos empregou pioneiramente a mais tarde canônica expressão "marxismo-leninismo", ou, mais exatamente, a forma adjetivada dessa expressão ("ensaio marxista-leninista").
2) J. Dulles traduziu mal para o inglês, em seu *Anarchists and communists in Brazil*, a informação prestada por Brandão quanto à data em que concluiu a redação de *Agrarismo e industrialismo*; o brasilianista norte-americano afirma que o livro "was completed on August 22, 1924",[32] mas o comunista brasileiro esclarece que, naquela data, concluiu "a parte fundamental" do livro;[33] bastaria, com efeito, ler o texto com atenção para notar que a "história do proletariado do Brasil", em que Brandão desenvolve uma dialética das etapas muito semelhante à staliniana, vai até 1º de maio de 1925, data da "aurora de *A Classe Operaria*", "primeiro e único órgão da classe operária do Brasil".[34] É evidente, pois, que acréscimos importantes foram introduzidos no texto durante a longa espera de sua publicação, que só ocorreu em abril de 1926, sob o pseudônimo de Fritz Mayer e com indicação falsa do lugar de edição (Buenos Aires) para despistar a polícia política de Artur Bernardes.
3) O fato de que o texto tenha sido retocado depois de 1º de maio de 1925 amplia o prazo de recepção da influência staliniana; talvez não seja casual que, entre os acrésci-

mos efetuados por Brandão após a conclusão da "parte fundamental" do livro (22 de agosto de 1924, como notamos acima), figure a mais recente *etapa* da história das lutas operárias, isto é, justamente a parte de *Agrarismo e industrialismo* na qual se manifesta com mais nitidez uma concepção staliniana do processo histórico. É verdade que retrospectivamente, em *Combates e batalhas*, Brandão aponta apenas o célebre *O imperialismo, estágio superior do capitalismo*, de Lênin, como fonte inspiradora de sua elaboração teórica[35] e declara que "os trabalhos de Stalin só chegaram ao Brasil posteriormente" (à primeira metade de 1924).[36] Mas a leitura das obras de Stálin não constituía, sobretudo quando este já pontificava na cúpula do poder bolchevista, a única maneira de receber a influência de suas idéias.

De qualquer modo, é certo que, embora não encontremos qualquer declaração sua a este respeito, Brandão inscreveu-se entre os inventores do marxismo-leninismo. A cronologia, neste ponto, é conclusiva. A fórmula "marxismo-leninismo", conforme o verbete que lhe é consagrado pela bem documentada enciclopédia *Marxism, communism and Western society* (elaborada por uma equipe composta pelos mais ilustres "kremlinólogos" norte-americanos), surgiu somente "no final dos anos 20", passando a ser usada em "publicações oficiais [...] a partir de 1931".[37] Segundo a mesma fonte, coube a A. M. Deborin e ao grupo reunido em torno dele na Academia Comunista lançar a expressão numa conferência consagrada exatamente aos "institutos de pesquisa marxista-leninistas", que se realizou em março de 1928.[38] Mesmo supondo que Brandão tenha acrescentado o subtítulo "marxista-leninista" às vésperas da impressão de *Agrarismo e industrialismo*, ainda assim se terá antecipado dois anos à iniciativa de Deborin.

O pioneirismo intelectual de Brandão não se limitou, portanto, à aplicação do marxismo-leninismo na interpretação do Brasil: abrangeu a própria caracterização da doutrina por meio da qual o interpretou. Reforça-se assim a hipótese de haver sido espontânea sua convergência com o marxismo de Stálin, ou, para ser mais exato, com a evolução doutrinária do marxismo sob a ditadura staliniana, já que o próprio Stálin relutou em utilizar a fórmula lançada na URSS por Deborin. Só no final dos anos 30 empregou-a em artigo que redigiu para a *História do Partido Comunista da União Soviética*.[39]

De poucas obras dir-se-á com razão serem tão paradoxais quanto *Agrarismo e industrialismo*. Seus defeitos saltam aos olhos, mas não devem fazer perder de vista, além do pioneirismo doutrinário, a percepção, que nos parece justa, de que o principal conflito no Brasil de então opunha os interesses da nação aos das oligarquias agrárias. Também são globalmente justas suas observações sobre o imperialismo e a subordinação econômica dos interesses agrários à alta finança inglesa, bem como sobre as perspectivas sombrias que nos reservava nossa posição de monoexportadores de café. Quantos economistas e outros tagarelas neoliberais, papagueando sobre as virtudes teológicas da privatização e do mercado, seriam capazes de previsões como a que o jovem intelectual comunista formulou no esconderijo a que o acuara a polícia de Artur Bernardes?

> Hoover, secretário do comércio, agente do imperialismo norte-americano, faz campanha contra o café brasileiro, preconizando até o boicote. Enquanto isso, os bancos ingleses emprestam dinheiro à Brazilian Coffee e ao Instituto de Defesa Permanente do Café. Como, porém, a América do Norte é o maior consumidor do café brasileiro, desenha-se no horizon-

> te uma grave crise cafeeira [...] a dominação econômica e política do fazendeiro do café irá de águas abaixo e, o que é mais sério, o país debater-se-á numa crise horrível.[40]

A permanência de Stálin no comunismo brasileiro

O fato de que Brandão, em *Combates e batalhas*, redigido mais de meio século depois de *Agrarismo e industrialismo*, tenha minimizado sua convergência com o marxismo de Stálin se explica pela óbvia e compreensível motivação de se distanciar de um fantasma incômodo.[41] Isto não quer dizer que ele tenha sido mais "stalinista" do que outros comunistas de sua geração. Com a evidente exceção dos trotskistas, até 1956 ser comunista, ser bolchevista e ser stalinista eram expressões praticamente sinônimas. Politicamente, Astrojildo foi mais "stalinista" do que Brandão: em 1929, estando em Moscou, apoiou decididamente o grupo dirigente reunido em torno de Stálin, que desferia os golpes finais na oposição chefiada por Trótski.[42] Intelectualmente, porém, a situação se inverte. Não se nota nos escritos de Astrojildo nenhuma influência estritamente staliniana. Ao passo que a compartimentação artificial do processo histórico em etapas datadas com a precisão de um calendário e encadeadas umas às outras como momentos da tríade dialética (a "tese" iria de 15 de novembro de 1889 a fins de 1917; a "antítese" de fins de 1917 a 25 de março de 1922, fundação do PCB, quando teria começado a "síntese") configura uma compreensão notavelmente mais ingênua e dogmática do marxismo do que a de Stálin, o qual, comparado com Brandão, foi um finíssimo dialético.[43]

Muito mais importante, entretanto, do que abrir um inquérito político-intelectual sobre o grau de stalinismo de cada comunista brasileiro é salientar que os conceitos e mé-

todos de análise expostos e desenvolvidos em *Sobre os princípios do leninismo* continuaram em uso durante muitos anos após a morte do "Guia Genial" (1953) e de sua condenação pelo XX Congresso do PC soviético (1956). Utilizaram-no mesmo dirigentes políticos e intelectuais revolucionários que romperam com o PCB em 1966-1967 para passar à luta armada, ou que, como é o caso do núcleo dirigente dos Comandos de Libertação Nacional (COLINA), não haviam sido formados nem na escola do PCB nem na do PC do B (este, como se sabe, assumiu decididamente o legado de Stálin), mas na da POLOP.[44] Fica claro, pois, que, ao sobreviverem à condenação política de seu autor pelos novos dirigentes soviéticos, as idéias de Stálin mostraram possuir uma força própria de atração e uma consistência teórico-doutrinária que não poderia (a não ser numa concepção da história política tão ou mais policialesca que a do próprio Stálin) ser reduzida ao enquadramento intelectual por ele exercido através do aparelho partidário do comunismo internacional durante o quarto de século em que este esteve submetido a sua autoridade.

Execrado pelos anti-stalinistas, que haviam sofrido, muitos na própria pele, os golpes da escalada terrorista do poder soviético ao longo dos anos 30, incômodo para os comunistas ortodoxos, que aceitaram, mais dilacerados do que aliviados, as "revelações do XX Congresso", e celebrado apenas, desde então, pelos maoístas e afins, Stálin sobreviveu como teórico muito mais do que como dirigente político: mesmo os maoístas admitiram, com discretíssimo eufemismo, que ele havia cometido "certos erros". No Brasil, esta sobrevivência teórica não se circunscreveu ao PC do B. Manteve-se no PCB, como em boa parte dos demais partidos comunistas ligados ao PC soviético, mesmo porque a partir de 1964, quando Leonid Brejnev assumiu-lhe a dire-

ção, o processo de "desestalinização" ficou congelado, embora não tenha ocorrido uma "reabilitação" formal do ditador morto 11 anos antes. Entre os marxistas de esquerda, no Brasil e alhures, houve mesmo, nitidamente a partir da vaga revolucionária de 1968, uma certa ressurreição política de Stálin, cuja imagem associa-se à firmeza e à intransigência perante o belicismo imperialista: na "geração de 68" havia principalmente castrista-guevaristas e também trotskistas, além de maoísta-stalinistas, mas havia, sobretudo, ardorosa indignação e profundo repúdio contra as atrocidades genocidas praticadas pelo Pentágono no Vietnã e alhures. Compreende-se assim que, para uma parcela importante dos participantes da vaga revolucionária do final dos anos 60, a imagem de Stálin tenha representado a violência dos revoltados contra a dos opressores.

Os dois exemplos brasileiros que escolhemos para ilustrar sua permanência teórica e, em menor medida, sua ressurreição política referem-se a militantes não explicitamente stalinistas, já que, obviamente, todos os militantes do PC do B, da chamada AP do B e de suas respectivas cisões pertenciam mais ou menos abertamente à corrente maoísta-stalinista do comunismo.

O primeiro desses exemplos apresenta excepcional interesse, tanto teórico-doutrinário quanto historiográfico. Trata-se do artigo "O leninismo na América Latina", publicado nos n°s 3-4 da revista *América Latina* (datada de março-julho de 1968), de autoria de Caio Pinheiro, pseudônimo de uma das mais brilhantes inteligências da geração revolucionária de 68, Ângelo Pezzutti, um dos fundadores do COLINA. O aniquilamento da VPR, à qual o COLINA tinha se integrado em 1969, o golpe de Pinochet no Chile, onde se haviam refugiado os remanescentes da VPR, inclusive Pezzutti,

e, enfim, sua morte num acidente de trânsito em Paris, em 1975,[45] levaram à dispersão e muito provavelmente ao quase total desaparecimento de seus escritos do período em que foi dirigente do COLINA e da VPR.[46] Donde o interesse documental e historiográfico do artigo em exame, que conservamos em nosso arquivo pessoal. Quanto ao interesse teórico-doutrinário desse artigo, a exposição que segue, embora necessariamente muito condensada, será, esperamos, suficientemente conclusiva.

Caio Pinheiro, aliás, Ângelo Pezzutti, parte da definição staliniana do leninismo, como "marxismo da época do imperialismo e da revolução proletária". Apóia sua exposição em Lênin e em Stálin, ressaltando a importância das teses deste último sobre o "incremento do movimento revolucionário em todas as colônias e em todos os países dependentes". Coloca desde logo a questão central para a qual aponta o título de seu artigo: "Se o leninismo tem algo de universal e o que tem de universal que o torna aplicável à América Latina". Recriar o leninismo naquele momento e naquela circunstância implicava determinar "as modificações que sofreu a correlação de forças em todo o mundo". Pezzutti, como a grande maioria dos intelectuais revolucionários de sua geração, inclusive muitos trotskistas, tirou as conseqüências teóricas e estratégicas da situação internacional de sua época: o impulso para a ruptura da cadeia de dominação imperialista vinha dos povos coloniais, dos argelinos, dos cubanos, dos vietnamitas, da África austral, da Palestina. Ser leninista, nos anos 60, implicava reconhecer o "deslocamento das contradições mais acirradas para os países neocolonizados". Era tão forte este reconhecimento que as tendências mais combativas do trotskismo, rompendo com o messianismo obreirista, assumiram, com grande clareza

no caso da tendência "pablista" (Michel Raptis, dito "Pablo", seu principal dirigente, foi um dos articuladores da rede clandestina de apoio à Frente de Libertação Nacional em luta para libertar a Argélia do colonial-fascismo francês), de maneira menos nítida no caso da tendência dita de Frank-Mandel, o espírito das teses "guevaristas", de que a melhor forma de solidariedade antiimperialista para com o Vietnã e os demais países do "mundo colonial" em luta pela emancipação era travar o combate revolucionário em cada ponto do planeta, criando "dois, três, muitos Vietnãs".

O argumento estratégico decisivo de Pezzutti é rigorosamente leninista, isto é, rigorosamente extraído da síntese do pensamento de Lênin, tal como a expôs Stálin em *Sobre os princípios do leninismo* (ou *Fundamentos do leninismo*, outra tradução do título do mesmo livro, adotada por Pezzutti). Stálin, com efeito, com o agudo sentido da operacionalidade dos conceitos políticos já por nós ressaltado, compreendeu o alcance da metáfora leniniana do "elo mais fraco" da cadeia de dominação imperialista. A revolução proletária triunfou na Rússia, império militar feudal de base social predominantemente camponesa, e não nos países capitalistas da Europa ocidental (onde deveria ter triunfado, segundo as previsões de Marx e Engels), exatamente porque nela se acumulavam e condensavam da maneira a mais explosiva as contradições do capitalismo internacional. "Hoje [em 1968] o fulcro, o ponto de inserção, a vanguarda da revolução encontra-se nos países subdesenvolvidos." Este deslocamento do "elo mais fraco" fundamentava, para Pezzutti — e para a geração revolucionária de 68 —, a recriação do leninismo na América Latina, herdeiro do marxismo de Lênin por meio de Stálin, de Mao Zedong, de Fidel Castro e de Che Guevara.

O segundo exemplo nos remete, três anos depois, à "autocrítica da esquerda armada". Trata-se de uma polêmica em torno do documento "Uma autocrítica necessária", elaborado por um grupo de militantes da ALN, cujos articuladores mais conhecidos foram Ricardo Zarattini e Rolando Fratti. Publicado inicialmente no nº 7 da revista *Debate*,[47] o documento foi discutido nesse mesmo número (datado de setembro de 1971) e nos cinco números seguintes da revista (até o nº 12, de abril de 1973). Foi uma polêmica exemplar, considerando-se as condições da época (dispersão geográfica, abatimento político, dificuldades materiais de todo gênero com que se defrontava nossa emigração política naquele início dos anos 70). Dela participaram militantes ligados a distintas correntes do que então se chamava a "esquerda revolucionária" (= esquerda armada + grupos sem armas programaticamente à esquerda do PCB), cujas apreciações críticas eram respondidas, em nome da Tendência Leninista da ALN (a organização formada pelos militantes da ALN que aceitaram o documento "Uma autocrítica necessária"), por José dos Santos, pseudônimo cujas iniciais, por coincidência ou não, eram as mesmas que as de J. Stálin.

Aqui nos interessa, nessa polêmica multilateral, a discussão travada a respeito de Stálin. O fato de havermos pessoalmente participado dessa discussão não nos tira a objetividade, não tanto por causa do tempo transcorrido, mas, sobretudo, porque a tomada de posição relevante sobre Stálin não é a nossa, e sim a oposta, assinada pelo porta-voz José dos Santos. Na origem da discussão estavam observações críticas que formuláramos, num dos artigos que havíamos consagrado à análise do documento "Uma autocrítica necessária", à "estratégia nacional-libertadora" e/ou "programa nacional-libertador" (expressões ali empregadas como

equivalentes), contestando, quanto ao método, o modo como utilizava a noção de "estratégia" e, quanto ao fundo, que a "libertação nacional" pudesse constituir o objetivo e, portanto, a palavra de ordem central do combate revolucionário brasileiro naquele momento histórico. Foi a propósito da crítica à noção de estratégia que mencionamos a definição proposta pelo "marechal Stalin". Sem dúvida, esta designação militar comportava certa ironia, mas como ele fora de fato o generalíssimo do Exército Vermelho a quem a humanidade deve, no essencial, o desmantelamento da máquina de guerra nazista, não havia na ironia nada de injurioso: apenas marcávamos que primava nele sua qualidade de chefe militar e ditador do Estado soviético e, indiretamente, que condenávamos seus métodos policial-terroristas.[48]

A réplica de José dos Santos exprime com particular clareza a imagem que tinham de Stálin os leninistas da ALN:

> Em primeiro lugar, não vemos por que o fato de ser esta expressão ["estratégia"] usada de preferência pelo camarada Stalin prejudicaria a legitimidade de seu uso. Consideramos um sectarismo absolutamente injustificado esta negação de qualquer valor à interpretação, divulgação, explicação (e, em certos casos, até ao desenvolvimento criador) do leninismo que o camarada Stalin apresenta em algumas de suas obras. Dissemos "camarada" e não "marechal" [e aqui José dos Santos remete a *Debate*, nº 8, p. 32, em que havíamos escrito "marechal Stalin"], pois acontece que Stalin não era nenhum militar profissional e golpista, mas assumiu esse título na heróica e vitoriosa defesa da "Pátria socialista". Qualquer crítica ao "stalinismo" na teoria é legítima só quando for justificada por uma conexão com erros concretos cometidos pelo "stalinismo" na prática.[49]

Pensemos o que quisermos desta tomada de posição dos leninistas da ALN, ela é mais conseqüente e trans-

parente do que o pretensioso auto-elogio que se concedeu Marta Harnecker ao anunciar ter desentranhado o conceito de estratégia da obra de Lênin (que não o utiliza), "esquecendo-se" de que Stálin já o havia perfeitamente "desentranhado".[50]

Quanto ao fundo teórico da polêmica que travamos com José dos Santos, vale referir, ainda que um tanto longa, a conclusão da réplica que nos dirigiu:

> [...] não caracterizar o conteúdo das etapas de uma mesma revolução, reservando o apelido de estratégia às finalidades últimas, equivale na prática a relegar a estratégia na metafísica, ampliando sem limites os domínios da tática: períodos de vários anos (etapas) seriam orientados por simples "momentos táticos principais",[51] sem nenhuma distinção com períodos breves (fases ou conjunturas, de meses ou semanas); sendo que, em toda duração de um mesmo processo revolucionário (que pode abranger várias décadas), a estratégia ou programa seria sempre o mesmo: o ponto final, o comunismo. Isto sim que é "concepção mecanicista" e "simplificação".[52] Negando a validez desta distinção, o comp. F. A.[53] reduz o que é estratégico ao nível de uma consigna meramente tática.[54]

Continuamos pensando, como em 1972, que a fórmula "libertação nacional" só é adequada para as nacionalidades oprimidas como tais, tanto aquelas que resistem à invasão e à ocupação estrangeira quanto as que secularmente se batem pelo direito à autodeterminação, e que, por isso, era imprópria para designar o objetivo central da luta revolucionária que se travava no Brasil. Resistíamos à ditadura e ao terrorismo de Estado. Resistíamos também ao imperialismo, notadamente ao estadunidense, que havia apoiado o golpe reacionário de 1964 e ao qual o regime dos generais prestava vassalagem. Mas era lutando para derrubar esse re-

gime que poderíamos abrir caminho para suprimir a dominação imperialista.

Tanto ou mais do que os leninistas da ALN, considerávamos que o programa revolucionário deveria se apoiar na análise concreta da situação concreta e, portanto, que a pergunta "que fazer?" não poderia ser satisfatoriamente respondida pela mera reiteração dos objetivos finais da revolução socialista mundial. Mas, na verdade, ao nos imputar indevidamente a redução da "estratégia ou programa" ao "ponto final, o comunismo", José dos Santos ocultava as duas críticas que lhe dirigíamos: a) era inadequado caracterizar como "libertação nacional" o conteúdo antiimperialista de nossa luta; b) o objetivo direto e imediato em vista do qual devíamos, naquela situação concreta, concentrar nossas forças era a derrubada da ditadura. Importa pouco que tenhamos classificado esse objetivo como *tático* (no mesmo sentido em que Lênin empregou o termo em *Duas táticas da social-democracia na revolução democrática*), ao passo que José dos Santos preferia falar em *estratégia* nacional-libertadora, mesmo porque estas noções são relativas: o fim de um meio é meio para um fim ulterior. O que importa é determinar corretamente a dinâmica das conexões entre meios e fins que articulam a ação política.

Da ANL à ALN e desta a nossos dias, nas mais diversas formas de organização, métodos de luta, plataformas, palavras de ordem etc. em que se concretizou o combate comunista, a luta antiimperialista, articulada com a luta pela democracia, ocupou sempre posição central. Em sua conexão dinâmica, essas duas lutas sintetizam as contradições próprias à etapa nacional-democrática da revolução brasileira: o desenvolvimento integrado da nação brasileira exige a supressão da subordinação ao imperialismo e, portanto, a conquista do poder pelas forças políticas identificadas com o interesse nacional, o qual, no essencial, coincide com o das grandes massas populares.

A lição mais importante que nos legou esta complexa e multiforme experiência histórica, profundamente entranhada nas lutas sociais, políticas e culturais da nação brasileira ao longo do século XX, consiste justamente na complementaridade do objetivo nacional e do objetivo democrático. Sempre que mantiveram esses dois objetivos unidos, em tensa sinergia, os comunistas estiveram na linha de frente da luta revolucionária. Quando, ao contrário, como ocorreu nos anos 80, o grupo dirigente do PCB, fetichizando a democracia como panacéia universal, dissociou-a da luta antiimperialista, o programa nacional-democrático encolheu-se a seu mesquinho conteúdo burguês: um crescimento econômico manietado pela lógica da acumulação financeira imperialista, uma democracia rebaixada ao mercado eleitoral liberal. Os que mantêm erguida a bandeira do comunismo em nosso país não esqueceram esta lição.

Notas

1 Citamos a partir da versão francesa: Stálin, *Des principes du léninisme*. Paris: Éditions Sociales, 1946, p. 18.

2 O texto entre aspas é de *Que fazer?*, de Lênin, apud Stálin, op. cit., p. 19.

3 Idem, op. cit., p. 4. Grifo nosso.

4 Isaac Deutscher, *Stalin*. Londres: Penguin Books, 1966, p. 484.

5 O termo "estratégia" é, com efeito, utilizado por Lênin em seu relatório à VII Conferência do Partido da Província de Moscou, realizada de 29 a 31 de outubro de 1921. Logo no início desse relatório, ele declara que o problema a ser examinado "é o da tática, *ou, se posso dizer*, o da estratégia revolucionária" (*Obras*, ed. francesa, vol. 33, p. 78; grifo nosso).

6 Como se sabe, a definição nominal desse fim supremo é felicidade, mas esta, para o homem, só se alcança na comunidade política. Aristóteles, *Ética a Nicômaco*, livro I, cap. 2, 1.094 a 18-22 e a25-b7.

7 Edições em línguas estrangeiras, versão castelhana, Moscou, 1941. Também consultamos a versão francesa, *Le marxisme et la question nationale*. Paris: Éditions Sociales, 1946.

8 A definição está na página 8 da versão castelhana e na página 9 da versão francesa, citadas na nota anterior.

9 As idéias de Stálin sobre a língua e a lingüística, expostas sob forma epistolar (cinco cartas ao todo), foram publicadas originalmente no verão de 1950. Utilizamos a versão em inglês inserida na excelente edição de Bruce Franklin, *The essential Stalin*. Londres: Croom Helm, 1973, com o título de "Marxism and linguistics".

10 O argumento que resumimos no texto está nas páginas 407-12 da edição citada. Stálin aí responde (negativamente) à pergunta: "É verdade

que a língua é uma superestrutura acima da base?" Isaac Deutscher, desta vez, se esquece do dever de objetividade do historiador, dando livre curso à antipatia que lhe inspira seu biografado. Com pedante ironia, tenta desqualificar as opiniões de Stálin, observando que ele "só dispunha de rudimentos de uma única língua estrangeira". Além de arrogante, o argumento é falso. A língua materna de Stálin é o georgiano, que ele dominava tanto quanto o russo (a língua estrangeira a que se refere Deutscher é o alemão). Tendo passado toda a vida na Rússia, boa parte dela lutando na clandestinidade ou mofando nas prisões czaristas, Stálin não era de fato um cosmopolita poliglota. Isto talvez limite o alcance de seus argumentos. Mas, para refutá-los, seriam necessários contra-argumentos. Deutscher não propõe nenhum: visivelmente, o que lhe interessa não é discutir a questão da língua, mas tão-somente zombar do fantasma de Stálin (cf. Isaac Deutscher, op. cit., pp. 600-1).

11 Pelo menos três expressões merecem aqui ser salientadas: *Einführung*, isto é, *instauração*; *sich von selbst*, isto é, o Estado *por si próprio*; *auflöst*, que os ingleses traduzem por *withering-away* e os franceses por *extinction* ou *dissolution*. "Mit Einführung der sozialistischen Gesellschaftsordnung der Staat sich von selbst auflöst und verschwindet." Engels, "Carta a August Bebel", Londres, 18-28 de março de 1875, in Marx e Engels, *Ausgewählte Werke*. Berlim: Dietz Verlag, 1978, tomo IV, p. 472. Lênin consagrou um tópico especial de seu *O Estado e a revolução* à análise dessa carta (*Obras*, ed. francesa, vol. 25, pp. 475-77). Engels remete para a fundamentação desta fórmula ao *Manifesto comunista* e à *Miséria da filosofia*.

12 Apoiamo-nos, nas considerações que seguem, no estudo crítico de Valestino Gerratana, publicado originalmente sob título de "Lênin e a dessacralização do Estado", no volume *Ricerche di storia del marxismo*. Utilizamos a versão francesa publicada em *Dialectiques*, nº 6, 1974, sob o título "Lénine critique de Staline". A passagem em que nos apoiamos está nas páginas 4-7 desse artigo. A argumentação staliniana está exposta em seu relatório ao XVIII Congresso do PC da URSS, publicado no livro *As questões do leninismo* (na versão francesa do artigo de Gerratana, citam-se as Edições de Tirana, 1970). Stálin pergunta se a tese de Engels (retomada por Lênin) sobre a autodissolução do Estado no socialismo realizado é justa. Responde que o é sob certas condições, mas não o é sob outras, que são justamente aquelas sob as quais se estava construindo o socialismo na URSS. "Engels", escreve Stálin, "não analisa este ou aquele Estado

socialista concreto [...] mas o desenvolvimento do Estado socialista em geral. Somente o caráter *geral abstrato* do problema pode explicar por que na análise do programa do Estado socialista Engels faz totalmente abstração de um fator como a situação internacional [...]" (apud Gerratana, p. 6; grifo nosso). Gerratana observa, com razão, que esse caráter "geral e abstrato" é característico do marxismo como teoria científica. É Stálin quem contrapõe abstratamente o abstrato ao concreto, desqualificando a teoria em nome das situações particulares (cf. Gerratana, op. cit., p. 6).

13 Apud Michael Löwy, "Sur la révolution permanente", *Cahiers d'Étude et de Recherche*, nº 4, abr., 1987, p. 7. O folheto de Stálin está citado a partir da coletânea *On the opposition*, editada em Pequim em 1975, reunindo escritos de 1921 a 1927.

14 Cf. Stálin, *On the opposition*, op. cit., p. 330. Cf. Löwy, op. cit., p. 7. Quase 70 anos depois do desencadeamento da polêmica, stalinistas e trotskistas, mesmo os mais lúcidos e objetivos de cada lado, continuam descrevendo e avaliando de modo diametralmente oposto a doutrina do socialismo num só país... Bruce Franklin, na introdução do já citado *The essential Stalin*, após notar que "Stálin não iria desistir de construir o socialismo na União Soviética simplesmente porque a História não estava caminhando exatamente da maneira que os teóricos haviam desejado [...]", constata que, derrotada nos países capitalistas avançados, "a vaga revolucionária, estimulada pelo exemplo e pelo apoio material de uma União Soviética socialista, poderia novamente ganhar ímpeto [...]" (p. 15). Para Michael Löwy, "a ideologia do socialismo num só país era necessária a Stalin e às camadas burocráticas no poder para justificar a subordinação da luta de classe internacional às exigências da 'construção do socialismo' na URSS" (op. cit., p. 7).

15 Cf. Löwy, op. cit., p. 7.

16 Bukharin, *Le socialisme dans un seul pays*. Paris: UGE, 1974, pp. 254-56, Coleção 10-18. Trata-se de uma coletânea de artigos de Bukharin, publicados no *Pravda*, em *Cadernos do Comunismo* ou então sob forma de brochuras, todos datados de 1925-1926. O responsável pela compilação, J. L. Dallemagne, retoma globalmente, em sua apresentação dos textos, o ponto de vista trotskista sobre a questão, condenando com a impertinente arrogância do esquerdismo intelectual francês a "traição" de Bukharin ao "renunciar à revolução internacional, preferindo-lhe a construção ilusória do 'socialismo num só país', isto é, subordinando os interesses do proletariado

mundial aos do Estado soviético". A acusação é ritual na liturgia trotskista. Formulada neste grau de primarismo, não merece ser discutida, mesmo porque não se pode levar a sério a pretensão do sr. Dallemagne e consortes de falar em nome do "proletariado mundial". É de resto muito francesa a opinião de que se prefere um programa político (no caso, o "socialismo num só país") a outro (a revolução mundial) como se escolhe um prato do cardápio de um restaurante. Mais patética é a caracterização do programa de Bukharin como uma "ilusão criminosa". Pobre Bukharin! Seu destino era mesmo ser criminalizado! Cf. a apresentação de Dallemagne a *Le socialisme dans un seul pays*, pp. 32-33.

17 Cf. Michael Löwy, op. cit., p. 8.

18 Os depoimentos de Astrojildo Pereira e de Octávio Brandão são obviamente indispensáveis. *Formação do PCB* contém referências à ausência de tradições marxistas no movimento operário brasileiro, sobretudo do ponto de vista de suas conseqüências sobre a elaboração teórica do PCB em seus primeiros anos (Rio de Janeiro: Edições Vitória, 1962, p. 59). Em *Combates e batalhas* (São Paulo: Alfa-Omega, 1978), Octávio Brandão evoca constantemente a formação intelectual dos dirigentes do PCB e a evolução teórico-doutrinário-programática do partido. Traça um retrato intelectual de Astrojildo importante como depoimento e certamente verdadeiro em alguns aspectos, mas infelizmente saturado daquele denso ressentimento que as divergências intrapartidárias acumulam ao longo de décadas. O fundador do PCB é apresentado como não tendo nunca adquirido "a necessária base filosófica". "Não estudou a sério o materialismo dialético. Nem a realidade brasileira. Nunca estudou as ciências naturais. Não ia às portas das fábricas e oficinas, nem aos bairros operários [...]" (pp. 228-29). J. F. Dulles, em seu *Anarchists and communists in Brazil* (Austin, Londres: University of Texas Press, 1973), assegura que Rodolfo Coutinho foi enviado a Moscou para representar o PCB no Komintern porque "tinha estudado Marx" e "nunca tinha sido anarquista" (p. 205). Currículo raro na esquerda brasileira de então. O professor Leônidas de Rezende aproveitou boa parte dos anos de 1924-1926, quando viveu escondido da sanha policial da oligarquia, para ler as obras de Marx, Engels e Augusto Comte, "a quem ele também admirava" (p. 310). Em 1927, como diretor de *A Nação*, órgão do Bloco Operário (formado pelo PCB logo após a suspensão do estado de sítio), passou a publicar os artigos compostos ao influxo daquelas leituras (p. 310).

19 Astrojildo Pereira, "Construindo o PCB (1922/1924)". O texto ocupa 12 páginas da coletânea organizada por Michel Zaidán, *Construindo o PCB*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980, pp. 137-49. Zaidán comete ligeiro lapso ao datar *A Revolução Russa e a imprensa*: afirma ter sido *publicada* em 1917 (cf. a apresentação do livro, p. 15), o que teria constituído um notável "furo" editorial, considerando-se que a revolução em questão foi a de outubro de 1917. Mas a confusão se origina no próprio Astrojildo, que aponta pelo menos duas datas de conclusão da brochura: 4 de fevereiro de 1918, com anexo de 12 de março seguinte (cf. "Construindo o PCB", pp. 137 e 149), e janeiro de 1918 (cf. *Formação do PCB*, op. cit., p. 27).

20 Cf. *Formação do PCB*, op. cit., p. 28.

21 Ibidem. O título exato do texto citado de Lênin é "Teses e relatório sobre a democracia burguesa e a ditadura do proletariado", apresentado no dia 4 de março de 1919 ao I Congresso da Internacional Comunista. Cf. Lênin, *Oeuvres*. Paris, Moscou: Éditions Sociales, Éditions du Progrès, 1961, t. 28, pp. 481-99.

22 Edgar Carone, *O marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986, p. 62. A bibliografia marxista brasileira por ano de edição está exposta a partir da p. 185.

23 Referimo-nos ao índice do vol. 46 da acima citada versão francesa das *Obras* de Lênin. Carone apresenta essa *Conquista do pão* na mencionada lista bibliográfica (cf. op. cit., p. 185). No estudo introdutório a esta obra, ele se refere a um "escrito de Lênin" publicado em 1920, sem dar maiores esclarecimentos (p. 62). Trata-se sem dúvida daquele referido na p. 185 sob o título de *Conquista do pão*, que, como notamos, não figura no catálogo das obras de Lênin.

24 Carone, op. cit., p. 62.

25 Astrojildo Pereira, *Formação do PCB*, op. cit., pp. 56-58. Antes, pois, de se tornar órgão oficial do PCB, *Movimento Comunista* contribuiu decisivamente para sua fundação, anunciada no número de junho de 1922. Cf. p. 57.

26 Cf. J. Dulles, op. cit., p. 177.

27 A data é referida pelo próprio Brandão em *Combates e batalhas*, op. cit., p. 284.

28 Sobre essa autocrítica de Brandão, cf. Dulles, op. cit., pp. 271-72.

29 Esse texto está nas *Obras* de Stálin. Rio de Janeiro: Edições Vitória, 1954, vol. 5: 1921-1923, pp. 59-80. É interessante notar que Lênin só empregará o termo "estratégia" meses mais tarde, em outubro de 1921, e ainda assim, como observamos na nota 5, sem grande preocupação de rigor semântico.

30 Texto igualmente reproduzido nas *Obras* de Stálin, op. cit., vol. 5, pp. 143-59.

31 Citamos a partir da edição francesa referida na nota 1: *Des principes du léninisme*, op. cit., p. 4.

32 Dulles, op. cit., pp. 269-70.

33 Brandão, *Combates e batalhas*, op. cit., p. 285.

34 Idem, *Agrarismo e industrialismo*. Buenos Aires, 1926, p. 51.

35 Idem, *Combates e batalhas*, op. cit., p. 285.

36 Brandão, op. cit., p. 218. No mesmo livro, ele sustenta que, "em 1922-29, as influências decisivas sobre o PCB foram as de Lênin em primeiro lugar, de Marx e de Engels em segundo lugar. Os trabalhos de Stalin eram desconhecidos na época. Seus artigos e discursos só apareceram em nosso país depois da morte de Lênin, durante a discussão contra Trotski. Seu livro *Os fundamentos do leninismo* só foi lido no Brasil muito tempo depois" (p. 233). Trótski, acrescenta, a princípio "era falado como um dos 'chefes' da revolução. Na realidade, em 1922-29, ele não exerceu influência no PCB" (p. 234). Vale também registrar, a propósito da data da publicação de *Agrarismo e industrialismo* (cf. notas 27, 32, 33 e 34), que, a despeito de só haver sido publicado em 1926, o texto circulou por meio de "cópias à máquina" tiradas pelo próprio Brandão e por ele distribuídas "entre os amigos". Brandão conta também que mandou "um exemplar à Internacional Comunista em Moscou em setembro de 1924" (obviamente um exemplar datilografado). "Em outubro, escrevi ao presidente da Internacional [...] chamando-lhe a atenção para o estudo. Muitos anos depois, encontrei esse exemplar no Arquivo da Internacional Comunista" (p. 285).

37 Essa enciclopédia foi publicada pela Herder and Herder, de Nova Iorque; o verbete "marxismo-leninismo" está no vol. V, de 1973.

38 Op. cit., p. 361.

39 Ibidem.

40 *Agrarismo e industrialismo*, op. cit., p. 83. Citado pelo próprio Brandão em *Combates e batalhas*, op. cit., p. 294.

41 Não deixa de ser significativo que, no *Inventário analítico do Acervo Octavio Brandão*, elaborado por quatro pesquisadores do Arquivo Edgard Leuenroth (IFCH–UNICAMP) (Campinas: UNICAMP, 1986), entre os 37 títulos que compõem a subsérie Textos, da Série 4, produção de terceiros (números de tombo 1.460 a 1.496), haja 13 obras de Stálin (números de tombo 1.481 a 1.493) e nenhuma de Marx, nem de Engels, nem de Lênin. Obviamente, não se podem extrair

conseqüências categóricas sobre as preferências de leitura de Brandão a partir do estado em que se encontrava sua biblioteca quando foi doada por sua filha Dionysa Brandão ao Arquivo Leuenroth. Mas parece muito provável que tratava com cuidado sua literatura staliniana.

42 Estamos nos referindo notadamente ao manuscrito Perguntas e respostas sobre a Rússia, de 1929, conservado no Archivio Storico del Movimento Operaio Brasiliano, de Milão. Consultamos, em 1990, alguns microfilmes do arquivo de Astrojildo Pereira que integram o lote adquirido do arquivo de Milão, naquele mesmo ano, pelo Arquivo do Estado de São Paulo. Infelizmente, o grau de organização deste acervo microfilmado é muito rudimentar, dificultando qualquer pesquisa. De qualquer modo, do citado manuscrito se encontra o microfilme no nº 2, código AS, 6(2). Vale notar que Astrojildo não o inclui em seu *Urss, Itália, Brasil*, que publicou em 1934, em edição fora do comércio (Rio de Janeiro: Editorial Alba), e que consultamos na reedição apresentada por Heitor Ferreira Lima (São Paulo: Novos Rumos, 1985). Mas também neste livro encontramos um texto claramente favorável às teses stalinianas, como o revela o próprio título: "A agravação da luta de classe", datado de 30 de junho de 1929, em Moscou (pp. 27-33). Como se sabe, essa "agravação" serviu de pretexto para o desencadeamento do terror stalinista. Em 1929, o aspecto terrorista do regime ainda não se havia configurado com a nitidez que assumiria na década seguinte, com os "processos de Moscou". Astrojildo, em todo caso, argumenta com a sólida convicção de que tudo ia da melhor maneira no melhor dos socialismos possíveis: "Edificação do socialismo significa luta pela liquidação definitiva dos elementos capitalistas que ainda restam do antigo regime. Ora, estes elementos capitalistas existem principalmente na agricultura. É, pois, aí, na agricultura, que a batalha se trava mais forte, mais rude, mais intensa. *E é um engano supor que o avanço dos elementos socialistas amortece a batalha.* Pelo contrário, *esta se agrava cada vez mais, com a resistência tenaz, multiforme, desesperada das forças que vão sendo batidas, palmo a palmo*" (grifos nossos). Cf. op. cit., p. 27. Vinte e seis anos mais tarde, numa palestra sobre o *Manifesto comunista*, cujo texto manuscrito está reproduzido no microfilme nº 1, código A2, 1(4)-2, do acima referido arquivo adquirido pelo Arquivo do Estado de São Paulo, Astrojildo evoca, logo na primeira frase, o chefe da então mais do que nunca triunfante União Soviética (embora o manuscrito não esteja datado, Astrojildo situa-o claramente, ao se referir ao golpe "liberal" de Dutra em outubro de 1945, "que se passou há pouco mais de dez dias"), nos seguintes termos: "O *Manifesto comunista*, que Stalin chamou de 'cântico dos cânticos dos trabalhadores' é uma fonte inesgotável de ensinamentos [...]". Essa frase abre a palestra, como notamos acima: é que para todos os comunistas e para a grande maioria da opinião progressista internacional, Stálin aparecia então como o grande vencedor do nazismo e o grande artífice da potência soviética.

43 O centro da exposição dialética de *Agrarismo e industrialismo* está nas pp. 51-52. Brandão primeiro expõe as *etapas* da história do proletariado brasileiro num esquema articulado em três colunas que vale ser reproduzido, até pela dificuldade em consultar os raros exemplares disponíveis do livro:

Traços característicos da etapa	Período	Significação da etapa no processo histórico
I ____________	15/11/1889 a agosto de 1914	"preparação ou estação"
II — "da conflagração à Revolução Russa"	agosto de 1914 a 7/11/1917	"eclosão ou desabrolhamento"
III — "presidência Epitácio"	fins de 1917 a meados de 1919	"culminância, apogeu"
IV — "morte de *A Voz do Povo*"	fins de 1919 a fins de 1920	"crepúsculo"
V____________	fins de 1920 a 6/11/1921	"vazante completa"
VI — "fundação do Grupo Comunista do Rio"	7/11/1921 a 24/3/1922	"reagrupamento de forças"
VII — "fundação do PCB"	25/3/1922 a 30/4/1925	"preparação das forças para as novas batalhas"

VIII — Esta etapa se inicia a 1º/5/1925, com a "aurora de *A Classe Operária*", o semanário do PCB do qual foram publicados 12 números; antes de completar três meses de existência, foi fechado pela polícia de Artur Bernardes, que governava por meio do estado de sítio desde julho de 1924. Sobre o relançamento de *A Classe Operária* em 1928 e sua posterior publicação como órgão clandestino do PCB, cf. Astrojildo Pereira, *Formação do PCB*, op. cit., pp. 72-74.

Brandão conclui sua exposição aplicando a "dialética marxista" à periodização acima reproduzida: a "tese" abrangeria as três primeira etapas, da proclamação da República à presidência Epitácio, consistindo na "ascensão [do proletariado] sob a influência do anarquismo"; a "antítese" iria até a sexta etapa, caracterizando-se pelas "perseguições epitacistas e conseqüente desorganização até a fundação do Grupo Comunista do Rio"; a "síntese ou negação da negação" começaria com a fundação do PCB. Insistir na ingenuidade historiográfica e conceptual dessa "dialética" seria arrombar uma porta aberta.

44 Colina foi o nome adotado pelos dissidentes da Política Operária (Polop) de Minas Gerais, após romperem com esta organização em 1967. Os três principais dirigentes da nova organização então formada foram Carlos Alberto Soares de Freitas (assassinado na tortura pelo Doi-Codi em 1971), Ângelo Pezzutti da Silva (morto em Paris em 1975) e Hebert Daniel, que se tornou escritor conhecido e também morreu prematuramente. A revista *América Latina* foi criada pelos três como órgão teórico dos marxistas que se dispunham a passar à luta armada. Em julho de 1968, numa reunião clandestina de que participaram, além dos três citados, outros tantos representando os dissidentes da Polop do Rio de Janeiro (o ex-sargento da aeronáutica João Lucas Alves, assassinado meses mais tarde pelos torturadores da ditadura, Juarez Brito, morto em tiroteio pelos agentes do Doi-Codi em abril de 1970, e Maria do Carmo Brito) e três outros do grupo de São Paulo que daria origem à VPR, decidiu-se transformar a revista em órgão conjunto das três organizações regionais, atribuindo-lhe, no espírito do leninismo, a função de organizar a discussão dos fundamentos teóricos do combate político-militar já em curso. Tendo participado da reunião como um dos representantes do grupo de São Paulo, fui encarregado de preparar o quinto

(que seria o último, por motivo de força muito maior...) número da revista em São Paulo.

45 Preso em janeiro de 1969 em Belo Horizonte, após cerrado tiroteio em que morreram dois policiais, Pezzutti recebeu, como seus companheiros, tratamento agravado por aquela circunstância. "A morte dos dois tiras mineiros enraiveceu os torturadores, que se soltaram na prática de perversidades", comenta Gorender em *Combates nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987, p. 131. Libertado no ano seguinte em troca do embaixador da Alemanha Federal no Brasil, seguiu da Argélia para o Chile, fixando-se na França após o golpe de Pinochet.

46 Pezzutti publicou, no nº 2 da mesma *América Latina* (datada de fevereiro de 1968), o artigo "A.F.E.R.: uma análise crítica ou aonde não vamos". Também publicou o artigo "Desfazendo equívocos sobre a teoria do foco", que lemos numa separata mimeografada. Não sabemos se esse artigo foi publicado no nº 1 da *América Latina*, pelo fato de nunca ter conseguido obter um exemplar desse número da revista.

47 Publicada em Paris a partir de fevereiro de 1970, por um grupo de marxistas brasileiros exilados do qual fiz parte desde o início.

48 O título desse nosso artigo, publicado em *Debate*, nº 8, dez., 1971, é "Alguns equívocos da libertação nacional".

49 José dos Santos, "Réplica do coletivo TL/ALN do Chile ao companheiro F. de Andrade", *Debate*, nº 10, ago., 1972, p. 25.

50 Cf. nota 5.

51 A expressão "momentos táticos principais" é utilizada em nosso artigo citado na nota 48.

52 Expressões que também empregamos no artigo citado na nota 48.

53 F. A., isto é, Fernando de Andrade, pseudônimo que utilizamos na revista *Debate*.

54 José dos Santos, op. cit., p. 26.

Capítulo 4

O MAOÍSMO E A TRAJETÓRIA DOS MARXISTAS BRASILEIROS

Daniel Aarão Reis Filho

I

O estudo do maoísmo, ou pensamento Mao Zedong,[1] deve considerar um itinerário de imagens cambiantes: num primeiro momento, aparece como estratégia revolucionária para a tomada do poder político na China e, neste sentido, foi caracterizado como uma aplicação criadora do marxismo-leninismo às condições históricas chinesas, ou ainda, em outras palavras, como uma concepção que fora capaz de efetivar a *sinização* do marxismo.[2] Quase simultaneamente, mas numa outra dimensão, a via revolucionária chinesa será apresentada como um caso exemplar para as demais sociedades asiáticas, em particular, e para o conjunto dos povos explorados e oprimidos pelo imperialismo, em geral. Neste registro, o maoísmo já aparece com uma nova

qualidade, a de um *modelo revolucionário* para a emancipação dos povos dependentes e/ou colonizados.[3]

Mais tarde, o maoísmo surgirá como uma proposta original de construção do socialismo na China, convertendo-se, mais ou menos rapidamente, e novamente, em *modelo revolucionário mundial*. A evolução, em espiral, atinge agora um nível de expressão mais alto: o da universalização. O pensamento de Mao Zedong encarnará a verdade revolucionária, ou seja, como apreciavam dizer os comunistas chineses em fins dos anos 60, o maoísmo é o "marxismo-leninismo de nosso tempo".[4]

Como as demais doutrinas ou concepções políticas, o maoísmo foi tributário de circunstâncias históricas e de influências, internacionais e nacionais. Ele seria impensável sem o processo da invasão dos capitais internacionais que subverteu e moldou em novas bases a história contemporânea chinesa, através de diversas etapas, desde os anos 40 do século XIX, com as guerras do ópio, até a guerra de agressão japonesa, que se prolongaria por mais de dez anos, até o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945. A presença política e econômica das potências capitalistas e a conseqüente divisão da China em áreas de influência, o enfraquecimento decisivo do poder central, gerando a fragmentação política e a multiplicidade dos conflitos regionais e locais (a República dos Senhores de Guerra), a desorganização da vida econômica tradicional implicaram a conversão do outrora orgulhoso Império do Meio em uma semicolônia e todo o cortejo de conseqüências típicas deste tipo de situação: desestruturação cultural, subversão do modo de vida tradicional, quebras da produção, reorientação dos fluxos comerciais em virtude da criação e consolidação de novos pólos industriais e comerciais no litoral do país (Xangai), correntes migrató-

rias de novo tipo, miséria, fome.[5] Além disso, e acima de tudo, o domínio das potências capitalistas representou um desafio à nação chinesa que ela não estava acostumada a enfrentar: o que passou a estar em jogo foi a própria sobrevivência. A resposta a este desafio mobilizaria e tensionaria variadas tendências ao longo de pouco mais de um século.

À *questão nacional* se associariam as *guerras camponesas*, que, em ondas sucessivas, formariam a base social dos conflitos até a vitória da luta de libertação nacional, em outubro de 1949. Lutas sociais camponesas violentas pela salvação nacional — aí temos, em resumo, desenhado o quadro geral de onde emergiria o maoísmo.

O movimento comunista tornou-se a sua principal fonte de influência internacional. O debate travado em julho de 1920, por ocasião do II Congresso da Internacional Comunista, realizado em Moscou, marcou época e estabeleceu divisores de águas que se manteriam vivos, como opções possíveis, até a entrada em Pequim do Exército Popular de Libertação.

Já sem ilusões a curto prazo sobre a capacidade revolucionária da classe operária dos países avançados, V. Lênin, retomando linhas de reflexão estabelecidas por K. Marx,[6] começou a apostar nas lutas revolucionárias dos povos do Oriente:[7] a revolução mundial deveria ser pensada como produto combinado da ação dos povos colonizados e do proletariado das sociedades industrializadas. Entre os primeiros, impunha-se a constituição de uma frente única, formada pela burguesia nacional, também contrariada em seus interesses pelas potências capitalistas, pelo proletariado recém-formado pelo surto de desenvolvimento industrial promovido pelos capitais internacionais e pelo campesinato em luta pela terra. Sob responsabilidade dessa frente única, de

que participariam igualmente a classe média e a intelectualidade urbanas, processar-se-iam revoluções democrático-burguesas, tendencialmente hegemonizadas pelas burguesias nacionais das sociedades colonizadas/dependentes.

M. N. Roy, delegado dos comunistas hindus, foi menos nuançado em suas posições: a revolução operária no mundo capitalista avançado estava, ao menos provisoriamente, afastada como hipótese de trabalho. Em termos da revolução mundial, os povos colonizados passavam a ter preeminência inquestionável. A frente única não se faria a não ser com as forças "nacional-revolucionárias", e Roy emitia muitas reservas a respeito da capacidade de as burguesias nacionais das sociedades colonizadas assumirem atitudes revolucionárias conseqüentes. Daí a conclusão de que, para terem êxito, as revoluções naquelas sociedades precisariam estar, desde o início, sob firme hegemonia do proletariado.

Entre V. Lênin e M. N. Roy, para além das divergências quanto às orientações táticas concretas, permanecia, ainda, uma divergência de fundo. O primeiro, na linha aberta por Marx, quando refletiu sobre as "questões" nacionais do século XIX, referindo-se à Irlanda, Polônia e China,[8] continuava vendo as revoluções "orientais" como alavancas para o desencadeamento das revoluções operárias socialistas no mundo capitalista avançado. E eram estas últimas que realmente importavam para a superação do capitalismo como sistema mundial. Já o delegado hindu afirmava, muito claramente, a preeminência das revoluções nacionais. A sua dinâmica proletária (hegemônica desde o início) asseguraria aos povos colonizados a condição de vanguarda da revolução mundial.

No Congresso da Internacional Comunista, porém, a necessidade do consenso implicou concessões mútuas: a revolução seria fundamentalmente nacional, produto de uma

frente única, na qual seria *desejável* a hegemonia proletária, mas *possível* a hegemonia burguesa. Contudo, houve acordo quanto à idéia de que, no caso de se afirmar a hegemonia proletária, os povos colonizados poderiam transitar diretamente para a construção do socialismo, sem passar por uma etapa de desenvolvimento capitalista.[9] O maoísmo, como se verá, flutuaria nas margens abertas por estas controvérsias e pelo quadro de opções aprovado.

Em outros aspectos decisivos, entretanto, prevaleceria a influência da teoria revolucionária leninista: a reflexão geral sobre o *imperialismo*, a formulação sobre a aliança operário-camponesa e a tese central a respeito da imprescindibilidade de uma vanguarda, consciente e organizada de forma centralizada.[10] Complementada, mais tarde, com a formulação de Stálin sobre o Bloco das Quatro Classes (burguesia nacional, pequena burguesia, campesinato e proletariado urbano), com as indicações provenientes da experiência dos Planos Qüinqüenais, em particular, e das características gerais que assumiu a construção do socialismo na URSS, por exemplo, entre outras, a idéia de que o processo de construção da nova sociedade seria acompanhado pela radicalização crescente e impiedosa da luta de classes.[11]

Mas o maoísmo beberia também, e talvez principalmente, em fontes chinesas: nas tradições das lutas camponesas nacionais e, especialmente, nas expressões literárias da *rebeldia* contra a ordem dominante. Daí viriam certas idéias-força: a exaltação da coragem e da iniciativa, da perseverança e do uso da força armada, da arte militar. Além disso, terão grande importância autores e lideranças políticas contemporâneos, entre os quais se deve destacar a figura do precursor do comunismo nacional chinês: Li Dazhao.[12]

Para Li Dazhao o marxismo era, antes de tudo, uma arma a ser utilizada para salvar a nação chinesa do desaparecimento. São dele a formulação da China como nação proletária e a idéia da questão racial como uma questão de classe. Também é proveniente desta fonte o tema do atraso como força para superar dificuldades. A necessidade da salvação nacional o fazia ver o povo chinês como povo proletário, aliado do proletariado mundial na luta pela destruição do capitalismo e do *imperialismo*.

Entretanto, combinando estas diversas influências, o maoísmo adquirirá feições próprias, singulares. Vejamos suas principais características.

II

O universo maoísta tem um eixo: o mundo rural e o movimento social dos camponeses. Tanto a estratégia revolucionária da guerra camponesa prolongada (acúmulo de forças a partir de bases rurais libertadas, cerco das cidades pelo campo, força armada autônoma, adoção da metodologia da guerrilha popular) quanto o projeto de construção do socialismo (revolução ideológica, reeducação do povo pela pedagogia revolucionária, noção da atividade transformadora como um "serviço", construção do homem novo), propostos pelo pensamento Mao Zedong, são regidos pelas referências camponesas e encontram sua maior concretização política e organizativa numa instituição camponesa, as Comunas Populares.[13]

No caso da China, era algo aparentemente óbvio, e por dupla razão: a proporção esmagadora da população rural (cerca de 90% nos anos 30 e 40 do século XX) e sua

impressionante massa física, que evoluiria ao longo das últimas décadas de algo em torno de 350 milhões de pessoas para cerca de 700 milhões no momento da Revolução Cultural, nos anos 60. Na verdade, seria impossível a realização de qualquer projeto social de transformação na China sem participação ativa das massas rurais. Entretanto, como se sabe, a história das idéias registra casos freqüentes em que o "óbvio" aparece como inovação ousada e só recebe ampla aceitação quando seus contornos já se desenharam de forma perfeitamente nítida, ofuscando os que se recusavam a ver.

Por outro lado, o reconhecimento das tradições e da capacidade de luta dos camponeses não deveria, de fato, apresentar problemas. Os anais da história da China não são escassos de referências neste sentido. Entretanto, apesar de alguma familiaridade com o assunto por parte de marxistas e não-marxistas, muitos ignoravam as particularidades das guerras camponesas chinesas e outros preferiam cultivar preconceitos políticos e ideológicos cristalizados em leituras apressadas e mal digeridas de experiências vitoriosas em outras latitudes (cf. o fascínio dos intelectuais pela Revolução Russa ou pelo modelo norte-americano, sobretudo no curso do movimento de maio de 1919, quando se estruturaram alternativas *modernas* à situação de dependência em que se encontrava a China).

Os comunistas não teriam dificuldades em admitir a capacidade revolucionária dos camponeses, principalmente nas sociedades colonizadas ou transformadas em semicolônias pelas potências capitalistas avançadas. Mas enfatizavam que o campesinato teria um papel necessariamente subordinado, destinado historicamente a submeter-se à hegemonia da burguesia progressista ou do proletariado. Esta, aliás, era, do ponto de vista dos marxistas ou mesmo dos que partilhavam

uma perspectiva modernizante para a China, uma questão de princípio, normalmente aceita sem discussão por quase todas as lideranças políticas revolucionárias. A inovação do maoísmo foi precisamente afirmar a *autonomia* do movimento social camponês e, mais do que isso, a sua capacidade de *dirigir* socialmente o processo de transformações na China.

Certamente, os tributos à ortodoxia, por sincera convicção ou por interesses de ordem tática, não contribuíram para esclarecer o sentido das formulações maoístas. Assim, as fórmulas encantatórias sobre a direção da classe operária e seu partido de vanguarda marxista-leninista continuaram a ser esgrimidas. Contudo, a Revolução Chinesa acabou triunfando graças aos camponeses e à sua organização armada de massas: o Exército Popular de Libertação.[14]

Mais tarde, quando se tratou de formular o projeto de construção do socialismo na China, e depois de uma fase de eclipse, em que prevaleceu a retomada acrítica do modelo soviético dos Planos Qüinqüenais centralizados, entre 1950 e 1956,[15] o maoísmo ressurgiria valorizando com redobrado vigor a capacidade de participação autônoma dos camponeses na construção da nova sociedade, do *homem novo*, e, mais do que isso, a sua posição de vanguarda nesta luta.

Através do Grande Salto para a Frente, os camponeses foram chamados a um notável esforço de melhoria da produtividade e de aumento da produção. Programou-se então o crescimento espetacular da produção de aço e de cereais, anunciando-se a ultrapassagem do produto nacional bruto inglês em menos de 15 anos. Mas, para além das metas quantitativas, os comunistas convocaram os camponeses a formar as Comunas Populares, por meio das quais estes últimos assumiriam a vanguarda do processo de socialização da produção na China. Dos camponeses também dependeria a

formação do homem novo, polivalente (camponês/soldado/operário/intelectual), no quadro do projeto de superação das contradições campo–cidade. Mais tarde, quando da Revolução Cultural, os operários e intelectuais "desviados" seriam encaminhados às Comunas Populares para o processo de "reeducação". Ali aprenderiam não só a cultivar a terra com as próprias mãos, tomando contato com o trabalho manual, considerado altamente saudável, mas também receberiam "profunda educação de classe", ministrada pelos camponeses.[16]

A realidade muitas vezes rebelou-se contra estas idéias-força: a China, sem dúvida, deu um grande salto para trás durante o Grande Salto para a Frente. As Comunas Populares fracassaram em boa parte dos casos, por muitas razões, e a menor delas não terá sido certamente o pequeno entusiasmo dos camponeses por um projeto tão grandioso, mas que lhes tirava o que pensavam ser essencial e pelo que haviam lutado durante séculos: seus pequenos lotes de terra.[17] Quanto à *reeducação* de intelectuais e operários nos campos, os desdobramentos da recente história da China parecem indicar que não deu resultados apreciáveis, de qualquer ponto de vista.[18]

Embora tudo isso possa ser hoje admitido como evidências, o fato é que o maoísmo se caracterizaria pela *valorização do camponês*, não só como ator principal na luta pela "tomada do poder", mas também como vanguarda no projeto de construção do socialismo. Esta foi, sem dúvida, a marca registrada do maoísmo e sua principal inovação do ponto de vista do pensamento revolucionário do século XX.

A centralidade das referências camponesas levaria, incidentalmente, à formulação de restrições quanto à capacidade revolucionária das cidades. É fato que, depois dos massacres de Xangai e Cantão (abril e dezembro de 1927) e

do rompimento da frente única, os trabalhadores urbanos não voltariam mais a se manifestar de forma expressiva, nem mesmo quando o exército camponês se aproximava das cidades em 1948-1949.[19] Com efeito, não há registro de insurreições urbanas ou de lutas urbanas significativas que propusessem articulações com a guerra revolucionária que lavrava no mundo rural. Pode-se argumentar, em favor da compreensão da pequena combatividade dos trabalhadores urbanos, que eram vítimas de feroz repressão dos japoneses e/ou do governo do Guomindang. Trata-se de um fato inegável. Por outro lado, estudiosos do assunto referem as diretrizes dos comunistas chineses que não teriam incentivado revoltas urbanas no fim da última guerra civil para não atemorizar a burguesia progressista, para preservar a frente única e também a capacidade de produção.[20] Contudo, os camponeses também foram severamente reprimidos e não esperaram pelas diretrizes comunistas para pôr-se em movimento. Quaisquer que tenham sido as razões, a pequena, ou mesmo nula participação dos trabalhadores urbanos na conquista da vitória revolucionária, em 1949, marcaria profundamente o maoísmo em suas restrições ou reservas quanto à dinâmica revolucionária das cidades.

Durante a guerra de libertação nacional, e mesmo depois de 1949, no processo de construção do socialismo, o leque das virtudes revolucionárias — dedicação, disciplina, perseverança, austeridade, espírito de sacrifício etc. — seria referido ao campo e ao camponês. O "espírito" ou "método" de Yanan, sede e centro do estado-maior revolucionário desde meados dos anos 30 ao início da última guerra civil, seria constantemente invocado para inspirar as campanhas políticas ou ideológicas, da luta pela retificação do estilo de trabalho, em 1942, à Revolução Cultural, em 1966-1969. As

cidades, não raras vezes, seriam caracterizadas como centros de iniqüidades, portadoras dos "desvios" capitalistas, como o individualismo, o egoísmo, a sedução pelos valores burgueses etc. Não é gratuito que a correção destes (a *reeducação*) fosse remetida ao universo rural.[21]

No campo estavam concentradas as massas do povo chinês. Delas era necessário obter a confiança mais irrestrita. Nelas o guerrilheiro deveria se sentir como um "peixe na água". O povo chinês era um "povo proletário", portanto, na esmagadora maioria, tinha condições de se tornar adepto da revolução e das transformações socialistas. Por isto mesmo, já nos anos 20, quando a China contava com cerca de 400 milhões de habitantes, Mao não se constrangeria em lançar, parafraseando a famosa conclamação do *Manifesto comunista*: "395 milhões, uni-vos!"[22]

A imensa confiança nas massas populares será um aspecto essencial do maoísmo. Daí virá a "linha de massas", "partir das massas para retornar às massas". Os comunistas deveriam ser capazes, sempre, de se manter em sintonia fina com os anseios e aspirações populares, submetendo-se constantemente ao crivo da crítica popular (campanhas de retificação do estilo de trabalho, enraizamento nas bases sociais, defesa e respeito dos interesses e aspirações imediatas do povo). O Partido Comunista chegaria mesmo, em certos momentos, a ser desmantelado parcialmente (campanha das Cem Flores, 1956-1957) ou totalmente (Xangai, 1966-1967). Não perderia sua condição de vanguarda consciente, mas a versão maoísta do partido dirigente reservaria um espaço considerável, às vezes determinante, à participação das massas, mesmo em seu relacionamento com os militantes de vanguarda. A dedicação/devoção às massas, exigida dos militantes, é uma noção que se aproxima da de "serviço",

tão cara ao catolicismo social e uma das razões, entre outras, da simpatia mútua, freqüente, entre católicos revolucionários e maoístas.

É certo que, segundo os padrões ocidentais (e o marxismo-leninismo era, pelo menos em parte, de origem européia ocidental), os camponeses chineses viviam em condições econômicas rudimentares, trabalhavam com níveis tecnológicos bastante baixos, eram iletrados, em suma, *atrasados*. No universo ideológico marxista, por outro lado, não faltam reservas à capacidade revolucionária dos camponeses, justamente pelo seu *atraso* — econômico, político, cultural. O maoísmo trataria esta aparente contradição, segundo os cânones da ortodoxia marxista, com grande desenvoltura. Exatamente do *atraso* viria a força para superar os obstáculos: *the law of retarding lead*,[23] a liderança pelos mais atrasados. Inspirado em Li Dazhao, que escrevera sobre o assunto, como já foi referido, Mao defenderia energicamente a possibilidade da vitória revolucionária, confirmada em 1949, para grande surpresa dos norte-americanos e soviéticos, e da construção do socialismo pelos milhões de "condenados da Terra" que constituíam o povo chinês. A vantagem da situação do atraso: o povo chinês era "pobre e branco". Sendo pobre, desejaria mudar a situação existente, ou seja, tenderia a ter simpatias pela revolução. Sendo branco, ou seja, como uma folha de papel em branco, poder-se-ia escrever nessa folha "as palavras mais novas e mais belas", ou "pintar os desenhos mais novos e mais belos".[24]

Do atraso poderia nascer uma tremenda energia transformadora, se houvesse vontade revolucionária. Nenhuma dificuldade no mundo deixaria de ser resolvida, bastando para isto que as pessoas efetivamente "tomassem seus destinos nas próprias mãos", não fugissem dos problemas e

os atacassem com espírito positivo, referenciando-se, naturalmente, na doutrina do marxismo-leninismo. Assim procedendo, os milhões de chineses atrasados poderiam, no espaço de algumas dezenas de anos, transformar o país numa sociedade socialista próspera e poderosa.[25]

A ênfase na formação das consciências procede deste voluntarismo revolucionário, típico do maoísmo. Da experiência dos montes Jinggangshan, em fins dos anos 20, à Revolução Cultural, 40 anos depois, a idéia de que é possível reformar as mentes pelo exercício da vontade e da persuasão será defendida pelo pensamento Mao Zedong.

Se as mentes haveriam de ser reformadas pela luta ideológica e pela reeducação permanente, o mundo objetivo, marcado pela opressão estrangeira e pela exploração social, só poderia ser mudado pela força das armas. Inspirando-se constantemente nas tradições populares das guerras camponesas e do banditismo social, Mao Zedong, sem exercer a chefia militar direta do processo revolucionário, passaria para a história como o grande estrategista da guerra de guerrilhas contra o Japão e contra o Guomindang, tanto nos anos 20 e 30 como durante a última guerra civil, entre 1946 e 1949.

Os princípios do Exército Popular de Libertação, expostos nos *Escritos militares* de Mao Zedong, orientariam inumeráveis guerrilhas na Ásia, na África e na América Latina. A sistematização da tática da guerrilha (enfraquecer o inimigo com repetidos ataques às suas forças dispersas e isoladas; concentrar em cada combate forças absolutamente superiores às do inimigo; jamais entrar em combate sem esmagadora superioridade e certeza da vitória; reforçar a guerrilha em homens e armas à custa do inimigo; definir como objetivo principal a aniquilação das forças vivas do inimi-

go), a perspectiva da guerra de longa duração, acumulando forças a partir das bases revolucionárias situadas em regiões "fronteiriças", de difícil acesso, a estratégia do cerco das cidades pelo campo, a luta pela obtenção da mais perfeita sintonia com as aspirações populares (o guerrilheiro deve operar junto das massas como um peixe na água), o estímulo a um agressivo estilo de luta, caracterizado pela coragem, pelo espírito de sacrifício, pela disposição de travar combates contínuos, são referências que se apresentarão a seguir como modelares para os povos colonizados ou dependentes às voltas com processos sociais revolucionários de tipo "nacional" ou "democrático-burguês".[26]

Entretanto, o maoísmo é muito mais do que uma sistematização bem formulada da guerra de guerrilhas. A rigor, essa sistematização é expressão de uma concepção mais ampla, que atribui à força militar um papel decisivo tanto para a conquista do poder como para a realização das transformações no sentido da "nova sociedade". Na equação maoísta, se o poder é a condição das transformações socialistas, a condição do poder é a força armada: o poder político depende do cano do fuzil. Daí o culto das "virtudes militares": frugalidade guerrilheira, coragem física, espírito de sacrifício, disposição para o combate. E, nos momentos críticos, a intensiva utilização da terminologia militar, mesmo nas campanhas políticas não militares posteriores à tomada do poder político, como, por exemplo, no Grande Salto e na Revolução Cultural.[27]

É certo que, também neste caso, o maoísmo é tributário das tradições marxista-leninistas e, principalmente, das circunstâncias históricas próprias do processo social da Revolução Chinesa, em que o Exército Popular de Libertação teve papel central, tanto na fase da tomada do poder quanto

em todos os momentos críticos em que se tentou afirmar a "via chinesa" de construção do socialismo. Não gratuitamente a associação da violência à luta revolucionária e a definição da luta armada e da formação de um corpo armado próprio, autônomo, como condições indispensáveis à vitória da revolução seriam aspectos essenciais do pensamento de Mao Zedong.

A guerra camponesa não evoluiria, porém, de modo isolado no contexto da formação social chinesa. Viveria, sempre, particularmente até 1949, as tensões inerentes ao projeto de frente única. Já vimos os marcos iniciais do problema, fixados desde 1920. A trajetória política de Mao Zedong é permeada de ziguezagues no interior das margens abertas pela controvérsia entre V. Lênin e M. N. Roy. No entanto, desde fins dos anos 30, vai-se desenhando o perfil de uma formulação especificamente maoísta sobre a frente única.

De V. Lênin recolhe-se a idéia da aliança com a burguesia nacional e a definição geral do caráter das transformações impostas por uma primeira etapa "democrático-burguesa". A perspectiva da autonomia do partido no seio de uma aliança policlassista talvez provenha igualmente de fonte leninista. De Stálin vem a defesa do Bloco das Quatro Classes. Mas a afirmação enfática em favor da hegemonia proletária (leia-se, de seu partido de vanguarda, ou melhor, no caso chinês, do estado-maior do Exército Popular de Libertação) aproxima o maoísmo das posições de M. N. Roy, embora nunca tenha havido reivindicações explícitas, mesmo porque é provável que o dirigente comunista hindu nunca tenha imaginado, pelo menos na época em que se deu a controvérsia acima referida, a hipótese de uma guerra camponesa sob hegemonia proletária, por sua vez garantida por um partido de vanguarda...

Na verdade, o maoísmo se singulariza não só pela defesa da hegemonia proletária, mas também, e talvez principalmente, pela forma como se realiza essa hegemonia: por meio de uma força armada própria, autônoma, controlada pelos comunistas. Parodiando o próprio Mao, poderíamos dizer que a hegemonia reside no cano do fuzil.

Posteriormente, já pensando na organização do poder político e extraindo as conseqüências do tipo de composição que se propunha às demais forças sociais empenhadas na revolução, o maoísmo cunharia as expressões "Nova Democracia" e "Ditadura Democrática do Povo". Diversos setores e classe sociais seriam chamados a participar do processo revolucionário e a sustentar o novo poder. As quatro classes sociais principais teriam até direito a estrelas na bandeira vermelha da nova República Popular. Mas não lhes seria permitido trazer os próprios fuzis...[28]

Desde o início do processo chamado de "desestalinização", em meados dos anos 50 e, principalmente, ao longo dos anos 60, o maoísmo adquiriu uma outra dimensão fundamental: a denúncia e a luta contra o "revisionismo" soviético. O fenômeno teve repercussões duradouras no equilíbrio das grandes potências mundiais e, sobretudo, no movimento comunista internacional.

Não é o caso, no âmbito deste artigo, de proceder a uma avaliação ou a um balanço da trajetória das relações sino-soviéticas. As referências sobre o assunto estão bem documentadas.[29] Seria interessante, porém, registrar o fato de que é exatamente a partir deste conflito, e das dimensões que adquire, que o maoísmo surge na cena internacional com um perfil nítido como alternativa para o conjunto do movimento comunista. Em outras palavras: o maoísmo não se gesta a partir do ou concomitantemente ao cisma sino-soviético, mas é

inegável que o cisma contribuiu decisivamente para *descobri-lo* ou *revelá-lo*, atuando como um catalisador, precipitando contradições latentes e acelerando sua dramática eclosão.

A polêmica teve como núcleo detonador aparente a interpretação a propósito do papel de Stálin na história da construção do socialismo na URSS. Em relação ao assunto, aliás, o maoísmo cultivaria não poucas ambigüidades. De um lado, considerava a obra de Stálin fundamentalmente positiva, ressalvados certos erros e deficiências. Um pouco mais tarde, já nos anos 60, exacerbaria esses mesmos erros, por meio do delirante culto à personalidade de Mao Zedong por ocasião da Revolução Cultural.

De outro lado, elaboraria com suas propostas uma alternativa ao modelo dos Planos Qüinqüenais soviéticos, identificados, com razão, como aspecto essencial do chamado modelo stalinista, e isso sem prejuízo do resgate permanente de uma experiência e de uma liderança que, justamente, se propunha a superar. Além disso, na própria formulação teórica e prática de uma alternativa ao stalinismo (Grande Salto e Revolução Cultural), integram-se elementos do sistema objeto de crítica (culto à personalidade de Mao, já referido, voluntarismo exagerado e recurso à noção de aprofundamento crescente da luta de classes no processo de construção do socialismo).

A divergência sino-soviética radicalizou-se muito rapidamente: em poucos anos a URSS e seu Partido Comunista passariam de guias da revolução mundial à condição de superpotência *social-imperialista*, mais perigosa ainda do que os próprios Estados Unidos, considerados potência imperialista "em decadência".

A desqualificação da capacidade revolucionária dos soviéticos e, em conseqüência, da sua condição de "farol" da revolução mundial abriu espaço para que a China e seus diri-

gentes se apresentassem como novos guias, liderando, então, a formação de uma autêntica nova internacional comunista: o chamado movimento marxista-leninista, constituído, na grande maioria, por cisões no interior dos partidos comunistas que, de modo geral, acompanharam o processo de desestalinização promovido por Moscou.[30] É exatamente desde este momento que o pensamento de Mao Zedong surgirá como proposta universal, encarnando a "verdade revolucionária".

Resta-nos concluir esta sumária apresentação dos aspectos mais característicos do maoísmo pela questão mais geral, que engloba certamente todas as demais, embora não as resuma: a *questão nacional.*

O maoísmo, na linhagem de Li Dazhao, é um comunismo nacional *par excellence.* Todas as suas formulações, desde o início, estão impregnadas pelo compromisso de "salvar a China" — na fase da guerra revolucionária — e de afirmá-la no concerto das nações (construir uma próspera e poderosa nação socialista) e do movimento revolucionário mundial — o Partido Comunista chinês e o maoísmo em particular como cabeça e coração da revolução mundial. A exaltação nacional atingirá o paroxismo com o culto à personalidade de Mao Zedong, sobretudo no período da Revolução Cultural.

A equação tornou-se perigosamente simplista: quaisquer restrições à China revolucionária ou a Mao Zedong eram associadas à contra-revolução. Inversamente, tudo o que fosse associado ao Grande Timoneiro e à Revolução Chinesa, mesmo as orientações reconhecidamente equivocadas, ou as mais estranhas alianças, era computado automaticamente como válido do ponto de vista do avanço da revolução mundial.[31]

Como conciliar esta fulgurante exaltação nacionalista com a pretensão de assumir feições de intérprete dos

interesses gerais do movimento comunista internacional, necessariamente diversificado? Uma ambigüidade que os comunistas chineses teriam cada vez mais dificuldades em administrar e que talvez esteja na base do rápido declínio do maoísmo como proposta universal...

III

Consideramos o cisma sino-soviético um marco decisivo para o estudo do impacto do maoísmo entre os marxistas brasileiros. Como já foi observado, o cisma é considerado uma referência básica de muitos pontos de vista e, para o estudo que nos interessa, foi por meio e a partir dele que o maoísmo se fixou como alternativa com pretensões universalizantes. É pertinente, portanto, a nosso ver, estudar as relações entre o maoísmo e a esquerda brasileira antes, durante e depois do cisma histórico que iniciou o processo de desagregação do movimento comunista internacional e pelo qual o maoísmo adquiriu um perfil próprio.

Antes do cisma

A vitória da Revolução Chinesa foi recebida com surpresa e euforia pelos comunistas brasileiros, na época agrupados em torno do Partido Comunista do Brasil.[32] A euforia tinha fundamento. Em plena Guerra Fria, o capitalismo internacional sofria uma grande derrota. O mundo socialista, no mesmo movimento, saía engrandecido em territórios e população. Mais um irmão — e que grande irmão! — para a família socialista em expansão. Mais uma vitória

do processo revolucionário mundial sob a firme direção do camarada Stálin.[33]

Os comunistas encontravam-se na clandestinidade, acuados pela polícia política, desfeito o sonho da legalidade e da participação ativa nas lutas institucionais.[34] Desde janeiro de 1948, sucediam-se conclamações inflamadas à radicalização das lutas sociais e políticas. O processo de viragem à esquerda alcançaria o clímax com a formulação do *Manifesto de agosto*, de 1950, a mais completa sistematização da orientação política do Partido Comunista no período.[35]

Menos de um ano depois da vitória da Revolução Chinesa, verificada em outubro de 1949, é possível detectar ressonâncias do acontecimento em propostas centrais do *Manifesto de agosto*. A defesa da revolução agrária e antiimperialista colocava para o povo brasileiro, como bandeiras centrais, os eixos da luta recém-vitoriosa do povo chinês: a questão da terra e a questão nacional.

Da mesma forma, a idéia de um bloco nacional-revolucionário, firmemente hegemonizado pelos comunistas, figurados como dirigentes do proletariado, e a denúncia enérgica da "burguesia conciliadora" pareciam extrair as conseqüências das vicissitudes que haviam marcado as tensas relações entre os comunistas chineses e o Guomindang. Até porque o bloco revolucionário deveria ser construído na e pela luta prática contra os inimigos da nação e os latifundiários.

Também observando o caminho trilhado pelos comunistas chineses, os brasileiros propunham a constituição de uma "ampla frente nacional", acima de quaisquer diferenças — sociais, políticas, ideológicas e religiosas. Além disso, as propostas de criação imediata de uma Frente Democrática de Libertação Nacional e de um Exército Popular de Libertação Nacional, instrumentos na luta por um governo democrá-

tico e popular, faziam eco, em certa medida, à experiência revolucionária dos chineses.

Era inegável a influência da experiência. Mas ela ainda se fará pela mediação da União Soviética e de Stálin, referidos constantemente nos textos dos comunistas brasileiros como fontes de argumentos de autoridade e de legitimação. Ou seja, a influência maoísta operava pela mediação dos comunistas soviéticos. Moscou seguia sendo considerada vanguarda e centro inquestionável da revolução mundial.

As formulações seriam retomadas integralmente pelo programa aprovado no IV Congresso do PC do B, em novembro de 1954, novamente referidas, porém, à União Soviética e às orientações de Stálin, que teria lido e pessoalmente aprovado seus pontos. Pelo menos era o que dizia o então homem forte do Partido Comunista, Diógenes Arruda, para dissuadir qualquer veleidade de emendar ou reformar a proposta do programa. Fosse ou não verdade, o certo é que o episódio é ilustrativo por evidenciar que eventuais "empréstimos" da experiência chinesa deveriam passar pela mediação dos soviéticos. Só a partir de então ganhariam poder de legitimação.

A China de Mao Zedong não ganharia menção especial alguma, salvo o fato de que a publicação referente ao congresso registrou a mensagem de saudações dos comunistas chineses em primeiro lugar, na ordem de apresentação das congratulações dos partidos irmãos. Evidentemente, a mensagem de saudações dos soviéticos foi registrada num lugar de honra nos anais do evento.[36]

O maoísmo vinha sendo divulgado desde 1945 como uma proposta válida para os povos colonizados ou dependentes. Os chineses já haviam dito que Mao Zedong *sinizara* o marxismo. A comprovação prática do valor de suas propostas fora dada pela vitória de 1949. Mas tudo isso pare-

cia não sensibilizar além da medida os comunistas brasileiros, que, mesmo depois da morte de Stálin, continuavam basicamente referidos a Moscou, do ponto de vista dos modelos revolucionários internacionais legitimadores.[37]

Por outro lado, os comunistas, embora aprovassem um programa radical, de ressonâncias maoístas (não explicitadas), estavam já em marcha batida para o abandono da perspectiva do enfrentamento aberto. A leitura de vários informes fundamentais, também incluídos na publicação do IV Congresso, principalmente o de Prestes, revela claramente as inclinações favoráveis à luta institucional e à participação nos processos eleitorais.

Tratava-se, com efeito, de uma evolução que remontava a 1952, quando se havia revisto (e abandonado) a proposta de organizar "sindicatos paralelos", voltando-se à participação na estrutura corporativa legal.[38] As formulações posteriores comprovariam o novo sentido que se procurava dar à luta política do país: a *Declaração de março de 1958* ainda não estava escrita, mas já apontava no horizonte, ao menos como prática.[39] Neste quadro, o maoísmo tinha poucas chances de crescer como referência para os comunistas brasileiros.

A experiência revolucionária chinesa permaneceria, contudo, no fundo do quadro, merecendo regulares observações elogiosas na imprensa comunista, no padrão habitual das organizações marxista-leninistas: denúncias das pressões do *imperialismo* contra a China, defesa "intransigente" de sua soberania, exaltação das lideranças mais conhecidas, comemorações das datas revolucionárias, promoção de interesses (defesa do estabelecimento de relações comerciais e diplomáticas com a China Popular) e rejeição do reconhecimento de Taiwan (a chamada China Nacionalista), à época ainda representando diplomaticamente o povo chinês nos foros internacionais.

Durante o cisma

O debate aberto, no contexto da "desestalinização", prenunciaria divergências que explodiriam mais tarde. Os comunistas chineses já então apareciam com interpretações próprias, diversas da apresentada por N. Kruchov em seu famoso informe "secreto" sobre o papel de Stálin na construção do socialismo na URSS.[40]

A maioria ficou estarrecida, à medida que se ia tomando conhecimento das denúncias do informe na verdade não tão secreto. Em outubro, começaria um debate público na imprensa comunista, o primeiro do gênero; em sua primeira fase, até mesmo escaparia ao controle da direção central. Muitos reivindicavam o aprofundamento dos debates e o estudo da dimensão brasileira do stalinismo.[41] Outros, contudo, consideravam inaceitáveis os termos em que se colocavam os ataques à obra e à pessoa de Stálin.

Embora divulgados em conta-gotas e sem maior contextualização, os textos produzidos no período pelos comunistas chineses sobre o assunto provavelmente influenciaram a constituição de uma linha de resistência às propostas soviéticas de demolição de Stálin. Entretanto, como já se viu, a interpretação chinesa era permeada de ambigüidades, o que permitia a utilização de suas idéias na defesa de diferentes posições.[42] Além disso, em toda a primeira fase, as divergências nascentes eram tratadas pelos dois principais contendores — os comunistas soviéticos e chineses — com extrema cautela. O que, evidentemente, não contribuía para o esclarecimento do debate. Tudo isto permitia a defesa da tese de que eventuais problemas no campo socialista seriam incapazes de abalar sua "unidade granítica", imune a "intrigas imperialistas".[43]

Mesmo depois da definição da *Declaração de março de 1958*, quando uma reunião do Comitê Central mudou o programa aprovado no IV Congresso, afastando-se radicalmente dos lineamentos até então vigentes, e embora a nova linha política nada tivesse a ver com o que era considerado essencial para o maoísmo, os comunistas brasileiros manteriam uma aparência de unidade, defendendo, ao mesmo tempo, a unidade, embora já vacilante, do movimento comunista internacional.

Em começos de 1960, Luís Carlos Prestes faria uma visita à China Popular, caracterizada por mútua troca de elogios e com ampla cobertura do então legal jornal dos comunistas, *Novos Rumos*. Voltando ao Brasil, Prestes se permitiria efetuar aproximações entre a situação chinesa e a *Declaração de março de 1958*. Afinal de contas, a Revolução Chinesa não passara também por uma etapa nacional e democrática? Os chineses também não haviam falado, em determinado momento, em "latifundiários esclarecidos"? Ou em contar, em sua luta, com o apoio até de setores não hegemônicos do imperialismo? Além disso, as transformações socialistas em curso na China mostravam, segundo os próprios comunistas chineses, que setores da burguesia podiam aderir à nacionalização das indústrias, aceitando sua conversão em gerentes (mediante módicas indenizações). Não era exatamente esta a proposta dos comunistas brasileiros? De forma pirandelliana (assim é, se lhe parece), Prestes afirmava uma linha que fazia escola: a leitura seletiva das experiências revolucionárias internacionais.[44]

As amenidades e as ambigüidades mais extremas teriam fim por ocasião dos debates preparatórios ao V Congresso do Partido Comunista, em 1960.[45] As divergências viriam à tona em torno de questões centrais: o caráter da revolução, as

alianças prioritárias de classe (burguesia ou campesinato), a questão da hegemonia, o papel da violência na revolução (luta armada *versus* transição pacífica), a forma pela qual os comunistas deveriam relacionar-se com as lutas institucionais, incluindo a espinhosa questão da legalização do Partido Comunista. Os princípios revisados por N. Kruchov voltariam à discussão, entre outros, e, principalmente, as questões da ditadura do proletariado e do internacionalismo proletário.[46] As declarações altissonantes sobre a unidade do mundo socialista não conseguiam mais esconder a nudez do rei. A luta interna lavrava nas fileiras do Partido Comunista, e as referências defendidas pelo maoísmo, apesar de suas ambigüidades, passavam a influenciar e a legitimar, cada vez mais, os *dissidentes* das concepções aprovadas em março de 1958 e confirmadas pelo V Congresso, realizado em agosto de 1960 depois de uma nova e intensa discussão pública.[47]

No ano seguinte, tomando como pretexto os trâmites realizados com vista à legalização do Partido Comunista e a proposta de sua mudança de nome (o tradicional Partido Comunista do Brasil seria substituído por Partido Comunista Brasileiro), os dissidentes constituiriam organização própria, rachando o velho partido fundado em 1922 e reivindicando o nome que vinha de ser abandonado: nascia, ou renascia, então, o Partido Comunista do Brasil, em oposição ao Partido Comunista Brasileiro.[48]

Seria importante, porém, distinguir entre a influência, já registrada, que o maoísmo teve no debate, alimentando com argumentos de autoridade a controvérsia, e um suposto incondicionalismo dos militantes que fundaram o PC do B em relação ao comunismo chinês, o que lhes valeria serem injustamente acusados então pelos ex-companheiros de marionetes de Pequim. A acusação seria depois retomada

pela polícia política e por muitos estudiosos da esquerda brasileira, o que não a torna menos falsa.[49] Na verdade, só mais tarde, em 1963, é que os comunistas do novo PC do B iriam romper publicamente com os comunistas soviéticos, passando a compor o recém-criado movimento marxista-leninista sob liderança maoísta.[50] Desde 1963, as divergências sino-soviéticas eram abertamente reconhecidas, publicados alguns textos fundamentais, tanto pelo PCB quanto pelo PC do B, embora ainda prevalecessem grande cautela e prudência no trato da questão, sobretudo da parte dos comandados de Prestes.

O maoísmo, como alternativa política, começava a criticar cada vez mais abertamente o chamado "revisionismo" soviético, associando-o à social-democracia e indicando a necessidade de sua exclusão do movimento comunista internacional. Propunha a luta pela manutenção do que entendia serem os princípios essenciais do marxismo-leninismo: a hegemonia proletária na luta revolucionária, a revolução violenta, a aliança prioritária com os camponeses, a ditadura do proletariado no processo de construção do socialismo.

Não foi sem razão, em conseqüência, que tendências e organizações políticas de outras filiações, como a recém-criada Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP), embora considerassem as teses maoístas inadequadas ao caminho da "revolução brasileira", manifestaram simpatia pelos comunistas chineses em suas polêmicas com os soviéticos, chegando mesmo a, repetidamente, promover os interesses da Revolução Chinesa nos padrões habituais, já referidos, das organizações marxista-leninistas.[51]

De forma semelhante, e ainda antes do golpe militar de 1964, o movimento embrionário das dissidências do PCB iria beber na fonte maoísta argumentos de autoridade para

fundamentar suas teses (sobretudo em relação à necessidade da revolução violenta), ainda em esboço. O mesmo aconteceria entre castristas e guevaristas de diferenciados matizes e até mesmo entre militantes católicos que se radicalizavam e formavam a Ação Popular (AP). Para todos eles, o maoísmo mantinha viva a proposta de revolução em oposição aos soviéticos, que se orientavam para a transição pacífica.

Depois do cisma

Quando a ditadura militar instaurou-se no país, em 1964, o cisma sino-soviético tornara-se já irreversível, embora ainda recusado por muitos comunistas que se apegavam às tradicionais fórmulas encantatórias a propósito das "intrigas imperialistas" e da "solidariedade sem falhas do bloco socialista". Na esteira do cisma, o maoísmo se apresentava como alternativa internacional, procurando até mesmo formar uma nova internacional, o movimento marxista-leninista. A "revolução brasileira", em suas várias versões, fora derrotada, mas a temática e o sonho da revolução continuavam habitando o coração e a mente dos revolucionários. Tentavam se preparar para ela, como se fosse iminente.

O maoísmo, na segunda metade dos anos 60, alcançaria seu momento mais importante do ponto de vista do impacto de sua influência na trajetória da esquerda brasileira, transformando-se em referência obrigatória para os marxistas brasileiros, embora a maneira pela qual era apreciado variasse enormemente.

Os comunistas agrupados em torno do velho PCB, ainda que mantivessem reservas quanto às divergências que assolavam o mundo socialista (atitude, aliás, compartilhada pelo conjunto das demais organizações), não ocultavam suas

críticas ao maoísmo. Discordavam da proposta de revolução violenta, não pensavam adequado ao Brasil o agrarismo dos revolucionários chineses e, principalmente, qualificavam como herético o processo de desmantelamento do Partido Comunista chinês promovido pela Revolução Cultural. Além disso, como é óbvio, não compartilhavam das críticas desferidas pelos chineses ao "revisionismo" soviético. Para os militantes do PCB, "revisionistas" eram os partidários de Mao Zedong. Na verdade, tendiam a considerar o maoísmo uma infecção pequeno-burguesa — uma febre infantil — no corpo saudável do movimento comunista internacional. A Revolução Chinesa haveria de encontrar um meio para se livrar do maoísmo e, quando isto ocorresse, tudo voltaria a entrar nos eixos, reinaria novamente a harmonia no campo socialista.[52]

Uma segunda corrente, na qual se agrupavam, basicamente, os partidários da estratégia socialista-insurrecional-operária e que tinha como núcleo de formulação a ORM-POLOP, considerava o maoísmo uma referência positiva na luta contra o "revisionismo" soviético. Sem dúvida, o PCUS e a URSS, mais particularmente o kruchovismo, eram os adversários principais na luta ideológica no âmbito do movimento comunista internacional, tanto pela política de conciliação com o *imperialismo*, em escala internacional, quanto pelas teses favoráveis à transição pacífica e pelo encorajamento a alianças com as burguesias "nacionais" nos países do Terceiro Mundo.

O maoísmo era apreciado positivamente pelas propostas a respeito da revolução violenta, pelas críticas ao processo de burocratização na construção do socialismo, pela atitude agressiva diante do imperialismo norte-americano e pela atitude geral favorável à ação revolucionária. Era portanto considerado um aliado, mas um aliado problemático, dados seus desvios "pequeno-burgueses", evidenciados na subesti-

mação da classe operária como vanguarda social internacional da revolução, na supervalorização do campesinato e do "universo rural" na estratégia da tomada do poder político, nas formulações ambíguas a propósito do papel da burguesia nacional nos processos revolucionários antiimperialistas, nas imprecisões em relação ao partido de vanguarda etc.

Entretanto, o que mais incomodava os militantes da POLOP no maoísmo era a permanência do culto à personalidade, que alcançaria proporções dramáticas no curso da Revolução Cultural, e, sobretudo, as simpatias, em grande medida paradoxais, cultivadas pelos chineses quanto à figura e ao desempenho político e histórico de Stálin.

Numa avaliação geral, em termos de proposta revolucionária, o maoísmo poderia ser considerado válido para a China, talvez fosse generalizável para a Ásia e para sociedades rurais, mas de forma alguma poderia servir como referência central para a revolução socialista que haveria de ocorrer no Brasil.[53]

Um terceiro grupo de organizações compreenderia os partidários das ações armadas, reunindo as dissidências do PCB, as cisões da ORM-POLOP e as organizações provenientes da corrente revolucionária do PCB (ALN, PCBR). Esse grupo tinha como interlocutor internacional principal a experiência revolucionária cubana e o guevarismo em particular. Valorizava, no entanto, definições básicas do maoísmo: a revolução violenta, a perspectiva de organização de uma força armada própria, a ênfase na aliança operário-camponesa em detrimento de compromissos com as burguesias locais. Por outro lado, certas organizações, como a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e os Comandos de Libertação Nacional (COLINA), que mantinham definições a longo prazo favoráveis à formação de am-

plas frentes populares, incluindo até mesmo estratos das burguesias locais, encontravam conforto nas teses maoístas, que, sem abdicar da luta armada, conservaram este tipo de perspectiva até a vitória da revolução, em 1949. Estas mesmas definições, inversamente, eram rejeitadas pelas dissidências do PCB, que se inclinariam pela estratégia socialista.

Uma outra temática maoísta que encontrava unanimidade nessas organizações era a crítica radical ao "burocratismo partidário". Com efeito, todas elas estavam comprometidas com projetos de constituição de "organizações de vanguarda de novo tipo", chamadas por alguns de "organizações político-militares". Ora, a crítica prática que a Revolução Cultural estava fazendo à estrutura partidária "tradicional" legitimava plenamente a busca de caminhos novos e as restrições às concepções consideradas "esclerosadas", "ultrapassadas" e "burocráticas" do velho PCB.[54]

Finalmente, o PC do B e suas cisões (Ala Vermelha e Partido Comunista Revolucionário — PCR) reivindicavam abertamente o maoísmo como referência exemplar, constituindo a ala ortodoxa maoísta da esquerda brasileira. A questão do "reconhecimento" chinês seria rapidamente resolvida a favor do PC do B, que se tornou parte integrante do movimento marxista-leninista internacional, embora canais de comunicação fossem mantidos entre os comunistas chineses e as demais organizações deste grupo.

Numa primeira fase, essas organizações competiriam entre si na reivindicação do modelo chinês de revolução. Tratava-se de saber quem conseguiria ser mais maoísta. Tanto as propostas do leninismo "sinizado" para a tomada do poder político quanto as perspectivas de construção do socialismo, incluindo todas as ambigüidades, eram reproduzidas nos textos, num esforço consciencioso para "recriar" o maoísmo no

contexto brasileiro. Até mesmo o jargão típico das lutas políticas chinesas (colorido das imagens, retórica grandiloqüente, linguagem simbólica etc.) era decalcado para legitimar posições.[55] Contudo, antes do fim dos anos 60, o PC do B já estava consolidado como único intérprete "autorizado" do maoísmo no Brasil. E foi nesta condição que recebeu a adesão dos militantes da Ação Popular (AP), cujos remanescentes, na grande maioria, integraram-se ao PC do B em 1972.

A evolução da AP, oriunda do catolicismo social revolucionário, rumo ao maoísmo teve características próprias. Desde sua fundação, em 1963, os militantes da AP se colocaram como alternativa ao PCB e a suas concepções. Daí adviria uma aproximação natural com o maoísmo, implacável crítico internacional dos soviéticos, que, por sua vez, como já referido, figuravam como modelo legitimador e fonte de argumentos de autoridade para os militantes do velho partido. Depois da derrota de 1964, a AP radicalizou-se politicamente, tendendo, desde então, a se afastar das estruturas hierárquicas da igreja católica do Brasil. Neste movimento de "laicização", acentuou-se a gravitação da referência marxista, afirmando-se, cada vez mais, a força e a influência do maoísmo.

O processo não foi linear. Ainda em 1968, militantes de prestígio e tradição na organização cindiam e constituíam uma nova organização, definida pelo socialismo, o Partido Revolucionário dos Trabalhadores, o PRT. Mais tarde, e embora já bastante enfraquecida, quando se integrou ao PC do B, a AP ainda perderia uma parte de seus militantes, que preferiram conservar-se como organização própria, fundando a Ação Popular Marxista-Leninista, a AP-ML. Apesar do nome, normalmente associado às organizações que se regiam pelo maoísmo ortodoxo, a recém-criada AP-ML se empenharia em manter-se autônoma em relação à constelação maoísta.

A AP teve argumentos para aderir ao maoísmo. As críticas internacionais ao revisionismo soviético, as propostas favoráveis à revolução violenta, a ênfase revolucionária no "rural" e no "popular", em detrimento do apelo à classe operária (embora esta referência não fosse completamente excluída), as críticas às concepções tradicionais de fazer política e de organizar-se para fazer política, típicas do modelo leninista de partido, tudo isto aproximaria a AP do maoísmo.

Além disso, a perspectiva do maoísmo de revolucionar as mentalidades abria espaço para uma reflexão sobre a importância e o papel da pedagogia revolucionária, tão cara à experiência da AP desde sua fundação. Finalmente, mas não menos importante, a ética maoísta, caracterizando a ação revolucionária como um "serviço" ao povo, valorizando qualidades como a humildade, o trabalho paciente e anônimo, a austeridade, o igualitarismo etc., propunha uma concepção comportamental que recuperava ressonâncias do cristianismo primitivo igualitarista, reinterpretado e reintroduzido, sobretudo na América Latina, pela chamada teologia da libertação, muito em voga em meados dos anos 60 e que contava com inúmeros adeptos entre os militantes da AP.[56]

A admissão de boa parte dos remanescentes dos militantes da AP reforçaria o PC do B, abalado com a derrota da guerrilha do Araguaia. Desde então, e ao longo dos anos 70, o maoísmo, pelo menos formalmente, alcançaria o apogeu do ponto de vista de sua influência no PC do B. Com efeito, a leitura de *Classe Operária*, órgão oficial deste partido, evidencia uma crescente exaltação à China Popular e a Mao Zedong, beirando o incondicionalismo em relação a tudo que dissesse respeito às realizações e propostas revolucionárias dos comunistas chineses.[57] Entretanto, a leitura do maoísmo, mesmo entre seus adeptos mais ou menos fiéis, ou críticos, seria sempre muito seletiva.

O estudo atento dos *Escritos militares* de Mao Zedong não ajudaria a chamada "esquerda armada" a escapar do mais delirante vanguardismo, em cujas malhas seria rapidamente destroçada em luta desigual com a polícia política, sem apoio da população, que assistiu, passiva e indiferente, ao aniquilamento das organizações de guerrilha urbana. Contrariando ensinamentos do maoísmo, sempre foram "peixes fora da água"...

Quanto aos partidários mais fiéis, militantes do PC do B, provavelmente para horror dos camaradas chineses, acabariam enredados na organização de um foco guerrilheiro, nos mais puros padrões... guevaristas.[58] As reorientações subseqüentes por que passaria o maoísmo, a consolidação do trimundismo, já em meados dos anos 70, assinalariam o declínio da influência maoísta, que seria, afinal, abandonada como modelo legitimador pelo próprio PC do B.[59]

Eis, em traços muito sumários, os principais episódios da influência e do impacto maoístas na trajetória dos marxistas brasileiros. Um percurso acidentado, permeado de apropriações seletivas, rejeições explícitas e fidelidades inconseqüentes.

O declínio e o desaparecimento de sua influência, ao longo dos anos 70, estão condicionados pelos surpreendentes desdobramentos experimentados pelo próprio maoísmo, cada vez mais chinês e menos internacionalista. No mesmo sentido operaria a desatualização, entre os marxistas brasileiros, do sonho da revolução violenta e da perspectiva da "guerra de movimento" para a tomada do poder político.

O maoísmo estará morto e enterrado, fazendo parte de um capítulo definitivamente encerrado da história da esquerda brasileira? Ou algumas de suas referências tenderiam a se reatualizar à medida que, eventualmente, voltem a se recolocar temáticas e processos sociais que lhe deram origem?

Notas

1 Nos anos 60, ao qualificarem o maoísmo como "pensamento Mao Zedong", os comunistas chineses esclareciam que não o consideravam no mesmo nível de consistência alcançado pelo marxismo ou pelo leninismo. A expressão seria consagrada quando do VII Congresso do PCC, realizado em 1945, marcado por uma perspectiva autonomizante em relação ao PCUS e à URSS.

2 Cf. Mao Zedong, "Sobre a nova etapa", Informe ao VI Pleno do Comitê Central, out., 1938, in S. Schram, *Mao zedong*. Paris: A. Colin, 1972, p. 204.

3 É preciso ressaltar a extrema cautela com que procederam, em toda uma primeira fase, os comunistas chineses a propósito da formulação de sua própria experiência revolucionária como modelo, o que se devia ao caráter monolítico assumido então pelo movimento comunista internacional, sob estrito controle e direção do PCUS e do camarada Stálin.

4 A expressão ganharia largo uso por ocasião do processo da Revolução Cultural, quando o maoísmo se afirma também como modelo para a construção do socialismo.

5 Em relação aos surtos de miséria e fome, esclareça-se que não eram raros na China pré-capitalista. Entretanto, a introdução do capitalismo e a desestruturação política, econômica e cultural decorrente geraram uma situação de miséria/fome de tipo específico, sobreposta aos fatores tradicionais que engendravam estes flagelos sociais.

6 Cf. G. Haupt e M. Löwy, *Les marxistes et la question nationale*. Paris: Maspero, 1974.

7 Cf. as resoluções do II Congresso da Internacional Comunista sobre as questões coloniais, em "Los cuatro primeros congresos de la Internacional Comunista", *Cuadernos Pasado y Presente*, nº 43, vol. 1. México, 1977. Cf., igualmente, Annie Kriegel, "La III Internationale", in Jacques Droz (org.), *H. G. du socialisme*, vol. 3: 1918-1945, pp. 73-115.

8 Cf. textos de K. Marx sobre a questão nacional na Polônia, na Irlanda e na China, em G. Haupt e M. Löwy, op. cit., pp. 93-97. Cf., igualmente, F. Claudin, *Marx, Engels y la revolución de 1848*. Madri: Siglo XXI Editores, 1975, pp. 339-44.

9 Cf. "Los cuatro primeros congresos...", op. cit., pp. 151-60.

10 Seria impossível, naturalmente, referenciar, mesmo que de forma resumida, as obras de V. I. Lênin sobre estes assuntos. Mencionaremos, contudo, por serem bastante conhecidas à época entre os militantes comunistas de todo o mundo, as seguintes: *Que fazer?*, in *Obras completas*. Moscou, Paris: Éd. Sociales, Progrès, t. 5, pp. 353-528; *Duas táticas da social-democracia*, in *Obras completas*, op. cit., t. 9, pp. 9-139; *Programa agrário da social-democracia na primeira Revolução Russa de 1905-07*, in *Obras completas*, op. cit., t. 13, pp. 229-452; *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*, in *Obras completas*, op. cit., t. 22, pp. 201-388.

11 Cf. J. D. Stálin, *Les bases du leninisme*. Paris: UGE, 1969, especialmente pp. 101-16. Cf. também, do mesmo autor, "Os problemas econômicos do socialismo na União Soviética", in *Últimos escritos*. Lisboa: Pensamento e Ação, 1975.

12 Cf. Mao Zedong, "Um estudo sobre a educação física", abr., 1917, in Stuart Schram, op. cit., pp. 178-89. E também "A formação do pensamento de Mao Zedong", in op. cit., pp. 10-88. Cf., igualmente, J. Chen, *Mao y la Revolución China*. Barcelona: Oikos-Tau, 1967.

13 Assim foram chamadas, pelo processo de coletivização da terra na China, as unidades produtivas e organizacionais em que foram enquadrados os camponeses. Cf. J. Bellassen et al., *La Chine, le nouveau communisme*. Paris: Hatier, 1977, cap. IV, pp. 84-89.

14 As fórmulas encantatórias permeiam o processo revolucionário chinês. Referências não faltam, como, por exemplo, a proclamação da República "soviética" de Jiangxi, em 1931, numa zona montanhosa do sudeste chinês, quando delegados camponeses aprovaram também um código do trabalho numa área onde simplesmente inexistiam indústrias. Por outro lado, a direção "operária" será sempre referida, embora socialmente invisível a olho nu. É impossível negar, contudo, a eficácia destes procedimentos, do ponto de vista do processo de coesão dos comunistas chineses e do ponto de vista da história

oficial, que continua sustentando a tese de que o Partido Comunista chinês dirigiu o processo social da Revolução Chinesa.

15 A adoção do modelo dos Planos Qüinqüenais, logo após a vitória de 1949, representou um abandono transitório das tradições guerrilheiras rurais. Cf. J. Bellassen, op. cit., pp. 57-80.

16 Uma estrutura especial seria criada neste sentido: as Escolas 7 de Maio. Começaram a funcionar em outubro de 1968, destinadas a *recuperar* os militantes comunistas, *reeducando-os* pelo trabalho manual. A data refere-se a um discurso pronunciado por Mao Zedong em 7 de maio de 1966, exortando os comunistas a se *reeducarem* pelo estudo e pelo trabalho manual. Cf. idem, op. cit., p. 141.

17 O próprio Mao Zedong formularia uma autocrítica explícita a respeito do voluntarismo e dos clamorosos erros de avaliação quando do Grande Salto para a Frente. René Dumont, por outro lado, mostra, por meio de cuidadosa análise dos dados e estimativas oficiais, a queda livre da produção de cereais. R. Dumont, *La Chine décollectivise*. Paris: Seuil, 1984. Cf., também, J. Gravereau, *La Chine après l'utopie*. Paris: Berger-Levrault, 1983.

18 A perspectiva de reeducação dos militantes "desviados" nas Escolas 7 de Maio estendeu-se, depois, ao conjunto dos intelectuais e estudantes. Milhares deles foram encaminhados às zonas rurais, incluindo-se os "esquerdistas" da Revolução Cultural. A ironia é que muitos partiram convencidos de que esta "ida ao campo" era mais uma etapa da Revolução Cultural. Mais tarde não faltaram depoimentos amargurados sobre o "exílio" nas Comunas Populares. Nas manifestações de 1989, na Praça Celestial, ainda repercutiriam denúncias de ex-guardas vermelhos sobre o assunto.

19 Para o estudo do movimento operário dos anos 20, cf. a tese de doutorado de J. Chesnaux, Les ouvriers chinois de 1919 à 1927. Paris, 1962. Cf., igualmente, do mesmo autor, *Les syndicats chinois, 1919-1927*. Paris: Mouton, 1965.

20 Cf. L. Chassin, *A conquista da China*. Rio de Janeiro: Saga, s.d. Cf., igualmente, as proclamações do Exército Popular de Libertação, atribuídas a Mao Zedong, referentes a 1948-1949, nas *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979, vol. 4, pp. 411-657.

21 O culto ao universo rural seria um traço forte do pensamento da esquerda brasileira nos anos 60. As referências neste sentido iriam do maoísmo ao guevarismo, passando pelos ideólogos nacionalistas terceiro-mundistas, como Frantz Fanon.

22 Cf. Mao Zedong, *Obras escolhidas*, op. cit., vol. 1, pp. 11-22, in S. Schram, op. cit., p. 220.

23 A formulação é do historiador holandês J. Romein, apud J. Chesneaux, *Du passé faisons table rase?* Paris: Maspero, 1976, p. 154.

24 Cf. Mao Zedong, "A China é pobre e branca", 15 abr., 1958, in S. Schram, op. cit., pp. 419-21.

25 O voluntarismo é uma característica marcante do maoísmo, com raízes próprias e que não se deixa abalar, mesmo diante dos mais severos reveses. Aqui também se pode constatar a herança bolchevista-stalinista: "nenhuma fortaleza resiste à vontade de um bolchevista" (Kaganovitch).

26 Cf. Mao Zedong, *Ecrits militaires*. Ed. em línguas estrangeiras. Pequim, 1964, especialmente: "Problèmes stratégiques de la guerre révolutionaire en Chine", dez., 1936, pp. 83-170; "Problèmes stratégiques de la guerre de partisans contre le Japon", maio, 1938, pp. 171-211; "De la guerre prolongée", maio, 1938, pp. 213-307.

27 Sobre a importância política capital da força armada autônoma e da luta armada em geral, cf. idem, op. cit., referências na nota 26, e mais: "Problèmes de la guerre et de la stratégie", pp. 309-27. A. Hsia, "Metaphor, myth, ritual and the People's Commune", *Studies in Chinese Communist Terminology*, nº 7. Berkeley, 1961. Cf. também J. Bellassen, op. cit., p. 102 (utilização da terminologia militar no Grande Salto para a Frente) e pp. 129 e 158 (o mesmo fenômeno durante a Revolução Cultural).

28 Para a proposta da Nova Democracia, ou Ditadura Democrática do Povo, cf. Mao Zedong, *Obras escolhidas*, op. cit., vol. 4, pp. 635-56.

29 Cf. F. Fejto, *Chine/URSS, de l'alliance au conflit (1950-1977)*. Paris: Seuil, 1978.

30 Cf. idem, op. cit., especialmente cap. VI, pp. 353-90, e Chi Hsihu, "Révolution Culturelle et conflit sino-soviétique", *Revue Française de Science Politique*, ago., 1971.

31 O Estado chinês e o Partido Comunista chinês começarão a apoiar posições e partidos políticos com base no critério do anti-sovietismo. Os exemplos mais eloqüentes consistirão no apoio — temporário, é verdade — ao governo do general Pinochet no Chile e à guerrilha da Frente de Libertação Nacional de Angola (FLNA), patrocinada pela CIA. A justificativa teórica para estes "movimentos táticos" apoiava-se na teoria do trimundismo. Cf. neste sentido N. Levy, "A crise do imperialismo e a revolução, análise crítica da teoria dos três mundos", *Brasil-Debate*. São Paulo, 1980.

32 Os marxistas brasileiros em fins dos anos 40, na maioria, estavam agrupados no Partido Comunista do Brasil (PC do B), fundado em

1922. Ressalte-se, todavia, a existência de pequenos grupos trotskistas e, além disso, de marxistas de diversas referências filiados ao Partido Socialista Brasileiro (PSB).

33 Stálin era apresentado pela esquerda (e também pela direita) como condutor supremo e único do então chamado movimento comunista internacional. Só muito mais tarde se esclareceriam suas reservas à tomada do poder em 1949 pelos comunistas chineses.

34 O PC do B foi colocado na ilegalidade em 1947. Cf. L. C. Bicalho, *PCB, processo de cassação do registro*. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1980.

35 Cf. "Manifesto de agosto", in M. Vinhas, *O Partidão*. São Paulo: Hucitec, 1982, pp. 140-58.

36 Cf. "Partido Comunista do Brasil", IV Congresso, *Problemas*, nº 64, dez. 1954-fev. 1955.

37 Sobre a noção dos modelos revolucionários internacionais compreendidos como conceitos legitimadores das opções políticas dos comunistas brasileiros, cf. Daniel Aarão Reis Filho, *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990, pp. 77-103.

38 Há uma tentativa de recuperação da sinuosa trajetória dos comunistas brasileiros nos anos 50 em idem, As organizações comunistas brasileiras e a luta de classes no Brasil (1961-1968). Tese de doutorado, USP. São Paulo, 1987, vol. 1, pp. 56-75.

39 Cf. "Declaração de março de 1958", in *Partido Comunista Brasileiro: PCB, vinte anos de política*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980, Documentos, 1958-1979.

40 Sobre o informe "secreto" de N. Kruchov, cf. B. Lazitch, *Le rapport Khrouchtchev et son histoire*. Paris: Seuil, 1976. Os comunistas brasileiros ficaram perplexos quando da publicação do informe "secreto" pelos jornais "capitalistas" *New York Times* e *Le Monde* (a tradução brasileira foi publicada pelo *Diário de Notícias* e *O Estado de S. Paulo*), tendendo até mesmo a negar sua autenticidade, mesmo porque a delegação brasileira no XX Congresso do Pcus, chefiada por Diógenes Arruda, tardou em regressar ao Brasil. Sobre o drama vivido pelos comunistas brasileiros, há vários relatos autobiográficos, entre os quais Agildo Barata, *Vida de um revolucionário*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

41 Entre outros textos de referência para a compreensão das posições dos comunistas chineses, cf. "A propósito da experiência histórica da ditadura do proletariado", 5 abr., 1956; "Sobre as 10 grandes relações", 29 dez., 1956; "Da justa solução das contradições no seio

do povo", 27 fev., 1957; "Sessenta pontos sobre os métodos de trabalho", 19 fev., 1958, todos in Mao Zedong, *Textes, 1949-1958*. Paris: Cerf, 1975.

42 A interpretação seletiva de textos, ou mesmo claramente arbitrária, é uma constante dos debates entre comunistas, fazendo lembrar Pirandello: "Assim é, se lhe parece". Cf. Daniel Aarão Reis Filho, *A revolução faltou ao encontro*, op. cit., pp. 77 e segs.

43 O próprio informe, como já referido, seria negado em sua autenticidade. O conjunto das organizações comunistas, ao longo dos anos 50-60, trataria sempre o assunto com a maior cautela. Sobre a lógica desta atitude, cf. idem, op. cit., pp. 88-97.

44 Sucessivas reportagens e entrevistas com Luís Carlos Prestes sobre sua viagem à China Popular estão em *Novos Rumos* (na época, jornal oficial do PCB), nºs 46-53, jan.-fev., 1960. Sobre o caráter seletivo das leituras dos modelos revolucionários internacionais, cf. D. A. Reis Filho, *A revolução faltou ao encontro*, op. cit., pp. 94-99.

45 O jornal *Novos Rumos* publicou amplo debate sobre as teses do V Congresso. Cf. nºs 60-76, abr.-ago., 1960. A sessão final realizou-se publicamente em agosto de 1960, na ABI, no Rio de Janeiro.

46 Estas questões eram importantes também porque foram pretextos que serviram para a condenação do PC do B à ilegalidade. Cf. L. C. Bicalho, op. cit.

47 A Declaração de Princípios aprovada pelo V Congresso está publicada em *Novos Rumos*, nº 77, 19-25 ago., 1960. As demais resoluções aprovadas podem ser encontradas em *PCB: documentos*. Lisboa: Avante, 1976.

48 Para postular a legalização do partido, a direção eleita em 1960 reformulou os estatutos e o programa, de acordo, aliás, com mandato conferido pelo V Congresso. A mudança do nome daí decorrente, para Partido Comunista Brasileiro (em vez de "do Brasil"), visava "nacionalizar" o partido, neutralizando seu caráter "internacionalista", evidenciado no antigo nome (Partido Comunista do Brasil, seção brasileira da Internacional Comunista), o que servira, entre outros, como pretexto para a cassação do registro legal em 1947. A mudança acabaria servindo como catalisadora para aglutinar o movimento de cisão que vinha amadurecendo desde 1958 e que desembocaria na formulação do novo PC do B, em agosto de 1961-fevereiro de 1962.

49 Na verdade, as ligações do novo PC do B com a China Popular e o Partido Comunista chinês só se consolidaram ao longo da primeira

metade dos anos 60. O interessante, entretanto, é que a acusação seria retomada, acriticamente, por estudiosos e militantes de esquerda.

50 Cf. "Partido Comunista do Brasil: resposta a Kruschov", in *A linha revolucionária do PC do B*. Rio de Janeiro: Caramuru, 1971, p. 51. Cf. também "A Albânia e as divergências no movimento comunista", *A Classe Operária*, nº 448, ago., 1963.

51 Cf. Moniz Bandeira, "Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP): o internacionalismo proletário e a revolução latino-americana", *Política Operária*, nº 7, out., 1963.

52 Cf. "Teses e resoluções do VI Congresso do PCB, realizado em dezembro de 1967", in *PCB: documentos*, op. cit.

53 Cf. "ORM-POLOP: o dever do revolucionário e as divergências entre a China e a URSS", *Política Operária*, nº 5, jan.-fev., 1963, p. 41; "Política Operária e as divergências sino-soviéticas, *Política Operária*, nº 7, out., 1963; Raul Villa, "Os ensinamentos de Mao zedong e a guerra revolucionária no Brasil", *Formação Básica*, nº 4, s.d.

54 Cf. Dissidência Comunista da Guanabara/MR-8: "Sobre o foco guerrilheiro", 1968; "Sobre a luta revolucionária no campo" e "Como encaminhar a guerra revolucionária no campo", 1971. Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR): "O movimento revolucionário: massismo e militarismo", "Linha militar" e "A luta contra os desvios de direita e esquerda", todos de 1970; "Au nom de l'internationalisme et la question paysanne", *Révolution Brésilienne*, nº 2. Paris, s.d.; Ação Libertadora Nacional (ALN): "Operações e táticas guerrilheiras", 1969; "A guerrilha, o povo e nossas perspectivas", 1971. Comandos de Libertação Nacional (COLINA): "Linha política", 1969. Vanguarda Popular Revolucionária (VPR): "Quem são as massas?" e "Vanguarda armada e as massas na primeira fase da revolução", 1970. Há extensa documentação das organizações da chamada esquerda armada no Arquivo Público do Rio de Janeiro. Ampla relação de documentos delas encontra-se em D. A. Reis Filho, As organizações comunistas brasileiras e a luta de classes no Brasil (1961-1968), op. cit., vol. 4, pp. 971 e segs.

55 Para um resumo dos textos referentes à "matriz" encabeçada pelo PC do B, cf. "Partido Comunista do Brasil (PC do B): resposta a Kruschov", op. cit.; "O marxismo-leninismo triunfará na América Latina", 1966; "Apoiar decididamente a Grande Revolução Cultural Proletária", 1967; "Mensagem à Albânia — Atitude firme e conseqüente", 1968; "Guerra popular, caminho da luta armada no Brasil" e "Grande êxito do povo chinês e dos povos de todo o mundo",

1969. Partido Comunista Revolucionário (PCR): "Nossas idéias, nossos objetivos", 1967; "PC do B: grupelho contra-revolucionário da revolução", 1968; e "Por que é no Nordeste onde devemos concentrar nosso trabalho", 1972. Ala Vermelha: "Desencadear uma Revolução Cultural dentro do partido" e "Reformemos nossos métodos de trabalho e nossas concepções de mundo", 1967; "O povo soviético reviverá Lenin, Stalin e a revolução", 1968; e "Os 16 pontos: resolução da Reunião Extraordinária da DNP", 1969.

56 Ação Popular (AP): "Os seis pontos", 1968; "Viva a nova AP", 1971; "Incorporemo-nos ao PC do B", 1973. Cf., igualmente, a relação de documentos "educativos" dirigidos à militância, em D. A. Reis Filho, As organizações comunistas..., op. cit., vol. 4, pp. 1.178 e segs.

57 Cf. idem, op. cit., pp. 1.093 e segs., especialmente 1.101 e segs.

58 A direção do PC do B, após a derrota do movimento guerrilheiro do Araguaia, abriria um debate sobre o assunto. Pedro Pomar, entre outros, defendeu a tese do "desvio" foquista da experiência guerrilheira. A discussão foi prematuramente interrompida pelo episódio conhecido como "Massacre da Lapa" (1976), no qual quase todos os membros da direção do PC do B foram assassinados ou presos. Cf., em relação ao movimento guerrilheiro, o jornal *Araguaia*, em idem, op. cit., pp. 1.109 e segs. Sobre o extermínio da direção do PC do B, cf. P. E. de Rocha Pomar, *O massacre da Lapa*. São Paulo: Busca Vida, 1976.

59 PC do B, "Breve histórico das divergências com o PC da China", *A Classe Operária*, nº 132, dez., 1978.

Capítulo 5

CRISE E PENSAMENTO MODERNO NO PCB DOS ANOS 50

Raimundo Santos

O impacto do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) sobre o PCB, visto do ângulo dos debates de 1956 a 1957, constitui boa chave para uma leitura da política dos comunistas brasileiros nos anos 50 bem diversa da bibliografia especializada.

Este ensaio pretende que a análise do pensamento pecebista produzido no período de 1954 a 1957 possa esclarecer o processo de elaboração do que os comunistas brasileiros consideram "a nova política" e chamar a atenção para os obstáculos que a ela se opuseram, particularmente na cúpula dirigente, até mesmo de parte do setor que então começa a tornar-se hegemônico dentro do PCB.

A resenha dos debates sobre o XX Congresso veiculados na imprensa comunista destes anos vai evidenciar

um custoso esforço de superação do dogmatismo — levando o PCB a distanciar-se dos populismos russo e chinês — em direção a um pensamento muitíssimo mais moderno que a cultura política prevalecente na esquerda da época. Embora não se possa dizer, como Leôncio Martins Rodrigues,[1] que as mudanças na política comunista dos anos 50 tenham sido uma virada brusca e definitiva, nem que esta evolução modernizante tenha se concluído com a *Declaração de março de 1958*, como sempre tem afirmado a atual direção pecebista na sua pretensão de colocar-se como herdeira renovadora dos debates de 1956-1957.

O que ocorreu foi que os comunistas brasileiros, por ocasião da morte de Getúlio, sentiram tremer a sua "linha política" e, sob o impacto das revelações do XX Congresso, viram também ser quebrada a solidez da sua ideologia marxista-leninista — passando a viver uma crise latente, desde então emblemática tanto do modo tortuoso de definição da política no PCB como do processo, mais prolongado, de esgotamento da sua essência orgânica, que só foi reconhecido a partir do começo dos anos 90, juntamente com o colapso do que lhe deu vida: o socialismo real.

O perfil comunista dos anos 50

Os acontecimentos de 24 de agosto vão pôr em discussão e os debates sobre o XX Congresso vão acelerar o questionamento mais definitivo da caracterização da sociedade brasileira que o PCB colocava no seu esquema de revolução nacional-libertadora, de inspiração staliniana, sobreposto ao modelo leninista.

Em 1954, no documento aprovado no IV Congresso, de novembro deste ano, o PCB consagra a seguinte ima-

gem do Brasil: uma nação sob o risco iminente de ser colonizada, numa relação completa de dependência com o imperialismo norte-americano, que engendraria um processo de militarização acelerada, arrastando o país à nova onda guerreira incentivada pelos EUA. Em tal lógica, os governos da época — Vargas para o projeto de programa do IV Congresso, divulgado antes do seu suicídio, e Café Filho, numa outra versão, depois do desaparecimento de Getúlio — só poderiam ser governos de "traição nacional", governos de "latifundiários e grandes capitalistas", na sumária nomenclatura de classe que será repetida ao longo dos debates de 1956-1957. "Arrastar o Brasil à guerra, vendê-lo aos imperialistas norte-americanos, a fim de conservar o latifúndio e as sobrevivências feudais e escravistas na agricultura — eis o objetivo de toda a política do governo de latifundiários e grandes capitalistas."[2]

Esta sobredeterminação do risco iminente de colonização do país impede uma avaliação mais diferenciada do segundo governo de Vargas (cujo reformismo não passa de "manobras") e leva o PCB a ver na derrubada do governo, na sua substituição por um novo poder da Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN), a condição prévia para realizar a plataforma de soberania nacional, democratização etc. Uma frente, é bom frisar, hegemonizada pelas forças do bloco operário-camponês, em aliança com setores da pequena burguesia, aberta à adesão de partes da burguesia nacional e outros setores patrióticos.[3]

Na pretendida moldura marxista-leninista desta propositura, há uma inversão da dialética da "questão nacional" em relação à abordagem clássica. Em lugar da interpretação de um processo de mordernização capitalista e de seu impacto sobre o campesinato, como no esquema para a Rússia

czarista, a assimilação sem reservas das generalidades de Stálin sobre os países coloniais vai ressaltar, no programa de 1954, ao contrário, os "fortes traços" do Brasil como um país atrasado e dependente. A referência à industrialização, que, secundarizada, ainda se vê nos documentos do IV Congresso, num claro "determinismo político", comparece mais para fundamentar a hegemonia que se atribui ao proletariado no processo, ou para mostrar a fraqueza da burguesia brasileira, justificando a assunção de suas tarefas históricas pela classe revolucionária popular.[4]

Aprovado por solene unanimidade,[5] o programa do IV Congresso só teve um único opositor: Fernando de Lacerda. Com o mesmo referencial stalinista, protegendo-se, para evitar reações, numa autocrítica de Prestes,[6] este crítico solitário pinçou do eixo tático do projeto do programa a palavra de ordem de derrubada do governo de Vargas, para mostrar que o sentido de ação imediata da palavra de ordem levava o PCB a confundir-se "na atmosfera de golpes ou putschs de toda espécie [...] [que prosperava] nos meios governamentais e 'oposicionistas', no seio das 'elites' e 'personalidades' democráticas e patrióticas de todas as cores".[7]

Mesmo com a visão antigetulista prevalecente à época, Fernando de Lacerda percebia que a orientação pecebista carecia de perspectiva:

> Se a palavra de ordem de "derrubada de Vargas por uma revolução antifeudal e antiimperialista" só poderá ser uma palavra de ordem de PROPAGANDA para ser realizada DENTRO DE UM PERÍODO DE UM OU MAIS ANOS, ela, de certo, perderá sua razão de ser muito proximamente [...]. Substituído Vargas, por uma das formas atrás referidas, a "política de Vargas" não mudará. Ao contrário: ficaremos mais colonizados pelos trustes americanos, aumentará mais a fome e a miséria do povo, etc.[8]

A reação temida foi a unanimidade dos que escreveram na *Tribuna de Debates* do IV Congresso para lembrar a Fernando de Lacerda o pecado de haver participado no "liquidacionismo" de 1942-1943 (na versão oficial simplificada: movimento inspirado no bowderismo que pregava a diluição dos PCs nos processos de frente única, no bojo da dissolução da Internacional Comunista); em lugar de uma perspectiva revolucionária, Fernando de Lacerda defendia a luta por um "objetivo vago e indeterminado de acabar com a política de Vargas";[9] fuga da "questão fundamental de toda revolução" (o poder);[10] para resumir a história, ponto de pauta numa reunião do Comitê Central, onde se decidiu excluí-lo como candidato a membro do Comitê Central e entregar o seu caso à Comissão Central de Controle. O informe lido na reunião deixa claro que se tratava de uma discordância política: "Devemos decidir agora se é admissível que permaneça como candidato a membro do organismo dirigente máximo do Partido e que, como tal, participe do IV Congresso do Partido, quem professa e predica idéias contrárias às defendidas pelo proletariado revolucionário e pelo Partido de que é militante e dirigente".[11]

As mudanças nas idéias e concepções não poderão ser resultado de mera perversão eleitoralista, como faz crer a análise corrente. Após a morte de Vargas, arrastado pelas mobilizações antigolpistas, é que o PCB começa então a experimentar três mutações, importantíssimas, mas sem alterar a estrutura do pensamento anterior: a) pressionados pelos acontecimentos, os comunistas são forçados a reconhecer diferenciações nas forças políticas presentes na conjuntura; b) começaram a ver à frente a possibilidade de participar na formação de uma coalizão democrática, bem diversa da FDLN; c) passaram a valorizar as liberdades demo-

cráticas cada vez mais como via privilegiada para obter a conquista das reivindicações populares.

Uma primeira requalificação deste tipo aparece no *Manifesto do Comitê Central: a ditadura de Café Filho*, divulgado após 24 de agosto, no qual se vê que a formulação da defesa das liberdades democráticas na conjuntura golpista leva, na prática, o PCB a duvidar do significado da palavra de ordem oficial da "derrubada de Vargas",[12] evoluindo para a idéia de um compromisso político entre forças ativas na mobilização popular, trabalhistas e comunistas, no apelo de Prestes.[13] Quatro meses depois, em lugar de tirar conclusões mais consistentes do novo quadro político, o PCB, reunido no IV Congresso, vai aprovar uma política alheia ao país, enquanto a inserção na conjuntura continuará cada vez mais sendo o *locus* onde se irão acumular pressões para forçar uma orientação mais realista.

Só em agosto de 1955, numa reunião plenária para avaliar o ano transcorrido desde o suicídio de Getúlio, o Comitê Central retomou o fio daquela maior atenção para com a realidade política imediata. Diferentemente do abstencionismo de agosto de 1950, no quadro de piora geral da situação que significara o governo de Café Filho, a direção pecebista agora convocava o povo para, nas eleições de 3 de outubro, derrotar os golpistas de 24 de agosto. A preocupação em obter garantia para a vigência prolongada das liberdades democráticas avançava uma visão mais abrangente do movimento eleitoral, vendo-se nele circunstâncias para fazer andar a frente única surgida do episódio da morte de Getúlio.

No novo pleno de janeiro de 1956, convocado para analisar a vitória de Juscelino e Goulart, o Comitê Central vê o 24 de agosto, as eleições de 3 de outubro de 1955 e a

resistência de Lott em 11 de novembro como um processo único potencializador das mudanças que viriam com a instalação do governo eleito. Até mesmo o governo de Nereu Ramos, transitório entre a abortada tentativa de golpe e a posse de Juscelino naquele começo de 1956, teria "características novas".[14]

Tinha-se a compreensão de que a vigência das liberdades democráticas abria caminho para que a luta pela democracia política não só adquirisse caráter amplo, mas se convertesse, ela própria, num patamar de participação das massas na política. As eleições presidenciais seriam "uma maneira de ação política", capaz de viabilizar, no cotidiano da campanha eleitoral, uma propaganda em maior escala, repondo as manifestações antigolpistas do passado como uma mobilização de nível nacional pela vigência das liberdades democráticas.[15]

Mas esta visão se mesclará com as idéias do programa de 54, por este expressar a ideologia arraigada na direção pecebista. As análises de conjuntura aparecidas nas referências acima, vistas no detalhe, sofrerão certa compatibilização, num sentido ora ambíguo, ora claramente subordinado à estrutura do pensamento anterior, como se pode ver em duas peças do próprio pleno de janeiro de 1956.

Enquanto no informe principal, lido por Prestes na abertura do encontro, o espírito do IV Congresso se faz presente, combinado com o empenho em captar a nova realidade, ele aparece de corpo inteiro no documento de encerramento, apresentado por Diógenes Arruda. No primeiro, procura-se colocar em primeiro plano o processo político em curso, embora Prestes se esforce em mostrar a vigência do programa de 54, cujo caminho para chegar a um regime "democrático-popular" estaria sendo elaborado "através da luta

política concreta do dia-a-dia".[16] No segundo, privilegia-se a "ação das massas", decorrente da principalidade da aliança operário-camponesa, na avaliação do processo unitário das forças políticas presentes no movimento antigolpista.[17]

Não será, portanto, nenhuma revisão doutrinária o que levará os comunistas a estas novas posturas. A realidade é que as irá impondo, em meio a grandes resistências. Surpreende até mesmo como, em textos elaborados oficialmente, o PCB chega a formulações muito interessantes sobre o papel da democracia política, num momento em que o tema estava longe de ser encarado pela esquerda com a naturalidade que se tornou típica desde os anos 90, e a mentalidade do partido ainda era plenamente regida pelo marxismo-leninismo-stalinismo. Aliás, este descompasso entre clarividência momentânea e essa mentalidade lembra a observação de Moisés Vinhas sobre as orientações aprovadas no IV Congresso, em novembro de 1954, em dissonância com a nova situação política, ao dizer que ainda não seria daquela vez, ou seja, 1954 — acrescentamos: nem no começo de 1956 —, que se romperia a "couraça ideológica que isolava os comunistas da realidade".[18] Esta será sobretudo a função dos debates dos anos 1956-1957.

O XX Congresso e o silêncio pecebista

Quando, em fevereiro de 1956, chegaram as primeiras notícias sobre o relatório secreto do XX Congresso do PCUS, os dirigentes do PCB se fecharam diante de uma discussão que, havia muito, não se conhecia entre as correntes socialistas. Após anos de assimilação acrítica, não era nada simples pôr em dúvida o marxismo-leninismo codificado por Stálin, nem resultava fácil para a mentalidade comunista dos anos 50 acreditar na veracidade dos crimes agora denunciados pelo impetuoso secretário-geral do PCUS, Nikita Kruchov.

Nos dois meses seguintes à realização do XX Congresso, o semanário *Voz Operária* irá refletir o clima de perplexidade e o silêncio da cúpula dirigente. Pouco a pouco, porém, aquelas notícias otimistas de vésperas, ou laudatórias das resoluções finais, freqüentes nos meios comunistas por ocasião dos eventos soviéticos, vão dar lugar a informações esparsas, mas curiosamente significativas, do que se passava no movimento comunista internacional. Na cena pública pecebista ninguém, muito menos dirigentes, opinará sobre o centro da controvérsia suscitada pelo XX Congresso.

Chegam notícias sobre a denúncia dos crimes de Stálin, oriundas de outras fontes, e se publicam matérias sobre o debate em outros PCs, compondo-se a moldura oculta da anunciada problemática do "culto à personalidade". Entre março e julho, os comunistas brasileiros lerão na mesma *Voz Operária* três dessas matérias: uma resolução do Comitê Central do Partido Comunista Italiano (PCI), abrindo o debate; a notícia da dissolução do Kominform assinada pelos PCs que o compunham; e um artigo do secretário-geral do PC norte-americano, Eugene Dennis, reconhecendo a veracidade do relatório secreto de Kruchov, cuja versão, dada a conhecer por *O Estado de S. Paulo*, fora considerada artimanha da imprensa burguesa. Em lugar do desencanto a ser abafado pela firmeza diante das "intrigas imperialistas", o PCI verá o XX Congresso como um estímulo para sair da passividade, do burocratismo e do formalismo dos muitos anos de stalinismo.[19] A dissolução do Kominform abria as mentes para uma nova compreensão da situação internacional, que caminhava rumo à distensão.[20] Dennis não apenas

não reconhecerá nenhuma justificativa histórica ou política para os crimes de Stálin, que ele chega a detalhar, para arrepio dos comunistas brasileiros — torturas, processos-farsa contra velhos líderes bolcheviques etc. —, mas também proporá até mesmo a popularização das decisões do XX Congresso para melhorar a imagem do socialismo no mundo.[21]

A direção partidária passava a idéia de que o "culto à personalidade" era uma problemática já superada, restrita ao passado da URSS. Mas o debate, vindo de fora, iria ganhar atualidade com as notícias veiculadas pela *Voz Operária* sobre o Leste Europeu, principalmente a Polônia. Era difícil negar o inacreditável que sucedia: W. Gomulka, velho líder comunista, depois de expulso em 1948 do Partido Operário Unificado Polonês (POUP) e, após cinco anos de prisão, libertado somente em 1955, era chamado, na crise, para assumir a Primeira Secretaria do partido e chefiar o governo da Polônia! Os grandes partidos comunistas estremeceram e tiveram de sair a público, alguns deles até mesmo se viram obrigados a substituir os quadros dirigentes mais comprometidos com as práticas stalinistas, com a notável exceção do PCI, o qual, certamente, então mais avançou na discussão do XX Congresso. Os leitores da *Voz Operária* perceberão na polêmica travada entre o *Pravda* e a *Tribuna Ludu* toda a atualidade da questão posta: enquanto o jornal soviético acusava os comunistas poloneses de abandono do socialismo e a *Tribuna Ludu* de semear a desconfiança entre os países socialistas, o órgão do POUP levantava a bandeira da volta a Marx e a Lênin para estigmatizar as deformações stalinistas na URSS como negação do socialismo.[22]

Com estas e outras notícias de igual sentido — o afastamento de Rákosi da direção do Partido Comunista húngaro, após autocrítica pública de fatos similares aos de Stálin;[23]

a admissão da democracia política no socialismo por parte de uma liderança partidária como M. Suslov;[24] a divulgação dos últimos escritos de Lênin sobre a burocratização do socialismo; e a visão togliattiana de novo caminho italiano para o socialismo[25] —, tudo isso publicado na imprensa partidária entre julho e setembro, tornava-se muito difícil para os comunistas brasileiros, ao menos para uma parte deles, não inferir que a questão "XX Congresso" era, de fato, uma problemática ainda presente nos países socialistas e tocava muitíssimo de perto a política e a maneira de ser pecebistas.

À revelia da direção partidária, na edição de 6 de outubro de 1956, a *Voz Operária*, finalmente, abriu suas páginas, acolhendo uma carta de Maurício Pinto Ferreira e o artigo de João Batista de Lima e Silva: "Não se poderia adiar uma discussão que já está em todas as cabeças". Pinto Ferreira sublinhava a necessidade de vincular o debate sobre o XX Congresso aos erros do PCB, e João Batista correlacionava o "culto à personalidade" com o alheamento da orientação política dos comunistas brasileiros em relação à realidade do país.

Esta abertura do debate terá grande repercussão nos demais jornais diários do PCB: entre os dias 9 e 14 de outubro, numerosos artigos e cartas foram publicados na *Imprensa Popular*, do Rio de Janeiro, e no *Notícias de Hoje*, editado em São Paulo, assinados pelos intelectuais comunistas mais conhecidos,[26] exigindo a discussão sobre o XX Congresso. Outros já procuravam enquadrar o debate em limites mais estreitos, ou simplesmente não o aceitavam.[27] "Abridistas" e "fechadistas", logo se perceberiam as duas posturas que, depois, iriam evoluir para as correntes "renovadora" e "conservadora". A iniciativa da *Voz Operária* foi, até mesmo, respaldada por alguns organismos auxiliares do Comitê Central (as seções de Agitação e Propaganda, Sindical, de Mas-

sas; a Comissão de Finanças; a Juventude Comunista) e pelos comitês regionais de São Paulo, Rio Grande do Sul e Ceará.[28]

Esta torrente de protestos contra a expressão mais atual do "culto à personalidade" no PCB — o silêncio oficial — logo será bloqueada com a interrupção brusca, por "motivos supervenientes", da publicação dos artigos e cartas recebidos pela redação da *Voz Operária*. Proibição também imposta, não sem protestos dos jornalistas e redatores, aos diários *Imprensa Popular* e *Notícias de Hoje*. Era o prenúncio de que, se a pressão havia surtido efeito para fazer irromper o debate, a direção partidária, em breve, iria procurar dirigi-lo.

É o que ocorre: as edições dos dois jornais diários de 19 de outubro, e a da *Voz Operária*, um dia depois, publicaram "O Projeto de Resolução do Comitê Central do PCB sobre os ensinamentos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, o culto à personalidade e suas conseqüências, a atividade e as tarefas do Partido Comunista do Brasil".

Sem uma palavra sobre a veracidade do relatório secreto de Kruchov, mas reconhecendo a gravidade das conseqüências nefastas do "culto", o "Projeto de Resolução" admitia como injustificada a demora de quase oito meses na abertura dos debates e estimulava os militantes ao exame crítico das atividades do partido.[29] Mas passava sobre brasas nos problemas cruciais da discussão: repetia a análise da situação internacional dos documentos soviéticos, sem deles tirar maiores conseqüências, e apresentava uma visão cautelosa sobre as modificações ocorridas no Brasil. Neste ponto, voltava-se às apreciações sobre a conjuntura feitas a partir de agosto de 1954, à idéia de frente única, à caracterização do governo de Juscelino feita no pleno de janeiro de 1956 e à sua postura crítica positiva.[30] De momento, captava-se a existência de "melhores condições", favoráveis à democracia e ao progresso, propiciadas pela mu-

dança na correlação de forças, junto com o "agravamento das contradições no seio das classes dominantes", com reflexos no Parlamento e no interior do governo de Juscelino.[31]

A adesão às justificativas de cunho histórico elaboradas pelo PCUS em relação aos erros de Stálin e a crença militante na sua correção com a "retomada dos princípios marxistas-leninistas na vida do partido" levavam a mediatizar o fenômeno do "culto" no PCB, na pretensão de que o impacto da crítica e da autocrítica se concentrasse nos aspectos essencialmente organizativos. Não é casual, justamente, que a democratização partidária — uma exigência que se generalizou logo após a abertura da discussão contra os anos de mandonismo — seja equacionada em torno da atenuação do centralismo excessivo do Presidium e do Secretariado sobre o próprio Comitê Central, asfixiando todo o partido.[32] As causas do "culto", desvinculadas da política e das suas teses equivocadas, vão também ser explicadas mediante razões históricas de formação, fatores incontroláveis, associados às manifestações de dogmatismo e subjetivismo — circunscrevendo a problemática do "culto" à questão do desempenho do PCB, sem tocar nas bases do seu pensamento político.[33]

Resenha dos debates sobre o XX Congresso

Por alguns dias, o debate prosseguirá ao largo das margens traçadas pelo "Projeto de Resolução" do Comitê Central. Exemplo disso é o artigo de Armando Lopes da Cunha: "O programa e os caminhos do desenvolvimento do Brasil", emblemático das primeiras tentativas de avaliação da orientação sectária do IV Congresso à luz do questionamento da imagem do país que o PCB tinha naqueles anos 50.

> Na base desta concepção está uma outra — também expressamente formulada em nosso Programa, a saber: a de que o processo de desenvolvimento do país e a conquista de sua plena emancipação só serão possíveis após a derrubada do "atual" governo, caracterizado como expressão pura e simples do regime de latifundiários e grandes capitalistas.[34]

Armando Lopes pretendia sair do formalismo autocrítico, evitar a fuga à consideração dos processos objetivos, o costume de amparar-se no marxismo-leninismo. Seu maior mérito foi o de procurar associar a impregnação do pensamento sectarizado na orientação e na ideologia pecebistas com o problema do reconhecimento, não tanto do avanço da libertação nacional, mas de que o país se desenvolvia numa direção capitalista. "Não há mais dúvidas de que o país pode desenvolver-se e caminhar rapidamente para sua independência nacional sem uma prévia derrubada do 'atual governo', e não há mais dúvidas simplesmente porque isto está acontecendo sob nossos olhos."[35]

A leitura da imprensa comunista como um todo vai permitir-nos desenhar um mundo partidário em transformação nevoenta. O clima de perplexidade que no início dos debates colheu o grosso da militância dará lugar ao aparecimento, na cena pública pecebista, de dois protagonistas: de um lado, os que, na crítica, com freqüência organizatória, iam proporcionando elementos alternativos de política; e, de outro, os que começavam a exercitar certo defensivismo de algo não muito bem preciso, à espera das respostas do coletivo partidário, convocado pelo "Projeto de Resolução". Mas as posições renovadoras logo começam a perder a vantagem inicial para, elas próprias, serem objeto de ataques. Inversão muito visível quando, mais tarde, os organismos intermediários e de base entram em cena.

Nesta primeira fase, a redação da *Voz Operária*, cautelosa diante das repercussões que o debate ia tendo internamente, procurava valorizar a ação concreta do partido na conjuntura. Compreensível, em razão do embaralhamento das atividades e do desencanto que a denúncia de Stálin alimentava, esta reativação praticista, porém, servirá à direção para retomar a representação partidária perante a militância. Mais tarde, a posse desta referência se converterá numa arma poderosa contra os opositores e protagonistas iniciais do debate, na contrapartida, considerados pequeno-burgueses intelectualizados "liquidacionistas".

Durante o resto do ano de 1956, a imprensa partidária publicará interessantes artigos que se destacaram por questionar as concepções e a prática do PCB. Alguns insistiam na questão propriamente organizativa; outros voltavam ao tema da caracterização do país, pondo em dúvida o programa de 54; e não eram poucas as críticas ao internacionalismo proletário, sobremaneira vivido na relação do PCB com a URSS e o PCUS.

Dentre os que centralizavam o debate sobre o tema do partido,[36] destaca-se o artigo "O partido não é tudo", no qual o autor, Quintino de Carvalho, irá associar a concepção de partido que levara ao stalinismo e à degenerescência da ditadura do proletariado com a política de massas pecebista do período posterior à cassação de 1947. Quando então os comunistas brasileiros começaram a criar organizações com o intuito de enquadrar setores populacionais em torno de programas "importados" ou "impostos de cima", verdadeiros biombos, não passando estas associações de cúpulas estreitas, sustentadas por comissões (ou "frações") partidárias. Numa lógica — observava Quintino de Carvalho — que levava a converter o conjunto do partido num mero veículo transmis-

sor de ordens, à estagnação do pensamento em suas próprias fileiras.[37]

Este seria o terreno fértil para o "mundo de fórmulas" então predominante na mente dos comunistas brasileiros, de que nos fala Roberto Morena, e cuja crítica ele achava indispensável para sair da atmosfera de torpor e compreender por que não se avistavam, na cena política real do país, as forças definidas para levar à prática a política do IV Congresso. As guinadas súbitas de orientação a partir de 1947 e a confusão dos comunistas diante da conjuntura pós-24 de agosto emergiriam como conseqüência natural do fato de a política do partido ter sido elaborada nesta mentalidade, mal racionalizada nas penumbras da perplexidade.[38]

As manifestações críticas ainda vão aparecer de forma clara em dois comitês regionais. O de Piratininga, que abrangia a maior concentração de operários comunistas em São Paulo, decidiu romper com a estrutura *mandonista* típica do PCB, aprovando resolução que transferia as decisões importantes da cúpula executiva do partido para reuniões ampliadas dos organismos dirigentes.[39] Incisiva sobre a política, já a declaração divulgada então pelo Comitê Regional do Ceará voltava a rebater a tese de que, para atingir a "independência nacional", fazia-se necessário derrubar violentamente o governo "feudal-burguês" e insistia na crítica à caracterização do Brasil como país estagnado, sob a ameaça de colonização, que lhe servia de base.

Este modo de pensar — dirão ainda os comunistas cearenses por meio de seu Comitê Regional — desconhecia os fatos reveladores de que o Brasil, pelo contrário, passava por um processo de industrialização e de avanço em sentido capitalista. Com este reconhecimento, queriam abrir caminho para uma nova interpretação que questionava a visão

dogmática anterior e obrigava, com as evidências, a uma imediata mudança na política pecebista. A divergência em relação ao IV Congresso se acentua muito:

> Por outro lado, tanto o governo Vargas, como o atual, refletindo os interesses das forças progressistas e democráticas que daquele participavam e deste vêm participando, tomaram algumas medidas em defesa da economia nacional, destacando-se entre estas a criação da Petrobrás, da Eletrobrás, e o rompimento do acordo atômico com os Estados Unidos. Esses fatos indicam que — ao contrário do que afirma o Programa — é possível alcançarmos a independência nacional sem a derrubada violenta do governo e mesmo dentro dos limites do atual regime.[40]

No início de 1957, a discussão irá tomar rumos mais definitivos. A maioria das intervenções divulgadas no *Boletim de Debates*, então criado, já espelhará o marco fixado pela carta de Prestes publicada na *Voz Operária* de 24 de novembro de 1956. A autoridade de Prestes aparecerá para os militantes, naquela hora ainda de perplexidade, como a certeza partidária, figurativa do espírito de partido, que começava a presidir os debates.[41]

Se, antes, os renovadores apareciam como maioria na cena pública, como no início dos debates se chegou a pensar, agora iam velozmente se transformando em minoria cada vez mais isolada dentro do partido. O Comitê Regional do Ceará se retratará da afirmação anterior na qual sustentara que as direções eleitas no IV Congresso, de 1954, não exprimiram então a vontade do partido, em razão de a discussão congressual ter sido orientada de cima, os delegados escolhidos previamente e até mesmo suas intervenções ditadas pela cúpula.

É possível supor que o alheamento das bases partidárias, não só em relação à discussão política que os renovadores forçavam, mas generalizado, conferia uma enorme força aos que detinham a posse oficial da máquina partidária, fortemente sedimentada numa estrutura organizacional em si ideológica. Alguns articulistas sugerem elementos interessantes para entender a reprodução — sem política clara — do grupo dirigente por meio de cooptação de quadros e marginalizações, convertendo-se ele próprio numa grande fração, que acabava empalmando o partido e definindo os limites do pensamento político renovado à marcha forçada.[42]

No desenvolvimento deste processo se observará a presença mais ativa do núcleo dirigente e dos "militantes preferenciais", que também começam a escrever na imprensa partidária, assumindo a defesa do partido, possivelmente já revelando nos artigos o pensamento acolhido pela direção pecebista.

O tema da industrialização, "já em todas as cabeças", seria um dos pontos desses artigos oficiosos, embora aí apareça mais no rebate às tendências "revisionistas" que "se entusiasmam com o progresso burguês do país". A finalidade destes escritos era proteger o partido dos efeitos ideológicos do fenômeno, na medida em que se temia que o reforço da burguesia aumentasse a sua influência sobre diferentes setores da população, particularmente sobre a pequena burguesia.[43]

Tem início aí uma operação que vai ser muito expressiva da mentalidade pecebista quando sob pressão para mudar: a aceitação, pela metade, da evidência real colhida pelos renovadores, mas a partir de uma ótica garantidora de certos princípios considerados, por sua vez, avalistas do caráter revolucionário do partido. Aí tem lugar a "tomada de deci-

são" sobre os limites da renovação do pensamento político pecebista.

"Etapa da revolução" e "Estado de classe" serão conceitos evocados quando, diante da industrialização do país, procurava-se esboçar "um caminho brasileiro para o socialismo". A recusa em abandonar o conceito stalinista de "etapa" impedia a captação dos processos reais sob os quais evoluía o país. A lembrança da etapa e dos restos feudais prendia-se mais à referência ao esquema da aliança operário-camponesa e à necessidade de reforçar o tipo de governo previsto no programa de 54.[44]

J. Gorender, por sua vez, vai diferenciar os significados do capitalismo de Estado — o tema controverso deixado no ar por Armando Lopes da Cunha como traço mais moderno do país da Petrobrás, Furnas, Três Marias, Usiminas. Nos países imperialistas, além de subordinado ao capital financeiro, o capitalismo de Estado desenvolve enormemente as forças produtivas; já em países como o Brasil, observa Gorender, o capitalismo de Estado tem outra origem e função. Aqui, ele surge no processo contraditório de servir à burguesia para resguardar o desenvolvimento capitalista da pressão do monopólio e promover um mínimo de forças produtivas modernas, ao mesmo tempo em que dele também se aproveita o imperialismo para controlar os setores fundamentais da economia brasileira.[45] A conclusão que se impunha não era a de Armando Lopes no sentido de que o capitalismo de Estado tenderia a ser, no Brasil, um processo aproximativo do socialismo. As formas capitalistas estatais apenas imprimiriam particularidades à revolução brasileira, podendo ser um instrumento para o desenvolvimento econômico ulterior do socialismo, desde que se formasse no país um Estado revolucionário de frente única, mas sob hegemonia proletária.[46]

Na outra ponta da discussão aparece, na *Voz Operária*, uma verdadeira plataforma de idéias renovadoras, expostas da ótica do único dirigente a pronunciar-se deste lado. Num longo artigo, "Pela renovação e o fortalecimento do partido", Agildo Barata retoma questões indicadas pelo "Projeto de Resolução" e acentua suas divergências. Dado o tom, até mais cauteloso se comparado com outros artigos mais críticos, estranha a reação desproporcional que causou no resto da cúpula pecebista. Talvez porque Barata fosse o único dirigente crédulo das formulações mais renovadoras do documento aprovado pelo próprio Comitê Central, em outubro de 1956, o que o levou a expor-se abertamente na controvérsia.[47]

Um dos pontos de maior discordância é a sua observação a propósito do processo revolucionário — antiimperialista e agrário antifeudal, como nos moldes do IV Congresso —, segundo a qual a luta antiimperialista avançava muito mais rapidamente do que o movimento camponês. Daí a conseqüência política da perda da ênfase na luta pela hegemonia proletária, para viver uma fase de acumulação de forças, com incidência também na natureza da frente única contra o reduzido campo do imperialismo norte-americano e seus "agentes internos" (limitados "unicamente aos latifundiários e aos burgueses que atuem como meros agentes do imperialismo"). Barata pensava numa frente única já não concebida pelo "determinismo político", como prolongamento da aliança operário-camponesa, mas vista como necessidade de montar um instrumento estratégico para a ação política — uma frente "nacional" e "democrática", consoante com as evidências surgidas na conjuntura posterior a 1954.

Mudava também o parâmetro garantidor da hegemonia operária: o tipo de governo não seria um dado *ex*

ante ditado por princípios a-históricos, mas resultado das tendências observáveis na própria realidade:

> Este [o governo nacional e democrático] não é nem o governo democrático de libertação nacional, proposto no programa do PCB, nem o governo atual, como está constituído. As forças patrióticas e democráticas devem ter em vista — creio eu — a conquista, ainda dentro dos quadros do atual regime, de um "governo nacional e democrático", que realize uma política de soberania nacional e de coexistência pacifica, etc. Este governo introduzirá [aqui Barata retoma a centralidade da questão democrática revelada na batalha antigolpe pós-54] na vida do país um democratismo que elevará o movimento de massas a um alto nível em que se coloquem na ordem do dia as transformações que abrirão caminho para o socialismo.[48]

Em lugar de chamar o processo frentista para o interior do partido, Barata via aberta na sociedade a perspectiva de aumentar na frente única a participação do proletariado e do campesinato, dependendo do aprofundamento do caráter democrático da aliança, o que, por sua vez, dependeria das possibilidades de influência dos setores populares nos processos políticos. As circunstâncias para o surgimento de um governo nacional e democrático, assim, poderiam ser modificações que afastassem do governo Juscelino os elementos reacionários, ou a sua substituição por meio das eleições, ao mesmo tempo em que a própria frente única se constituísse num dique contra as desestabilizações golpistas. Passagem à etapa socialista — dizia Barata — "só será assegurada como resultado (não uma definição preliminar) da força, do grau de organização e de consciência da classe operária e de seus aliados, de amplos, crescentes e ininterruptos movimentos de massas". Nesta concepção de frente única,

aceitava-se, até mesmo na fase socialista, a existência de um regime pluripartidário.[49]

A síntese oficial da política moderna

Se, pela ênfase nas questões organizativas, o "Projeto de Resolução" servira à direção partidária como primeira referência para os militantes desorientados sob o impacto do XX Congresso, os documentos do pleno do Comitê Central, realizado em abril de 1957, iriam cumprir uma função sintetizadora dos debates, sobretudo do que diziam os renovadores sobre a política do partido. Agora, a abertura maior se dará em relação à conjuntura nacional, embora sob o signo da conciliação entre o reconhecimento das mudanças no país e o espírito ainda vivo do congresso de 1954.

É possível supor um cenário partidário bastante peculiar para este momento de síntese: de um lado, havia um grupo da cúpula — tudo indica — diverso dos que nas páginas dos jornais comunistas combatiam o "antipartido", trabalhando as idéias mais atualizadas;[50] de outro, o que saía a público, naquela hora quase final, eram mais os inúmeros pronunciamentos dos organismos de uma militância que, se não participara discursivamente da elaboração do novo pensamento, nas notas de solidariedade à direção assumia a defesa do PCB por cima de qualquer política. De resto, o Comitê Regional de Minas Gerais, por haver publicado, na mesma edição da *Voz Operária* em que saiu o artigo de Barata, um texto criticando a "análise tímida" do "Projeto de Resolução" e apresentando extensa caracterização do país e do Estado, era duramente acusado de exagerar o desenvolvimento da região, de objetivismo burguês etc.[51] Os comitês

regionais mais afoitos voltam atrás; Barata e os renovadores mais conhecidos são isolados e marginalizados do partido.

Em seus documentos, o pleno reconhecia abertamente que, no quadro político subseqüente ao suicídio de Getúlio, tinha-se criado a possibilidade para uma ampla mobilização capaz de mudar os rumos da política governamental.[52] O governo de Juscelino, visto agora mais claramente como fruto da vitória da coalizão antigolpista, expressava as aspirações "à independência, à paz, à democracia e ao bem-estar do povo", embora tal governo (aqui voltava o programa de 54) continuasse defendendo os interesses dos "latifundiários e grandes capitalistas ligados aos monopólios norte-americanos". A possibilidade de "mudar a política" passava pela disputa entre o setor patriótico e democrático e o entreguista, até golpista, no interior do governo. Em suma, a conjuntura era considerada favorável "à criação e rápido desenvolvimento de um movimento unitário e de massas em condições de encaminhar a questão nacional e democrática".[53]

Dentro de um quadro interpretativo impreciso, a importância atribuída à questão democrática e sua vinculação com a luta antiimperialista aparece como decorrência do próprio curso dos acontecimentos:

> Cada nova exigência dos imperialistas ianques, seja de bases militares ou de entrega de nossas riquezas nacionais, é sempre acompanhada de pressão para que o governo brasileiro tome medidas contra as liberdades democráticas e os direitos constitucionais; cada golpe desferido nas liberdades e nos direitos de nosso povo traz em seu bojo exigências norte-americanas de concessões contrárias aos interesses nacionais. Tanto se golpeia o imperialismo e a minoria reacionária interna quando se impede a entrega de bases militares e das riquezas nacionais como quando se impede a implantação de sua ditadura terrorista tal como sucedeu em novembro de 1955.[54]

A concepção de frente única, concentrada nos monopólios norte-americanos, implicava também uma política de amplos entendimentos, na qual se reconhecia a variabilidade dos seus componentes e, até mesmo, admitia-se que alguns deles "vacilem, recuem e depois voltem à luta comum".[55] Envolver amplas massas na luta unitária para levantar alternativas e "soluções a cada problema"; formas de luta e "radicalização do movimento" a depender da amplitude e fortalecimento da sua unidade, apontando sempre para um maior enraizamento da luta, condição para que o partido assumisse a sua direção.[56]

Esta síntese das posições renovadoras, feita sob lembrança classista, terminava às portas do tema organizativo, em que o Comitê Central se fechava contra os "processos claramente antipartidários", interditadas pela adoção de uma resolução sobre a unidade do partido (chamada "decreto de cisão"), que praticamente excluía todo discordante; a questão internacional permanecia no enfoque soviético; e os debates tiveram o encerramento marcado para maio de 1957.

À semelhança do que ocorreu em agosto de 1954, um novo fato da realidade, após quase três anos de crise, irá novamente desnortear os comunistas: o nacionalismo, rapidamente convertido em movimento político de caráter nacional nos primeiros três meses de 1957.

Tomada a decisão de absorver algumas teses renovadoras, particularmente as que a realidade fazia atualíssimas, como o surgimento da frente única, aparecem na *Voz Operária* artigos oficiosos para, com os "poréns" necessários, explicar o novo pensamento da direção partidária sobre a realidade emergente do nacionalismo.

Reconhece-se o nacionalismo como "eixo efetivo da vida política brasileira"; sob variadas formas, espelho de

uma nova disposição de forças em toda a sociedade; "fator nacional", "complexo de contradições" — a novidade era a sua contagiante influência sobre todos os setores da população (partidos, parlamento, forças armadas etc.), polarizando a vida política do país.[57] O essencial era evitar o isolamento do partido na frente única galvanizada pelo nacionalismo. Urgente distinguir entre o nacionalismo de "nação oprimida" e o nacionalismo visto do "prisma exclusivo" da contraposição entre o internacionalismo proletário e o nacionalismo burguês; movimento político real policlassista, como *corrente de opinião* de sentido progressista, diverso do nacionalismo como *ideologia* e *política* da burguesia, que deveria ser combatido.[58]

Até julho parecia que a cúpula pecebista, ou seja, a nova maioria que no Comitê Central encarnava a razão partidária, havia orientado com justeza o curso dos debates, não fosse o impacto das destituições, no Pcus, dos dirigentes que resistiam aos sopros autocríticos provocados pelo XX Congresso. Lá e aqui virão as demissões dos líderes mais comprometidos com o passado, como, aliás, solicitara Barata.

De fato, no começo do mês, os militantes comunistas brasileiros seriam colhidos por esta outra surpresa. Ao tempo em que absorviam o nacionalismo, após denúncia do "entusiasmo revisionista" com a impetuosidade do capitalismo no país, agora viam tremer o chão daqueles que tanto procuraram representar a defesa dos princípios.

No surpreendente pleno de agosto serão apontados os responsáveis pelas dificuldades ainda persistentes no partido, mas, logo, será também questionada a própria ambigüidade na condução dos debates, principalmente nas decisões do pleno de abril que apareciam como o pensamento renovado do PCB.[59] A mudança tardia: reconhecimento do

valor das teses renovadoras, sem o exagero "revisionista", deixando a militância sem entender, nem localizar, onde estavam o grupo renovador "liquidacionista" e os defensores do partido. A definição da referência organizacional já estava concluída desde o pleno de abril com as marginalizações.

A crise ideológica surgida com ímpeto em outubro de 1956 dera força àqueles que se atreveram a escrever mais incisivamente sobre o "culto à personalidade". Forçara o "Projeto de Resolução", mas, pelo debate avaliado anteriormente, percebe-se que, no geral, essa crise fora contornada e resolvida ideologicamente com a conversão da controvérsia em uma "luta de classe" dentro do PCB. Mas essa não era uma crise passageira, como pensavam os que se obstinavam em combatê-la com a defesa dos princípios marxista-leninistas. A força dos renovadores estava em que procuravam associar a superação da crise do partido a uma nova mentalidade capaz de atualizar a política pecebista.

Agora, no pleno de agosto, a nova cúpula emergente chegará, tardiamente, a dizer que, à sua falta, perderam-se as possibilidades abertas para uma atuação mais ampla do PCB e que, pelo contrário, verificava-se um retraimento político dos comunistas, menor influência na sociedade, estagnação em suas fileiras. E irá responsabilizar os dirigentes dogmáticos, a conciliação com o pensamento anterior e as indecisões na definição da política pela situação calamitosa que estava prestes a converter, dramaticamente, o partido numa seita inexpressiva.[60]

Nesta reunião plenária foram destituídos do Presidium do Comitê Central Diógenes Arruda, Maurício Grabois, João Amazonas e Sérgio Holmos, impedido ainda o suplente Orlando Piotto de ascender à alta direção do partido. Seus lugares foram ocupados por Giocondo Dias, Mário Alves,

Calil Chade e Carlos Marighella.[61] Junto com os afastamentos, o pleno procurou uma alternativa para superar a descrença e a inércia partidária naquilo que tantas vezes tinha sido proposto nos debates: agora se dizia necessário um clima favorável à divergência e à luta de opiniões, sem sanções estatutárias; livre circulação de idéias, liberdade de pesquisa; descentralização do trabalho, autonomia e espírito de iniciativa para as bases partidárias.[62] A reunião também decidiu criar uma comissão que fizesse a avaliação dos debates para aprofundar a correção dos erros, agilizando as comissões preparatórias do V Congresso, criadas no pleno de abril de 1957.[63]

Com este relato pretendeu-se mostrar a peculiar evolução do PCB em direção a um pensamento político moderno nos anos 50, cujo cerne, nos episódios de 24 de agosto e do XX Congresso, é a percepção cada vez maior da realidade do país, à qual os comunistas brasileiros chegam, naquelas horas dramáticas, mediante um custoso reconhecimento dos fenômenos políticos momentâneos.

Na crise da morte de Getúlio, os comunistas *absorveram a conjuntura* e avançaram, nos pronunciamentos coletivos feitos pela direção até o IV Congresso, no desenvolvimento de sua política, para usar a expressão da cultura própria, como *tática*. O papel atribuído às liberdades democráticas, no clima golpista daqueles anos 50, na melhor intuição do PCB, cumprirá a função de ser a chave da maior aproximação — por meio de uma percepção imediatista — à nova realidade do país. Presente na constatação da multiplicidade dos agentes que interferiram na cena política (afinal, foram eles os responsáveis pelo impedimento do golpe), a valorização da democracia política só teria significado mais denso com a passagem ao reconhecimento da maior

complexidade de um país em processo de desenvolvimento capitalista. O aprofundamento da questão democrática, de um lado, esbarrava na caracterização da sociedade brasileira e, de outro, tinha por teto o tipo de entendimento da "teoria" na qual a tese do Brasil colonizado se inspirava (Stálin) e na qual os conservadores também vão se amparar para resistir às mudanças do XX Congresso e não ceder na questão dos chamados princípios.

Por outro lado, se olharmos os debates sobre o XX Congresso — seu início à revelia da direção e seu desfecho com a aceitação parcial do que se rejeitava —, veremos que, diante da crise do stalinismo e ante uma conjuntura em mutação, o núcleo dirigente em ascensão adotará uma nova política ambígua em muitos pontos, mas guardando pertinência com a situação do país, e com ela procurará dar maior eficácia à ação do partido, obtendo a sua legitimidade reprodutiva como novo grupo dirigente.

J. Gorender, num dos últimos artigos do debate a sair na *Voz Operária*, apontou os limites destas acomodações oficiais do PCB às novas exigências. Sua observação de que o que ocorrera fora a transição de um partido no geral dotado de uma linha política incorreta, mediante adaptações parciais,[64] sem dúvida situava bem esta conciliação entre o pensamento atrasado e o esforço inovador, mas a razão maior da não-ruptura do fenômeno nos parece que deva ser associada não só ao tipo de marxismo assimilado pelos comunistas brasileiros, como também à mentalidade organizacional na qual ele se impregnou. Os dois plenos do Comitê Central, realizados em abril e agosto de 1957, são muito interessantes a respeito desta característica da renovação e da marcha forçada que a nova cúpula partidária encaminharia depois dos fortes abalos do relatório Kruchov.

No primeiro deles, avança-se muito na melhoria da política de unidade. Aproveita-se a insistência dos renovadores em considerar como centro estratégico da elaboração comunista a "tática de frente única", a grande política para o Brasil moderno. Mas aí enrijece em relação ao socialismo e à discussão sobre o partido, aproximando-se o setor pragmático do núcleo dirigente da ala conservadora, credenciando-se à frente da luta contra o "revisionismo". Barata, nesta reunião plenária, se verá em apuros, obrigado a trilhar o complicado caminho da retratação nos termos da maioria do Comitê Central.[65] É o tempo das notas de solidariedade das bases partidárias, sem uma perspectiva clara para enfrentar a crise que vivia o partido.

Já o pleno de agosto mostra como a direção eleita no IV Congresso, de 1954, havia perdido atualidade, e a sua reprodução havia se tornado impossível. O setor mais pragmático percebeu que a sua situação também era precária e aproveitou o impacto das destituições da alta cúpula do PCUS para, afastando aqui os dirigentes mais identificados com o *mandonismo*, conter o descrédito do Comitê Central e a fuga de militantes.

A cúpula pecebista mostra enorme incapacidade para uma revisão radical. Num e noutro caso, procura a linha de contorno no afinamento da tática e na habilidade prática, com o resguardo obsessivo do aparelho partidário da influência dos renovadores. A controvérsia se metamorfoseia num mundo orgânico que, ao reproduzir uma "discussão contra os inimigos do partido", vai diminuir o conteúdo e a potencialidade inovadora dos processos discursivos abertos.

O novo núcleo dirigente que sobreviveu à crise de 1954-1957 — e que, em grande parte, à hora de falência do socialismo real, se apressará em comandar uma segunda

mudança no PCB — desde então reivindica a autoria exclusiva daquela renovação partidária, cujo começo insiste em situar na *Declaração de março de 1958*, ocultando a contribuição dos renovadores da época, derrotados e marginalizados dentro do partido com o concurso de sua ação — como sucederá também por ocasião da discussão dos anos 1979-1983. Mas isso faz parte de uma outra história e não cabe nas páginas deste ensaio.

Notas

1 "O PCB: os dirigentes e a organização", in *História Geral da Civilização Brasileira*, t. III, O Brasil republicano. São Paulo: Difel, 1981, p. 417, vol. 3.

2 "O programa do Partido Comunista do Brasil", *Problemas*, nº 64. Rio de Janeiro, dez., 1954-jan., 1955.

3 Ibidem.

4 Cf. Diógenes Arruda, "O programa do PCB: bandeira de luta e de vitória", *Problemas*, nº 64, op. cit.

5 Cf. "Resoluções do Congresso", *Problemas*, nº 64, op. cit.

6 Prestes, no texto "Sobre o programa do PCB", dizia que as orientações do *Manifesto de agosto* levavam à "utilização de uma fraseologia 'revolucionária' e o lançamento de palavras de ordem e de apelos que estavam longe da realidade e da correlação de forças de classe existentes". *Problemas*, nº 54. Rio de Janeiro, fev., 1954.

7 Fernando de Lacerda, "Cuidado com os 'delírios esquerdistas' na aplicação do programa do PCB", *Voz Operária*, 6 mar., 1954.

8 Ibidem.

9 Maurício Grabois, "Fernando de Lacerda e os imagináveis 'delírios esquerdistas' do programa do Partido", *Voz Operária*, 13 mar., 1954.

10 Informe de Prestes, "A situação de Fernando de Lacerda perante o Partido", *Problemas*, nº 61. Rio de Janeiro, set., 1954.

11 Ibidem.

12 Cf. "Comunistas e trabalhistas ombro a ombro na luta contra o inimigo comum", 2 out., 1954.

13 Uma versão do texto citado aparece em Edgar Carone, *O PCB (1943-1964)*. São Paulo: Difel, 1982, vol. II.

14 Informe de Prestes, "A situação atual, a tática e as tarefas do Partido Comunista", *Voz Operária*, 18 dez., 1956.
15 Ibidem.
16 Ibidem.
17 Cf. "Todo o partido na ação política de massas", *Voz Operária*, 18 dez., 1956.
18 Moisés Vinhas, *O Partidão. A luta por um partido de massas, 1922/1974*. São Paulo: Hucitec, 1982, p. 133.
19 *Voz Operária*, 21 abr., 1956.
20 Op. cit.
21 O artigo de Dennis, "Os Eeuu e o relatório especial de Nikita Khruchtchev", aparece na *Voz Operária*, 7 jul., 1956.
22 *Voz Operária*, 14 jul., 1956.
23 *Voz Operária*, 28 jul., 1956.
24 *Voz Operária*, 4 ago., 1956.
25 Informe ao VIII Congresso do PCI, "A luta pelo caminho italiano para o socialismo", *Voz Operária*, 15 e 22 set., 1956.
26 Por exemplo, alguns artigos publicados pela *Imprensa Popular*: Dalcídio Jurandir, "Carta a João Batista de Lima e Silva"; Isaac Ackerud, "Pela discussão, contra o prato feito"; Jorge Amado, "Carta a João Batista de Lima e Silva"; Moacir Werneck de Castro, "Sem distinguir o dogmatismo, não conseguiremos avançar", entre muitos outros.
27 Por exemplo, Pedro Mota Lima, "Para começo de conversa num debate apaixonante", *Imprensa Popular*, 11 out., 1956.
28 Moisés Vinhas, op. cit., p. 179.
29 "O Projeto de Resolução do Comitê Central do PCB sobre os ensinamentos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, o culto à personalidade e suas conseqüências, a atividade e as tarefas do Partido Comunista do Brasil."
30 Op. cit.
31 Op. cit.
32 Op. cit.
33 Praticamente, as mesmas razões do IV Congresso, a saber: "As causas principais de tudo isto estão no próprio processo de formação de nosso Partido, nas influências ideológicas pequeno-burguesas, nas tendências caudilhescas ainda muito vivas e nos restos patriarcais existentes na sociedade brasileira". Cf. Luís Carlos Prestes, "Sobre o programa do PCB", op. cit.
34 *Voz Operária*, 27 out., 1956.
35 Op. cit.

36 Maurício Pinto Ferreira, no artigo "Reavaliação que se impõe", discute, num plano mais geral, o papel do PCB na sociedade, contrapondo à frase finalística "O partido é tudo" a idéia de partido como "instrumento" das massas. Cf. *Voz Operária*, 3 nov., 1956.
37 Cf. "O Partido não é tudo", *Voz Operária*, 3 nov., 1956.
38 Cf. "Algumas opiniões sobre o programa e a tática", *Voz Operária*, 3 nov., 1956.
39 *Voz Operária*, 10 nov., 1956.
40 *O Democrata*. Fortaleza, 8 nov., 1956, republicado na *Voz Operária*, 24 nov., 1956.
41 Prestes queixa-se dos debates, manifesta indignação contra a publicação, nos jornais comunistas, de ataques à União Soviética e fixa as margens da razão partidária a partir dos três princípios indissociáveis: o internacionalismo proletário, a defesa do marxismo-leninismo e do partido.
42 Cf. Victor Konder, "As relações com o Pcus, questão prática essencial", *Voz Operária*, 17 nov., 1956; Osvaldo Peralva, "Inatualidade do 'núcleo dirigente'", *Voz Operária*, 24 nov., 1956; Marcos Silveira, "A carta de Prestes e o debate", *Voz Operária*, 8 dez., 1956.
43 Por exemplo, Rui Facó, "O nacionalismo burguês está em muitas cabeças", *Voz Operária*, 9 fev., 1957.
44 Cf. Luís Câmara, "O objetivismo burguês no exame do desenvolvimento econômico do Brasil", *Voz Operária*, 23 mar., 1957.
45 Jacob Gorender, "Sobre o capitalismo de Estado", *Voz Operária*, 30 mar., 1957.
46 Ibidem.
47 *Voz Operária*, 2 fev., 1957.
48 Op. cit.
49 Op. cit.
50 Osvaldo Peralva registra que, na reunião do Comitê Central de outubro de 1956, quando se aprovou o "Projeto de Resolução", Barata ainda pôde influir na redação das partes democráticas do documento. Mas no pleno de abril os renovadores estavam amedrontados diante da capacidade de articulação dos membros do núcleo dirigente, com a passagem de alguns aliados da primeira hora do choque da denúncia do stalinismo para uma nova maioria que se ia formando no Comitê Central. Cf. *O retrato*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1960, pp. 294-323.
51 Cf. Pedro Pomar, "A resolução do CR de Minas Gerais do PCB", *Voz Operária*, 20 abr., 1957; e Elcir Pena de Oliveira, *Voz Operária*, 18 maio, 1957.

52 Cf. informe de Prestes, "A situação política e as tarefas do Partido", *Voz Operária*, 27 abr., 1957.
53 Ibidem.
54 Ibidem.
55 Ibidem.
56 Ibidem.
57 Carlos Marighella, "Nacionalismo, fator de libertação", *Voz Operária*, 29 jun., 1957.
58 Calil Chade, "O nacionalismo de país oprimido", *Voz Operária*, 10 ago., 1957.
59 O documento do pleno menciona a omissão nos debates, o recurso a medidas administrativas e a coerção ideológica, que levaram à conservação da estrutura partidária sob as velhas práticas da imposição de opiniões e decisões. Cf. informe de Prestes, "O trabalho de direção e a composição do Presidium e do Secretariado do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil", *Voz Operária*, 7 set., 1957.
60 Ibidem.
61 Cf. Vinhas, op. cit., pp. 180-81.
62 Cf. informe de Prestes, "O trabalho de direção...", op. cit.
63 Moisés Vinhas relata que, no pleno de agosto, foi criada uma comissão formada por ele próprio, Luís Teles, Holmos, Leivas Otero e Francisco Gomes, incumbida de preparar um texto "analisando os reflexos do sistema do culto à personalidade dentro do PCB". Tal comissão terminou o trabalho em janeiro de 1958, o qual deveria ser discutido numa outra reunião, convocada para março deste ano. Ainda segundo Vinhas, o texto nem mesmo entrou na ordem do dia do famoso pleno, sendo substituído por outro, conhecido, depois, como a *Declaração de março de 1958*. Cf. Vinhas, op. cit., p. 181.
64 Jacob Gorender, "As direções de nossa luta ideológica", *Voz Operária*, 13 dez., 1957.
65 Cf. "Declaração do Presidium do PCB em face das declarações feitas por Agildo Barata a um semanário burguês contra o partido e o movimento operário", *Voz Operária*, 1º jun., 1957.

Capítulo 6

A Influência da Revolução Cubana sobre a Esquerda Brasileira nos Anos 60

Carlos Alberto Barão

O mundo em revolução: de Bandung à Olas

O advento da Revolução Cubana, com a entrada em Havana do exército rebelde em 1º de janeiro de 1959, exerceu tremendo impacto na política latino-americana. Se, inicialmente, a imprensa local pensou tratar-se de mais uma revolta contra um ditador latino-americano, Batista, esta percepção passou por uma mudança definitiva no período que se estende entre a reforma agrária de maio de 1959 e a declaração do caráter socialista da revolução, em abril de 1961. Surgia o primeiro território socialista da América Latina, a apenas 90 milhas dos Estados Unidos. Este fato, que já em si induzia à quebra de velhos conceitos sobre a viabilidade de

transformações sociais profundas no continente, ocorreu em meio a um contexto internacional caracterizado por mudanças radicais. No Brasil a esquerda passou de um ambiente de certa euforia, com os avanços conquistados em princípios da década de 60, para uma conjuntura caracterizada pela repressão e perda de ilusões sobre a conquista pacífica do poder, após o golpe de 1964. Apenas tendo em vista estes elementos da conjuntura internacional e nacional, dentre os quais o surgimento de uma nação socialista no Caribe, é que seremos capazes de entender a extensão do impacto das idéias de Fidel Castro, Che Guevara e Régis Debray, os três pensadores que maior influência exerceram, ao longo dos anos 60, no debate suscitado pela Revolução Cubana no Brasil e na América Latina.

O objetivo deste trabalho é apresentar elementos fundamentais para a compreensão do papel exercido pelas idéias difundidas pela Revolução Cubana em seu contato com a realidade brasileira. A temática foi abordada tendo em vista os anos 60, quando o impacto do castro-guevarismo sobre a esquerda brasileira, sobretudo aquela que optou pela luta armada, foi amplo.

Naturalmente, a influência da Revolução Cubana não desapareceu do horizonte político da esquerda brasileira desde então, embora tenham mudado suas características. Está presente em qualquer debate que trate da mudança de regime social em nosso país, sendo citada favorável ou desfavoravelmente, posto que o tema não dá lugar a unanimidades.

O cenário internacional dos anos 1950-1960 foi caracterizado pela descolonização, com a vitórias das lutas de libertação nacional, sobretudo na Ásia e na África. Em 1955, reuniu-se em Bandung, na Indonésia, uma conferência convocada pelo grupo de Colombo (Índia, Paquistão, Ceilão, Birmânia e Indonésia) e os chefes de Estado de 29

outros países da Ásia e da África, que se apresentavam como um "terceiro mundo".[1] Foi a primeira vez que ocorreu uma reunião destas proporções entre países *periféricos* sem a presença de nenhum país capitalista avançado. Essa conferência pronunciou-se em defesa do socialismo e contra o alinhamento com os Estados Unidos e a URSS. Tal "eqüidistância", determinada principalmente pela posição do dirigente indiano Nehru, seria superada em decorrência da intervenção imperialista franco-anglo-israelense no Egito, após a nacionalização do Canal de Suez. Nesta ocasião, a URSS apoiou firmemente a posição egípcia, o que lhe valeu, na Primeira Conferência de Solidariedade dos Povos da África e da Ásia, realizada no Cairo, fazer "sua entrada espetacular num mundo afro-asiático onde ganhou um grande prestígio".[2] Ela adquiriu então uma influência fundamental no Terceiro Mundo, que a acompanharia até seu desaparecimento e estimularia ainda mais os diversos movimentos de libertação nacional e pelo socialismo, sobretudo nos anos 50 e 60.

Nesta mesma época iniciou-se na URSS a etapa pós-Stálin, em que se desenvolveu a política de "coexistência pacífica", segundo a qual o socialismo iria demonstrar sua superioridade em todos os níveis, conquistando cada vez maiores simpatias, restando na defesa do capitalismo somente "uma minoria de empedernidos".[3] Estes últimos seriam então vencidos com custos sociais e humanos mínimos. A URSS passou a admitir, teoricamente, a possibilidade de vários caminhos para alcançar o socialismo, constituindo-se desta forma um certo policentrismo socialista. O XX Congresso do PCUS consolidou estas mudanças e adicionalmente promoveu a denúncia do culto da personalidade e das violações da legalidade socialista perpetradas por Stálin. Essas denúncias repercutiram em todo o mundo, ocasionando conseqüên-

cias como o abandono da militância por muitos e a divisão entre os favoráveis ao relatório Kruchov e aqueles que permaneciam com uma visão pró-Stálin.

Em fins dos anos 50 e início dos anos 60, a URSS tinha logrado importantes conquistas nos campos econômico e tecnológico, com perspectivas de melhorias na produção de bens de consumo para sua população e, por outro lado, com a posse das mais poderosas bombas (atômica e de hidrogênio), com a liderança na corrida espacial, com o primeiro satélite de comunicações (o Sputnik), o primeiro homem no espaço (Yuri Gagarin) e o envio da primeira sonda à Lua. Essas conquistas fortaleceram a confiança de amplos setores de trabalhadores em todo o mundo nas possibilidades do socialismo.

Neste contexto destacaram-se a Revolução Cubana de 1959, a independência da Argélia, em 1962, e a Guerra do Vietnã. O sucesso destas lutas influenciou uma série de outros movimentos sociais da década e, a nosso ver, também o comportamento da esquerda brasileira em diversos setores, nos quais foram aos poucos crescendo as críticas ao modelo soviético de socialismo, que estaria caracterizado pela presença de uma burocracia poderosa e alienante e pela acomodação à ordem internacional.

Em 1968 desencadearam-se movimentos de contestação em diversos pontos do mundo. Com significados diferenciados, conforme o local onde ocorreram, aquele ano testemunhou a greve geral e os protestos de maio na França e na Alemanha, as agitações estudantis e operárias na Itália, o levante nas universidades americanas contra a Guerra do Vietnã, a greve de 3 milhões de operários no Reino Unido, os confrontos entre estudantes e policiais mexicanos, as manifestações de jovens na Bélgica, na Espanha, no Uruguai, na

Colômbia, na Venezuela, no Japão e no Canadá, a luta contra a segregação racial nos Estados Unidos e na África. Mesmo no campo socialista, foram registradas manifestações na Polônia, na Iugoslávia e na Checoslováquia, embora de forma geral predominasse o protesto anticapitalista. No Brasil ocorreram, nesta época, discussões sobre o tropicalismo, o uso da pílula, a emancipação feminina, as limitações da moral burguesa, os tabus e as proibições, ao mesmo tempo em que a intelectualidade e a juventude mais à esquerda seguiam os ventos do 68 europeu, elegendo como referências intelectuais Marcuse, Marx, Mao Zedong, Che Guevara e Régis Debray e deixando de lado autores marxistas de linha "moderada", como Lukács e Gramsci.[4]

A Revolução Cubana marcou profundamente a esquerda latino-americana e, em certa medida, também a esquerda mundial, não somente por demonstrar que era possível vencer o imperialismo norte-americano em seu próprio "quintal", mas também por ter rompido os padrões clássicos de luta seguidos pela esquerda marxista-leninista da época, sempre centrados no partido revolucionário. O poder não foi alcançado por meio de um partido de vanguarda, como no modelo russo, nem basicamente como resultado de uma vitória militar camponesa, como no modelo chinês. Neste caso, o sucesso revolucionário foi resultado das vitórias político-militares da guerrilha e do movimento (insurrecional) urbano dirigido pelo próprio Movimento Revolucionário 26 de Julho (M-26), o Partido Socialista Popular (PSB) e o Diretório Estudantil Revolucionário. Os revolucionários contaram com aliados na classe dominante e uma certa neutralidade em importantes setores da política norte-americana. A Revolução Cubana somente se tornou socialista em abril de 1961, bem depois da tomada do poder.

Após a vitória da Revolução Cubana, ocorreram diversas iniciativas envolvendo expressivos setores da esquerda, com o objetivo de acelerar os processos de luta pelo socialismo (ou simplesmente antiimperialistas) que se desenvolviam em cada país da região. Também sobressai o papel dos cubanos na África, no auxílio a diversas lutas de libertação nacional, desde o início da década de 60, e na organização do movimento dos países não-alinhados, desde sua criação na Conferência de Belgrado, em 1961.[5]

O impacto no Brasil da Revolução Cubana foi muito significativo, vindo-se somar ao espírito de um tempo histórico caracterizado pela ascensão dos movimentos de libertação nacional e localmente às discussões sobre industrialização, nacionalismo e ascensão de movimentos populares. Em abril de 1959, Fidel Castro visitou o Brasil. Por onde passou, recebeu aplausos da multidão. Empenhado num esforço diplomático que já o conduzira aos Estados Unidos e a vários países da América Latina, Fidel reuniu-se com o presidente Kubitschek no campo de obras que era Brasília e apareceu na televisão no programa *Esta é a sua vida*. Mencionou, nesta ocasião, que ofereceria hospitalidade àqueles que desejassem derrubar a ditadura em seus países, mas esclareceu que a Revolução Cubana não seria exportada, porque as revoluções devem estar fundamentadas em condições internas.[6]

O mito do foco revolucionário, inspirado por Sierra Maestra, teve profunda repercussão na América Latina, confirmando a viabilidade da revolução na região. Apenas em um tal contexto internacional e nacional é compreensível que Jânio Quadros, então candidato à presidência da República, flertasse abertamente com a Cuba revolucionária pré-1961, ou seja, anterior à declaração sobre o caráter socialista da revolução. Essa Cuba já contava, no entanto, com personalidades abertamente socialistas no topo do poder, sobretudo Che Guevara e Raul Castro, apontados pela imprensa norte-americana como más influências sobre Fidel. Em março de 1960, Jânio embarcou para Havana liderando uma numerosa comitiva, da qual participou o dirigente das Ligas Camponesas do Nordeste, Francisco Julião,[7] o qual descobriria naquela revolução uma referência fundamental para o futuro do Brasil. Em agosto de 1961, quando Che Guevara veio ao Brasil, o presidente Jânio Quadros o condecorou com a mais elevada distinção do país, a Ordem do Cruzeiro do Sul, irritando muitos conservadores e reacionários, o que contribuiu para desestabilizar o governo brasileiro.

Em princípios de 1960, Fidel Castro lançou pela primeira vez a idéia de uma grande conferência do Terceiro Mundo em Havana. Essa conferência representou a ampliação para o continente americano da OSPAA (Organização de Solidariedade dos Povos da África e da Ásia), criada na Conferência do Cairo de 1957. Apenas o México, a Venezuela e o Panamá responderam favoravelmente. A pressão norte-americana contra as iniciativas cubanas aumentou e, em agosto de 1960, o governo de Washington conseguiu que a OEA, reunida em Costa Rica, por intermédio da *Declaração de San José*, realizasse uma crítica contundente ao governo cubano. A resposta foi dada por meio da *Primeira declaração de Havana*, aprovada na Praça da Revolução pelo povo cubano em 2 de setembro de 1960. A *Declaração* condenava as iniqüidades reinantes na América Latina, o latifúndio, o analfabetismo, as discriminações de toda espécie, as péssimas condições de vida da maioria do povo e afirmava a solidariedade da Revolução Cubana com os povos explorados da região. Além disso, este histórico documento inspirou, em março de 1961, no México, um conjunto de resoluções

adotado pela Conferência Latino-Americana pela Soberania Nacional, a Emancipação Econômica e a Paz, primeira forma organizada de solidariedade entre os povos da América Latina. Um mês depois ocorreu a invasão de Playa Girón, derrotada em 72 horas pelo povo cubano, uma verdadeira epopéia popular,[8] de forte conteúdo simbólico para os povos da América Latina.

Os governantes estadunidenses intensificaram, a partir daí, seus esforços para evitar o "contágio revolucionário" na América Latina. Na primeira Conferência de Punta del Este, foi lançada pelos EUA a Aliança para o Progresso, objetivando angariar simpatias na região e evitar a expansão da influência da Revolução Cubana. A Aliança consistia em um programa de reformas, com prioridade para a reforma agrária, com o objetivo declarado de elevar o nível de vida de setores carentes da população da região. Na Segunda Conferência de Punta del Este, os EUA conseguiram excluir Cuba da OEA, sob a acusação de "subversão do continente". A resposta cubana ocorreu com a aprovação, em 4 de fevereiro de 1962, na Praça da Revolução, em Havana, com 1 milhão de pessoas presentes, da *Segunda declaração de Havana*. Desta vez não se afirmaram apenas objetivos gerais, mas especificava-se a necessidade da via revolucionária para solucionar a situação dos povos da América Latina. O documento denunciou o imperialismo norte-americano e propôs uma explicação do processo histórico do desenvolvimento capitalista sob a ótica de um país do Terceiro Mundo. Ali se identificam a existência de uma profunda crise e o início da decomposição do capitalismo em termos mundiais, os quais poderiam e deveriam ser acelerados pelo desenvolvimento dos aspectos subjetivos locais (organizações revolucionárias). Denunciava também as forças contra-revolucionárias da região, afirmando que o desenvolvimento das condições objetivas e subjetivas em curso implicava a necessidade da revolução em nossa América.

Como conclusão, conclamava à luta dos povos pela revolução, introduzindo uma análise sobre qual seria a vanguarda revolucionária (classe operária e intelectuais revolucionários), a área geográfica prioritária para o início da luta (o campo, por meio da organização do campesinato) — com o aproveitamento de contradições internas entre os militares — e o fim dessa luta, com a tomada do poder estatal viabilizada pela união da classe operária, dos camponeses, dos trabalhadores intelectuais, da pequena burguesia e das camadas mais progressistas da burguesia nacional, sob hegemonia da vanguarda revolucionária.

O texto critica aqueles que imaginavam uma conquista pacífica, eleitoral, do poder, especialmente a possibilidade de uma aliança com a "burguesia nacional", sob hegemonia desta última. Todas estas possibilidades estavam vedadas aos povos latino-americanos. Desta forma caberia à classe operária e aos intelectuais revolucionários, dirigindo o conjunto do povo explorado, sobretudo os camponeses, realizar a revolução em seus respectivos países. E argumentava:

> O dever de todo revolucionário é fazer a revolução. Sabemos que na América e no mundo a revolução vencerá; mas não é revolucionário sentar-se à porta de casa e ver passar o cadáver do imperialismo. O papel de Jó não se enquadra com o de um revolucionário. Cada ano que acelere a libertação da América significará milhões de crianças que se salvam para a vida, milhões de inteligências que se salvam para a cultura, infinitos caudais de dólares economizados para os povos. Ainda quando os imperialistas ianques preparem para a América um drama de sangue, não conseguirão esmagar a luta dos povos; concitarão contra si próprios o ódio universal e

> será também a arma que marcará o ocaso de seu voraz e tenebroso sistema.[9]

Desta forma, é forçoso concordar com Pierre Vilar, um dos mais conceituados historiadores franceses, que num texto escrito em 1971, sobre o impacto da *Segunda declaração de Havana*, conclui:

> Uma tendência à teorização desse vínculo entre o social e o nacional aparece com força na revolução cubana [...]. Esse é o sentido de um documento tão fundamental como a Segunda Declaração de Havana (4 de fevereiro de 1962), sobre o qual cabe dizer que constitui, do ponto de vista do historiador, o Manifesto Comunista do século XX.[10]

Em novembro de 1964, ocorreu em Havana uma conferência dos partidos comunistas latino-americanos. As diferenças entre os participantes eram bastante acentuadas. Os cubanos defendiam a luta armada e a ofensiva revolucionária no subcontinente, e a maioria dos PCs defendia a luta política, de conquista das liberdades democráticas onde elas não existiam e de consolidação da democracia onde ela já existia. Houve uma discussão importante a respeito destes temas.[11] Nessa conferência tentou-se atenuar o impacto da luta entre o PC da China e o PCUS sobre as organizações da esquerda latino-americana. Um dos resultados foi a aproximação, ainda que momentânea, da direção cubana e dos novos grupos revolucionários com os PCs da região. No entanto, as divergências teóricas e práticas permaneceram muito profundas.

Havana também foi sede, em janeiro de 1966, da Conferência Tricontinental de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina, com a participação de diver-

sos partidos e movimentos de esquerda destas três regiões do mundo. Foram fundadas duas instituições internacionais voltadas para a articulação entre seus membros: a OLAS (Organização Latino-Americana de Solidariedade) e a OSPAAAL (Organização de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina), ambas com sede em Havana.

Paralelamente à realização da Conferência Tricontinental, apareceram contradições entre Cuba e a China, denunciadas por Fidel em 2 de janeiro de 1966, às vésperas da abertura da Tricontinental, e relativas de maneira imediata à ocorrência de novos problemas comerciais entre os dois países. Este fato, somado a denúncias cubanas sobre a intromissão de diplomatas chineses junto de membros das Forças Armadas Revolucionárias (FAR) cubanas, levou a uma piora nas relações entre os dois países.

Da I Conferência da OLAS, participaram diversos movimentos revolucionários, inclusive alguns partidos comunistas latino-americanos. A palavra de ordem dessa conferência era: "O dever de todo revolucionário é fazer a revolução". As posições tomadas nessa conferência demonstraram a independência da posição cubana em política internacional com relação à China e ao bloco socialista liderado pela URSS, pois descartava o papel progressista da burguesia nacional defendido por ambos. Durante a conferência, Cuba criticou a URSS pelos empréstimos concedidos ao governo conservador da Colômbia, solicitados devido a problemas conjunturais deste último país com o governo dos EUA.

O apelo da OLAS à esquerda latino-americana é vibrante:

> Na América Latina existe uma situação convulsiva, caracterizada pela existência de uma burguesia fraca que, fundida de

forma indissolúvel com os latifundiários, constitui a oligarquia dominante nos nossos países. Uma maior submissão e uma dependência quase absoluta dessas oligarquias ao imperialismo determinam a intensa polarização de forças no continente: por um lado, a aliança entre oligarcas e imperialistas e, por outro, os povos. O enorme potencial revolucionário dos povos só espera ser canalizado por uma direção conseqüente, por uma vanguarda revolucionária, para desenvolver ou empreender a luta. Esse potencial é o das massas proletárias dos operários urbanos e trabalhadores agrícolas, de um campesinato pobre superexplorado, de uma intelectualidade jovem, de uma massa estudantil com belas tradições de luta e das camadas médias, todos unidos pelo denominador comum da exploração à qual são submetidos.
Ante a crise estrutural do sistema econômico, social e político do continente e a crescente insurreição dos povos, o imperialismo formulou e desenvolveu uma estratégia continental repressiva que pretende, infrutiferamente, deter o curso da história. A sobrevivência do sistema colonial e neocolonial de exploração e domínio é o objetivo do imperialismo norte-americano. Esta situação determina e exige que se inicie e desenvolva a violência revolucionária, como resposta à violência reacionária. A violência revolucionária, como mais alta expressão da luta do povo, não é apenas a via, mas também a possibilidade mais concreta e manifesta para derrotar o imperialismo.

A declaração termina com a proclamação de 20 resoluções, entre as quais:

1. Que constitui um direito e um dever dos povos da América Latina fazer a revolução. [...]
3. Que o conteúdo essencial da revolução na América Latina está dado por seu enfrentamento ao imperialismo e às oligarquias de burgueses e latifundiários. Conseqüentemente, o caráter da revolução é o da luta pela independência nacional, para se emancipar das oligarquias, e o caminho socialista para seu pleno desenvolvimento.

4. Que os princípios do marxismo-leninismo orientam o movimento revolucionário da América Latina.
5. Que a luta revolucionária armada constitui a linha fundamental da revolução na América Latina. [...]
10. Que a guerrilha — como embrião dos exércitos de libertação — constitui o método mais eficaz para iniciar e desenvolver a luta revolucionária na maioria de nossos países.
11. Que a direção da revolução exige, como princípio organizativo, a existência do comando unificado político e militar como garantia para seu êxito.[12]

A declaração da OLAS é uma convocação à luta armada pelo socialismo em toda a América Latina. A opção pela luta armada como única possível para a região é conseqüência de seu caráter socialista, já que a burguesia local encontrava-se completamente imbricada em uma aliança com os latifundiários e o imperialismo. Esta situação trazia para primeiro plano a problemática leninista da destruição do aparelho estatal. A insistência do Che na destruição do exército (e também do restante do aparato burocrático) estava fortemente influenciada pela história concreta da região e pela natureza destas instituições.

A revolução nas obras de Guevara e Debray

Para a compreensão da influência das idéias difundidas pela Revolução Cubana em contato com a realidade brasileira, impõe-se uma breve exposição das obras *Guerra de guerrilhas*, de Che Guevara, e *Revolução na revolução*, de Régis Debray. Essas obras tiveram grande influência na esquerda brasileira, sobretudo nos anos 60 e princípios dos 70.[13]

A respeito da obra de Debray, comenta Quartim de Moraes (1997) que ela teve um imenso impacto no Brasil,

até mesmo na organização de que fazia parte, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), e atribui isso às qualidades do autor, "apesar das brilhantes simplificações e da pouca importância atribuída às lutas de massas". Acrescenta que o livro foi promovido pelos dirigentes cubanos, os quais lhe asseguraram uma enorme tiragem: 200 mil exemplares.[14] Quartim (1970) critica também Debray por não dizer nada importante sobre a preparação do foco. Apesar desta e de outras falhas teóricas analisadas no texto, o autor afirma que a obra foi um marco na discussão sobre a estratégia revolucionária latino-americana, funcionando como uma linha divisória entre os PCs "ortodoxos" e a nova esquerda e, dentro da nova esquerda, entre aqueles que defendiam a constituição do foco de guerrilha e aqueles que se restringiram a "reagrupar os elementos mais 'radicais' dos velhos e decaídos Partidos Comunistas [...] em geral sob pomposos nomes". Um ano após a publicação de *Revolução na revolução*, a esquerda brasileira foi obrigada a se definir contra ou a favor de Debray.[15]

Um forte crítico da obra de Debray foi o intelectual comunista português, então radicado no Brasil, Miguel Urbano Rodrigues, que dedicou um livro ao combate da obra do filósofo francês, defendendo argumentos semelhantes aos do PCB.[16] Anderson (1997), em sua biografia do Che, afirma o caráter quase oficial assumido pela obra de Debray com relação à linha revolucionária pró-cubana:

> Baseada nas notas que tomara de seus diálogos com Fidel, aproveitando textos e discursos de Che, e incluindo as próprias observações de Debray dos campos de batalha das guerrilhas na região, a monografia procurava precipuamente dar uma fundamentação teórica da defesa cubana da "opção pela guerrilha" contra a orientação dos partidos comunistas da América Latina. Sua argumentação, mais explícita do que a de Che ou de Fidel, era que o *foco* da guerrilha rural, ou seu núcleo, devia ser a vanguarda de elite da luta revolucionária, da qual nasceria a futura liderança do partido. (Debray levara para Che um exemplar do livro, que ele lera integralmente de uma só vez, condensando-o em suas anotações, que ele utilizou para ministrar algumas aulas aos seus combatentes).[17]

Desta passagem de Anderson (1997) se poderia concluir que as diferenças entre as duas obras, de Che e de Debray, referem-se menos ao conteúdo concreto da revolução latino-americana e mais aos diferentes momentos em que foram produzidas: a obra de Che em 1960, e a de Debray em 1967. Isso não significa que não existissem diferenças de estilo e de conteúdo, podendo-se observar um caráter mais analítico e militarista em Debray e mais abrangente e aberto à participação das massas em Guevara. Segundo a passagem acima, no entanto, o Che teria conhecido e aprovado o livro de Debray. Uma visão que enfatiza mais as diferenças entre Debray (que teria reinterpretado o conceito de foco) e Che é defendida por Maria del Carmen Ariet: "O Che fala de um foco guerrilheiro como uma base de assentamento social [...] nesse foco, se não há um apoio e uma participação paulatina das massas não se consegue conquistar o verdadeiro triunfo".[18]

Guerra de guerrilhas

Em *Guerra de guerrilhas*,[19] texto publicado no início de 1960, Che Guevara buscava sistematizar certos ensinamentos da Revolução Cubana,[20] chegando a três conclusões principais: "[...] as forças populares podem ganhar uma guerra contra o exército; nem sempre há que se esperar que

se dêem todas as condições para a revolução, pois o foco insurrecional pode criá-las; na América subdesenvolvida, o terreno da luta armada deve ser fundamentalmente o campo".[21]

É enfatizada a necessidade do apoio da população para o sucesso da guerrilha, o qual só pode ser obtido uma vez "demonstrada claramente para o povo a impossibilidade de manter a luta por reivindicações sociais dentro dos limites legais".[22] O responsável pelo rompimento da paz são as forças opressoras, que se mantêm no poder contra o direito estabelecido. Esta evidente tomada de posição do Che separa claramente este texto da abordagem de Debray, e é a partir dela que deve ser entendido o conceito de "foco" na obra guevariana. A idéia de que luta armada não é a única via revolucionária para toda a América Latina, embora certamente o seja para a maioria dos países da região, é reafirmada em um texto posterior, de setembro de 1963: *Guerra de guerrilhas: um método*.[23]

A luta revolucionária é vista como uma luta de massas em que o destacamento armado passa a cumprir a função de vanguarda e o principal teatro de operações passa a ser o campo, onde são maiores as possibilidades de a guerrilha sobreviver nos primeiros momentos de sua formação. Guevara elogia a disposição de combate do guerrilheiro de origem camponesa, diferenciado em relação àqueles de outras origens sociais: o desejo de ter seu pedaço de terra seria nele um ideal simples, claro, sem maiores pretensões, não muito distante e tão firme que "ele dá a vida sem o menor vacilo".[24]

As cidades seriam terreno desfavorável para a guerrilha, pois ali um único ataque bem-sucedido do inimigo pode levar ao aniquilamento das forças guerrilheiras. As possibilidades de propaganda política em zona urbana seriam muito menores devido às delações e ao poderio repressivo governa-

mental. Guevara afirma de forma peremptória que a guerrilha suburbana deverá estar sempre diretamente sob as ordens de chefes guerrilheiros em outras zonas,[25] vale dizer, situados no campo.

A teoria do foco é claramente defendida nesse texto: primeiro organiza-se um grupo armado, de forma conspirativa, isolado da ação do povo e reduzido a um pequeno número de iniciados. Esse grupo realiza um ataque bem-sucedido que faz com que cresça sua fama, atraindo alguns camponeses sem terra ou em luta por conservá-la e jovens idealistas de outras classes para suas fileiras; o grupo realiza novos ataques e segue incorporando novos homens. Em determinado momento, passa a contar com instalações em algum ponto da área libertada, onde passa a elaborar os meios fundamentais para sua ação e a avançar sobre o território controlado pelo governo. Os sucessos militares robustecem a guerrilha, que passa a organizar-se sob a forma de exército popular, capaz de derrotar as forças da opressão.[26] Desta forma, a guerra de guerrilhas é encarada como etapa inicial da revolução.

Esse e outros textos de Guevara contribuíram para a explicação voluntarista, não isenta de elementos mitológicos, da Revolução Cubana, conforme a qual ela teria se realizado a partir dos 12 sobreviventes do desembarque do *Granma*, ocorrido em dezembro de 1956. Essa explicação é claramente apresentada pelo autor,[27] embora em outras partes do texto ele declare o apoio popular indispensável para o sucesso da guerrilha. Pode-se dizer, no entanto, que o papel da história das lutas populares do país e da presença, nas cidades e em diversos pontos do território, de militantes fortemente motivados pelo nacionalismo encarnado pelo antigo Partido Ortodoxo, do qual se originou Fidel Castro, bem

como de outras organizações de combate à ditadura de Batista, é no mínimo subestimado nesse texto. Estas pessoas contribuíram para difundir o programa da serra e organizar os movimentos sociais nas cidades, pois a Rádio Rebelde, meio de comunicação de massas direto com a "planície", somente foi inaugurada em março de 1958.

Em 1963 aparece outro texto de Guevara, de grande influência no Brasil: *Guerra de guerrilhas: um método*. Guevara ataca aí os PCs de forma clara: "Ninguém pode solicitar o cargo de partido de vanguarda como se fosse um diploma oficial dado pela universidade. Ser partido de vanguarda é estar à frente da classe operária na luta pela tomada do poder [...]".[28] Critica duramente as políticas de alianças com setores da burguesia, promovidas pelos PCs da região, e isso porque na América Latina existiria uma ditadura oligárquica composta pela união, pouco dada a brechas, entre suas burguesias e classes latifundiárias e vinculada ao imperialismo norte-americano. Neste contexto, ele critica a defesa da democracia burguesa realizada por esses partidos:

> [...] não devemos admitir que a palavra democracia, utilizada de forma apologética para representar a ditadura das classes exploradoras, perca sua profundidade de conceito e adquira o de certas liberdades [...] dadas ao cidadão. Lutar somente para conseguir a restauração de certa legalidade burguesa sem colocar, também, o problema do poder revolucionário, é lutar por retornar a uma certa ordem ditatorial preestabelecida pelas classes sociais dominantes: é, em todo caso, lutar pelo estabelecimento de grilhões que tenham em sua extremidade uma bola menos pesada para o presidiário.[29]

Para o dirigente cubano-argentino, o campo é o melhor local para a atuação da guerrilha na América Latina, pois é necessário construir um exército popular para derrotar

o exército burguês, e isso só pode ser feito paulatinamente, a partir do foco. Ele também assinala a aguda exploração sofrida pelos camponeses em um contexto de aliança entre os exploradores locais e estrangeiros, bem como o caráter continental da luta. A vitória em um determinado país isoladamente é difícil de ser mantida diante do imperialismo norte-americano, em estado de alerta desde a vitória da Revolução Cubana.[30] Essa luta, por sua própria característica continental, deveria ser longa e sofrida.

Revolução na revolução

O forte componente antiintelectualista de *Revolução na revolução*, de Régis Debray, é justificado com o argumento de que a apreensão do presente é dificultada porque sempre o vemos com base no passado. Como os intelectuais possuem uma vinculação maior com a experiência passada da humanidade, eles teriam uma maior propensão a imitar modelos estrangeiros e uma maior dificuldade em criar novas soluções para os desafios postos ao processo revolucionário no presente. Essa "dificuldade" específica do intelectual, somada a suas debilidades físicas e desajuste ao ritmo de uma campanha guerrilheira, o tornaria especialmente inadaptado para liderar o processo revolucionário. Uma das causas dos fracassos da esquerda na América Latina seria proveniente justamente da presença numerosa de estudantes e intelectuais nas vanguardas revolucionárias da região.[31]

Para Debray, o processo aberto por Cuba seria irreversível e gerador de um modelo para a América Latina, por meio do emprego de uma *força móvel estratégica*, núcleo do exército popular e do Estado socialista.[32] Ele critica a pro-

paganda armada nas condições latino-americanas e afirma que a força física da polícia e do exército é um tabu que é necessário quebrar antes de poder estabelecer sólidas relações com a população. A maneira de fazer isso é provar que as balas também os atingem. Ademais, seria necessária uma forte dispersão da guerrilha para realizar a propaganda armada em um número razoável de povoados, dada a grande dispersão populacional, o que por um lado aumenta a mobilidade do núcleo armado, mas por outro diminui seu poder de fogo a um nível insignificante. A guerrilha torna-se fraca em todas as partes e a reação, forte. "Para seguir uma metáfora chinesa, o foco, em vez de fechar-se como um punho para lançar um golpe e arrancar um dedo ao inimigo, abre e estende os seus cinco dedos ao inimigo."[33] Esta situação priva a guerrilha de vitórias em combate, congelando o recrutamento e enfraquecendo sua influência junto da população. Para Debray, a melhor propaganda é uma vitória em combate contra a reação, e não os discursos nas pequenas localidades: "Fidel não fez um só comício na sua área de operações".[34]

Debray critica a concepção da guerrilha como "braço armado" de determinado partido ou frente política, importada, sobretudo, da Ásia, mas imprópria para as condições latino-americanas. Quando a guerrilha é o "braço armado do partido", é necessário que membros do comando da guerrilha desçam para as cidades, com o objetivo de consultar a direção do partido sobre as linhas estratégicas a serem desenvolvidas e decidir sobre sua política interna. A cabeça do partido permanece na capital, pois aí é que "se concentram a vida política do país, os dirigentes de outros partidos, a imprensa, o Parlamento, os Ministérios, as redações dos jornais, em resumo, os órgãos do poder central [...] [e também] o proletariado industrial, as fábricas, os sindicatos, a Universidade". A direção do partido (ou frente), no entanto, ignora as questões político-militares concretas da guerrilha e muitas vezes coloca em segundo plano suas necessidades. Estas descidas freqüentes para a cidade aumentam a probabilidade de dirigentes da guerrilha serem capturados e/ou assassinados pela repressão. E cita Fidel Castro: "a cidade é um cemitério de revolucionários e de recursos".[35] Isso sem considerar o efeito moral desastroso para os combatentes ao verem que seus dirigentes descem rotineiramente para as cidades, o que não é concedido a eles.

O centro da luta deve ser dado pela serra, a qual deve controlar as atividades urbanas para que estas não colidam com a estratégia político-militar. O valor da luta na cidade é considerado secundário, embora importante para imobilizar milhares de soldados inimigos, paralisando o aparelho repressivo em uma série de tarefas de proteção a possíveis objetivos da guerrilha. Debray alerta que a falta de poder político conduz à dependência logística e militar da montanha (guerrilha) em relação à cidade. A subordinação da guerrilha à direção política urbana pode trazer muitos problemas, já que os quadros militares esperam sempre por fornecimentos materiais vindos de fora (das cidades) para as áreas guerrilheiras. Perde-se assim "o princípio moral e político de não contar senão com as próprias forças".[36]

A luta urbana é menos áspera. Dispõe de comodidades típicas da civilização que teriam até o efeito de infantilizar e aburguesar. Um tal raciocínio encerra o risco de considerar inúmeros revolucionários, em todo o mundo, como "aburguesados". Mas Debray não se detém e afirma que aqueles que atuam nas cidades representam a "burguesia" do movimento...[37] Interessante paradoxo onde os proletários não se formam na cidade...!

A teoria do foco revista por Debray defende um processo de organização e de luta que parte do foco guerrilheiro para a constituição da frente revolucionária e de seu programa de libertação:

> É preciso ir do menor ao maior. [...] O menor é o foco guerrilheiro, núcleo do exército popular, e não uma frente que cria esse núcleo, mas o núcleo, ao desenvolver-se, permitirá criar uma frente nacional revolucionária. Uma frente faz-se em torno de algo existente, não somente em torno de um programa de libertação. É o "motorzinho" que coloca em marcha o "grande motor", as massas, e precipita a formação de uma frente na ascensão das vitórias obtidas pelo motorzinho.[38]

A guerrilha aparece como a nova vanguarda latino-americana, embrião de um futuro partido revolucionário, mas na prática substituindo/superando os velhos PCs. A grande heresia de Fidel teria sido afirmar: "Quem fará a Revolução na América Latina? Quem? O povo, os revolucionários, com Partido, ou sem Partido",[39] pois não existe revolução sem vanguarda e essa vanguarda não é necessariamente o partido marxista-leninista. A ninguém é negado o direito de lutar como vanguarda, independentemente de tais partidos.

A nova conjuntura caracterizada pelo advento da Revolução Cubana exigiria a formação de novas organizações adequadas para a luta armada. Essas organizações devem apresentar um novo estilo de direção. A direção deve sair das cidades e participar direta e pessoalmente da luta armada e deve ser composta de jovens — devido às difíceis condições da guerrilha. Deve apresentar também uma organização nova. Ao partido transformado impõe-se o rompimento com a tradição dos inumeráveis órgãos deliberativos e reuniões, devido a seu aspecto paralisante diante do inimigo. A conver-

são necessária para as novas formas de luta exige a suspensão temporária da "democracia interna" no partido e a abolição temporária das regras do centralismo democrático que a assegura. A disciplina partidária torna-se disciplina militar.[40] A organização precisa também de novos reflexos ideológicos. Não seria mais possível basear a própria atividade nas contradições entre as diferentes frações da burguesia.

Sobre a natureza de vanguarda dessa organização, comenta o pensador francês: o partido é instrumento da luta de classes. Onde o instrumento não logra êxito, as classes populares deverão criar suas vanguardas. Mas de que tipo? Essa vanguarda seria constituída pela guerrilha, responsável agora também pela direção política. O critério da vanguarda é a ação. O futuro exército do povo engendrará o partido do qual ele deveria ser teoricamente o instrumento. No essencial o "partido" é ele.[41] É citado em apoio a esta tese o exemplo cubano. A guerrilha é o partido em gestão. Esta a inovação vislumbrada pelo autor na Revolução Cubana. E observa que, nas novas guerrilhas na América Latina, os dirigentes guerrilheiros, diferentemente do caso cubano, já são marxistas mesmo na primeira etapa do movimento. Essa inovação significa a superação do rompimento entre a teoria e a prática revolucionária, então vigente na América Latina. As tarefas colocadas pela revolução na América Latina exigiriam a formação do núcleo do partido a partir do exército popular, e não o inverso. Para isso é preciso antes formar e desenvolver o núcleo guerrilheiro.[42]

Do acima exposto resulta uma linha de ação:

1) O decisivo, para o futuro, é a abertura de focos militares.
2) Como princípio geral, "sem luta armada não há vanguarda definida". Onde existirem condições de luta armada e

esta não ocorrer, deve-se considerar que não existe uma vanguarda. Criticando o fato de os partidos marxista-leninistas (na verdade os PCs) relacionaram-se apenas entre si, disse Fidel: "Nós não pertencemos a nenhuma seita, não pertencemos a nenhuma maçonaria internacional, não pertencemos a nenhuma igreja".

3) "É patente que hoje, na América Latina, a luta contra o imperialismo é decisiva. Se é decisiva, o resto é secundário."[43]

A "via cubana" e a esquerda brasileira

Reis Filho sustenta que a responsabilidade pela adoção da luta armada residiu na própria esquerda brasileira dos anos 60, não tendo sido determinada pela influência dos "modelos" externos, nomeadamente o soviético, o chinês e o cubano. Na verdade, este autor não consegue explicar a própria presença destas concepções externas no debate brasileiro apesar da "[...] crítica demolidora do XX Congresso, apesar das críticas crescentes ao socialismo real, e dos rachas internacionais entre China e União Soviética". Não entende por que o socialismo real ainda conseguia influenciar a esquerda brasileira. A opção pela luta armada já estava presente na reflexão de parcela considerável dos comunistas brasileiros anterior ao golpe de 1964, mesmo dentro do PCB: ou se conseguiriam as reformas ou teríamos o impasse. "O golpe foi a cristalização do impasse. Daí decorria a opção pela luta armada como posição inescapável."[44] E conclui:

> A procura de um modelo internacional — o cubano, ou o chinês, não importa — é uma operação posterior, para legitimar a opção já tomada. Isto não quer dizer que os modelos internacionais devam ser subestimados. Ao contrário, são cruciais, o papel legitimador que desempenham é crucial na manutenção dos laços internos às organizações comunistas. [...][45]

Este ponto de vista tem o mérito de enfatizar a autonomia das decisões tomadas pela esquerda brasileira, contra a imagem difundida reiteradamente pela grande imprensa, que denunciava a submissão dessa esquerda às diretrizes emanadas de Moscou, Pequim e Havana. Houve influência dos PCs da URSS, da China e do M-26 cubano, mas a dinâmica política foi determinada localmente. No entanto o autor não esclarece por que as organizações de esquerda que optaram pela luta armada se diferenciaram, escolhendo umas o referencial teórico chinês e outras o referencial teórico cubano. Desta forma, apesar de seus méritos, ao reduzir o papel dos "modelos internacionais" à "legitimação" das decisões políticas adotadas pela esquerda brasileira, esta interpretação obscurece as diferenças reais existentes entre guevarismo, maoísmo e outras opções, bem como o tipo de influência que exerceram.

Por outro lado, embora os cubanos fossem solidários com o processo revolucionário latino-americano e ajudassem materialmente várias organizações revolucionárias na região, a impossibilidade da exportação da revolução está presente nos discursos dos principais dirigentes da Revolução Cubana. Como exemplo, veja-se a intervenção de Che Guevara perante a XIX Assembléia Geral das Nações Unidas, em 11 de dezembro de 1964, com seu estilo direto de tratar questões como esta:

> Nós sustentamos que, uma e mil vezes, que as revoluções não se exportam. As revoluções nascem no seio dos povos. As revoluções são engendradas pela exploração que os go-

vernos — como o da Costa Rica, da Nicarágua, do Panamá ou da Venezuela — exercem sobre seus povos. Depois, pode-se ajudar ou não os movimentos de libertação; sobretudo, pode-se ajudá-los moralmente. Contudo, a realidade é que não se podem exportar revoluções. Nós o dizemos, não como uma justificação diante dessa Assembléia; dizemo-lo simplesmente como a expressão de um fato cientificamente conhecido de muitos anos.[46]

A influência cubana nas diferentes organizações da esquerda armada brasileira se deu em três momentos principais, centrados em três grandes iniciativas: as Ligas Camponesas, a resistência nacionalista de Brizola e a Ação Libertadora Nacional (ALN), de Carlos Marighella. Essa influência, como se verá adiante, não se transformou em interferência direta, permanecendo as organizações mencionadas plenamente autônomas. É possível assinalar um amplo espectro de outras organizações que utilizaram idéias oriundas da "via cubana". A análise de todas essas organizações ultrapassaria o escopo deste trabalho. Preferimos focalizar, sobretudo, a influência teórica naquelas que mais claramente defenderam a "via cubana". Também se deve assinalar a importância do castro-guevarismo no debate interno de partidos como o PCB, que tiveram de se posicionar diante deste pensamento, ainda que negativamente.

Primeiro momento: as Ligas Camponesas e o foco guerrilheiro

As primeiras Ligas Camponesas apareceram no período posterior à democratização de 1945, sob a iniciativa e direção do PCB. Com a cassação do registro do PCB e as perseguições que sofreram seus militantes, elas se desarticularam. Foram reorganizadas na metade dos anos 50 e a partir daí desempenharam um papel muito importante no

Nordeste.[47] Segundo Moraes (1989), a orientação política da direção das Ligas começou a mudar em fins de 1961, com o impacto da experiência revolucionária cubana na concepção política do dirigente Francisco Julião. As Ligas deixaram de enfatizar a importância das soluções legais para a questão da terra e incluíram o socialismo entre seus objetivos de luta, o qual seria conquistado, sobretudo, a partir dos camponeses.[48] O programa das Ligas foi formalizado em outubro de 1962, baseando-se em uma aliança operário-camponesa, à qual se agregariam estudantes, intelectuais revolucionários e outros setores da população.

Azevedo (1982) distingue três fases principais na trajetória das Ligas. Na primeira (1955-1959), a ação orientou-se, sobretudo, para a organização dos camponeses em litígio com grandes proprietários e para a denúncia das condições a que estavam submetidos. As Ligas pretendiam "tirar o soldado da porta do camponês", transformando a questão agrária de questão policial em questão social e política. A segunda fase (1960-1962), em que os militantes das Ligas filiados ao PCB foram derrotados dentro do partido, enfraquecendo-se assim a presença comunista, desaguou numa virada política e ideológica das Ligas. Desta época também é a definição da reforma agrária radical (na lei ou na marra) como objetivo do movimento e a absorção das teses foquistas da revolução armada, inspiradas em Cuba. Julião e vários dirigentes camponeses visitaram Cuba[49] e a Venezuela, integrando a comitiva do então candidato à presidência da República, Jânio Quadros. Finalmente, a terceira fase, que se inicia em 1963, dá lugar a uma profunda crise nas Ligas, ameaçadas pelos sindicatos dirigidos pela igreja e também por aqueles controlados pelos comunistas (em meio a um processo de sindicalização rural acelerado e patrocinado pelo

Estado, que deseja também determinar os rumos do movimento). Em 3 de outubro de 1963 é criada uma nova organização política, tomando o nome Ligas Camponesas do Brasil, com uma nova estrutura orgânica constituída por uma Organização de Massa (OM) e uma Organização Política (OP), uma espécie de embrião de um partido agrário baseado no marxismo-leninismo.[50]

Quando a direção das Ligas incorporou a experiência da Revolução Cubana e a teoria da guerra de guerrilhas, elas já defendiam a necessidade de um confronto direto com o bloco industrial-agrário para a conquista da reforma agrária almejada. Esta foi a raiz do confronto com o PCB e a causa da exclusão dos militantes deste partido nas Ligas. Os melhores quadros das Ligas de Pernambuco foram remanejados para outros estados do país, e os militantes mais firmes enviados para os campos de treinamento guerrilheiro, futuro núcleo do dispositivo militar das Ligas. O primeiro campo localizava-se em Goiás e os quadros eram compostos por alguns camponeses e, sobretudo, por universitários e secundaristas. Esta estrutura militar, dirigida por Clodomir dos Santos Morais, tinha autonomia quase completa. Francisco Julião tentou recuperar sua ascendência com a fundação do Movimento Tiradentes, em 21 de abril de 1962. No manifesto de lançamento do movimento, reafirmava-se a defesa do socialismo e da Revolução Cubana, cujos ensinamentos estariam consolidados na *Segunda declaração de Havana*. A iniciativa de Julião fracassou, e em outubro de 1962 a luta interna agravou-se, ocasionando a expulsão do tradicional dirigente político da Comissão Nacional do Movimento Tiradentes. O setor militar do movimento passa para o controle do PC do B.[51] As Ligas poderiam ter se aproximado do "modelo cubano" de Guevara e Debray, pois tinham inserção social no campo, o que não se repetirá nos movimentos posteriores.

Segundo momento: a guerrilha de Caparaó

No imediato pós-1964, ocorreu uma tentativa de resistência armada ao golpe militar, organizada pelo Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), organização de que fazia parte o ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. O treinamento militar do núcleo guerrilheiro em Caparaó começou no dia 26 de novembro de 1966, com a ida de 14 homens ao alto da serra. Participavam também da direção do movimento os militantes Amadeu Rocha e Bayard Boiteux.[52] Esse movimento objetivava derrubar o regime militar instalado em 1964. Contudo, o plano foi descoberto, e o movimento, desarticulado por forças do exército.

Diversos depoimentos mencionam o auxílio cubano para Caparaó e para os movimentos em torno de Brizola. Paulo Schilling comenta que, nas ações foquistas relativas a Caparaó, o MNR contava com a ajuda de Cuba "em forma de treinamento de militantes e de recursos econômicos necessários à instalação das frentes guerrilheiras".[53] Também Rebello (1980) afirma que os recursos necessários para a compra de armamentos, víveres e uniformes teriam sido financiados por Cuba, por uma negociação direta com Brizola. A entrevista concedida por Brizola a Rebello fala em "ajuda humanitária" de Cuba a seu grupo no exílio (o MNR), até mesmo com treinamento naquele país, mas não é conclusivo sobre a relação direta de Cuba com a guerrilha de Caparaó. Brizola afirma que ainda em 1966 ocorreu seu rompimento com Fidel Castro.[54] Desta forma, o primeiro movimento guerrilheiro ocorrido no Brasil após 1964 adotou uma certa in-

terpretação do foco e dos ensinamentos de Guevara e provavelmente foi apoiado por Cuba. Derrotada antes de disparado o primeiro tiro, a guerrilha, no entanto, não teve uma identidade marxista-leninista.

O "foco" guerrilheiro não era a principal opção dos brizolistas, os quais permaneciam tentando articular outras formas de resistência ao golpe por meio de contatos com lideranças políticas e militares que ainda atuavam legalmente no país. De resto, eles não dispunham de inserção organizada nas massas, sobretudo camponesas, o que tornava impossível uma "via cubana", a não ser que por isso se entenda a versão militarista de Debray.

Terceiro momento: surgimento da ALN e da esquerda armada

Maior partido de esquerda nos anos 60, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi o principal alvo das críticas das novas tendências e organizações que defendiam a luta armada, mesmo daquelas que passaram a se referenciar na "via cubana" do socialismo.

Numa época anterior, o PCB chegara a defender a necessidade de um enfrentamento violento com o regime a partir de 1948, mudando gradativamente esta orientação sob a influência das deliberações do XX Congresso do PCUS e das novas possibilidades de atuação que se abriram durante o governo de Juscelino Kubitschek. Apesar disso, no entanto, o partido não conseguiu sua legalização.

A reorientação seria, afinal, formalizada na *Declaração de março de 1958*, em que foi aprovada uma nova linha política que aproximou o PCB da maioria dos demais PCs latino-americanos. Nessa *Declaração*, afirma-se que o desenvolvimento capitalista interessa ao povo brasileiro, pois a con-

tradição principal ocorre entre a nação em desenvolvimento e o imperialismo norte-americano. Ou seja, reconhece-se um papel progressista na "burguesia nacional", a qual estaria interessada em suplantar a aliança entre o imperialismo (sobretudo norte-americano) e o latifúndio local, este último de natureza feudal. O eixo principal da atuação do PCB baseava-se na defesa de uma "via pacífica" da revolução,[55] o que ocasionava uma convergência tática com setores importantes no cenário político e intelectual da época, como os defensores das teses desenvolvimentistas. A viabilidade desta nova linha se basearia na situação internacional favorável e na correlação de forças dentro do país, concretizando-se por meio da luta pela ampliação das liberdades democráticas e das reformas de estrutura. A luta armada ficava reservada apenas para a eventualidade da resistência a um golpe reacionário.[56] Claro que nem todos dentro do PCB concordaram com esta mudança de rumo, fato que posteriormente (sobretudo após o golpe de 1964) serviu como base para a formação de diversas dissidências, as quais deram origem a novos partidos. No V Congresso (1960), estas teses foram referendadas e a corrente alternativa, considerada stalinista, excluída do Comitê Central. Como reação quase imediata, o grupo dirigido por João Amazonas e Maurício Grabois fundou o PC do B, agrupado em torno da continuidade do referencial encarnado por Stálin.[57]

O PCB mantinha uma posição peculiar em relação à Revolução Cubana: em todos os documentos oficiais, declarava-se solidário com ela, estimulando também a formação de algumas entidades de solidariedade. No entanto o partido opunha-se frontalmente à aplicação concreta da "via cubana" no Brasil, entendendo-se por isso a luta armada e a substituição do partido pelo núcleo armado como vanguarda da revolução. Na Resolução Política do V Congresso (1960), pode-

se constatar a deliberação do PCB de dar "todo apoio à revolução cubana contra quaisquer tentativas de agressão ou intervenção do imperialismo norte-americano nos assuntos internos de Cuba".[58] Expressão desta política em relação a Cuba é o *Informe de balanço do CC ao VI Congresso*, de 1967. Nele está espelhada a disputa entre a direção do partido e os grupos que defendem a luta armada no Brasil e que depois se desligarão da organização, formando a ALN e o PCBR, entre outros. O documento afirma solidariedade com Cuba, mas critica os defensores das teses sustentadas pelos cubanos para a expansão da revolução na América Latina: caracterização daquela etapa da revolução como socialista, defesa de uma revolução feita por pequenos grupos e não pelas massas, negação da existência da burguesia nacional e defesa da luta armada como única forma de luta. O PCB reclama também dos fortes ataques que sofre em artigos publicados no jornal *Granma*[59] e em revistas teóricas cubanas. Existe aí também um ataque frontal à OLAS, que no entanto não é identificada diretamente com a Revolução Cubana:

> Não podemos [...] concordar com a atividade do Comitê da chamada Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), que, em vez de cuidar, como seria plausível e de grande utilidade, da solidariedade e apoio político e moral aos movimentos democráticos e anti-imperialistas nos países da América Latina, pretende assumir o papel de centro dirigente da revolução para os povos latino-americanos, procura ditar diretivas ao movimento revolucionário, desconhecendo os Partidos marxista-leninistas de cada país, e dando apoio ostensivo a grupos de renegados e divisionistas. Foram esses os motivos pelos quais nosso Partido deixou de enviar representante à reunião recente da referida Organização, já que não havia nenhuma utilidade para o movimento brasileiro comprometer-se com decisões equivocadas e prejudiciais.[60]

Em 1967, o debate sobre o caráter da revolução brasileira, dentro do PCB, deu lugar a uma cisão entre uma ala (majoritária) que defendia uma luta de massas pacífica para resistir à ditadura e uma ala denominada Corrente Revolucionária, que defendia a luta armada. Na Corrente, a influência de Cuba e do exemplo de Che Guevara era marcante. Dessa última ala surgiram a Ação Libertadora Nacional (ALN), dirigida por Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, que defendia a guerrilha como nova organização de vanguarda, e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), dirigido por Mário Alves, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho, que permanecia defendendo a necessidade do partido marxista-leninista.

Outra organização que teve origem no PCB um pouco antes (1966) foi a Dissidência da Guanabara (DI-GB), mais tarde conhecida como MR-8,[61] a mais importante das dissidências estudantis regionais. Essa organização, em conjunto com outras Dissidências (em São Paulo, no Rio Grande do Sul, no estado do Rio de Janeiro, entre outras), teve grande influência na organização do movimento estudantil e tentou adquirir um perfil alternativo aos que preconizavam ações armadas imediatas (ALN) e aos que defendiam a construção prévia de um partido de novo tipo (PCBR). Em fins de 1968, no entanto, a DI-GB já se inclinava para as ações armadas.

A Ação Libertadora Nacional, grupo fundado por Carlos Marighella, foi o principal representante da linha castro-guevarista no Brasil. O *Minimanual do guerrilheiro urbano*, de Marighella, é sem dúvida o livro de orientação da luta armada, escrito no contexto da revolução brasileira, mais conhecido no mundo.[62] Marighella foi durante muitos anos militante do PCB e, portanto, fiel à política de aliança com a

"burguesia nacional", a qual, na análise deste partido, fortaleceria o movimento antiimperialista.[63] Começou a discordar da linha do partido sobretudo após 1964, embora já no episódio da crise da renúncia de Jânio tivesse exposto suas divergências internamente.

Marighella foi ferido e preso em maio de 1964, poucos dias após o golpe militar. Nesta ocasião ele enfrentou os agentes do DOPS, que no entanto conseguiram prendê-lo dentro de um cinema no bairro da Tijuca. Para explicar este episódio, o dirigente comunista publicou, no início de 1965, a obra *Por que resisti à prisão*. Nela ele se posicionava publicamente contra a linha dominante no PCB, defendendo o direito e o dever de lutar contra o novo regime que se instalou no país e caracterizando-o como uma ditadura militar fascista.

> Os brasileiros estão diante de uma alternativa. Ou resistem à situação criada com o golpe de 1º de abril ou se conformam com ela. O conformismo é a morte. No mínimo, viver de joelhos. Sofrer humilhações sem fim. Amargar o espezinhamento ante os IPMs e seus inquisidores-chefes. [...] é evidente que a solução do problema brasileiro por uma via pacífica se distanciou enormemente da realidade, depois do emprego da violência pelos inimigos do povo.[64]

Já neste documento encontram-se presentes a inspiração da "via cubana" e a descrença na possibilidade de construção do socialismo por uma via pacífica, mesmo no caso de vigência de uma democracia liberal:

> A revolução cubana é um exemplo ilustrativo de que na América Latina — ou pelo menos em muitos países latino-americanos — nada há a esperar de uma via pacífica para a conquista da independência ou do progresso social. As eleições são apenas um termômetro para as classes dominantes

> aquilatarem o grau de consciência do povo. E, a fim de impedir uma solução definitiva a favor das massas, por meios legais e constitucionais, as elites não vacilam: empregam a violência e vão ao estado de sítio, quando não ao golpe. Sem que o povo organize sua própria força e sem que disponha de seus próprios recursos (desde a autodefesa de massas à sua organização armada), sem admitir a possibilidade da insurreição popular, somente com base na confiança em relação à capacidade dirigente de setores burgueses interessados em reformas, é impossível libertar o povo.[65]

Nesse mesmo documento encontra-se uma crítica aberta à política do PCB anterior a 1964, que se choca com a autocrítica feita pelo partido de que teria avançado demais na radicalização *esquerdista* de suas posições. Para Marighella, a questão é exatamente oposta; criticando a política do PCB na luta pelas reformas, afirmou:

> A grande falha desse caminho era a crença na capacidade de direção da burguesia, a dependência da liderança proletária à política efetuada pelo governo de então. [...] A liderança tinha ilusões quanto ao evidente perigo de golpe, denunciado várias vezes, embora a isso não se seguissem as medidas capazes de enfrentá-lo. Repetiam-se as advertências de que responderíamos à violência com a violência, de que os golpistas seriam esmagados se levantassem a cabeça, sem que as palavras coincidissem com os atos. A nenhuma resistência organizada a 1º de abril — exceto a greve geral — foi o resultado mais sensível do erro tático de confiar na capacidade de direção da burguesia sem o apelo à organização de massas e à ação e vigilância independentes.[66]

Em maio de 1965, o Comitê Central (CC) do PCB realizou sua primeira reunião depois do golpe, e nela ocorreu uma clara definição de duas posições: a maioria, apoian-

do as teses do V Congresso, e a minoria, que incluía Marighella, defendendo a resistência armada como única forma de combater a ditadura. Em 1966, Marighella foi eleito primeiro-secretário do Comitê Estadual de São Paulo, o que sinalizava um confronto com o CC, de vez que, com a publicação do livro *Por que resisti à prisão*, considerava-se que suas divergências haviam se tornado públicas, o que era considerado inadmissível em um dirigente do PCB.[67]

Em dezembro do mesmo ano, Marighella demitiu-se da Comissão Executiva do PCB, mas continuou à frente do Comitê Estadual de São Paulo. O ponto central da carta em que comunica a decisão de seu afastamento é a crítica às concepções da direção do PCB, na qual predominavam o "fatalismo histórico de que a burguesia é a força dirigente da revolução brasileira" e a conseqüente submissão da tática do proletariado à da burguesia. Nessa carta, as menções elogiosas à Revolução Cubana, embora não sejam abundantes, delimitam claramente as posições em contraste.[68] Em abril de 1967, Marighella foi reeleito primeiro-secretário do CE de São Paulo, com o voto de 33 dos 37 delegados, e a principal resolução da conferência indicava a luta armada como o caminho da revolução.[69]

Em junho de 1967, contrariando decisão do CC de não comparecer à Conferência da OLAS,[70] Marighella embarcou para Cuba, onde permaneceu pelo menos até sua realização, em agosto do mesmo ano. Em sua carta ao CC, de 17 de agosto de 1967, em que comunica seu afastamento deste organismo, Marighella defende a guerrilha rural,[71] enfatizando:

> O que há entre a minha posição e a do CC é uma profunda divergência política e ideológica. O CC está contra a OLAS e afastou-se da Revolução Cubana, tomando a deliberação de

> não mandar nenhum representante à Conferência que aqui se realizou. Eu estou a favor da OLAS e me considero integrado na Revolução Latino-Americana, da qual a Revolução Cubana é pioneira.[72]

A defesa conseqüente da OLAS em seus esforços de realização de uma revolução continental na América Latina e as declarações duras que proferiu contra o imobilismo da direção do PCB levaram à exclusão de Marighella do Comitê Central do partido.

A adesão da ALN às teses castro-guevaristas pode ser comprovada pela leitura de seus principais documentos. O papel central da ação guerrilheira, sem distinção entre o fator político e o fator militar e com a progressão até a formação de um exército popular que possa enfrentar o exército regular, segue o processo apresentado por Guevara e Debray. No entanto, um elemento central daquela concepção foi, no caso da ALN, subvertido: a guerrilha começou como guerrilha urbana, como forma de acumular os recursos necessários para a passagem à guerrilha no campo. O papel dessa guerrilha urbana é por vezes definido de forma vaga: libertar o Brasil e expulsar o imperialismo norte-americano. E, mais do que isso, seu papel aqui não é apenas auxiliar, secundário em relação ao campo, mas também uma precondição para a luta no campo.[73] No citado *Manual*, no entanto, a função da guerrilha urbana aparece mais próxima àquela definida por Guevara e Debray.

No documento "O papel da ação revolucionária na organização", de maio de 1969, há mesmo uma discordância explícita com relação à tese do foco:

> O nosso combate ao imperialismo é enfrentado sob formas novas e com características próprias e por não nos preocu-

> parmos em abrir no Brasil qualquer foco guerrilheiro. O caminho que seguimos é o da estratégia global, que tem como finalidade o desenvolvimento da guerra revolucionária em tríplice aspecto de guerrilha urbana, guerra psicológica e guerrilha rural. O nosso esforço principal concentra-se a favor da guerrilha rural; não um foco, mas o resultado da implantação da infra-estrutura guerrilheira, por onde quer que apareça e se desenvolva a nossa organização revolucionária. Partindo do fato de que o Brasil é um país continental pela imensidade da sua área, encaramos a guerrilha como guerra de movimento e não como foco.[74]

Marighella confirmou esta avaliação das teses de Debray em novembro de 1969, ao esclarecer, em entrevista ao jornalista Conrad Detrez, que "certas idéias me foram úteis; quanto à idéia do 'foco insurrecional' estou em desacordo".[75]

Em outro documento da ALN, "As perspectivas da revolução brasileira", ele assinala dois pontos de unidade entre todos os grupos e organizações da luta armada:

> A primeira é que todos os grupos estão lutando, não para substituir os militares por um poder civil ou por outro poder burguês-latifundiário. Todos os grupos revolucionários lutam pela derrubada da ditadura militar e pela mudança do regime. Todos querem que a atual estrutura de classes da sociedade brasileira seja transformada e que o aparelho burocrático-militar do estado seja destruído, para em seu lugar ser colocado o povo armado. A segunda é que os grupos revolucionários querem expulsar do país os norte-americanos.[76]

A propaganda armada, tão duramente criticada por Debray, aparece no *Minimanual do guerrilheiro urbano* tanto em sua forma castro-guevarista mais clara, isto é, como resultado de ações armadas concretas contra o governo, como

também em sua forma "condenável", isto é, por meio da difusão de textos, ocupação de emissoras, de serviços de alto-falantes e até mesmo de cartas enviadas para listas de endereços. O objetivo é ganhar o apoio de uma parte da população e pelo menos a neutralidade da outra parte.[77]

O castro-guevarismo de Marighella é claramente crítico das concepções de Debray, o que se verifica mesmo na exclusão de *Revolução na revolução* da relação de leituras recomendadas ao guerrilheiro no *Pequeno manual do guerrilheiro urbano*. Nessa relação aparecem apenas três textos de Guevara e quatro textos da organização.[78]

Conforme menciona Ferreira (1999), a ALN assume explicitamente princípios defendidos pelos cubanos contra os reformistas (PCs), como: "o dever de todo revolucionário é fazer a revolução"; "não pedimos licença a ninguém para praticar atos revolucionários"; "só temos compromisso com a revolução".[79] Esses princípios denotam uma forte valorização da *vontade política e na ação revolucionária*, o que servia para aglutinar os descontentes com a política do PCB, percebida como reformista e *passiva*. No entanto, isso ocorria em detrimento de um maior aprofundamento teórico da organização, fato que prejudicava seu desempenho político e de certa forma a afastava de um leninismo mais conseqüente. Também é de notar que, ao contrário da concepção castro-guevarista, a revolução brasileira não é claramente assumida como estando em uma etapa socialista, havendo certa indefinição sobre o assunto, somada à ênfase na resolução de questões antiimperialistas.

Também originado na oposição ao CC, durante o VI Congresso do PCB, em 1967, o PCBR[80] sofreu desde seu nascimento forte influência das idéias castro-guevaristas, caracterizando-se, no entanto, por certo ecletismo.[81] Desta

forma, defenderia o exemplo cubano e reivindicaria as resoluções da OLAS[82] e, ao mesmo tempo, criticaria a idéia de foco, defendendo a primazia do partido marxista-leninista na luta armada.

Criada antes do golpe de 1964, a POLOP[83] também sofreu forte influência castro-guevarista. A organização recusava o papel de liderança da "burguesia nacional". Conforme afirma Theotonio dos Santos, um de seus teóricos:

> O que unia todos era a oposição à linha do PCB, adotada em 1958, segundo a qual era necessária uma aliança com a burguesia nacional para completar as tarefas democráticas burguesas no Brasil. Nós achávamos que as lutas contra os elementos pré-capitalistas da sociedade brasileira, como a estrutura agrária, contra o imperialismo e pela implantação da democracia, não poderiam se realizar nos marcos de um capitalismo nacional e democrático, tal como o Partido Comunista e o ISEB defendiam naquele momento.[84]

A existência de sólidas alianças entre a burguesia, por um lado, e o latifúndio e o imperialismo, por outro, levou a POLOP a sustentar o caráter socialista da revolução brasileira. Reis Filho (1990) afirma que esta análise não se circunscrevia ao Brasil, mas era aplicável mundialmente para os países atrasados. "Não havia alternativas intermediárias: reação ou revolução, socialismo ou imperialismo". Desta forma, só restava o recurso à violência: revolução socialista ou caricatura de revolução.[85] Tal concepção se aproximava da defesa realizada por Guevara e Debray da revolução socialista continental na América Latina, esta última determinada exatamente pela ligação da região ao sistema capitalista mundial. Gorender (1999) assim comenta a concepção teórica da POLOP: "[...] as diferenças nacionais entre os países integrados no sistema capitalista mundial se tornavam secundárias diante do amadurecimento geral do sistema para a transição direta ao socialismo".[86]

A influência da Revolução Cubana ajudou a legitimar muitas das formulações iniciais da POLOP. Como explica Moniz Bandeira, então um de seus dirigentes:

> À medida que começou a radicalizar ideologicamente, a condenar a concepção da revolução democrático-burguesa na América Latina, a colocar a questão da revolução socialista, a negar o papel da burguesia nacional, a Revolução Cubana fortalecia as nossas posições. [...] A Revolução Cubana deu também o exemplo de um socialismo que ainda não estava estratificado pela burocracia.[87]

Se inicialmente a POLOP percebia a Revolução Cubana com desconfiança, caracterizando a reforma agrária organizada por Fidel Castro como "burguesa", cujo objetivo seria neutralizar as "convulsões sociais", esta posição evoluiu para um apoio entusiasmado aos acontecimentos do Caribe, sobretudo após a declaração do caráter socialista da revolução, em 1961.[88] A nova posição pode ser percebida no documento "A situação nacional", publicado no órgão *Política Operária*, em 1963:

> A Revolução Cubana é, hoje, o defensor mais conseqüente dos interesses vitais dos operários e camponeses do Continente e, por sua vez, necessita mais do que nunca do apoio ativo dessas classes, para resistir à ofensiva latente do imperialismo e da burguesia latino-americana. Para a mobilização dessas massas a favor da defesa militante da Revolução Cubana, não basta mais falar em "autodeterminação", "defesa dos fracos", ou "coexistência pacífica no Hemisfério". É necessário, antes de tudo, despertar a consciência de classe do proletariado,

> mostrando que a Revolução realizou objetivos comuns, expropriando uma classe dominante e dando o primeiro passo para a transformação socialista da América Latina. A luta do imperialismo contra a Revolução Cubana não é mais do que uma luta pela conservação do direito de exploração das vastas massas latino-americanas pelo capital financeiro internacional. A pregação do verdadeiro caráter da Revolução Cubana, isto é, do caráter de classe do novo regime criado, é um dos fatores mais poderosos para a formação do proletariado brasileiro independente, que constitui a única força conseqüente com que Cuba poderá contar para sua defesa entre nós.[89]

A POLOP tentou inovar teoricamente, concebendo uma nova estratégia revolucionária, sintetizada a partir da combinação da greve geral com o "foco catalisador", utilizando contribuições de Lênin, Rosa Luxemburgo e Che Guevara. Esse "foco catalisador", que, no entanto, nunca foi concretizado, combinaria o foco guerrilheiro no campo e a insurreição da classe operária.

> A primeira tarefa política do foco guerrilheiro há de ser, desta maneira, a de colocar claramente no cenário político do país uma nova liderança, uma alternativa revolucionária ao poder das classes dominantes. O fato consumado do foco de guerrilha elevará o nível da luta, apressará a unificação das forças da esquerda revolucionária e a constituição do partido revolucionário da classe operária. Da instalação do foco até a insurreição do proletariado da cidade, haverá um caminho prolongado, mas será um caminho só, com um objetivo traçado: a Revolução dos trabalhadores brasileiros no caminho do socialismo.[90]

Esta organização era conhecida pelo forte papel que intelectuais e estudantes nela desempenhavam e pela dificuldade de se inserir nos movimentos e organizações de trabalhadores. Após o golpe de 1964, a POLOP começou a realizar contatos com militares egressos do MNR, visando a ações mais diretas de enfrentamento com o regime, o que no entanto não se concretizou. O recrudescimento da repressão organizada pelo governo militar e a disposição de alguns de seus militantes para passar de fato ao enfrentamento armado com o regime deram origem a dois novos agrupamentos nos quais o elemento militar predominava claramente sobre o político — o COLINA e a VPR, que se diferenciavam apenas pela composição.[91] A VPR considerava que o restante da esquerda era incapaz de assimilar o verdadeiro leninismo, indicando como referências fundamentais as obras de Marx, Lênin, Debray e Guevara. A síntese guerrilha–partido seria o resultado da união entre Lênin e Guevara. O exército popular, destacamento mais avançado da luta de massas, seria o embrião do novo partido marxista-leninista.

A Ação Popular (AP)[92] é um exemplo de organização em que a influência castro-guevarista foi forte em certo momento, logo depois decaindo e sendo abandonada em favor do maoísmo. Um de seus dirigentes à época, Betinho, comentou nestes termos a influência da Revolução Cubana em sua vida e na organização: "Em 59, 60, 61, a Revolução Cubana era uma presença marcante: nós fizemos cartazes sobre educação em Cuba, sobre outras coisas em Cuba. [...] Quando a gente chegou na JUC [...] a influência da Revolução Cubana nos pegou a todos — e todos éramos revolucionários cubanos".[93]

Em 1964, a AP defendia uma alternativa política ao capitalismo e ao comunismo de tipo soviético, referindo-se a um humanismo cristão mesclado com influências da Revolução Cubana. Betinho menciona que, durante a luta interna na AP, ele permaneceu em uma posição favorável à

"via cubana", enquanto a maioria da direção adotou a linha maoísta a partir do início de 1968, quando Betinho foi alijado da direção.[94]

O documento-base da AP dizia:

> No momento revolucionário, deverá dar-se a coalizão das diferentes forças políticas que por uma contingência histórica aceitaram uma participação unificada, num organismo que deve reunir progressivamente as forças populares. [...] Poderá fazer-se sentir a necessidade de um partido único ou outro tipo de organização, segundo as circunstâncias do processo revolucionário.[95]

Esta fórmula organizativa coincide em alguns pontos com a posição cubana: não reconhece no PC tradicional o papel de vanguarda e não acredita que esse papel já tenha sido preenchido, nem mesmo pela própria AP. Como vimos anteriormente, esse papel só poderia ser preenchido por uma organização que efetivamente possuísse algum tipo de hegemonia sobre as massas populares e estivesse à frente da revolução armada. Ou seja, a vanguarda somente poderia ser claramente caracterizada em determinado estágio histórico, quando a revolução fosse uma possibilidade concreta.

Comentários finais

As idéias sistematizadas por Guevara e Debray tiveram um forte papel entre aquelas que influenciaram a esquerda brasileira nos anos 60. Um dos elementos do que denominamos "via cubana" ou castro-guevarismo — a centralidade do campo na luta político-militar e o conseqüente papel de destaque do campesinato — já estava presente em

outros movimentos teóricos e políticos da época, como na revolução argelina[96] e no movimento maoísta, por meio da teoria do cerco das cidades pelo campo. No Brasil, então um país de população majoritariamente rural, o papel fundamental do campo foi defendido pelas Ligas Camponesas de Julião, pelo MNR de Brizola e pela ALN, entre outros. No entanto, com exceção da incipiente experiência das Ligas e do evento de Caparaó, a ação das organizações brasileiras influenciadas pelo castro-guevarismo ficou restrita às cidades. Isto é, apesar de defenderem teoricamente a centralidade da luta revolucionária no campo, essas organizações revolucionárias nunca conseguiram se estruturar para concretizar esta tese.

Tema de relevo nos anos 60 foi o debate sobre o caráter da revolução brasileira e de suas etapas. Esse debate era central para os partidos comunistas, os quais seguiam uma perspectiva *etapista*: numa primeira fase, haveria uma etapa nacional e democrática, quando seriam resolvidas as tarefas antiimperialistas e a liquidação dos resíduos feudais e semifeudais de nossa formação social. Nessa etapa, a "burguesia nacional" seria considerada um aliado do proletariado. A contradição central ocorreria entre a "burguesia nacional" e o imperialismo, este último aliado aos proprietários de terra de natureza feudal. Após essa etapa, a contradição central passaria a ocorrer entre a burguesia e o proletariado, quando a etapa socialista entraria na ordem do dia.[97] A "via cubana" defendia que a etapa da revolução em toda a América Latina era antiimperialista e socialista, pois seria dominante na região a oligarquia composta pela burguesia local e pelos latifundiários e aliada do imperialismo, sendo infrutífero tentar localizar alguma brecha neste amálgama que pudesse ocasionar uma mudança revolucionária na sociedade. Este ataque frontal às posições etapistas dos PCs, a defesa

da luta armada e uma nova forma organizacional (militarista) atraíram organizações como ALN, POLOP, AP, VPR e COLINA, entre outras, para a "via cubana".

Várias organizações armadas aderiram à teoria do foco mesmo após a morte de Guevara na Bolívia. No entanto, esta adesão ocorria na prática de forma muito heterodoxa, incorporando determinadas mudanças nesta concepção: aumento da importância da guerrilha urbana (por via de regra apenas esta existiu), implantação de múltiplos focos, combinação do foco com a insurreição de massas. Entre os grupos assumidamente "foquistas", com uma concepção mais próxima à original, estavam a DI-RJ[98] (destruída em 1969), o COLINA e a VPR. A ALN introduziu algumas alterações no foquismo: uma etapa inicial de acumulação de forças nas cidades e a defesa da guerra de movimento em contraposição ao foco (entendido como guerra de posição). Pode ser ainda incluída neste item a concepção do "foco catalisador" da POLOP, a qual no entanto jamais conseguiu ser levada à prática. Em outras organizações, muitas vezes, ocorria um certo ecletismo entre a teoria do foco e outras concepções.

Nos anos 60, e mesmo depois, os EUA e vários governos latino-americanos denunciavam a "exportação da revolução" que os cubanos estariam promovendo. Esta acusação teve forte divulgação na América Latina. O assunto retorna ainda hoje, vez por outra, aos noticiários. Em linhas gerais, os argumentos que contestam esta "tese" foram apresentados no presente capítulo: não é possível exportar a revolução, mesmo que se queira muito fazê-lo; as organizações da esquerda brasileira apresentaram autonomia operacional perante suas referências internacionais no que dizia respeito à decisão da luta armada e do projeto revolucionário no todo; e, por último, o governo cubano e os principais dirigentes

daquela revolução sempre combateram a idéia da exportação da revolução. A força da influência do castro-guevarismo sobre os movimentos da extrema esquerda no Brasil não está relacionada a uma "exportação da revolução", mas às possibilidades percebidas em setores da esquerda local ("nova esquerda"), originadas na vitória da Revolução Cubana e na atividade de diversas organizações guerrilheiras na América Latina por ela inspiradas. Além disso, havia a possibilidade de ajuda concedida por Cuba a organizações locais, previamente decididas a empreender a luta armada. Ajuda importante, mas nem remotamente decisiva para uma possível vitória da revolução no Brasil.

A Revolução Cubana, vitoriosa a 90 milhas do Império, aparecia como um feito épico, a partir do qual outras revoluções seriam possíveis na região, influenciando e estimulando fortemente projetos revolucionários e demandando dos partidos comunistas e demais organizações de esquerda uma resposta teórica e prática às propostas castro-guevaristas. No Brasil, as idéias revolucionárias que partiam da ilha serviram para justificar a formação de novas vanguardas à margem do PCB, partido que optara por não empreender ações armadas. O acerto ou o erro da luta então empreendida repousam nas organizações brasileiras. Sua derrota, ocorrida em meio à ausência de participação popular, sobretudo após 1968, revela, para além do heroísmo de seus protagonistas, os problemas existentes na avaliação da realidade brasileira formulada por aquelas vanguardas.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Jon Lee. *Che Guevara. Uma biografia.* Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

ARIET, Maria del Carmen. "Hombres como el Che estarán siempre vivos en la memoria" (entrevista à organização argentina El Mate), in VVAA, *Laberintos de la utopía. Entrevistas a fondo a 40 años de la Revolución Cubana.* Buenos Aires: Ediciones de Mano en Mano, 1999, pp. 274-317.
AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
BETTO, Frei. *Batismo de sangue. Os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*, 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
CARONE, Edgar (org.). *Movimento operário no Brasil (1945-1964).* São Paulo: DIFEL, 1981, vol. II.
_____ (org.). *Movimento operário no Brasil (1964-1984).* São Paulo: DIFEL, 1984, vol. III.
CASTRO, Fidel. *Três declarações fazem a história.* São Paulo: Brasiliense, 1962.
DEBRAY, Régis. *Revolução na revolução.* São Paulo: Centro Editorial Latino Americano, s.d.
_____. *Ensayos sobre América Latina*, 3ª ed. México, D.F.: ERA, 1976 [1ª ed., 1969].
DEL ROIO, Marcos. "A teoria da revolução brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo", in *História do marxismo no Brasil.* Campinas: Editora da UNICAMP, 2000, vol. IV, pp. 69-125.
FALCÃO, João. *Giocondo Dias. A vida de um revolucionário.* Rio de Janeiro: Agir, 1993.
FERNANDES, Florestan. "A visão do amigo", in Maria Ângela D'Incao, *História e ideal. Ensaios sobre Caio Prado Júnior.* São Paulo: Editora UNESP, Brasiliense, 1989, pp. 27-39.
FERREIRA, Muniz. "Carlos Marighella: revolução e antinomias", in Cristiane Nova e Jorge Nóvoa (orgs.), *Carlos Marighella. O homem por trás do mito.* São Paulo: Editora UNESP, 1999, pp. 221-55.

FREDERICO, Celso. "A presença de Lukacs na política cultural do PCB e na universidade", in *História do marxismo no Brasil.* Campinas: Editora da UNICAMP, 1995, vol. II, pp. 183-221.
_____. "A política cultural dos comunistas", in *História do marxismo no Brasil.* Campinas: Editora da UNICAMP, 1998, vol. III, pp. 275-304.
GARCIA, Marco Aurélio. "Um ajuste de contas com a tradição", in Maria Ângela D'Incao, *História e ideal. Ensaios sobre Caio Prado Júnior.* São Paulo: Editora UNESP, Brasiliense, 1989, pp. 271-78.
_____ (org.). *As esquerdas e a democracia.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, CEDEC, 1986.
GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. *História contemporânea da América Latina. Imperialismo e libertação.* São Paulo: Vértice, 1987 [ed. original 1985].
GORENDER, Jacob. "Sobre a questão da democracia" (entrevista concedida a Armando Boito Jr., Márcio Naves e Caio Navarro de Toledo em junho de 1983), *Teoria & Política*, nºs 5-6. São Paulo: Brasil Debates, ano 2, 1984, pp. 35-59.
_____. "Do pecado original ao desastre de 1964", in Maria Ângela D'Incao, *História e ideal. Ensaios sobre Caio Prado Júnior.* São Paulo: Editora UNESP, Brasiliense, 1989, pp. 259-69.
_____. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, 6ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Ática, 1999.
GUEVARA, Ernesto Che. *A guerra de guerrilhas*, in *Obras completas*, 5ª ed. São Paulo: Edições Populares, 1980, vol. 3.
_____. *Por uma revolução internacional*, in *Obras completas.* São Paulo: Edições Populares, 1981, vol. 9.
KALFON, Pierre. *Che. Ernesto Guevara, uma lenda do século.* Lisboa: Terramar, 1997.

LENTIN, Albert-Paul. "De Bandung a Havana", in Theo Santiago (org.), *Descolonização*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977, pp. 37-59.

LINHARES, Maria Yedda Leite. "Descolonização e lutas de libertação nacional", in Daniel A. Reis Filho, Jorge Ferreira e Celeste Zenha (orgs.), *O século XX. Volume 3: O tempo das dúvidas. Do declínio das utopias às globalizações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LÖWY, Michael. *El pensamiento de Che Guevara*, 5ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI, 1974 [1ª ed. em francês, 1970].

______ (org.). *O marxismo na América Latina. Uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MARIGHELLA, Carlos. *Manual do guerrilheiro urbano e outros textos*, 2ª ed. Lisboa: Assírio & Alvim, s.d.

______. *Por que resisti à prisão*. S.l., Edições Contemporâneas, 1965.

MARTINS FILHO, João Roberto. "Resenha do livro *Carlos Mariguella. O inimigo número um da ditadura militar*, de Emiliano José", *Crítica Marxista*, nº 7. São Paulo, 1998, pp. 139-42.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *De Martí a Fidel. A Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MORAES, Denis de. *A esquerda e o golpe de 64. Vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

______. *Vianinha. Cúmplice da paixão*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.). *PCB: vinte anos de política. 1958-1979*. São Paulo: LECH, 1980.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Guerra popular — Caminho da luta armada no Brasil*. S.l., Edições Maria da Fonte, s.d.

PATARRA, Judith Lieblich. *Iara. Reportagem biográfica*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira*, 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1978 [1ª ed., 1966].

QUARTIM, João. "Régis Debray and the Brazilian revolution", *New Left Review*, nº 59, jan.-fev., 1970, pp. 65-82.

QUARTIM DE MORAES, João. "Che Guevara: o antiimperialismo em atos", *Crítica Marxista*, nº 5. São Paulo, 1997, pp. 129-43.

______. "O programa nacional-democrático: fundamentos e permanência", in *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000, vol. IV, pp. 151-209.

REBELLO, Gilson. *A guerrilha de Caparaó*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

REIS FILHO, Daniel A. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

______. "O mundo socialista: expansão e apogeu", in Daniel A. Reis Filho, Jorge Ferreira e Celeste Zenha (orgs.), *O século XX. Volume 3: O tempo das dúvidas. Do declínio das utopias às globalizações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

REIS FILHO, Daniel A. e SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da revolução. Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: FAPESP, Editora 34, 2000.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

______. "1968: rebeliões e utopias", in Daniel A. Reis Filho, Jorge Ferreira e Celeste Zenha (orgs.), *O século XX. Volume 3: O tempo das dúvidas. Do declínio das utopias às globalizações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Rodrigues, Miguel Urbano. *Opções da revolução na América Latina.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

Sousa, Herbert José de. *Betinho. No fio da navalha.* Rio de Janeiro: Revan, 1996.

Szulc, Tad. *Fidel. Um retrato crítico.* São Paulo: Best Seller, 1987.

Talarico, José. *Depoimento ao Cpdoc.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998.

Vigevani, Tullo. *Terceiro Mundo. Conceito e história,* 2ª ed. São Paulo: Ática, 1994.

Notas

1 Linhares (2000, p. 57). A expressão "terceiro mundo" teve origem imediata em um artigo de Alfred Sauvy, escrito em 1952. Essa expressão denominava o conjunto dos países não incluídos no capitalismo central e nos países socialistas europeus, ou seja, os países subdesenvolvidos. Foi forjada por analogia ao "terceiro estado" da Revolução Francesa de 1789, que era o mais numeroso da sociedade.

2 Lentin (1977, p. 42).

3 Reis Filho (2000, p. 20).

4 Moraes (2000, p. 253). Ainda conforme este autor, apenas no final dos anos 70 é que Antônio Gramsci voltaria a ser lido e a tornar-se influente em segmentos da esquerda brasileira. "Com a revisão crítica do período da luta armada e a crise do chamado 'socialismo real', a concepção gramsciana da revolução progressiva reacenderia em vitalidade" (ibidem). Sobre a recepção de Lukács pela esquerda brasileira, veja-se nesta coleção o artigo de Celso Frederico (1995), no qual fica clara a dificuldade de sua difusão nos anos 60 na "nova esquerda", que o considerava um "reformista"; no PCB, onde era considerado um dissidente; e na universidade, onde era considerado um "stalinista". Sobre as dificuldades enfrentadas pelas obras de Gramsci e Lukács em influenciar a esquerda brasileira, especificamente centrado na política cultural dos comunistas nos dez anos que se seguiram ao golpe de 1964, é útil consultar o texto de Celso Frederico (1998) incluído nesta coleção.

5 Vigevani (1994, p. 64).

6 Szulc (1987, p. 577).

7 Moraes (1989, p. 30).

8 Lentin (1977, p. 46). O desembarque de contra-revolucionários cubanos em Playa Girón, organizado pela CIA e apoiado pela marinha de guerra norte-americana, foi derrotado graças à mobilização popular (milícias revolucionárias) e à ação do exército rebelde.

9 Castro (1962, p. 170).

10 Pierre Vilar, "Movimientos nacionales de independencia y clases populares en América Latina", in *Independencia y revolución en América Latina*. Barcelona: Anagrama, 1976, Cuadernos Anagrama, nº 114.

11 González Casanova (1987, p. 204).

12 Cf. Löwy (org.) (1999, pp. 311-13).

13 A escolha das obras de Che e Debray foi determinada primeira mente pela idéia do "foco" guerrilheiro, central para as organizações da "nova esquerda brasileira". Entre as obras de Guevara mais conhecidas no Brasil nos anos 60, estão *Guerra de guerrilhas* e *Passagens da guerra revolucionária* (sobre a guerrilha em Sierra Maestra). Dentre as principais obras de Debray no período, sobressaem *Castrismo: longa marcha na América Latina* e *Revolução na revolução*, que exerceram enorme influência sobre a esquerda brasileira. Outro texto decisivo foi *Mensagem aos povos do mundo através da Tricontinental*, publicado em 1967, em Cuba. Nele Guevara afirma a estratégia de "criar dois, três, muitos Vietnãs", ou seja, de encarar a revolução necessária como basicamente mundial, mas sobretudo focada nos três continentes mais explorados: a América (América Latina), a Ásia e a África.

14 Quartim de Moraes (1997, pp. 137-38).

15 Idem, op. cit., pp. 65-67.

16 Rodrigues (1968).

17 Anderson (1997, p. 823).

18 Ariet (1999, p. 292). Maria del Carmen Ariet, especialista cubana no pensamento de Che Guevara, desde 1985 é coordenadora científica do Arquivo Pessoal do Che, em Havana (Cuba).

19 Moniz Bandeira (1998) observa que a obra de Che Guevara *Guerra de guerrilhas* foi publicada em Cuba um ano após a vitória da revolução e no Brasil já em 1961, pelas Edições Futuro (Rio de Janeiro), traduzida por Maurício Grabois, mais tarde dirigente do PC do B. Confundiu-se, entretanto, ao atribuir a Grabois, em 1961, a condição de dirigente do PC do B, que foi fundado em 1962. Na mesma nota ele atribui a este partido a condição de representante da linha chinesa, a qual ainda não havia sido plenamente adotada pelo grupo que saiu do PCB.

20 Na análise deste texto excluo as questões técnico-militares ali presentes por estarem fora de nosso foco de preocupações.

21 Che Guevara (1980, p. 13).

22 Idem, op. cit., p. 14.

23 Idem, op. cit., pp. 127-28.

24 Idem, op. cit., p. 44.

25 Idem, op. cit., pp. 35-36.

26 Idem, op. cit., pp. 67-68.

27 Ver idem, op. cit., p. 100.

28 Idem, op. cit., p. 128.

29 Idem, op. cit., p. 129.

30 Idem, op. cit., pp. 134-35.

31 Debray (s.d., p. 9).

32 Idem, op. cit., p. 12.

33 Idem, op. cit., p. 39.

34 Idem, op. cit., p. 38.

35 Idem, op. cit., p. 52.

36 Idem, op. cit., pp. 52-53.

37 Idem, op. cit., p. 54.

38 Idem, op. cit., pp. 65-66.

39 Idem, op. cit., p. 77.

40 Idem, op. cit., pp. 81-82.

41 Idem, op. cit., p. 84.

42 Idem, op. cit., pp. 94-95.

43 Idem; op. cit., pp. 101-2.

44 Daniel Aarão Reis Filho, in Garcia (org.) (1986, pp. 46-48 e 53).

45 Idem, op. cit., p. 48.

46 Guevara (1981, p. 89).

47 Azevedo (1982, pp. 55-59).

48 Moraes (1989, p. 80).

49 Em depoimento realizado em 1983, Julião declarou: "Realmente Fidel Castro exerceu sobre mim uma influência poderosa. A Revolução Cubana me causou um profundo impacto. Sobretudo a figura de Fidel. Uma figura forte, carismática, um homem que transluzia sinceridade, honestidade nas suas palavras, na maneira de ser. [...] Quem poderia resistir ao impacto de um homem que saía de uma revolução vitoriosa? E nós aqui vivíamos em uma região tão miserável, com certas características semelhantes a Cuba". Cf. idem, op. cit., pp. 80-81.

50 Azevedo (1982, pp. 77-78).

[51] Idem, op. cit., pp. 92-94.
[52] Rebello (1980, pp. 57-61).
[53] Paulo Schilling em depoimento ao *Pasquim*, 14-21 mar., 1980, p. 12.
[54] Rebello (1980, pp. 61 e 161-65).
[55] Löwy (1999, p. 223).
[56] Gorender (1999, p. 34).
[57] Cf. a respeito da trajetória do PCB, neste período, o artigo de Daniel Aarão Reis Filho, "Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista do Brasil entre 1943 e 1964", in Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis Filho (orgs.), *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002, vol. V, pp. 69-102.
[58] Cf. Nogueira (org.) (1980, p. 59).
[59] Órgão oficial do CC do PC Cubano.
[60] Nogueira (org.) (1980, p. 149).
[61] A DI-GB originou-se a partir de uma dissidência do PCB no meio universitário da Guanabara, ocorrida em 1966. No curso do ano de 1968 o grupo se fortalece e, em abril de 1969, a DI-GB passa a ser uma organização comunista empenhada na guerra revolucionária. Quando realizou, em conjunto com a ALN, o seqüestro do embaixador norte-americano em setembro de 1969, a DI-GB transformou-se no MR-8. Reis Filho e Sá (1985, pp. 340-41).
[62] Na edição portuguesa que utilizamos, o título desse escrito de Marighella é *Pequeno manual do guerrilheiro urbano*. A própria Escola das Américas, instituição pertencente ao exército norte-americano, que funcionou durante um longo período no Panamá e cujos objetivos incluíam o treinamento de oficiais latino-americanos em operações de repressão à guerrilha (contra-insurgência), incluiu esse livro em suas aulas. Além disso, Marighella é o único brasileiro citado em *The Oxford ilustrated history of modern war*, com longa apresentação de seu capítulo sobre a guerra popular. Cf. Martins Filho (1998, p. 139).
[63] Ver nesta coleção o texto de Del Roio (2000).
[64] Marighella (1965, pp. 86 e 128).
[65] Idem, op. cit., pp. 128-29.
[66] Idem, op. cit., pp. 134-35.
[67] Falcão (1993, pp. 244 e 265).
[68] Marighella (s.d., pp. 13-22).
[69] Falcão (1993, p. 266).
[70] Organização Latino-Americana de Solidariedade.
[71] Carone (1984, p. 51).

[72] Idem, op. cit., p. 49.
[73] Marighella (s.d., pp. 34-39).
[74] Idem, op. cit., p. 32.
[75] Ferreira (1999, p. 241).
[76] Marighella (s.d., p. 44).
[77] Idem, op. cit., pp. 97-98.
[78] Idem, op. cit., p. 56.
[79] Ferreira (1999, p. 235).
[80] Formada a partir de militantes organizados em torno da oposição aberta após o VI Congresso do PCB (1967) e que não aderiram à ALN por entenderem que o fator político deveria ser preponderante sobre o militar.
[81] Gorender (1999, p. 114).
[82] Reis Filho (1990, p. 93).
[83] A Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP) foi fundada em fevereiro de 1961, resultante da fusão de grupos de intelectuais e estudantes que no final dos anos 50 começaram a questionar a aliança com a burguesia nacional proposta pelo PCB. Entre eles alinhavam-se setores da Juventude Socialista da Guanabara; partidários de Trótski, Talheimer, Bukharin e Rosa Luxemburgo; parte da Juventude Trabalhista, de Minas Gerais; membros da Liga Socialista e do PSB. Sobre as influências teóricas que contribuíram para a formação da POLOP, ver também Reis Filho (1990, p. 40). Entre os membros da POLOP estavam, entre outros, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra, Moniz Bandeira, Juarez Guimarães de Brito, Ruy Mauro Marini, Eder Sader, Emir Sader e Eric Sachs. Cf. Gorender (1999, p. 40). Para a trajetória da POLOP, cf. Marcelo Badaró Mattos, "Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967)", in Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis Filho (orgs.), *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002, vol. V, pp. 185-212.
[84] Cf. Moraes (1989, p. 68).
[85] Reis Filho (1990, pp. 34, 40 e 62).
[86] Gorender (1999, p. 40).
[87] Cf. Moraes (1989, p. 69).
[88] Reis Filho (1990, p. 89).
[89] *Política Operária*, nº 6, 1963, pp. 8-18. Cf. Carone (1981, p. 90).
[90] *Programa socialista para o Brasil* (setembro de 1967). Cf. Reis Filho e Sá (1985, p. 116).

91 Comandos de Libertação Nacional. Formado em 1968 a partir da fusão de uma dissidência da POLOP em Minas Gerais e egressos do MNR brizolista, defendia a adesão a um foquismo modificado, composto por uma guerrilha rural e bases de apoio. Vanguarda Popular Revolucionária. De composição similar ao COLINA, a VPR foi formada a partir da dissidência da POLOP de São Paulo, de egressos do MNR brizolista e dos movimentos operário e estudantil de Osasco (SP). Cf. Gorender (1999, pp. 140-41).

92 A AP foi fundada em fevereiro de 1963, por estudantes que participavam da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Juventude Estudantil Católica (JEC). Com pensamento originalmente baseado na ala progressista da igreja católica e uma ideologia inicialmente caracterizada como anticomunista por um de seus dirigentes da época, Herbert José de Sousa, o Betinho, a AP acreditava-se no entanto mais radical que o PCB. "Nós questionávamos o nacionalismo do PC no seguinte sentido: éramos contra o pensamento nacionalista que subordinava a classe operária à burguesia. Dizíamos: queremos um nacionalismo que sirva ao movimento popular e que esteja sob a direção do movimento popular. [...] Como nós propúnhamos o socialismo, e a posição do PC era a questão das etapas para se chegar ao socialismo, acreditávamos que corríamos mais que os comunistas, que estávamos na frente deles." Cf. Moraes (1989, pp. 72-73). Para a trajetória da Ação Popular no período considerado, cf. Marcelo Ridenti, "Ação Popular: cristianismo e marxismo", in Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis Filho (orgs.), *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, vol. V, pp. 213-76.

93 Sousa (1996, pp. 32-34).

94 Idem, op. cit., pp. 79-82.

95 Apud Moraes (1989, p. 72).

96 Ver a obra de seu mais conhecido intérprete, o escritor Frantz Fanon, intitulada *Os condenados da terra* e publicada originalmente em 1961.

97 Para uma discussão mais aprofundada sobre o tema, ver no vol. IV desta coleção Quartim de Moraes (2000) e Del Roio (2000).

98 Raros grupos levaram tão longe uma concepção estrita de foquismo como a DI-RJ, organização que, mesmo à custa da perda de parte expressiva de sua militância, tomou a decisão, no final de 1968, de se afastar das cidades. Cf. Gorender (1999, p. 170).

Título	História do marxismo no Brasil Volume I: O impacto das revoluções
Organizadores	João Quartim de Moraes Daniel Aarão Reis Filho
Gerente de produção	Carlos Roberto Lamari
Supervisora de revisão	Ana Paula Gomes
Preparação de originais	Ana Paula Gomes
Revisão	Michel Fauza
Secretário gráfico	Ednilson Tristão
Supervisora de editoração	Silvia Helena P. C. Gonçalves
Editoração eletrônica	Rossana Cristina Barbosa
Designer de capa	Adailton Clayton Santos
Formato	14 x 21 cm
Papel	Off set 75 g/m² – miolo Cartão Supremo 250 g/m² – capa
Número de páginas	320
Vegetal	Editora da UNICAMP
Editora da UNICAMP	Caixa Postal 6074
Cidade Universitária	Barão Geraldo
CEP 13083-970	Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax:	(19) 3788-7740/7786
www.editora.unicamp.br	vendas@editora.unicamp.br

Este volume analisa o impacto das revoluções da esquerda mundial sobre a esquerda brasileira. Esta 2ª edição, revista e ampliada, retoma os mesmos temas da edição original, porém apresenta dois capítulos novos, frutos de pesquisas recentes, de autoria de Marcos Del Roio (Internacional Comunista) e de Carlos Alberto Barão (Revolução Cubana), que se acrescentam aos textos de Daniel Aarão Reis Filho (Revolução Chinesa e maoísmo), Evaristo de Moraes Filho (proto-história do marxismo no Brasil), João Quartim de Moraes (Revolução Russa e bolchevismo) e Raimundo Santos (XX Congresso do Pcus).


ISBN 85-268-0631-9
9 788526 806313